UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MARINA ROQUETTE LOPREATO

**Entre-nós: Uma análise da conjugalidade homoafetiva feminina sob a
ótica das alianças inconscientes**

**SÃO PAULO
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MARINA ROQUETTE LOPREATO

**Entre-nós: Uma análise da conjugalidade homoafetiva feminina sob a
ótica das alianças inconscientes**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Departamento de
Psicologia Social do Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Inês
Assumpção Fernandes

**SÃO PAULO
2019**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lopreato, Marina R.

Entre-nós: Uma análise da conjugalidade homoafetiva feminina sob a ótica
das alianças inconscientes / Marina R. Lopreato; orientadora Maria Inês
Assumpção Fernandes. -- São Paulo, 2019. 205 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Homoafetividade. 2. Conjugalidade feminina. 3. Intersubjetividade. 4.
Alianças inconscientes. 5. Negatividade. I. Assumpção Fernandes, Maria
Inês, orient. II. Título.

LOPREATO, M.R. Entre-nós: Uma análise da conjugalidade homoafetiva feminina sob a ótica das alianças inconscientes. 2019. 205 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

DEDICATÓRIA

*Para minha avó Neides,
meus pais Francisco Luiz e Christina,
meus irmãos Luiz Guilherme e Fernanda e
meus sobrinhos Laura, Lia e Theo
Amores que (trans)bordam*

AGRADECIMENTOS

À M.Inês, pela orientação acolhedora e respeitosa, pelas contribuições valiosas ao longo do processo e por ter aberto caminhos para eu ir à França. Desejo vida longa para nossa parceria acadêmica.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, pela presença amável e pelos contornos afetuosos e assertivos. Pelo entusiasmo transmitido na arte de ensinar e pesquisar, que despertaram meu interesse pela academia. Vocês são meus mestres de vida.

À Simone, por ter me estendido às mãos no momento mais decisivo do processo e ter me falado: 'é se desorganizando, que você se organiza, Marina'. Com você aprendi um pouco mais sobre solidariedade e parceria. Obrigada pelas ideias compartilhadas e pelo seu tempo precioso dedicado a mim.

Às professoras Karla Bessa e Isabel Gomes, pelos rumos indicados para a pesquisa, pela leitura cuidadosa do meu material e pelas ricas contribuições.

À Rosa, obrigada pela calorosa acolhida na França e pela experiência inestimável na Apsylien. Guardarei com muito carinho os momentos compartilhados no grupo.

Aos colegas do laboratório de pesquisa (LAPSO), obrigada pelas trocas preciosas ao longo desse processo.

Às mosqueteiras do mestrado, Maiara e Mariana, pela parceria que foi além e que levarei comigo.

Ao Rogério e Ricardo, por vocês serem meu tripé de apoio. Não há limites para a generosidade de vocês. Obrigada pela companhia em todos os momentos e por alegrarem meus dias de trabalho.

Ao IFSP-Campus Hortolândia, por ter permitido que eu pudesse ter mais tempo para me dedicar à pesquisa. Obrigada especialmente aos meus colegas da Coordenadoria Sociopedagógica, que viabilizaram à minha saída e deram suporte na minha ausência.

À Maíra e Lilás, que na presença trouxeram acalento e na ausência se fizeram presente.

À Maria Thereza e Hellen, pelas profissionais doces e afetuosas, que me ajudaram a ancorar a mente e o corpo durante essa jornada.

À Nicole, pela generosidade e imenso suporte dado com os trâmites do Comitê de Ética.

À Rosangela e Gisela, pela prontidão da ajuda e pela assistência num momento tão importante de conclusão do trabalho.

À Daniela, sua amizade foi o melhor presente que a França poderia ter me dado. Obrigada por ter sido meu porto seguro durante minha estadia e pelo apoio sem limites. Você me ajudou a acreditar mais na humanidade e num mundo melhor.

Merci à toi Françoise, de m'avoir fait un espace dans ton pays, dans ta vie, et de m'avoir présentée à tes amis et à la culture française. Pour l'enthousiasme avec lequel tu as accueilli la culture brésilienne, celle du maître Vinicius de Moraes qui t'a expliqué qu'il faut "que cela soit éternel tant que ça dure". Merci pour les bons moments partagés. A bientôt!

Ao restante dos amigos franceses (ou estrangeiros na França), agradeço por terem me recebido tão bem nesse país inspirador.

Aos amigos que a infância, o trabalho, Portugal e outros lugares que a vida me presenteou, obrigada pelas risadas e momentos difíceis compartilhados. Cada um sabe a importância que tem e o lugar especial que ocupam em mim. Sinto que nenhum caminho é longo demais, quando penso que vocês estão por perto.

Um agradecimento especial às entrevistadas dessa pesquisa, que abriram às portas de sua intimidade e receberam tão bem essa proposta de estudo. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

*Amaram o amor urgente
As bocas salgadas pela maresia
As costas lanhadas pela tempestade
Naquela cidade
Distante do mar
Amaram o amor serenado
Das noturnas praias
Levantavam as saias
E se enluaravam de felicidade
Naquela cidade
Que não tem luar
Amavam o amor proibido
Pois hoje é sabido
Todo mundo conta
Que uma andava tonta
Grávida de lua
E outra andava nua
Ávida de mar*

*E foram ficando marcadas
Ouvindo risadas, sentindo arrepios
Olhando pro rio tão cheio de lua
E que continua
Correndo pro mar
E foram correnteza abaixo
Rolando no leito
Engolindo água
Boiando com as algas
Arrastando folhas
Carregando flores
E a se desmanchar
E foram virando peixes
Virando conchas
Virando seixos
Virando areia
Prateada areia
Com lua cheia
E à beira-mar*

(Mar e Lua - CHICO BUARQUE)

RESUMO

LOPREATO, M.R. **Entre-nós: Uma análise da conjugalidade homoafetiva feminina sob a ótica das alianças inconscientes**. 2019. 205f. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O aparecimento das novas configurações familiares LGBT tem gerado discussões candentes no cenário mundial. Nos últimos anos, o Brasil teve conquistas jurídicas e sociais importantes. Porém, mesmo diante desses avanços, o país ocupa a posição de primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos por *homosbotransfobia*. Os relacionamentos homoafetivos, cada vez mais expressivos e visíveis, trazem a necessidade de compreender como esses casais investem subjetivamente na relação e os dilemas que vivenciam. Esta pesquisa teve por objetivo investigar a conjugalidade homoafetiva feminina e conhecer os impactos do campo de representação social predominantemente atravessado por preceitos heteronormativos nos intercâmbios inconscientes que estruturam o vínculo intersubjetivo desses casais. Foram realizadas entrevistas abertas com casais homoafetivos femininos, no qual a pesquisadora pediu para as entrevistadas compartilharem de forma livre como foi a construção do relacionamento e que pontos da relação elas julgavam importantes de serem compartilhados. O exame do material teve o apoio teórico da psicanálise, baseado nos postulados de René Kaës, que compreende o sujeito do inconsciente enquanto sujeito do grupo. Os conceitos de intersubjetividade, alianças inconscientes e negatividade serviram de embasamento conceitual-teórico e nortearam as discussões. Nos relatos das protagonistas, foram identificadas diversas formas de violência na qual foram vítimas, impingidas através de atos sutis ou de estigmatização dessubjetivante, sugerindo uma recusa da existência legítima e da visibilidade da homoconjugalidade pelos laços sociais e vínculos familiares. Negativamente marcadas, elas narraram episódios de homofobia e um imaginário de associação da mulher homoafetiva com a marginalidade. Esse cenário social de hostilidade desafia os avalistas metassociais e psíquicos do vínculo intersubjetivo e impacta nas alianças de base, fundamentais para a função narrativa e legitimadora da relação.

Palavras-chave: Homoafetividade; conjugalidade feminina; intersubjetividade; alianças inconscientes; negatividade.

ABSTRACT

LOPREATO, M.R. **Between us: an analysis of the female homosexual conjugality from the perspective of unconscious alliances** 2019. 205f. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The onset of the new LGBT Family configurations has been generating burning discussions in the world scenario. Brazil has had important legal and social achievements in the last years. However, even considering such advances, the country ranks first in murders due to homophobia. The homosexual relationships, each time more significant and visible, bring a need to understand how these couples subjectively invest in the relationship and, therefore, the dilemma that they experience.

In the present research, I propose the research of the female homosexual conjugality and the knowledge of the impacts of the field of social representation, which are predominantly crossed by heteronormative precepts in the unconscious exchanges that structure the intersubjective bond of these couples. Open interviews with female homosexual couples were made, in which the interviewed were asked to freely share the construction of their relationship as well as the aspects of the relationship they found important to be shared. Theoretical support of psychoanalysis was sought in the analysis of the material, especially in the postulates of René Kaës, who understands the subject of the unconscious as the subject of the group. The concepts of intersubjectivity, unconscious alliances and negativity were taken as conceptual and theoretical background and they guided discussions. Various forms of violence were identified in the report of the victims themselves, in which they were foisted either through subtle acts or through desubjectivating stigmatization, suggesting a refusal of both the legitimate existence and the visibility of the homoconjugality through social ties and family bonds. These subjects are strikingly marked and they narrate episodes of homophobia and an imagery of association of homosexual woman and marginality. This social scenario of hostility challenges the metasocial and psychic guarantors of the intersubjective bond and it presents a negativity in the alliances of base that are essential for the role of the narrative and legitimising of the relationship.

Key words: Female homosexuality; bond; intersubjectivity; unconscious alliances, negativity.

SUMÁRIO

Introdução	11
Objetivo	21
Método	21
Organização dos capítulos	23
CAPÍTULO 1: Fazer-se mulher: percurso histórico e deslocamentos.....	24
CAPÍTULO 2: “Que seja eterno enquanto dure”: novas configurações familiares afetivas na contemporaneidade	44
2.1 Sobre a modernidade líquida	44
2.2 As transformações na família.....	47
2.3 O dispositivo da sexualidade na sociedade moderna: a invenção da homossexualidade enquanto categoria de identidade.....	53
2.4 Freud e a homossexualidade.....	60
2.5 A família contemporânea.....	66
CAPÍTULO 3: Entre-nós; O sujeito do inconsciente e suas alianças.....	69
3.1 As alianças inconscientes.....	71
3.2 A transmissão do negativo e a possibilidade da remalhagem pelo vínculo conjugal.....	77
CAPÍTULO 4: Análise das entrevistas.....	80
4.1 Primeira entrevista.....	80
4.2 Segunda entrevista.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
ANEXOS	204
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	204

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o aparecimento das novas configurações familiares LGBT tem gerado discussões candentes no cenário mundial. A alta visibilidade midiática e as repercussões nas redes sociais possibilitaram uma abertura, sem precedentes na história, para o debate do tema.

No que diz respeito às famílias homoafetivas, a possibilidade jurídica de união de pessoas do mesmo sexo faz parte de uma realidade cada vez mais vigente no mundo contemporâneo. No contexto nacional, o Brasil, nos últimos anos, teve considerável avanço nos direitos dessa parcela da população. A partir de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo e, atualmente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reconhece o casamento civil dessa população. Mas diante da resistência de alguns órgãos, foi preciso a promulgação de uma lei (Resolução n.175, de 14 de Maio de 2013 do CNJ) que proíbe às autoridades competentes recusarem a habilitar, celebrar o casamento ou converter união estável em casamento civil entre esses casais.

Não obstante os avanços na lei, os dados estatísticos referentes ao número de assassinatos de pessoas ligadas à comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) são aterradores. De acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga associação brasileira de defesa dos direitos humanos dessas minorias, o Brasil ocupa a posição de primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos por *homosbotransfobia*.

No ano de 2018, foram registrados 420 mortes no Brasil, segundo dados do *Relatório Anual* divulgado no seu site (www.ggb.org.br). Das 420 mortes, foram 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Esse número representa uma pequena redução de 6% em relação a 2017 quando foram registradas 445 mortes, número recorde nos 39 anos desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou esse banco de dados. Das vítimas, 191 eram homens gays (45%), 164 (39%) trans (travestis, transexuais, dragqueens, não-binárias e transformista), 52 lésbicas (12%), 8 bissexuais (2%) e 5 heterossexuais (1%). Segundo a fonte, justifica-se a inclusão dos heterossexuais, uma vez que foram assassinados por terem sido confundidos com gays ou no momento da execução estarem envolvidos diretamente com a cena ou com os indivíduos LGBT.

Apesar da pequena diminuição identificada no número de mortes em relação ao ano de 2017, os dados são estarrecedores. Os índices de óbitos desse grupo minoritário têm crescido de forma assustadora desde 2000, registrando um salto de 130 para 445 ao longo desses 17 anos.

Em relação à distribuição por região, registraram-se mortes violentas de LGBT em todos os 26 estados e no Distrito Federal, espalhados em 232 municípios. O estado de São Paulo concentrou o maior índice em termos absolutos, totalizando 58 casos, seguido por Minas Gerais com 36, Bahia e Alagoas com 35 mortes cada e o Rio de Janeiro com 32 vítimas. O grupo GGB fez um destaque especial para os estados de Alagoas e Rio de Janeiro que no, ano anterior, não constavam na lista dos estados com mais mortes. Entretanto, eles não conseguem formular nenhuma hipótese para essa variação imprevisível e representativa no índice de mortalidade nesses estados.

Na grande maioria dos casos, o testemunho dessas mortes é atravessado por um horror inacreditável, de uma violência irrepresentável. Algumas cenas descritas, como no caso recente da travesti conhecida como Quelly da Silva, de 35 anos, brutalmente assassinada e teve seu coração arrancado, parecem frutos de uma ficção. Ao deparar-se com a notícia, a sensação é de um surrealismo que te acorda para um estado de absurdo, quando se constata que esse é o caminhar da história de muitos cidadãos LGBT.

No que diz respeito às taxas de suicídio apresentadas, há um dado curioso que merece destaque. Em termos absolutos, os gays são o segmento que mais se suicida, com 60% de óbitos, seguido por 31% pelas lésbicas, 6% de trans e 3% bissexuais. Todavia, em termos relativos, as lésbicas representam as principais vítimas por morte auto-inflingida, se comparado com os 12% do índice em que elas são vítimas de homicídios. Segundo o pesquisador Eduardo Michels “certamente tal diferença tão marcante se deve à maior fragilidade social das lésbicas, devido ao estigma e discriminação social que a mulher tradicionalmente ainda sofre, somada a opressão de ser homoafetivas, daí mais vulnerabilidades que causam maior sofrimento psíquico podendo levar a uma maior propensão dos quadros de depressão e suicídios entre a população LGBT”¹.

Sabe-se que o suicídio é um problema de saúde pública e de proporções elevadas, especialmente em relação aos adolescentes LGBT. Dados de uma pesquisa feita pela University College Cork, na Irlanda, e publicada no *Journal of the American Medical*

¹ Citado no Relatório GGB (2018), p.11

Association apontam que cerca de 40% dos adolescentes desse grupo minoritário entrevistados afirmaram já terem pensado, planejado ou até tentado dar fim à própria vida por conta da sua sexualidade.

É importante ressaltar que a tabulação dos dados de mortes registrados da população LGBT é feita a partir de matérias, recortes de jornais e sites no Brasil, uma vez que não há estatística governamental para esse tipo de crime. Isso significa que a realidade pode ser ainda pior, mascarada por informações subnotificadas. Esses dados estatísticos são representativos de uma realidade brasileira permeada por um preconceito enraizado, que reproduz e perpetua violência.

Além das marcas da violência letal, essa população sofre também a humilhação social. Na raiz da humilhação social, um fenômeno psicológico e político complexo, encontra-se na etimologia da palavra, o adjetivo latino *humilis*. Entre outros sentidos, o que sobressai é a referência ao ‘baixo’, aquilo que está próximo ao solo, ao chão. A humilhação carrega, portanto, a noção de rebaixamento, de queda. Na psicanálise figura-se a ideia de que na humilhação “um outro se reveste de Outro e anuncia um saber absoluto sobre o humilhado” (AZEVEDO, 2005, p.51).

Cancelli (2005) chama atenção para o interessante fato de que o mesmo radical acompanha a palavra ‘humildade’. Apesar de ambos comportarem um processo relacional, por se definirem em relação ao outro, subjaz ao ser humilde a virtude de reconhecer as próprias limitações e fraquezas, enquanto que na humilhação há o “rebaixamento moral que afeta o bem estar psicológico e físico, atinge o amor-próprio e viola os princípios de respeito e de dignidade humana.” (LOPREATO, 2005, p.248).

Para melhor compreensão do fenômeno da humilhação social, Gonçalves Filho (1998) atribui à existência de mensagens enigmáticas de rebaixamento, isto é, “um gesto, um olhar, uma palavra, (...) comportamentos verbais e pré-verbais que alcançam o sujeito e vêm invadi-lo, governando-o de dentro como uma força física, uma energia que perdeu significado, sem que o próprio sujeito possa agora decifrá-la”. (p.44-45). As mensagens enigmáticas de rebaixamento correspondem a atos que acionam na vítima angústias e geram sentimentos de exclusão social. “São mensagens arremessadas em cena pública: a escola, o trabalho, a cidade” (GONÇALVES FILHO, 2004, p.26-27). Elas vitimizam as minorias sociais, que carregam como marcas o corpo encolhido, silenciado.

Para entender o fenômeno da humilhação social e de outras modalidades de violência que são impingidas na comunidade LGBT é preciso analisar a existência de uma matriz heterossexual instituída enquanto arranjo simbólico para os vínculos na sociedade ocidental moderna. (BUTLER,2003). Nesse sentido, as modalidades de vivências afetivas-sexuais que transgridem o imaginário de complementaridade atribuída às relações de homem/mulher têm sua existência negada, invisibilizada, quando não raro aniquiladas.

Segundo Paiva, há um desconforto ao se falar da ‘homoconjugalidade’, “soa anódino, e há um incômodo em jogo: algo da linguagem se torce para poder alojar esse arranjo relacional. Há uma fricção incômoda nos mapas cognitivos disponíveis de inteligência do sexual.” (PAIVA, 2006, p. 70) Ao situar essa modalidade de vivência amorosa nos elementos estruturantes dos mapas - a aliança, a filiação e sexualidade – que remetem às ideias de Lenoir, o autor assinala que a conjugalidade homoafetiva se institui como algo da ordem do “impensável”. *É o amor que não ousa dizer seu nome*, profere o poeta Oscar Wilde.

Para Paiva (2006), a imposição de uma referência heterocêntrica no universo da conjugalidade imprime marcas complexas no relacionamento dos casais do mesmo sexo. Segundo ele, são inúmeras as dificuldades enfrentadas por eles nos processos de visibilidade e enunciação da relação. Ao compor uma lógica que foge do modelo esperado de relação, esses casais esbarram em dificuldades no reconhecimento social dos seus laços afetivos. Por conseguinte, esses casais acabam por ocupar lugares reservados e invisíveis no *socius* e se deparam com uma tensão conflitiva entre colocar a sua condição desejante em discurso e revelar-se, ou o que Pedro Souza (1997) ² chamou de *política do silêncio*, que marca o mergulho numa invisibilidade escolhida por muitas pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo.

Souza (1997) problematiza a noção do silêncio e o regime de enunciação por uma perspectiva de que “o silêncio é mesmo essa cortina tênue que, conforme a variação de luz, oscilando de dentro e de fora, expõe e esconde algo de secreto” (p. 47, *apud* PAIVA, 2006, p. 24). Para o autor, trata-se de um silêncio que difere do mutismo. É um silêncio como forma de expressar uma resistência, de se posicionar contrariamente ao

² SOUZA, P. **Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade**, Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

assujeitamento ao discurso e ao olhar de outrem, uma espécie de fuga às identidades atribuídas pelo exterior.

Sob outro ângulo, em *A epistemologia do armário*, Eve K. Sedgwick (2007) apresenta a imagem do assumir-se confrontando com a metáfora de dentro e fora do armário da privacidade. O armário é considerado por ela como a estrutura definidora da opressão gay no século XX e um dispositivo de regulação da vida dessas pessoas. Nas análises de Junqueira (2015) sobre o texto de Sedgwick, o armário, “enquanto regime de ordenação de corpos, sexualidades e gênero, constitui um processo de ocultação da posição de dissidência em relação à matriz heterossexual” (p.45). Além da regulação da vida social, o ‘armário’, acrescenta ele, submete as pessoas ao regime do segredo, do silêncio ou as expõem ao desprezo público.

Ele implica uma gestão das fronteiras da heterossexualidade e atua como um regime de controle de todo o dispositivo da sexualidade. Assim, reforçam-se instituições e valores heteronormativos e privilegia-se quem se mostra conformado à ordem heterossexista (JUNQUEIRA, 2015, p.45).

Sedgwick (2007) afirma que, mesmo entre as pessoas que assumiram sua orientação sexual, dificilmente ela não está no armário em algum nível da sua vida, no sentido pessoal, no trabalho ou em algum outro espaço. A autora fala de uma *elasticidade mortífera da presunção heterossexista* que confronta as pessoas sempre com novos muros e desafios. Cada encontro com o novo, com alguém desconhecido, representa um minucioso cálculo estratégico e dispendioso que envolve o (des)ocultamento de si pelas consequências implicadas.

Diante da realidade brasileira permeada por preconceito radicado em violências de múltiplos matizes restam a aqueles que se relacionam com outras pessoas do mesmo sexo revelarem-se em espacialidades específicas, em zonas “aceitáveis”, ou ‘sair do armário’ publicamente e ficar na sombra do medo. São poucas as pessoas que pertencem a essa minoria que se assumem e passam incólumes às experiências de humilhação, às fraturas nos vínculos sociais e familiares e outras formas de violência que deixam marcas indeléveis. O traumatismo e as consequências sobre a vida psíquica, afetiva e social dessa parcela da população é significativo.

Os efeitos nocivos da violência, nas suas diferentes formas de manifestação, podem provocar, entre muitas consequências, o desenraizamento do sujeito. Na minha

trajetória acadêmica, tive o privilégio de cruzar com os ensinamentos da professora Éclea Bosi e com seus estudos sobre a vida e obra de Simone Weil. De acordo com esta autora:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. (WEIL, 1979, p. 347).

As consequências dos episódios traumáticos de violência, portanto, têm uma vertente disjuntiva nas raízes que organizam os processos identificatórios do sujeito e sua participação na coletividade.

Kaës (2003), no artigo intitulado *O Intermediário na Abordagem Psicanalítica da Cultura* enfatiza que, na pós-modernidade, os processos de violência têm sido mais acentuados e as vivências de “transplantação, do exílio e do desenraizamento” generalizadas (p.22). Nestas experiências, diz o autor,

(...) nós somos confrontados não somente com o que há de estranho (estrangeiro) no outro, mas, primeiramente e sobretudo, com o que surge em nós de desconhecido, de indiferenciado e de estranhamento inquietante. Nossas referências identificatórias e nossas identificações se encontram modificadas. Nesta perspectiva, as falhas (failles) na segurança do ambiente são também uma experiência geradora de angústia, na medida em que a perda do código reatualiza os conflitos intrapsíquicos entre as tendências de amor e de ligação e as tendências de raiva e de desligamento. (KAËS, 2003. p.22).

O autor identifica que na contemporaneidade há um mal estar que vem acompanhado de transformações em diversos níveis da sociedade: nos laços de sociabilidade, nas estruturas familiares e de autoridade, no estatuto da mulher e nas relações entre os sexos e nos intercâmbios culturais, com acirramento violento dos choques entre culturas. Segundo ele, essas turbulências abalam os esquemas de figurabilidade e significação das crenças e mitos, sob os quais se constroem as bases narcísicas do nosso pertencimento ao conjunto social. Como consequência, esses alicerces que dão suporte aos processos identificatórios são tensionados provocando, de forma cada vez mais frequente, falhas nos processos de apoio e dificuldades constitutivas na função narrativa e nas fronteiras de si.

Por um lado, Kaës (2003) identifica que essas turbulências incidem na função do intermediário no campo da vida social e cultural e têm relação direta com quadros psicopatológicos das perturbações da identidade e dos estados-limite. Segundo ele:

À medida que as formações intermediárias não realizam mais seu papel, estas perturbações e estas carências agravam uma série de situações. Falamos das dificuldades de integração das pulsões no espaço psíquico e no espaço social; do excesso de estimulações que põem em xeque a formação do recalque; da violência incontrolada; das perturbações do pensamento e da submissão arrasadora aos ideais arcaicos. (KAËS, 2003, p.16)

Nesse sentido, as mutações que atravessam a contemporaneidade impactam também nos intercâmbios entre os sujeitos, nas configurações vinculares, nas alianças inconscientes estabelecidas. As alianças inconscientes representam o “cimento” de todo vínculo e sua condição de existência. Segundo Fernandes (2004), elas são formações de uma aparelhagem psíquica dos sujeitos de um conjunto intersubjetivo, tal como no casal, grupo e família. Elas reúnem os acordos inconscientes que os sujeitos estabelecem e se expressam nos pactos denegativos, contratos narcísicos e outras modalidades de intercâmbio.

Elas têm uma tópica e se situam nos pontos de amarração de relações recalcadas que mantêm os sujeitos singulares e os conjuntos (...) Como a própria aliança é recalcada ela pode servir e dar sustento a processos coletivos, de natureza violenta, pois é encobridora, apoiada nos processos intersubjetivos. (...) A reflexão sobre essas questões conduz a pensar que as alianças inconscientes cumprem a função de intermediação. (FERNANDES, 2004, p.12)

Por outro lado, é possível pensar esse cenário atual de *desmapeamento da família* (FIGUEIRA, 1987 *apud* PAIVA, 2006), das mutações dos laços sociais e das relações entre os sexos sob o ângulo de transformações potentes no sentido de abertura para subjetividades plurais, para a emergência de novos referenciais simbólicos nos mapas cognitivos e afetivos-sexuais. De acordo com Vaitsman, (1994):

Num contexto de maior igualdade entre homens e mulheres, de situações de vida diferenciadas, de fragmentação das práticas cotidianas e da própria identidade, as escolhas tornam-se flexíveis e plurais, institucionalizando padrões estruturalmente instáveis, contingentes, marcados pela heterogeneidade e pelo pragmatismo (p.24 *apud* PAIVA, 2007, p.73)

Caminhando na mesma direção, Marlise de Matos (2000) adota uma perspectiva mais otimista das alterações da pós-modernidade. Nos seus estudos sobre as reinvenções do vínculo amoroso, no que ela chama de *design da conjugalidade*, olha as modificações ocorridas no modelo civilizatório, no campo das relações interpessoais como potentes, dando destaque para as “diferentes estilizações e estetizações da existência amorosa e conjugal, como via para a transformação e mudança para relações intersubjetivas solidárias”. (p.160). Ela identifica como foco dessa transição o que designa como *alternativas de conjugalidade e transformações nas identidades e culturas de gênero*:

(...) parcerias homo (gays e lésbicas) e heteroeróticas, acrescidas de novos desafios tais como pactos de “abertura” nos relacionamentos, nos casamentos não formais ou com algum ritual de passagem particular ou idiossincrático, moradias separadas etc.; também modelos de famílias ‘descasadas’, na ausência da figura do ‘pai provedor’, a mulher sendo ‘cabeça da família’ (se casando ou não novamente) ou na situação em que o pai assume o cuidado em tempo integral dos filhos; e ainda em muitas outras alternativas em gestação. (MATOS, 2000, p. 19).

Com a finalidade de conhecer as possibilidades de (in)visibilidade na produção científica sobre essas *alternativas de conjugalidade*, especialmente na conjugalidade entre mulheres foi realizado um levantamento bibliográfico. Nesse mapeamento foi constatado que, apesar do aumento da visibilidade das novas configurações familiares e do sensível crescimento das publicações, ainda são escassas as pesquisas que elegem os arranjos de pessoas do mesmo sexo como objeto de análise (NASCIMENTO; S.; F.; S., 2015).

Os dados obtidos apontam, em suma, para duas tendências principais. A primeira delas refere-se à compreensão da parentalidade de pais/mães homoafetivos, expectativas e dinâmicas de funcionamento dessas famílias e a outra tendência aponta para a conjugalidade, principalmente no que concerne à legalização do casamento, a dinâmica desses casais, dificuldades encontradas frente à homofobia e as redes de apoio (LIRA; MORAIS, 2016).

Apesar dos avanços significativos desses estudos, que ampliaram a compreensão dessas famílias, essas pesquisas costumam comparar os relacionamentos e o exercício da parentalidade no desenvolvimento de uma criança criada por um casal homoafetivo a um modelo de casal heteroafetivo. Os pressupostos subjacentes nessas pesquisas podem mascarar a complexidade e diversidade das famílias do mesmo sexo.

Os dados obtidos nesses estudos comparativos apontam que a conjugalidade homoafetiva é formada por laços emocionais profundos e comprometidos, tal como nos relacionamentos heteroafetivos e é atravessada por questões semelhantes a estas parcerias, no que tange ao enfrentamento de problemas de intimidade, amor, lealdade e estabilidade da relação amorosa (HENDERSON *et al.*, 2009).

Entretanto, uma diferença importante entre esses relacionamentos foi destacada num estudo que se propôs a analisar a *qualidade conjugal* de casais hetero e homoafetivos, a partir dos indicadores de coesão e adaptabilidade. Os autores MOSMANN *et al.* (2010) recorreram à teoria de Olson (2000) para definir a *coesão* como uma medida geral da proximidade afetiva da relação, ao olhar para os vínculos emocionais que os casais tendem a ter um pelo outro e a *adaptabilidade*, relacionada à habilidade do casal de mudar a sua estrutura de poder, os papéis desempenhados e as regras da relação em virtude da incidência de estressores relacionais ou ambientais.

Nos resultados encontrados no estudo em questão, as homoconjugalidades obtiveram escores significativamente maiores, tanto no quesito coesão, quanto adaptabilidade, do que homens e mulheres heterossexuais. Tal evidência aponta para maiores níveis de qualidade conjugal nas relações homossexuais. (MOSMANN *et al.*, 2010).

Esses achados são de suma relevância para uma análise crítica de uma cultura heteronormativa, que determina o padrão de normalidade a ser seguido: o modelo familiar nuclear constituído por um pai, uma mãe e seus filhos e que está em processo de transição. Segundo Matos (2000), “Algo como uma relativização/flexibilização (destradicionalização) do modelo familiar e também das posições masculinas e femininas (incluindo agora gays, lésbicas, bissexuais etc.) estão a operar redefinições nos papéis de mãe (s) e pai (s)”. (p.160). As hipóteses aventadas para esse fenômeno foram apresentadas no capítulo dois.

Outra questão discutida nos meios científicos é o avanço dos direitos LGBT e o impacto na conjugalidade desses casais. A possibilidade jurídica de união de pessoas do mesmo sexo faz parte de uma realidade cada vez mais vigente. No atual cenário brasileiro, a legislação permite que esses casais firmem união estável e o Supremo Tribunal Federal os reconhece como entidade familiar. Após o reconhecimento legal do casamento, dados da literatura internacional apontaram que a população LGBT diminuiu significativamente

o uso de assistência médica e utilização dos serviços de saúde mental (HATZENBUEHLER *et al.*, 2012), além de revelarem diminuição no estresse psicológico, caracterizado por menores índices de homofobia internalizada, de sintomas depressivos e estresse e maior bem-estar psicológico (RIGGLE *et al.*, 2010).

Pesquisas como essas encontradas nesse levantamento ajudam a dar visibilidade a essa modalidade de vivência amorosa-sexual e contribuem para a demarcação de um lugar social para esse grupo que foge aos padrões heteronormativos, além de fertilizar o terreno da luta política pela garantia de direitos.

Esse estudo bibliográfico permitiu maior compreensão de como a conjugalidade de casais de mulheres vem sendo investigada na comunidade científica. Ficou evidente, a partir dos achados, que é importante pesquisar essas configurações de relacionamento na contemporaneidade, de forma a reconhecer essas relações afetivas em sua pluralidade, a partir do olhar de quem as vivencia e dos seus desejos e formas peculiares de vinculação. Urge realizar estudos que ampliem a compreensão das singularidades desses relacionamentos e que não tenham como foco estabelecer comparações com os relacionamentos heteroafetivos ou que enfatizem a questão da parentalidade dos casais homoafetivos.

Além disso, a importância do desenvolvimento de pesquisas como a que esta se propõe consiste, também, em auxiliar na instrumentalização de profissionais das áreas jurídicas, educacionais, sociais e de saúde sobre essa nova realidade.

Portanto, frente a esse cenário de *desmapeamento* dos terrenos da família e emergência de configurações familiares LGBT é importante investigar quais são as possibilidades *sociais e psíquicas* de se estabelecer uma conjugalidade homoafetiva, num contexto em que a norma heterocêntrica ainda é evocada para dar inteligibilidade ao *socius* e garantir sua estruturação simbólica (PAIVA, 2006). Nesse sentido, objetiva-se com essa pesquisa:

OBJETIVO

Compreender a constituição do vínculo amoroso de casais homoafetivos femininos e suas dinâmicas. Identificar as possíveis marcas do (não)reconhecimento da homoconjugalidade no campo social e no âmbito familiar; e, conhecer os impactos das representações sociais atravessadas por preceitos heteronormativos mantidas nas alianças inconscientes, nos contratos narcísicos, pactos denegativos e outras modalidades de acordos que estruturam o vínculo desses casais.

MÉTODO

Ao considerar a natureza da problemática a ser abordada na pesquisa recorreu-se à vertente metodológica *qualitativa*, uma vez que esta adequa-se à proposta de compreender fenômenos que não podem ser quantificados, que dizem respeito ao universo de significados, motivações, crenças e valores das expressões da vida humana. Pelo caráter subjetivo desses fenômenos, eles não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001). Trata-se de uma abordagem profícua na tentativa de desvelar os processos sociais em seus aspectos múltiplos e dinâmicos, a partir da compreensão interpretativa de narrativas (SILVA, 2013).

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram realizadas 3 entrevistas com casais homoafetivos femininos. As entrevistas são recursos meritórios para apropriação de significados subjetivos e constituem instrumento privilegiado para a troca de informações e de compreensão de aspectos vivenciais, emocionais, obtidos com a contribuição dos sujeitos envolvidos (MINAYO, 2004).

As entrevistas foram baseadas nos pressupostos de Bleger (1989), que define a entrevista psicológica, como “uma relação, com características particulares, que se estabelece entre duas ou mais pessoas” (p.12) e que necessariamente se caracteriza como um fenômeno grupal. A relação estabelecida na entrevista é compreendida por Bleger pela perspectiva da psicologia social e da psicanálise no que se refere aos processos grupais.

As entrevistas propostas nesta pesquisa foram entrevistas abertas, no qual a pesquisadora pediu para às entrevistadas compartilharem de forma livre como foi a

construção do relacionamento e que pontos da relação elas julgavam importantes de serem compartilhados. A entrevistadora teve liberdade para as perguntas ou para eventuais intervenções. Vale ressaltar, conforme postula Bleger, que o fundamento desse tipo de entrevista não se baseia em realizar perguntas e direcionar o processo para coletar o máximo de dados possíveis da história de vida dos entrevistados. Essa liberdade apontada por ele é necessária para o entrevistador ter flexibilidade para configurar o campo da entrevista, tendo em vista às particularidades dos entrevistados.

Nesse sentido, ressalta Bleger, que:

a regra básica já não consiste em obter dados completos da vida total de uma pessoa, mas em obter dados completos de seu comportamento total no decorrer da entrevista. Este comportamento total inclui o que recolheremos aplicando nossa função de escutar, porém também nossa função de vivenciar e observar, de tal maneira que ficam incluídas as três áreas do comportamento do entrevistado. (1989, pg.13).

Participaram do estudo casais de mulheres, na faixa etária dos 28-37 anos, que estavam em relacionamentos homoafetivos, com no mínimo 6 anos de união e que coabitavam na mesma residência. Foram realizadas 3 entrevistas, mas foram apresentadas na íntegra as análises de duas entrevistas. As principais observações feitas sobre a terceira entrevista foram acrescidas nas considerações finais e ajudaram a compor a síntese dos materiais obtidos.

Para as entrevistas, privilegiou-se a escolha de casais jovens-adultas apoiados numa demarcação temporal que consideravam as chances de encontrar casais constituídos e com a possibilidade de um maior convívio/duração da relação. Não foram utilizados nenhum critério sócio-econômico e de escolaridade para a escolha dos casais. O exame do material teve o apoio teórico da psicanálise, baseado na metapsicologia intersubjetiva de René Kaës, que compreende o sujeito do inconsciente enquanto sujeito do grupo. Os postulados dessa teoria e os principais conceitos teóricos utilizados para fazer a discussão do material são apresentados no terceiro capítulo.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A pesquisa partiu de uma introdução geral que retratou o universo estudado, com informações sobre o cenário brasileiro de múltiplos matizes de violência em relação à comunidade LGBT e os seus efeitos devastadores. Foram apresentados alguns dados da produção científica sobre a conjugalidade homoafetiva feminina, objeto de interesse dessa pesquisa. Na sequência, no primeiro capítulo, foi traçado um panorama histórico das principais lutas e reivindicações do movimento feminista, para ajudar a compor o quadro da violência simbólica e das desigualdades que marcaram historicamente a vivência das mulheres na sociedade ocidental. Recorreu-se à filósofa Judith Butler e outras autoras proeminentes como Gayle Rubin, Simone de Beauvoir e Joan Scott para apresentar a trajetória do movimento feminista e o percurso de construção da mulher como categoria analítica.

No segundo capítulo, foi apresentado o *dispositivo* da sexualidade na sociedade moderna, a partir de Foucault. Discorreu-se sobre as análises do autor em relação às engrenagens de poder, que incitaram a constituição de saberes e verdades sobre as práticas sociais e experiências do sujeito moderno. Desenvolveu-se a ideia de como a homossexualidade foi inventada enquanto categoria de identidade pela perspectiva foucaultiana e foi apresentado o olhar da psicanálise para a homossexualidade, a partir da teoria freudiana. Ainda nesse capítulo, discorreu-se sobre as transformações da família, com o auxílio de Elisabeth Roudinesco e Joel Birman. Apoiado nas discussões de Bauman sobre a liquidez da sociedade moderna, o excesso de individualismo e a fragilidade dos vínculos humanos contextualizou-se a família contemporânea e a emergência das novas configurações familiares.

No terceiro capítulo, foi apresentada a teoria da psicanálise dos processos grupais, que tem como referência o sujeito do inconsciente como sujeito do grupo, postulado por Kaës. Discorreu-se sobre os conceitos de intersubjetividade, alianças inconscientes e negatividade. Essas noções serviram de embasamento conceitual-teórico e nortearam as discussões das experiências da conjugalidade das parcerias.

No quarto capítulo, foram feitas as análises do material coletado nas entrevistas com os casais homoafetivos femininos e na sequência, nas considerações finais, foi realizada uma síntese dos principais resultados observados nas análises.

CAPÍTULO 1: Fazer-se mulher: percurso histórico e deslocamentos

A investigação do universo conjugal feminino é uma tarefa desafiadora que implica mergulhar nas inúmeras possibilidades de fazer-se mulher. A filósofa Judith Butler e outras autoras proeminentes do movimento feminista ajudam a compor a trajetória percorrida para a construção da mulher como categoria analítica. O olhar de Butler para as questões de gênero é de desconfiança para o que é estabelecido e dado como definitivo. Em mais uma de suas propostas, a autora convida as feministas a rirem das categorias sérias e propõe subverter tradições epistemológicas e políticas, contribuindo com redefinições para noções importantes como sexualidade, desejo, sexo e gênero, como pontua a historiadora Bessa (1998).

Uma das propostas instigantes de Butler é pensar o feminismo para além do sujeito mulher. Essa ideia representa uma verdadeira renovação do movimento feminista na década de 80, do século XX, que mostrava sinais de esgotamento diante da impossibilidade de falar em nome de uma mulher universal. Sua proposta consiste em libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente para poder abarcar a diversidade de mulheres e suas intersecções com modalidades raciais, étnicas, sexuais, classistas e regionais. (BUTLER, 2003)

Para melhor compreensão da perspectiva da análise de Butler é importante traçar um panorama histórico das principais lutas e reivindicações do movimento feminista. Segundo Narvaz e Koller (2006), o feminismo é uma filosofia que tem na sua base o reconhecimento que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes.

O feminismo se constituiu enquanto um campo de investigação que entrelaça teoria e prática. As diversas tendências do feminismo foram historicamente construídas a partir das condições sociais e materiais e influências políticas de cada época. Portanto, não há um discurso unívoco e considera-se a existência de vários feminismos. Nas intersecções com os movimentos de lutas de classes, por exemplo, como colocam as autoras Narvaz e Koller (2006) há diversas correntes de vertentes liberal, socialista, marxista, anarquista e do movimento radical feminista, que incluiu o movimento de mulheres negras. Já no campo teórico-epistemológico encontram-se correntes do

empirismo feminista, o ponto de vista feminista e as perspectivas contemporâneas do pós-modernismo ou pós-estruturalismo, que se inscrevem os estudos de gênero.

Marcado por fases distintas, que ficaram conhecidas como “ondas do feminismo”, (Narvaz e Koller, 2006) os primórdios do movimento feminista datam do final do século XVIII em que mulheres, predominantemente intelectuais, contestam a exclusão da mulher diante de uma organização social, política e econômica da sociedade centradas na figura masculina. Relegada à vida doméstica, ao mundo privado, as mulheres reivindicam a participação efetiva nas decisões envolvendo a esfera pública. (LEMOS de SOUZA, 2017).

No século XIX, na “primeira onda” do feminismo, o movimento sufragista ganha importância no debate do papel da mulher na esfera pública e na luta pela igualdade dos direitos, com foco principal para os direitos trabalhistas e o voto. Trata-se de um momento de efervescência, de construir a mulher enquanto uma realidade civil. Nesse sentido, emerge com grande força a presença das mulheres na cena pública, na mobilização para a ação política. Elas buscam construir as diferenças em relação aos homens e demarcar sua existência e necessidades específicas. (MORAES TEIXEIRA, 2017).

Entre as décadas de 1920 e 1930, as mulheres tiveram conquistas importantes nas suas reivindicações pelo direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação, rompendo com algumas das expressões mais agudas das suas desigualdades. (PISCITELLI, 2002).

A “segunda onda” do movimento feminista data de fins da década de 1960 e tem como grande marco a publicação, em 1949, do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Dona de um espírito inquietante e revolucionário, a vida e a obra dessa importante filósofa francesa existencialista abalaram as normas e formas de pensar de sua época.

Esse momento da história foi marcado por intensas manifestações ao redor do mundo, desde movimentos estudantis, dos hippies, da Guerra do Vietnã e o Maio de 68 em Paris. Aconteceu, nesse contexto, também, a revolução sexual com o advento da pílula anticoncepcional e a simbólica manifestação da queima dos sutiãs em 1968, uma movimentação que acenava para a recusa da mulher de sua invisibilidade histórica. As mulheres ganharam maior aparição nos cenários políticos e da ciência e romperam fronteiras com a politização da vida privada. (LEMOS de SOUZA, 2017).

A representação do movimento da “segunda onda” do feminismo se encontrava especialmente nos EUA e França. Nos EUA, a pauta das reivindicações centrava-se em denunciar a opressão masculina e a disputa pela igualdade que ficaram conhecidas como “o feminismo da igualdade”. Enquanto que, na França, foram travadas lutas para que fossem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, na busca por visibilizar as especificidades da experiência feminina, até então comumente negligenciadas. (NARVAZ e KOLLER, 2006).

É no contexto francês do “feminismo da diferença” que Beauvoir se faz presente. Ocupando o lugar de uma das figuras mais influentes do feminismo, suas formulações acerca da condição da mulher abriram caminhos para se pensar as desigualdades construídas em função das diferenças sexuais. Beauvoir busca localizar as raízes históricas da construção da dominação masculina na sociedade patriarcal e que outorgam à mulher o lugar do Outro, a do segundo sexo. A autora investiga o universo em que a mulher se inscreve e as possibilidades de se libertar de uma herança opressora para forjar um novo futuro. Com sua célebre frase

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1980, p.9)

Beauvoir desnaturaliza a mulher, ao recusar o biológico como destino.

Kofes (2008) ao realizar uma análise do *Segundo Sexo* aponta que o argumento central do livro se dá em torno da ideia de que a humanidade não é natural e se constitui no ato do homem de ultrapassar a natureza. Segundo ela, Beauvoir trabalha com a distinção entre os sexos e localiza o sexo enquanto um constructo biológico, mas aponta que a mulher não corresponde à fêmea, pois se constrói socialmente, enquanto um ser em devir. “Tornar-se mulher, como transcendência e devir - ato e projeto -, remete, simultaneamente, a emancipar-se da natureza, libertar-se da opressão, constituir-se como um Sujeito”. (p.871)

As teorizações de Beauvoir impulsionaram a “terceira onda” do movimento feminista e fertilizaram o terreno dos estudos sobre gênero. Ainda que a autora não tenha conceituado ‘gênero’, ela lançou a semente ao distinguir o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico. (SCAVONE, 2008)

Enquanto que a “segunda onda” do movimento feminista tem como marco aspectos diferencialistas e/ou essencialistas, das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade, a “terceira onda” do feminismo tem no cerne do seu pensamento a análise das diferenças, da diversidade e entende que as subjetividades são discursivamente produzidas em um campo dialógico e intersubjetivo. Sob a influência do pós-estruturalismo e do desconstrucionismo, essa fase do movimento é marcada por um deslocamento no campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero, considerando o gênero enquanto categoria relacional e política (NARVAZ E KOLLER, 2006).

Para melhor compreensão dessa perspectiva de gênero e dos questionamentos realizados pelas feministas da “terceira onda” é importante fazer uma breve retrospectiva histórica desse conceito. Esse conceito foi utilizado pela primeira vez, no contexto das diferenças sexuais, pelo psicanalista Robert Stoller, em 1963, para se pensar a psicodinâmica do transexual. (PISCITELLI, 2002).

Stoller fez uma distinção entre o sexo - para ele atrelado à dimensão biológica do homem e da mulher - e o gênero, relacionado à construção cultural do feminino e do masculino e concluiu que o gênero prima sobre o sexo.

O gênero é a quantidade de masculinidade, ou de feminilidade, que uma pessoa possui. Ainda que existam misturas dos dois nos seres humanos, o homem (male) ‘normal’ possui uma preponderância de masculinidade, e a mulher (female) ‘normal’ uma preponderância de feminilidade (STOLLER, 1978, p. 61 *apud* CECARELLI, 2010, p.271 e 272).

Embora o conceito de gênero já fosse utilizado, foi somente em 1975, com o ensaio *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, da antropóloga norte americana Gayle Rubin, que o termo teve uma grande repercussão no debate feminista para pensar a natureza, gênese e causas da opressão e subordinação social das mulheres. (PISCITELLI, 2002).

Partindo de uma leitura crítica, ou um “tanto idiossincrática e exegética” (Rubin, 1975, p.3) de Freud e Lévi-Strauss, Rubin aponta que é possível apreender nas obras desses autores a descrição de um aparato social sistemático que promove a domesticação das mulheres. Apesar de suas críticas, ela se baseia em instrumentos conceituais oriundos desses autores para ajudar na descrição do que chamou de “sistema de sexo/gênero”, que ela define como “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a

sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p.3).

Segundo Rubin, esse sistema compreende a parte da vida social, lócus da opressão das mulheres, das minorias sexuais e de certos aspectos da personalidade humana nos indivíduos. Para explicar seu funcionamento, ela recorre aos estudos sobre a origem e natureza da sociedade humana, especialmente no que concerne à compreensão do casamento humano e sistemas de parentesco, proposto por Lévi Strauss no livro *Estruturas Elementares de Parentesco*.

Nesse singular livro, Lévi-Strauss apresenta os sistemas de parentesco enquanto uma imposição da organização cultural sobre a procriação biológica. Com variações em cada cultura e com uma complexidade interna muito grande, esses sistemas contêm as regras que determinam com quem as pessoas podem casar e os impeditivos. Nesse sentido, ele apresenta a questão do tabu do incesto como pertencente a essa lógica de organização dos casamentos, mecanismo que proíbe as uniões dentro de um grupo e garante a exogamia. Ao dividir o universo da escolha dos parceiros sexuais entre categorias dos permitidos e dos interditos, Lévi-Strauss trabalha com a perspectiva de que o objetivo social da exogamia e da aliança prevalecem sobre os componentes biológicos de sexo e procriação.

Rubin acredita que a abordagem que Lévi-Strauss faz sobre os casamentos e sistemas de parentesco carrega uma teoria implícita sobre a opressão sexual. Para Lévi-Strauss, o casamento reside na troca de presentes, no qual as mulheres são os mais preciosos presentes trocados. Ainda que não lance um olhar crítico sobre esse processo que descreve, Rubin acredita que é possível localizar as estruturas de poder, a partir da forma de organização do sistema de parentesco, que transformam as mulheres em instrumentos e possibilita que os homens criem laços nesse intercâmbio. Para Rubin, a organização social é o produto da ‘troca de mulheres’ cujos beneficiários são unicamente os homens. Assim, a partir desse suporte teórico ela localiza a opressão das mulheres no interior dos sistemas sociais e não da biologia. O sistema de subordinação das mulheres é, portanto, produto das relações por meio das quais sexo e gênero são organizados e produzidos (Rubin, 1975).

Além do livro *Estruturas Elementares de Parentesco*, Rubin (1975) alude às ideias de Lévi Strauss no ensaio *A Família*, para problematizar a naturalidade da

heterossexualidade. No ensaio em questão, ao analisar a divisão sexual do trabalho Lévi Strauss se pergunta sobre o funcionamento dos sistemas de parentesco, no sentido de tentar entender os tipos de pessoas que os sistemas requerem para funcionar e os pré-requisitos necessários. Ao constatar as variações nas divisões sexuais do trabalho a depender de cada cultura, o autor conclui que as divisões não estão ancoradas em especializações de natureza biológica, mas considera ter outra finalidade. E a análise dessa finalidade o leva a inferir que a divisão sexual do trabalho consiste em garantir a união entre homens e mulheres, ou seja, serve como instrumento para instituir uma situação de dependência entre os sexos.

Por conseguinte, conclui Rubin (1975), a divisão sexual do trabalho pode ser considerada um “tabu”, que é responsável por dividir o sexo em duas categorias que são excludentes. Um “tabu” que exacerba as diferenças biológicas entre os sexos e cria assim o gênero, além de ir contra outros possíveis arranjos sexuais que não sejam formados por um homem e uma mulher, ou seja, contra a homossexualidade.

Para ela, o ensaio *A Família* representa um questionamento sobre os arranjos sexuais humanos e olha para as questões de sexualidade não como naturais, mas considerando que as manifestações de sexo e gênero se originam de imperativos de sistemas sociais. Ela apreende uma estrutura lógica subjacente à análise de parentesco de Lévi Strauss que consiste, resumidamente, que a organização social do sexo se baseia no gênero, na obrigatoriedade da heterossexualidade e na repressão da sexualidade da mulher (RUBIN, 1975).

Esse caminho de pensamento leva Rubin a uma conceituação de gênero e que vai tornar *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, o trabalho pioneiro e marcante no campo dos estudos de gênero. Por esse conceito ela entende:

(...) uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco baseiam-se no casamento. Por isso eles transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em “homens” e “mulheres”, sendo que cada um é uma metade incompleta que só pode completar-se unindo-se à outra. (RUBIN, 1975, p.27).

Ao defender que o gênero é incutido nos indivíduos para garantir o casamento, ela trabalha com uma perspectiva de que o gênero não é somente uma identificação com um sexo, mas está implicado em um direcionamento do desejo sexual para o outro sexo, garantindo a heterossexualidade. “Se os imperativos biológicos e hormonais fossem tão

irresistíveis como a mitologia gostaria que fosse, não haveria necessidade de garantir as uniões heterossexuais por meio da interdependência econômica” (RUBIN, 1975 p.28).

E, por fim, ao discorrer sobre aspectos de homens e mulheres que são diferentes ou se assemelham, Rubin defende que a existência de duas categorias mutuamente excludentes que distingue homens e mulheres não é oriunda de uma oposição “natural” e que, ao contrário de ser a expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é vista por ela como a supressão das semelhanças naturais.

Em suas análises, Rubin aponta que a antropologia e as descrições dos sistemas de parentesco não dão conta de explicar os mecanismos de inculcar nas crianças as convenções de sexo e gênero e como esses mecanismos se reproduzem na sociedade. Para isso, a autora recorre à psicanálise e a sua teoria sobre a sexualidade humana. “(...) a psicanálise dá uma descrição do mecanismo pelo qual os sexos são divididos e alterados, de como as crianças andróginas, bissexuais, são transformadas em meninos e meninas. A psicanálise é uma teoria feminista manquée.” (RUBIN, 1975 p.33)

A autora faz um resgate das divergências entre a psicanálise, as mulheres e os movimentos gays e aponta que esses conflitos estão associados a uma tradição clínica psicanalítica de contribuir para a teoria e reprodução dos padrões sexuais, caminhando na direção oposta desses movimentos que buscavam a libertação da repressão sexual.

Na perspectiva de Rubin, a teoria psicanalítica sobre a aquisição de gênero teria um potencial para ser um alicerce nas críticas dos papéis sexuais. Entretanto, ela identifica um mecanismo da própria psicanálise de negar essas potencialidades.

Mas a negação de Freud pelos movimentos gays e feminista tem outras raízes, mais profundas, na negação, feita pela psicanálise, de seus próprios insights (...) o objetivo deste trabalho não é fazer a psicanálise do inconsciente psicanalítico, mas eu pretendo mostrar que ele existe. (RUBIN, 1975, p.33).

Rubin discorre sobre como a descoberta da fase pré-edipiana representa uma mudança de uma perspectiva biologicista anteriormente proposta na teoria do complexo de Electra, para um novo olhar em que as crianças em fase pré-edipiana são consideradas bissexuais e sua diferenciação em meninas ou meninos precisa ser explicada e não dada como algo pré-estabelecido.

Segundo essa perspectiva, a mãe era objeto de desejo para as crianças de ambos os sexos. E uma vez que ambas as crianças possuíam atitudes libidinais ativas e passivas,

a heterossexualidade na fase adulta da menina tinha que ser desenvolvida, dado que a priori seu desejo voltava-se para mãe de forma ativa e agressiva. (RUBIN, 1975).

A problemática envolvendo Freud surge no momento em que ele propõe uma explicação da aquisição da “feminilidade” com os pressupostos da inveja peniana e da castração, que causaram furor entre as feministas. Freud delineia sua teoria com uma formulação de que a menina reprime os elementos “masculinos” de sua libido e se afasta da mãe ao descobrir-se castrada. Ao comparar a superioridade do pênis em detrimento do seu clitóris para satisfazer a mãe, a menina abandona a luta pela mãe e assume uma postura feminina passiva diante do pai, ficando presa a um sentimento de inveja peniana e de inferioridade.

Rubin (1975) aponta que as formulações de Freud são ambíguas e dão margem para interpretações biológicas. Ela critica Freud por ele não questionar o evidente sexismo no sistema que descreve, mas defende a relevância da teoria psicanalítica nas formulações de como a cultura fálica domestica as mulheres e dos efeitos desse processo. Ainda que a teoria edipiana possa ser interpretada sob um viés biologicista, de se basear nas diferenças anatômicas entre os sexos para explicar a feminilidade, Freud, segundo Rubin, insistia que a sexualidade do adulto é resultado do desenvolvimento psíquico e não biológico.

Depois de discorrer sobre os postulados freudianos e de Levi-Strauss, Rubin faz uma aproximação dessas teorias para defender como a hierarquia estabelecida entre os órgãos genitais seria consequência de um confronto social que remete à heterossexualidade obrigatória e ao sistema de trocas das mulheres pelos homens. Para explicar a convergência da teoria edipiana da menina se sentir menos “equipada” com a organização do sistema de parentesco, a autora propõe:

Os sistemas de parentesco supõem uma divisão dos sexos. A fase edipiana divide os sexos. Os sistemas de parentesco compreendem séries de normas que regulam a sexualidade. A crise edipiana é a assimilação dessas normas e tabus. O heterossexualismo compulsório é produto do parentesco. A fase edipiana conforma o desejo heterossexual. O parentesco se baseia numa diferença radical entre os direitos dos homens e os das mulheres. O complexo de Édipo confere direitos masculinos ao menino e obriga a menina a se conformar com seus direitos mais restritos. (RUBIN, 1975, p. 48 e 49).

Rubin defende que mais do que lutar para acabar com a opressão das mulheres é necessário reorganizar o sistema de sexo e gênero para que a fase edipiana se estruture diferente e tenha menos efeitos difíceis e contraditórios nas mulheres, no sentido de que as mulheres não precisariam abandonar o objeto de desejo inicial pela mãe, para se conformarem à norma de desejo heterossexual. O cenário que ela almeja é o da eliminação das sexualidades obrigatórias e dos papéis sexuais. “O sonho que acho mais fascinante é o de uma sociedade andrógina e sem gênero (embora não sem sexo), na qual a anatomia sexual de uma pessoa seja irrelevante para o que ela é, para o que ela faz e para a definição de com quem ela faz amor”. (RUBIN, 1975,p.55).

Outra importante teórica sobre gênero foi Joan Scott, historiadora estadunidense que escreveu o célebre artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), publicado originalmente em 1986. A autora se insere no contexto da “terceira onda” do feminismo e, sob influência de Derrida e do pós-estruturalismo, critica o olhar para as diferenças sexuais, a partir de um viés fixo e permanente de oposição binária. Propõe, então, um pensamento analítico que considera as construções hierárquicas e o contexto que opera o binarismo e faz uma análise dos significados, da história e dos processos políticos envolvidos.

Scott (1995) inicia o artigo provocando as pessoas que se lançam numa busca de codificar o sentido das palavras. ‘É uma causa perdida’ aponta ela. A palavra, segundo a autora, não tem uma natureza única, capaz de ter seu significado fixado, pois ela está inserida num contexto histórico e depende das construções humanas.

A partir dessa crítica, ela percorre as teorizações realizadas pelos historiadores/as para o termo gênero, dividindo-as em duas categorias. A primeira abordagem, segundo Scott, tem um caráter descritivo, cujas teorizações estão empenhadas em descrever a existência de fenômenos ou realidades sem recorrer, no entanto, às interpretações, explicações ou atribuições de causalidades. A autora exemplifica com o uso recente de gênero como sinônimo de “mulheres”. Por adquirir uma conotação mais neutra e objetiva do que “mulheres”, a estratégia de utilizar como sinônimo recai na tentativa de se adequar à terminologia científica das ciências sociais, na busca de legitimidade acadêmica e reconhecimento político desse campo de pesquisa.

Nessa perspectiva descritiva, o gênero, além de ser usado como substituto para mulher, faz referência aos aspectos relacionais entre os sexos, no sentido de estabelecer

que o estudo sobre as mulheres implica necessariamente no estudo sobre os homens. O universo das mulheres faz parte do universo masculino, por se entender que ele é criado nele e por esse mundo masculino. Outra utilização para gênero se verifica nas construções culturais que criam as diferenças estabelecidas entre os sexos. Ou seja, as atribuições do que se considera adequado aos universos femininos advém da organização social.

Ainda que o uso descritivo para gênero tenha representado a conquista de um novo campo de estudo, Scott critica o fato dessa abordagem não estar comprometida com uma análise das questões relacionadas à política e ao poder. O seu caráter não questionador sobre as razões pelas quais as relações entre os sexos são construídas não representa para Scott mudança nos paradigmas históricos já existentes.

Scott sinaliza para a tentativa de outros historiadores/as abordarem gênero a partir de uma categoria mais explicativa sobre a natureza e causalidade dos fenômenos e realidades, numa busca para teorizar sobre os conceitos e promover mudanças históricas. Resume três abordagens principais usadas pelas historiadores/as feministas e discorre sobre elas.

A primeira busca um viés inteiramente feminista e debruça-se sobre as explicações das origens do patriarcado. Nessa perspectiva, a “necessidade” de uma dominação masculina aparece como explicação para a subordinação das mulheres como exemplifica adaptação que Mary O’Brien faz de Hegel sobre a dominação masculina “como o efeito do desejo dos homens de transcender sua alienação dos meios de reprodução da espécie.” (SCOTT, 1995, p.77). Já outras teóricas, como Catherine MacKinnon, acreditava-se que a sexualidade exercia papel central no patriarcado, com a objetivação sexual das mulheres.

As críticas feitas por Scott às teorias do patriarcado se dão em função das análises se basearem nas diferenças físicas para explicar as desigualdades. Para a autora, é uma marca que dá um caráter universal e permanente, considerando o gênero como a-histórico. Além disso, afirma-se o primado do sistema de gênero na organização social, mas não discorre sobre como relacionar as desigualdades de gênero com outras formas de desigualdades.

A outra posição teórica apontada por Scott dialoga com os pressupostos marxistas, tal como propõem Heidi Hartmann e Joan Kelly. Ainda que ela avalize se tratar de uma perspectiva mais histórica, sua perspectiva é limitante para autora, por se basear em

explicações materialistas para gênero, com ênfase que recai principal para as determinações das relações econômicas de produção.

E, por fim, antes de Scott propor uma teoria alternativa, ela discorre sobre a terceira vertente de inspiração psicanalítica, influenciada pelo pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação de objeto (object-relation theories) para explicar a (re)produção da identidade de gênero do sujeito. Ambos têm como foco o desenvolvimento infantil, na busca por pistas para entender a formação da identidade de gênero.

Na teoria da relação de objeto, o desenvolvimento do psiquismo infantil é influenciado pelas modalidades de relações estabelecidas entre o sujeito e seus objetos, principalmente as relações concretas entre a criança e seus pais/cuidadores. As ressalvas de Scott para essa teoria recaem na ênfase aos aspectos literais e por restringir às estruturas relacionais no interior da família, principalmente relacionada à divisão de trabalho e a atribuição das tarefas para as figuras parentais, como determinantes para a construção da identidade de gênero.

No que diz respeito às teorias inspiradas no pós-estruturalismo, influenciadas principalmente por Lacan, a linguagem ocupa papel central. É através dela que a criança ascende à ordem simbólica e constrói sua identidade generificada. Um importante fator é que linguagem, nesse contexto, não deve ser entendida como sistemas de palavras e sim de significação, que é da ordem simbólica e anterior ao domínio real da fala, da leitura e da escrita.

Segundo Lacan, o falo, que deve ser lido de maneira metafórica, é o significante principal da diferença sexual.

O drama edipiano, para a criança, coloca em ação os termos da interação cultural, já que a ameaça de castração representa o poder, as regras da lei (do Pai). A relação da criança com a lei depende da diferença sexual, de sua identificação imaginativa (ou fantasmática) com a masculinidade ou a feminilidade. Em outras palavras, a imposição de regras de interação social é inerente e especificamente generificada, pois a relação feminina com o falo é forçosamente diferente da relação masculina. (SCOTT, 1985,p.82).

Um ponto que merece destaque nessa teoria é o caráter de instabilidade da identidade de gênero. A sua construção envolve processos de atribuição de significados às ideias de feminino e masculino, de vários mecanismos ambivalentes e de repressão de

desejos na tentativa de criar a suposta coerência e consonância da identidade com as regras sociais. Mas existem os conflitos que estão alojados no inconsciente e ameaçam a ‘segurança’ identificatória do sujeito.

Sempre existe um conflito, pois, entre a necessidade que tem o sujeito de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, seu significado relativo, sua dependência da repressão. Este tipo de interpretação torna problemáticas as categorias de "homem" e "mulher", ao sugerir que o masculino e o feminino não são características inerentes, mas constructos subjetivos (ou ficcionais). Essa interpretação implica também que o sujeito se acha em um processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, ao destacar a linguagem como um objeto apropriado de análise. Enquanto tal eu a considero instrutiva.” (SCOTT, 1985, p.82).

As ressalvas de Scott para essa perspectiva de construção de identidade de gênero é que ela remete exclusivamente à dimensão do processo individual do sujeito. Além disso, ainda que a construção da identidade seja aberta e modificável, ela não abre margem para se pensar outras possibilidades para além do falo, como único significante. As categorias do masculino e feminino acabam por ficar universalizadas e são tomadas por seu antagonismo.

Scott afirma a necessidade de construir uma teoria que rompa com o caráter fixo e permanente da oposição binária, que proponha uma historicização e desconstrua os termos da diferença sexual. Para isso, ela se insere num campo teórico, que começou a ganhar espaço no século XX entre as feministas: olhar para o gênero enquanto categoria analítica.

A autora busca delinear sua teoria a partir da análise dos processos, das significações e da compreensão da lógica do poder. Sua compreensão de poder remete à Foucault, que propõe que o poder não existe enquanto objeto e essência e não está unificado. Foucault postula que o poder é uma matriz de forças, que se produz a cada instante e está em todo lugar, num processo complexo de encadeamentos e transformações. É uma situação estratégica que opera na sociedade, por serem correlações de forças desiguais e móveis, discursivamente constituídas.

Depois de realizar uma historiografia das correntes teóricas sobre gênero, Scott apresenta a definição do que ela entende pelo termo. Como primeira parte da definição, ela propõe “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas

diferenças percebidas entre os sexos”. (1995, p. 86) Para ajudar embasar seu pensamento, a autora elenca alguns aspectos que precisam ser considerados.

Segundo Scott, o gênero estaria relacionado às representações simbólicas evocadas, a partir da gama de símbolos presentes na cultura. A autora ressalta o fato de muitas dessas representações simbólicas serem construídas com base na contradição. Cita como exemplo Eva e Maria, símbolos representativos das mulheres na tradição cristã-ocidental e mitos como o da luz-escuridão. Outro aspecto importante diz respeito aos conceitos criados por instâncias normativas, tais como a ciência, educação, religião e o jurídico, que atribuem significados aos símbolos e estão na base da construção de oposições binárias fixas, de afirmações categóricas sobre homem e mulher, o masculino e feminino.

Sobre o terceiro aspecto das relações de gênero, a autora defende uma análise que compreenda os mecanismos implicados na aparente natureza permanente, binária e atemporal de gênero, que deve englobar uma concepção de política, bem como mencionar às instituições e organização social. Propõe alargar a discussão ao não considerar somente a família e o lar na base da organização social e não limitar a construção do gênero ao âmbito do sistema de parentesco. Como parte do processo de construção de gênero, ela defende incluir a influências do mercado de trabalho, a educação e o sistema político.

Não tem muito sentido reconduzir à força estas instituições à sua utilidade funcional para o sistema de parentesco, ou sustentar que as relações contemporâneas entre os homens e as mulheres são artefatos de sistemas anteriores de parentesco baseados na troca de mulheres. O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco.(SCOTT, 1985,p.87).

O último elemento importante analisado por Scott é a identidade subjetiva. A autora concorda com Rubin sobre a importância da teoria psicanalítica para explicar a reprodução de gênero e sobre sua forma de pensar os processos simbólicos envolvidos na transformação da sexualidade biológica. Entretanto, para Scott, o caráter a-histórico da teoria lacaniana, que universaliza o medo da castração como a base única da construção da identidade generificada incomoda a autora, conforme já foi dito anteriormente.

Na segunda parte da definição de gênero, a autora discorre sobre a complexa e imbricada relação entre gênero e poder.

O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.(SCOTT, 1995, p.88).

Scott remete a Bourdieu para mostrar com o gênero está por trás de diferentes formas de legitimação de poder. Ela explica como os conceitos de gênero operam na sociedade servindo como referencial para dar significado e estruturar a organização concreta e simbólica do campo social. E uma vez que essas referências são baseadas em construções desiguais das percepções sobre homens e mulheres, há um jogo de mútua influência em que o gênero constrói o poder e o poder constrói o gênero.

Sobre as possibilidades de mudança e a emergência de uma nova história, a autora defende que pode vir de vários lugares. Ela pensa em alguns caminhos, como a revisão de novos termos de gênero com revoltas políticas, a emergência de novos símbolos culturais, que possibilitaria uma reescrita da narrativa edipiana. Porém, esses caminhos podem levar igualmente para um recrudescimento das relações desiguais de gênero. Ela aponta que quem vai determinar o resultado são os processos políticos, em que há lutas e interesses divergentes e são determinados num contexto específico.

Para Scott, uma nova história só pode escrita a partir do momento em que se compreende que o terreno de gênero não é fixo, pois as possibilidades de atribuição de significados são fluidas e cheias de possibilidades alternativas. Sua proposta é partir de uma perspectiva que não considere conhecida a oposição entre homem e mulher e sim como problemática e inserida dentro de uma situação específica de tempo e espaço. Somente desta forma seria possível contestar os processos de invisibilidade histórica das mulheres, enfrentar as considerações implícitas na forma em que gênero é evocado e ajudar a dar uma nova perspectiva para velhas questões, abrindo espaço para a política feminista de uma reestruturação que considere uma maior igualdade política e social para o sexo, raça e classe.

A saga de proeminentes nomes do movimento feminista e a historiografia de gênero se encerra, nesta pesquisa, com a filósofa Judith Butler, uma das personagens mais controversas e subversivas da contemporaneidade. Butler propõe romper com a lógica da adequação, com o desmonte de noções que estruturam o sentido do que somos. A começar

pelo questionamento do porquê um problema precisa ser tão problemático, no sentido de ter uma valência tão negativa.

Sua leitura é provocativa e nos fazer perceber que é preciso substituir o questionamento do que é ser uma mulher, por quais as possibilidades de fazer-se mulher. E, principalmente, nos faz perceber que o nosso sentimento de coerência interna, as verdades que construímos de nós mesmos e a pretensa liberdade de vivermos os prazeres e desejos corporais fazem parte de ideais e normas discursivamente construídas e reiteradas. Mas, romper com tudo isso, certamente, faria romper com o sentido do que somos. Afinal, a necessidade de controle do ser humano não permite que ele conviva com tantas indeterminações.

Aos aventureiros, que julgam-se capazes de enfrentar o abalo psíquico que o livro *Problemas de Gênero* pode provocar, digo que vale a pena desbravar as peripécias da autora. No livro em questão, que ganhou grande repercussão no cenário mundial, Butler (2003) lança uma crítica genealógica das produções de categorias fundacionais de identidade – identidade binária de sexo, gênero e corpo –, mostrando que são efeitos de práticas e poderes discursivos, centrados nas instituições do falocentrismo e na heterossexualidade compulsória. Cabe ressaltar, que a crítica de Butler não consiste em abolir as identidades. Em entrevista concedida para a revista *CULT*³, a autora explica que sua proposta é interrogar as condições em que se formam essas identidades, as situações em que são afirmadas e analisar as promessas políticas e os limites implicados nessas asserções.

A autora aponta que entende a importância do percurso teórico das feministas de presumir a existência de uma identidade definida para a categoria de mulheres, no sentido de uma representação política para dar legitimidade e visibilidade para a luta das mulheres contra o domínio de opressão. Em contrapartida, ela adverte sobre os riscos dessa categoria. Uma vez que a representação é uma função normativa da linguagem e está a cargo de formações específicas de poder, ela pode revelar ou distorcer o que é assumido como a verdade sobre as mulheres.

Butler se ancora em Foucault para explicar como os sistemas jurídicos de poder que representam os sujeitos também produzem esses sujeitos que depois passam a

³ RODRIGUES, C. A filósofa que rejeita classificações. *CULT - REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA*, São Paulo, Edição Especial Nº06, Janeiro de 2016, ano 19. P.46-50.

representar. E essa produção atende a objetivos de controle e exclusão e naturaliza aquilo que está em conformidade com o eixo de dominação. Nesse sentido, os sujeitos são ocultamente regulados por aspectos negativos de limitação, proibição, controle, regulamentação, condicionados a atender as exigências de uma estrutura política. ”Se esta análise é correta, a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como “o sujeito” do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional”. (BUTLER, 2003, p.19).

Para Butler, as feministas caem numa emboscada ao insistirem na categoria identitária, pois os sujeitos do feminismo, ao serem constituídos discursivamente pelo próprio sistema que lutam por se emancipar, acabam por reproduzir e reforçar mecanismos opressores do seu interior, principalmente relacionadas à própria construção e normas políticas da identidade. Sobre esse aspecto, Butler lança um questionamento assaz capcioso: “Seria a construção da categoria mulheres como sujeito coerente e estável uma regulação e reificação inconsciente das relações de gênero?” (BUTLER, 2003, p.24).

Ao questionar se as categorias fundacionais de identidade se constituiriam fatos naturais ou se a suposta ‘naturalidade’ não seria constituída a partir de atos repetidos, produzidos pelo discurso, Butler dá um grande passo na formulação da *teoria da performatividade de gênero*, influenciada pela teoria dos atos da fala de Austin, na distinção que ele faz entre enunciados constataativos e performativos e por Derrida, nas ideias de reiteração e citacionalidade. Nos enunciados performativos, diferentemente dos constataativos que somente descrevem um fato/situação, aquilo que está sendo proclamado é produzido no próprio ato de proclamar. As palavras provocam ações e atuam no sujeito. No que tange ao gênero, visto então como efeito do discurso, “é a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser”. (BUTLER, 2003, p.69)

Sobre a forma que esses atos repetidos são internalizados e produzem o sujeito generificado, podemos pensar que esse indivíduo, antes mesmo do seu nascimento, tem seu “sexo” anunciado por um médico. Essa enunciação “é um menino” ou “é uma menina”, realizado pelo aparato tecnológico da ultrassonografia, pode ser vista, pela perspectiva de Butler, como uma interpelação fundante. Ele não somente descreve um corpo como constitui o sujeito de determinado sexo e gênero. Esse ato performativo vai

ser reiterado em diversas outras circunstâncias ao longo da vida e essas sucessivas reiteraões discursivas são necessárias para confirmar a nomeação do corpo.

Antes mesmo de ser o que somos, há uma carga maciça que incide no sujeito, nomeando-o e situando-o dentro de categorias discursivas que o acompanharão ao longo de toda sua trajetória. Todos recebem um nome, que você não conhece e não escolheu. Butler, na palestra realizada no SESC, quando esteve no Brasil⁴, retoma uma pergunta que Sojourner Truth, feminista negra século XIX fez: *“Eu sou esse nome?”* a pergunta pode ser seguida pelo questionamento: quais são as implicações para o sujeito que é nomeado, generificado e inserido dentro de outras categorias de pertencimento em minorias, sejam elas de raça, etnia?

A complexidade se torna ainda maior quando Butler se debruça sobre a relação da performatividade de gênero com a materialidade dos corpos. Ela não nega que exista a materialidade dos corpos, mas discute o processo de evocar as diferenças sexuais a partir das diferenças materiais. Sua tese é de que as diferenças sexuais são construídas tendo como referência as diferenças materiais, em função também da demarcação das práticas discursivas reguladas pelo poder. Para ela, as normas regulatórias do “sexo” atuam de forma performativa para materializar o sexo do corpo, materializar as diferenças sexuais, em conformidade com a matriz heterossexual.

Uma das preocupações centrais de é defender os seres cuja existência não se encaixa nas possibilidades de identificação sexual reguladas pela prática discursiva, mas que, simultaneamente, são criadas por elas. Essa noção que Butler chamou de ‘corpos abjetos’ é bastante complexa e paradoxal e implica compreender que a produção de subjetividades sexuadas, integradas de acordo com a matriz heterossexual, produz ao mesmo tempo subjetividades subversivas, excluídas e que configuram um terreno de luta política para poderem existir enquanto sujeito que quer experimentar para além da sujeição. A autora pontua que:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual - e em virtude do

⁴ Conferência Magna da filósofa Judith Butler no Seminário Queer realizado na data de 09/09/2015, em São Paulo, no SESC Vila Mariana.

qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. (BUTLER, 2010, p.156).

Butler fala da importância de lutar contra a violência que incide sobre as pessoas que manifestam seu gênero de forma diferente, desviante dos ideais das normas. Essa possibilidade de trajetória, da ordem do incapturável, abre espaço para desejos irreconhecidos pelas normas vigentes, remetendo à noção de ‘queer’. Historicamente associado aos homossexuais com uma conotação depreciativa, esse conceito pode ser traduzido por *estranho*, *exótico*. O termo foi posteriormente resgatado por uma vertente dos movimentos homossexuais e foi propositalmente utilizado como forma de contestação, no sentido de oposição à normalização. (Louro, 2001). Para Butler, “queer” é concebido para nomear algo do imprevisível de uma vida sexual. Deve ser entendido mais como um movimento de pensamento e linguagem dissidentes e menos como uma identidade.

O objetivo de ter traçado um percurso das mulheres, desde quando elas eram invisíveis para a história até o seu reconhecimento e legitimação enquanto sujeito político é importante para a conjugalidade de casais homoafetivos femininos, objetivo da nossa pesquisa. Se considerarmos os pressupostos de Butler, que pensa a construção dos sujeitos a partir da reiteração de práticas discursivas consonantes com uma matriz heterossexual e de dominação masculina, como pensar o campo de experiência desses casais constituídos por seres que são igualmente construídos no discurso e ocupam o lugar do silêncio? E principalmente, quais as possibilidades de serem livres para existir, experimentar prazeres e fazer a gestão de suas intimidades, sabendo que as subjetividades desviantes ficam como espectros ameaçadores para o *status* do sujeito?

Apresentar os fundamentos teóricos das discussões de gênero a partir da perspectiva de autoras/res da antropologia, da filosofia, história, entre outros, é uma tarefa desafiadora. É interessante ver que há posicionamentos teóricos que estabelecem verdadeiros antagonismos, reivindicando ora a determinação dos aspectos sócio-culturais que operam para estabelecer a diferença entre os sexos, ora privilegiando o processo intrasubjetivo e estabelecendo a diferença entre os sexos como um operador psíquico irreduzível. A reflexão de Bourdieu, a seguir, ilustra bem esse lugar reivindicatório da cultura, em oposição à psicanálise lacaniana.

(...) as diferenças visíveis entre o corpo feminino e corpo masculino que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações de valores que estão de acordo com esta visão: não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento desta visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra (nif) caracteristicamente masculino; e instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gênero construídos como duas essências sociais hierarquizadas. (BOURDIEU, 2012, p. 32 e 33)

Apesar das críticas dirigidas à psicanálise é indiscutível a importância dessa teoria e as suas formulações sobre os processos identificatórios, a simbolização dos desejos e estruturação das fantasias para ajudar a compreender a constituição do sujeito generificado. No artigo intitulado *A diferença entre os sexos na teorização psicanalítica: aporias e desconstruções*, Thamy Ayouch aponta para a tendência de psicanalistas da contemporaneidade de considerar que “é uma diferença de gêneros intersubjetiva e totalmente social que opera na atribuição da sexuação” e apresenta lacunas da psicanálise na abordagem dessa temática, a partir da perspectiva de Laplanche (1980, p.170).

(...)previamente à diferença de sexos, há uma diferença de gêneros, do masculino e do feminino, admitida pela psicanálise sem ser teorizada. Do mesmo jeito que a criança, submersa num universo adulto, recebe sem interrogar a oposição social entre masculino e feminino, a psicanálise retoma às vezes esta oposição sem questioná-la; ela a essencializa situando-a como uma distinção terminal à qual se chega (AYOUC, 2014, p.66 e 67).

O autor sinaliza para uma análise psicanalítica que leve em consideração as dimensões social, cultural e política e situa as diferenças entre os sexos enquanto pensamento que se inscreve na historicidade do surgimento de suas concepções e teorizações. Ele trabalha com a noção de que um pensamento é vínculo e não agarramento. E, ao considerar isso, ele propõe pensar para além das identidades binárias, indicando as possibilidades perpétuas de mudanças nas identificações.

A própria Butler (2010), apesar de apontar o conservadorismo da psicanálise, reconhece a relevância da teoria e ressalta a importância que ela teve na construção do seu próprio percurso teórico. Ela se opõe a visão de que a psicanálise representa unicamente uma regulação social, que vai ao encontro dos processos normativos, pois vê o potencial da teoria para justamente fornecer uma crítica à normalização e regulação

social e ajudar a formular ideias sobre as inscrições do poder social na psique. Ela acredita que os movimentos sociais se beneficiaram de um olhar psicanalítico, inclusive para enriquecer o vocabulário e para ajudar com formulações sobre identidade, desejo ou a solidariedade.

Em uma entrevista concedida para Patrícia Knudsen (2010) ⁵, Butler concebe um possível encontro ou reunião que juntaria a psicanálise e movimentos sociais para envolver questões relativas à população LBBTQI e políticas culturais. Sem dúvida, um encontro desses poderia formar um fecundo campo teórico/prático, que ajudaria a endossar um movimento de luta para produzir novos terrenos de inteligibilidades simbólicas, contribuindo para expandir as ‘atuações de gênero’ ⁶ e abarcar as diferentes ‘posições de sujeito’ ⁷, num efetivo convívio ético com a diferença⁸.

⁵ KNUDSEN, P. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.** 2010, vol. 18, n. 1, p. 161-170.

⁶ Expressão cunhada pela historiadora BESSA, K, no artigo Posições de Sujeito, Atuações de Gênero.... **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 34, jan. 1998.

⁷ Idem.

⁸ Ibidem.

CAPÍTULO 2: “Que seja eterno enquanto dure”: novas configurações familiares afetivas na contemporaneidade

2.1 Sobre a modernidade líquida

Bauman, influente autor da atualidade, em suas obras consagradas como *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* e *Modernidade Líquida* convida o leitor a fazer uma imersão na complexidade dos laços humanos, no mundo contemporâneo marcado por sinais confusos e por uma rapidez incontável. O autor nos desafia a olhar para a condição humana a partir das mudanças profundas suscitadas pelo advento da “modernidade fluida”.

Para Bauman, numa cultura consumista como a nossa valoriza-se o produto pronto para o uso imediato. A satisfação deve ser instantânea e o emprego de esforços prolongados é altamente desestimulável. A busca incessante pelo prazer não encontra realização e o amor, que deveria encontrar seu significado no estímulo a participar da gênese das coisas, teve seu padrão modificado e espera-se que a próxima experiência seja ainda mais estimulante do que a vivida no momento, embora não tão emocionante ou excitante quanto a que virá depois. (BAUMAN, 2004).

Desta forma, o compromisso de vincular-se incondicionalmente a outra pessoa estabelecendo uma conjugalidade “até que a morte nos separe” passa a ser visto como armadilha que deve ser evitada a todo custo. O que se constata é que o espaço compartilhado perde cada vez mais o seu valor em prol da individualidade e da realização dos desejos pessoais.

Para descrever a essência do momento presente da nossa história, Bauman recorre às metáforas da “fluidez” ou “liquidez”. “Os fluidos se movem facilmente. Eles ‘fluem’, ‘escorrem’, ‘esvaem-se’, ‘respingam’, ‘transbordam’, ‘vazam’, ‘inundam’, ‘borrifam’, ‘pingam’; são ‘filtrados’, ‘destilados’” (2001, p. 8). Diferentemente dos sólidos que suportam uma força tangencial ou deformante aplicada e podem restituir sua forma original, os líquidos, diante de tal tensão, sofrem uma constante mudança de forma e que culmina no fluxo.

A imagem evocada de uma rápida mobilidade dos fluidos produz uma ideia de ‘leveza’ e inconstância, tal como as relações em ‘rede’ que podem ser tecidas e desfeitas

a qualquer momento com a leveza de um toque virtual. Interessante perceber que a ideia de se 'conectar' ou estar 'conectado' associada à concepção de rede ganha cada vez mais espaço no vocabulário dos relacionamentos. "Uma 'rede' serve de matriz tanto para conectar quanto para desconectar; não é possível imaginá-la sem as duas possibilidades." (BAUMAN, 2004, p. 12). Assim, diferentemente dos relacionamentos que investem no engajamento mútuo e no compromisso, nas 'redes', as possibilidades de desconectar para estabelecer outras conexões são escolhas igualmente legítimas.

Sobre as noções de temporalidade e espacialidade, dimensões importantes e que passaram por modificações no mundo contemporâneo, Bauman propõe uma discussão utilizando novamente o jogo metafórico das propriedades dos sólidos e dos líquidos.

Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas "por um momento". Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. (BAUMAN, 2001, pg. 8).

Para Bauman, a modernidade começa quando as dimensões de tempo e espaço se distanciaram entre si e deixaram de ser atrelados às experiências vividas. Nesse sentido, a tecnologia rompeu fronteiras e permitiu que os limites de velocidade do movimento e as possibilidades de mobilidade pudessem ser ultrapassadas, e, "graças a sua flexibilidade e expansividade recentemente adquiridas, o tempo moderno se tornou, antes e acima de tudo, arma na conquista do espaço". (BAUMAN, 2001, pg. 16). Desta forma, o acesso a meios mais rápidos de mobilidade e de velocidade do movimento são hoje as principais ferramentas de poder e dominação.

Uma vez que o poder encontra-se cada vez mais móvel e o seu tempo é o instantâneo, o poder tornou-se verdadeiramente *extraterritorial* e não sofre mais a resistência do espaço. Aliás, a necessidade de se estabelecer num espaço e de criar raízes, outrora estimulada, passou a ser evitada. Fixar territorialmente passa a representar perder oportunidades que surgem em outros lugares, e assim, o desengajamento e a arte da fuga possibilitam que as fronteiras sejam ultrapassadas e que o poder possa circular sem impedimentos.

Mas, aponta Bauman (2001), do fenômeno da nova leveza e fluidez do poder decorre um ‘efeito colateral’ não previsto, que é a desintegração social. Fonte de grande ansiedade, a desintegração social é tida tanto como uma condição quanto um resultado da nova técnica do poder.

Nesse sentido, a contemporaneidade é marcada por profundas alterações nas relações de tempo e de espaço e por uma mudança radical no arranjo do convívio humano. Uma das repercussões constatadas pelo autor é a de que as relações humanas se tornaram cada vez mais ‘flexíveis’, gerando um sentimento cada vez maior de insegurança.

Sobre a fragilidade que permeia os vínculos humanos, Bauman retrata, em *Amor Líquido*, que os desejos conflitantes de apertar os laços e, ao mesmo tempo, afrouxá-los faz com que, no cenário da vida moderna líquida, “os relacionamentos talvez sejam os representantes mais comuns, agudos, perturbadores e profundamente sentidos da ambivalência” (BAUMAN, 2004, pg. 4).

Sobre essa ambivalência, apesar dos indivíduos sinalizarem o desejo por relacionar, o autor questiona:

Será que na verdade não estão preocupados principalmente em evitar que suas relações acabem congeladas e coaguladas? Estão mesmo procurando relacionamentos duradouros, como dizem, ou seu maior desejo é que eles sejam leves e frouxos (...) Afinal, que tipo de conselho eles querem de verdade: como estabelecer um relacionamento ou – só por precaução – como rompê-lo sem dor e com a consciência limpa? (BAUMAN, 2004, pg. 11).

O questionamento é pertinente. Relacionar-se implica o cultivo diário, exige cuidados, envolve concessões onerosas para os indivíduos, e, principalmente, implica em retardar a satisfação, talvez o maior sacrifício imposto no nosso mundo de velocidade e aceleração.

Nesse sentido, constata-se o quanto as estruturas das famílias têm sido modificadas, muitas vezes com a expectativa de vida da família sendo mais curta do que a de seus membros. É nesse contexto contemporâneo, marcado por intensas transformações de caráter social e que penetram no núcleo da experiência psíquica, que emergem novas representações e arranjos familiares. Constituídas de uma forma mais ampla, inclui os novos parceiros (marido da mãe/esposa do pai) e os filhos e irmãos agregados, nas famílias denominadas como reconstituídas, além das famílias homoparentais e monoparentais.

2.2 As transformações na família

A família, objeto de estudo de diversas disciplinas, é considerada como o grupo primário que atende as necessidades primordiais biológicas e afetivas do ser humano. A sua importância, tal como a de outras instituições, é servir como um espaço de articulação entre o *sujeito* e o *socius* (Gaillard, 2014). É precisamente no seio familiar que o psiquismo do sujeito se inscreve e inicia o processo de historização, responsável por inseri-lo numa teia maior da vida social.

A família, segundo Roudinesco (2003), foi sendo cada vez mais dessacralizada e o que se vê, atualmente, é uma quebra de representações, outrora excessivamente sedimentadas. Em cada época e em cada sociedade, há uma definição de normalidade familiar, geralmente naturalizadas, não sendo considerada compatível com as convenções conjunturais, mas sim eternas. Os padrões tidos como “normais” são construídos com base em critérios taxonômicos que são considerados “naturais” (MOGUILLANSKY, 2012).

Sob essa perspectiva, o modelo familiar constituído por um pai, uma mãe e seus filhos foi considerado, no correr dos anos, o padrão normativo a ser seguido. Ainda que, cada vez mais, as famílias homoafetivas tenham ganhado visibilidade no cenário atual, esse crescente aparecimento concorre com o aumento da violência contra essa minoria, tanto em manifestações conservadoras no cenário político e social quanto nos números alarmantes de assassinatos envolvendo essa população, conforme foi apresentado anteriormente.

Acredita-se que as manifestações de intolerância frente aos novos arranjos familiares refletem a dificuldade dos indivíduos lidarem com as diferenças e a resistência às mudanças na forma de organização da família nuclear. “A nostalgia da família tradicional perdida talvez venha como busca de uma referência que compense tamanho desamparo”, diz a psicanalista Maria Rita Kehl (2003).

No artigo intitulado *Em defesa da família tentacular*, a psicanalista Maria Rita Kehl faz uma análise histórica das mudanças na sociedade e suas implicações nas composições da família e fala sobre o cultivo de uma dívida para com a formação familiar antiga.

Como ocorre com todos os bens sujeitos à escassez, parece que hoje a família nuclear em vias de extinção tem sido mais valorizada e idealizada do que nunca, criando uma dívida permanente e impagável que pesa sobre os membros das famílias que se desviam do antigo modelo (KEHL, 2003).

Numa sociedade como a atual, em que impera o bem estar, o prazer e a satisfação imediata de todos os desejos, só o amor e a realização sexual são reconhecidos como fundamentos legítimos das uniões conjugais. O cenário prevalecente de uma mudança moral que proporciona uma liberdade de escolha e que subjaz uma possibilidade (real) de se tentar corrigir, quantas vezes for necessário, o próprio destino, parece estar no cerne do desamparo e mal estar (KEHL, 2003).

Para que seja possível entender as modificações que ocorreram no seio familiar é necessário pensá-la como instituição social, historicamente determinada. Para ajudar na construção de uma genealogia familiar, Roudinesco, no livro *A Família em Desordem* e Birman, na palestra *A Evolução da Família* e no artigo intitulado *Laços e Desenlaces na Contemporaneidade*, colocam a família em perspectiva e percorrem três grandes períodos que distinguem na trajetória familiar. A família é vista a partir de uma perspectiva evolucionista, em que são focalizadas as transformações que se sucederam em sua morfologia, os problemas que marcaram cada época, bem como o significado atribuído aos diferentes atores, articulando as relações de sociabilidade, poder e subjetivação.

Num primeiro momento, a família dita “tradicional” (Roudinesco, 2003) ou pré-moderna (Birman, 2007) tem como função primordial assegurar a transmissão de um patrimônio. Nos casamentos arranjados entre os pais não existia a primazia da vida afetiva e sexual na união dos futuros esposos. Nessa ótica, “a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino.” (ROUDINESCO, 2003, pg. 19).

A família, nesse momento, era chamada de extensa, pois o compartilhamento de espaços se dava de maneira em que coabitavam juntos pais e filhos, outros parentes de diferentes gerações, além de agregados. A soberania de Deus pai era inquestionável, tal como a figura do rei no espaço público e à mulher cabia ocupar o espaço simbólico de apêndice dessa estrutura. A função da mulher era de ser mera reprodutora e o seu corpo era interpretado como uma versão inferior e invertida do masculino, baseado em um modelo de sexo único. (BIRMAN, 2007).

Aludindo às ideias de Laqueur, Birman refere-se à teoria do sexo único como uma concepção que prevaleceu até final do século XVIII. Nesta perspectiva, haveria uma correspondência morfológica entre os segmentos dos órgãos masculinos e femininos, concepção que remete ao médico grego Galeno. Apesar da correspondência, atribuía-se aos homens uma maior prevalência do humor quente, responsável pela externalização do seu órgão genital, o que lhes conferia maior valor ontológico. Por outro lado, que a carência desse humor nas mulheres dava a elas um lugar “invaginado da obscuridade”, conforme a expressão de Birman.

Além da autoridade do patriarca, o lugar desprivilegiado das mulheres e o trabalho econômico voltado para a propriedade familiar, outra marca dessa família era o lugar ocupado pelas crianças e idosos. Em relação às crianças, não havia nenhuma distinção delas para os adultos. Eram consideradas miniaturas dos adultos, não havendo diferenças ontológicas, morais ou de outra natureza em relação a eles. Não havia a construção da infância enquanto um estágio do desenvolvimento humano e, por consequência, as crianças partilhavam da realidade dos seus responsáveis, misturando-se a eles. Já a posição dos idosos era de prestígio, por serem sábios e detentores da memória das tradições familiares e da história social a ser transmitida.

No decorrer do século XVIII, algumas mudanças começaram a ocorrer no seio familiar, ocasionando maior separação do espaço público e do espaço privado e o respectivo fortalecimento do espaço íntimo doméstico. As sucessivas transformações foram acompanhadas por delimitações de espaços no interior da casa para a intimidade do casal, inscrevendo-a nos registros do *secreto* e do *segredo* (ARIÈS, 1973 *apud* BIRMAN, 2007). Nesse sentido, novas fronteiras foram estabelecidas nos lugares ocupados pelas crianças, que passaram a ter uma importância genealógica na transmissão do patrimônio, além de serem desejados e investidos de amor e de atenção. De uma família extensa, a família passou a convergir para seu núcleo formado por pais e filhos e novas relações foram estabelecidas.

Essa nova configuração da família chamada de nuclear ou moderna fundamentou-se numa lógica afetiva, de amor romântico. Nesse modelo, estabeleceu-se a reciprocidade dos sentimentos e dos desejos carnavais por intermédio do casamento monogâmico. A nova ideologia do “amor conjugal” estava ancorada na revolução sentimental que se

consolidou na Europa no século XIX, quando se passou a valorizar as ideias de indivíduo livre e igual. (MATOS, 2000).

Esses novos valores atribuídos aos indivíduos fizeram parte dos princípios de liberdade e igualdade, preconizados pela Revolução Francesa. A abolição da monarquia e o surgimento do período industrial foram marcadores históricos importantes para a emergência da família moderna. Segundo Birman⁹, a constituição de valores de igualdade de direitos dos cidadãos simbolizou um verdadeiro questionamento ético-político da tradição patriarcal, no sentido de problematizar o modelo hierárquico estabelecido para os significados de ser homem e ser mulher. A saída para esse impasse culminou na mudança de concepção até então prevalente do modelo de sexo único para uma nova teoria moderna da diferença sexual.

Diante do esgotamento do modelo antigo, ser homem e mulher passou então a não fazer mais parte de uma matriz de sexo único, diferenciada pela quantidade de humores quentes. A partir do século XIX, foi definida a existência de dois corpos marcadamente diferentes, com características singulares para cada sexo. Segundo o autor, ainda que existisse a defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, considerava-se a natureza biológica singular da reprodução da mulher e a dita natureza racional do homem para estabelecer funções sociais, políticas e civilizatórias distintas entre os sexos. (BIRMAN, 2007).

A mulher passou a ser valorizada na função da maternidade, dotada de uma capacidade afetiva ou instintual maior que a dos homens. Foi nessa época que a noção de instinto maternal foi inventada, conforme postula a historiadora e cientista social francesa Elisabeth Badinter. A ideia do amor materno fez parte da nova concepção da mulher na modernidade produzida pela teoria da diferença social.

Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. (...) Igualmente nova é a associação das duas palavras, 'amor' e 'materno', que significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe. Deslocando-se insensivelmente da autoridade para o amor, o foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade (...) (BADINTER, 1985, p.145/146).

⁹ Palestra intitulada *A Evolução da Família*, ministrada no programa do Café Filosófico na CPFL Cultura, em Campinas, na data de 17 de agosto de 2012.

Ainda que essa forma de olhar reduzisse as mulheres à condição de mãe, esse papel representou uma conquista de poder social para elas, uma vez que a mulher passou a ser a responsável pela gestão do espaço privado da família, bem como a da educação e saúde das crianças. É nesse contexto que Comte, aludido por Roudinesco, proferiu que “os filhos são sob todos os aspectos, mesmo fisicamente, muito mais filhos da mãe que do pai”. (ROUDINESCO, 2003, p.35).

Enquanto a mulher cuidava da governabilidade familiar, o poder do pai, outrora inquestionável e remetido à soberania divina, foi relativizado na família moderna e sua figura passou a ocupar um lugar mais ostensivo nos espaços públicos. O pai passou a ser um pai mais real que simbólico e seu papel, no âmbito doméstico, era mais voltado para impor os limites à onipotência materna e determinar os castigos nas transgressões dos filhos. Na modernidade, o pai não representava mais o único veículo de transmissão psíquica e carnal, uma vez que a figura mãe-mulher passou a dividir com ele esse papel.

Nesse cenário de emancipação das mulheres e o declínio da figura paterna instalou-se um verdadeiro “terror da possível feminilização do corpo social”. (ROUDINESCO, 2003, p.43). O imaginário era de uma possível irrupção da força feminina, de uma sexualidade relacionada à ordem do selvagem, da natureza, distante da racionalidade atribuída aos homens. Para conter essa força disruptiva, que produzia um temor fantasmático do retorno do matriarcado, a mulher precisava então ser mãe. A valorização da maternidade e a representação da mulher colada à figura materna foram, portanto, as formas encontradas para garantir que a organização do corpo social resistisse ao impulso feminino, julgado capaz de eliminar a diferença dos sexos.

Bachofen (1891), citado por Roudinesco, era uma das principais figuras que expressava o temor pelo impacto da irrupção feminina. Ele escreveu um romance familiar que tratava das origens da humanidade, cuja representação do matriarcado era da desordem social, do reinado da irracionalidade e que associava a figura da mulher ao excesso, à selvageria, que foi contida com a ascensão do patriarcado, considerado responsável pelo advento da civilização do espírito e do progresso.

Freud também testemunhou essa época do temor da feminilização do corpo social. Ele concordava com Bachofen, com a ideia de que houve progresso da humanidade logrado com a passagem do matriarcado ao patriarcado, pela mudança de um mundo tido como ‘sensível’ para um mundo ‘inteligível’. Porém, diferentemente de Bachofen e

outros pensadores, Freud “nunca considerou que a emancipação das mulheres significasse o crepúsculo da razão”. (ROUDINESCO, 2003, p.45).

Sobre essa questão, Roudinesco (2003) lança a hipótese que Freud encontrou uma maneira racional de responder aos anseios da força irruptiva feminina e a preocupação de que a diferença sexual fosse suprimida com a reinvenção do Édipo e o seu estabelecimento como um complexo universal.

Freud, de fato, restabelece simbolicamente diferenças necessárias à manutenção de um modelo de família que se temia que estivesse desaparecendo na realidade. Em suma, atribuíu ao inconsciente o lugar da soberania perdida por Deus pai para nele fazer reinar a lei da diferença: diferença entre as gerações, entre os sexos, entre os pais e os filhos etc (ROUDINESCO, 2003, p. 65).

A autora destaca a conexão entre a emergência da psicanálise e a nova concepção da família afetiva. Segundo ela, a invenção freudiana coloca a família como uma força essencial civilizatória de contenção dos impulsos, com seus princípios de interdição. Trata-se de um modelo que cria uma estrutura psíquica de parentesco, organizada em torno das leis de aliança e afiliação e que inscreve o desejo sexual nessa dupla lei. Sua força representa uma resistência importante ante aos impulsos inconscientes do indivíduo, nas forças de amor e de ódio entre os membros da família, contra o Estado e a massificação. O modelo edipiano que traduz a organização da nova família, recentra a ordem patriarcal em torno da questão do desejo. Consiste, assim, numa teoria antropológica da família e da sociedade fundada nos elementos da culpa e da lei moral e tem como marcadores importantes a revolução da afetividade, o lugar de destaque que o filho passou a ter na célula familiar e a dissociação do desejo sexual da procriação.

2.3 O dispositivo da sexualidade na sociedade moderna: a invenção da homossexualidade enquanto categoria de identidade.

Para situar as transformações da família num contexto mais amplo da sociedade é preciso entender os mecanismos engendrados, naquilo que Foucault (1976) denominou de ‘qualidade de vida’ da população. Conforme já foi mencionado anteriormente, a família voltou-se para o seu núcleo e os cuidados pedagógicos e de saúde dos filhos tornaram-se peças centrais dos cuidados do casal conjugal. A vida da população passou a ser o alvo fulcral de poder, representando o novo símbolo da riqueza da nação. Nesse sentido, diversas estratégias de poder foram utilizadas com a finalidade de gerir a vida populacional, naquilo que Foucault (1976) nomeia como ‘biopolítica’ (BIRMAN, 2007).

Os mecanismos empreendidos, por um lado, tinham o foco no “corpo como máquina” e objetivava extrair o máximo da capacidade corporal, desenvolver aptidões e subtrair sua força. Integrado em sistemas eficazes e econômicos de controle, promovia-se o adestramento do corpo, a sua docilidade, de forma a torná-lo cada vez mais útil. “Tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano” (FOUCAULT, 1976, p.130).

Por outro lado, o bio-poder centrava-se no “corpo espécie”,

(...) no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. (FOUCAULT, 1976, p.130)

Esses mecanismos de expressão do poder fizeram parte das tecnologias empreendidas no século XIX, principalmente envolvendo o campo da sexualidade. No livro *A História da Sexualidade: a vontade de saber*, Foucault discute o processo de agenciamento da sexualidade na regulação social. Tida como algo não natural, ele a considera um dispositivo histórico.

(...) uma grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (p.99).

O conceito de dispositivo foi utilizado por Foucault como referência às formações sociais e apesar dele nunca ter estabelecido uma definição precisa, o mais próximo que ele chegou de defini-lo foi numa entrevista que pode ser encontrada no livro *Microfísica do Poder*. Esse conceito se tornou bastante conhecido no campo das ciências, notadamente nas ciências da comunicação. Por dispositivo, Foucault assinala:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Para Foucault, a experiência da sexualidade no ocidente não foi de repressão do discurso, contrariando o que ele chama de hipótese repressiva. Para ele, o encerramento do sexo e o seu deslocamento para o interior da casa nas famílias modernas, passando a ocupar o lugar do segredo no quarto dos pais e todos os mecanismos de interdições, censuras e controles exercidos sobre o discurso sexual fizeram parte de mecanismos de poder que construíram uma ciência sobre o sexo e modelaram a forma que pensamos e conhecemos o corpo.

Na célebre obra *A História da Sexualidade*, que compõe uma trilogia com os volumes *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, o autor propõe fazer uma análise da relação intrínseca entre os regimes de poder-saber-prazer em torno dos discursos sobre o sexo. Para isso, ele discorre sobre a “colocação do sexo em discurso” e seus efeitos de incitamento e proliferação. “Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia” (FOUCAULT, 1976, p.25). Essa colocação discursiva, sugere ele, faz parte das diferentes técnicas de poder que penetram e controlam o cotidiano, a conduta da população e os corpos dos indivíduos. Foucault chama atenção para a poliformia do fenômeno, a dispersão dos focos de emissão desses discursos, unida por uma rede complexa que se desdobra.

Weeks (2000), ao discorrer sobre os estudos foucaultianos, apresenta a associação que o autor estabelece entre o dispositivo da sexualidade e o desenvolvimento da “sociedade disciplinar” na modernidade. Essa lógica societal discutida principalmente na obra *Vigiar e Punir* (1977) representou as formas modernas de regulação social, marcadas

pela vigilância e controle. Weeks (2000) aponta que se trata de uma forma não proibitiva do poder atuar, em que se estabelece não enquanto uma força negativa, com ordens do “não deverás”. Mas trata-se de um poder expresso como força positiva relacionada à gestão da vida, que determina, de forma camuflada, o que o sujeito e a população devem fazer.

Em relação ao modo que as ‘técnicas polimorfos de poder’ se estabeleceram e se infiltraram no domínio dos corpos e no controle até dos desejos íntimos dos indivíduos, Foucault aponta para a fermentação dos discursos incitados por diversas instituições, que estimulavam a falar e a ouvir sobre o sexo.

(...) tarefa, quase infinita, de dizer, de se dizer a si mesmo e de dizer a outrem, o mais frequentemente possível, tudo o que possa se relacionar com o jogo dos prazeres, sensações e pensamentos inumeráveis que, através da alma e do corpo tenham alguma afinidade com o sexo. (FOUCAULT, 1976, p. 23).

Na pastoral católica, por exemplo, no jogo das confissões, a discrição e o policiamento imperavam. Mas as insinuações da carne, as vontades e fantasias, tudo relacionado ao sexo deveria compor, nos seus mínimos detalhes, o discurso confessional. (FOUCAULT, 1976).

O projeto de colocar o desejo em discurso, circunscrever o sexo em palavras, propagou-se e foi ganhando espaços nos cenários político, econômico e técnico, nos séculos XVIII e XIX, segundo Foucault. Até nas narrativas literárias a incitação discursiva sobre o sexo foi projetada. O sexo virou “caso de polícia”, mas não num sentido coercitivo para manter uma ordem. A ideia central era estabelecer a sua administração, regular segundo um padrão de referência, inscrevê-lo em sistemas de utilidade, colocá-lo sob as rédeas do poder público. Era preciso inseri-lo também no discurso da racionalidade científica. Suas ramificações se estenderam através de pesquisas, formas de análise, classificação, especificação. Nos colégios, o sexo estava presente nas construções arquitetônicas, nos regulamentos disciplinares, na organização interna da instituição. Na forma que as crianças eram divididas em dormitórios, na constante vigilância e precauções tomadas, nas punições e responsabilidades.

Foi igualmente estabelecida uma economia política da população. Passou-se a controlar índices de natalidade, fecundidade, doenças, alimentação. É nesse contexto histórico que a ginecologia e a obstetrícia se estabeleceram na medicina. A infância,

adolescência, fase adulta e velhice ganharam contornos enquanto fases de desenvolvimento, reguladas por aspectos morais e biológicos. O desenvolvimento sexual característico de cada fase foi definido, bem como foram marcados todos os possíveis desvios. A sexualidade das crianças se tornou um problema público.

É também nessa época (século XIX) que Foucault destaca a importância da psiquiatria nessa engrenagem de controle com a etiologia das doenças mentais e sua associação com a irregularidade sexual. Representou uma área do conhecimento bastante simbólica no sentido de cercear as sexualidades periféricas que ganharam destaque e se tornaram foco de atenção. Como se tratavam de práticas que não representavam uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora, foram inscritas como um sintoma, uma disfunção e passaram a margear os limites do anormal e do patológico.

O mecanismo descrito por Foucault assim se resume: o poder toma a sexualidade ao seu cargo. O autor prossegue numa interessante análise do duplo efeito provocado por esse aparato. Aponta que, além da extensão e eficiência dos domínios de controle, há um prazer envolvido.

(...) o poder ganha impulso pelo seu próprio exercício; o controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça; a intensidade da confissão relança a curiosidade do questionário; o prazer descoberto refluí em direção ao poder que o cerca. Mas tantas questões urgentes singularizam no questionado os prazeres que experimenta; o olhar os fixa, a atenção os isola e anima. O poder funciona como um mecanismo de apelação, atrai, extrai essas estranhezas pelas quais se desvela. O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. (FOUCAULT, 1976,p.44)

Essa dupla incitação, poder-prazer, descrita por Foucault faz parte de uma das maquinações que operam de forma não proibitiva e que, segundo Weeks (2000), produziram, ao longo do século XIX, quatro figuras que ganharam destaque no interior dos discursos reguladores e que se tornaram alvo da vigilância e controle social: a criança masturbadora, a mulher histérica, o casal que recorre a meios artificiais de controle de natalidade e o *'perverso'*.

Tudo aquilo que representava oscilações da sexualidade, prazeres anexos não procriativos foram colocadas no centro de uma verdadeira dinastia imaginária de temor. Tratadas como símbolo de perigo para os indivíduos e gerações, elas deveriam, portanto, serem contidas com representações classificatórias, uma realidade analítica encravada no corpo e que posicionava os sujeitos. Tudo isso em nome de uma verdade científica.

É justamente nessa via das representações classificatórias que a figura do homossexual no século XIX surge inscrito nas perversões sexuais. Há inúmeras evidências de que a prática do sexo com pessoas do mesmo sexo sempre existiu na história da humanidade e seus relatos podem ser encontrados nas descrições da antiguidade clássica. Inclusive, aponta Weeks (2000), desde que os homens tivessem um papel ativo, as atividades homossexuais podiam ser sinal de virilidade. Porém, na modernidade, ao serem posicionados, esses sujeitos passaram a ter uma natureza singular, como nos mostra Foucault.

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular. (p.42).

A “invenção” da homossexualidade, como pontua Weeks (2000), representou um marco importante na demarcação das sexualidades na modernidade. O autor propõe que se trata mesmo de um processo de invenção de uma identidade que serviu de parâmetro para a institucionalização da heterossexualidade. Portanto, a compreensão da história da heterossexualidade e como ela se estabeleceu enquanto uma norma que estrutura simbolicamente e dá inteligibilidade ao *socius* implica necessariamente entender os caminhos da homossexualidade.

Uma breve historicização dessas duas categorias mostra um dado curioso em relação ao emprego da terminologia *homossexualidade*. Vale a pena entender o contexto do seu surgimento e o seu primeiro uso público datado de 1869 e as implicações da terminologia *heterossexualidade* só ter sido utilizada publicamente 11 anos depois.

Vieira (2009) retrata que o projeto de higienização da vida urbana do século XIX, já muito bem descrito por Foucault, aceitava somente às práticas sexuais ligadas ao laço matrimonial, com foco para reprodução. Logo, condenava-se a expressão sexual de prazeres anexos, não vinculados às práticas heterossexuais. Nesse contexto, houve uma intensa produção discursiva médico-científico sobre a sexualidade, conforme já mencionado, objetivando compreender as causas da homossexualidade e estabelecer

classificações para os comportamentos sexuais com o propósito de normalização da vida erótica.

A sexologia, ramo de uma nova ciência do século XIX, teve grande papel na construção da homossexualidade enquanto marcador de identidade com um viés patologizante. Entretanto, havia uma vertente dos estudos da sexologia que tinha como propósito a defesa da liberação sexual, a luta contra leis repressoras e que buscava justificar a homossexualidade com argumentos que se tratava de uma natureza diferente. Portanto, preconizava que essa prática não deveria haver alvo de hostilização.

Um nome importante dessa vertente, segundo Vieira (2009), é a figura de um advogado dos direitos das ‘minorias’ sexuais, Karl H. Ulrichs, autor de 12 livros sobre sexualidade e criador do *uranismo*, em 1862. Ao se representar enquanto uma alma feminina presa num corpo de um homem e que expressava sentimentos apenas por homens viris, Ulrichs propunha simbolizar os “uranistas” enquanto uma variedade da espécie humana e não uma doença. Apesar da proposta do *uranismo* não ter triunfado, as teorias biológicas de Ulrichs alcançaram imensa repercussão, ainda que os psiquiatras berlinenses as tenham utilizado sob uma perspectiva de psicopatologizar o uranismo.

Foi a partir de uma carta escrita a Ulrichs, em 1868, pelo médico húngaro Karl M. Kertbeny, que os termos *homossexualidade* e *heterossexualidade* foram utilizados pela primeira vez. Kertbeny foi um dos primeiros defensores da revogação das leis anti-sodomitas. A sodomia era a referência utilizada para a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo. Não era vista enquanto uma prática de determinado tipo pessoa, mas considerava-se que sua essência era pecadora. Em relação às concepções empregadas pelo médico húngaro, a heterossexualidade e a sexualidade normal consistiam na expressão natural da satisfação sexual para a maioria da população, mas, em nenhum momento, ele atrela essas noções como sinônimas ou normativas. A homossexualidade seria para ele uma variante da sexualidade. Foi então num contexto de luta em defesa da vida erótica entre pessoas do mesmo sexo que o termo *homossexualidade* foi publicamente utilizado num panfleto anônimo, no outono de 1869, na Alemanha. Representou um momento de grande efervescência de pedido de liberação das práticas sexuais. (VIEIRA, 2009).

Foi no célebre artigo *Archives de neurologie*, escrito por K. Westphal, em 1870, em que ele empregou a expressão “sensibilidade sexual contrária”, que Foucault atribuiu o nascimento da homossexualidade enquanto categoria psicológica, psiquiátrica e

médica. Associada como uma anomalia congênita, sua concepção era de que tais práticas sexuais tinham um caráter inato de determinadas pessoas que se atraíam por pessoas do mesmo sexo.

Em relação à terminologia *heterossexual* ela foi utilizada de maneira pública pela primeira vez no livro *La Découverte de l'Âme*, por um zoologista que escreveu em defesa da homossexualidade, no ano de 1880, na Alemanha. Mas, oficialmente a terminologia *heterossexual* só foi empregada em 1889, na edição alemã da *Psychopathia Sexualis* de Krafft-Ebing. (KATZ, J.N. 2001 *apud* VIEIRA, 2009). Na busca de compreender as condições psicológicas e patológicas da vida erótica, o médico-austriaco Krafft-Ebing, no livro *Psychopathia Sexualis*, postulava que o desejo sexual por si só era fonte de perigo para a população, visto como uma força que deveria ser contida para não atentar contra a ordem social. Na sua perspectiva, a homossexualidade também tinha um caráter eminentemente natural, ainda que ele acreditasse nos impactos das influências sociais ou circunstâncias que poderiam levar o ser humano a tal prática.

Outro importante nome foi Havelock Ellis, que teve grande influência por ter sido responsável por cunhar, pela primeira vez, o termo ‘inversão sexual’, em 1897. Casado com uma autodenominada lésbica, Havelock era participante do movimento de liberalização da sexualidade e se apropriou de constructos médicos para se referir aos homens “invertidos” possuidores de uma alma ou sensibilidade feminina. A terminologia “inversão sexual” criada por ele foi empregada por Freud, no seu texto famoso “Os três ensaios da sexualidade”, escrito em 1905.

Desta forma, foi nas mãos de sexólogos como Krafft-Ebing e K. Westphal que a sexualidade ganhou uma conotação médico-moral, associada com o campo da anomalia. O normal e o anormal passaram então a ser examinado pela perspectiva da herança e da degeneração. Segundo Vieira (2009), há, portanto, uma grande ironia da história, pelo fato dos termos terem sido transpostos para outras áreas do conhecimento, como a jurídica, a psiquiatria, situando-os de forma binária e hierarquizando a heterossexualidade. Trata-se de um empréstimo perverso, uma vez que Kertbeny originalmente pretendia fazer uma campanha pela emancipação dos homossexuais.

2.4 Freud e a homossexualidade

Para aprofundar a compreensão da genealogia da sexualidade e a demarcação das práticas homossexuais enquanto uma categoria é imprescindível abarcar as formulações propostas pelo pai da psicanálise. No texto citado de Freud, *Os três ensaios da sexualidade*, escrito em 1905, o autor inicia com uma concepção inovadora sobre sexualidade.

A existência de necessidades sexuais no ser humano e nos animais é expressa, na biologia, com a suposição de um “instinto sexual”. (...) A opinião popular tem ideias bastante definidas sobre a natureza e as características desse instinto sexual. Ele estaria ausente na infância, apareceria na época da puberdade, ligado ao processo de maturação desta, e se revelaria nas manifestações da irresistível atração que um sexo exerce sobre o outro; e sua meta seria a união sexual, ou, pelo menos, as ações que se acham no caminho para ela. Mas temos motivos para ver nessas informações um quadro infiel da realidade; a um exame mais atento, elas se mostram plenas de erros, imprecisões e conclusões precipitadas. (FREUD, 1905/2016, p. 20 e 21).

Vieira (2009) propõe que a inovação de Freud consiste em problematizar o período de aparição da pulsão sexual, o caráter fundamentalmente heterossexual da escolha objetual e a meta sexual. A autora salienta que os estudos de Freud sobre as histéricas, que datam do final do século XIX, representaram um divisor de águas importante nas concepções até então vigentes sobre a sexualidade. Até aquele momento, a sexualidade estava ligada à genitalidade, no registro anatômico da biologia. Dirigida unicamente para um objeto pré-fixado do sexo oposto, sua finalidade era da reprodução da espécie. Ao pensar nas histéricas, Freud transgride a visão anatômica e interpreta a sexualidade pelo viés do prazer e do gozo. Com a teoria da sexualidade infantil e sua concepção sobre uma predisposição originária bissexual do ser humano, Freud também transpõe fronteiras importantes ao trabalhar com ideia de que dispomos, inicialmente, de uma sexualidade perversa-polimorfa. Isso implica a existência de uma pluralidade de objetos possíveis para a satisfação, mas que no decurso do desenvolvimento psicosssexual acaba por ser reprimida. Trata-se de uma perspectiva notável ao supor que a escolha homossexual faz parte do desenvolvimento psicosssexual, mas que é suplantada pelos imperativos da norma.

Retomando a análise dos *Três ensaios sobre a sexualidade*, nele se encontram as primeiras formulações psicanalíticas sobre a homossexualidade. O arcabouço teórico desenvolvido no texto sobre essa temática apresenta uma crítica à psiquiatria ao

questionar o caráter da hereditariedade e da degeneração. O posicionamento de Freud vai na contramão da visão patológica atribuída à homossexualidade e ele publicamente mostrou-se contrário às leis discriminatórias que perseguiram os homossexuais.

Segundo Vieira (2009), Freud declarou em uma entrevista concedida ao jornal vienense *Die Zeit*, em 1903, apoio a um homem julgado por práticas homossexuais. No ano de 1930, ele assinou uma petição em defesa da revisão do código penal e que defendia a supressão do delito da homossexualidade consentida entre adultos (BADINTER, 1993 *apud* VIERA, 2009). Vale lembrar também alguns excertos do autor que fazem referência a essa temática. No volume XVIII de sua obra, por exemplo, Freud descreve um caso clínico intitulado *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher* (1920), em que declara:

Em geral, empreender a conversão de um homossexual plenamente desenvolvido em um heterossexual não oferece muito maiores perspectivas de sucesso que o inverso; exceto que, por boas e práticas razões, o último caso nunca é tentado. O número de êxitos conseguidos pelo tratamento psicanalítico das diversas formas de homossexualismo, que, por casualidade, são múltiplas, na verdade não é muito notável. Via de regra, o homossexual não é capaz de abandonar o objeto que o abastece de prazer e não se pode convencê-lo de que, se fizesse a mudança, descobriria em outro objeto o prazer a que renunciou. Se chega a ser tratado, isso se dá principalmente pela pressão de motivos externos, tais como as desvantagens sociais e os perigos ligados à sua escolha de objetos; e esses componentes do instinto de autoconservação mostram-se fracos demais na luta contra os impulsos sexuais. (Freud, 1920. p. 159).

Outra menção é na célebre carta que Freud escreveu em 1935 para uma mãe norte-americana que lhe pediu ajuda em função do comportamento do filho. A resposta de Freud foi engenhosa:

Lendo a sua carta, deduzo que seu filho é homossexual. Chamou fortemente a minha atenção o fato de a senhora não mencionar este termo na informação que acerca dele me enviou. Poderia lhe perguntar por que razão? Não tenho dúvidas que a homossexualidade não representa uma vantagem. No entanto, também não existem motivos para se envergonhar dela, já que isso não supõe vício nem degradação alguma. Não pode ser qualificada como uma doença e nós a consideramos como uma variante da função sexual, produto de certa interrupção no desenvolvimento sexual. Muitos homens de grande respeito da Antiguidade e Atualidade foram homossexuais, e dentre eles, alguns dos personagens de maior destaque na história como Platão, Miguel Ângelo, Leonardo da Vinci, etc. É uma grande injustiça e também uma crueldade, perseguir a homossexualidade como se esta fosse um delito. (...) A análise pode fazer outra coisa pelo seu filho. Se ele estiver experimentando descontentamento por causa de milhares de conflitos e inibição em relação à sua vida social a análise poderá lhe proporcionar tranquilidade, paz psíquica e

plena eficiência, independentemente de continuar sendo homossexual ou de mudar sua condição. (FREUD, 1935).

Uma incursão mais profunda na obra *Os três ensaios sobre a sexualidade* revela como Freud identifica a homossexualidade. Na parte que discorre sobre as ‘aberrações sexuais’, o autor faz uma distinção em relação ao objeto sexual, que é o foco da pulsão, ou seja, corresponde à pessoa para qual a atração sexual é direcionada e a meta sexual, que remete à ação impulsionada pela pulsão. São dois conceitos cruciais nessa obra psicanalítica, que versa sobre as possibilidades dos desvios sexuais quanto ao objeto e a meta sexual e propõe debruçar-se sob uma investigação complexa da “relação entre eles e a norma suposta”. (FREUD, p.21). Cabe apontar o interesse no destaque para a referência sobre a norma suposta. Ao longo do texto, fica evidente a associação dessa norma com a heterossexualidade. Mas o emprego do termo ‘suposto’ é um adjetivo que dá margem a algumas possíveis interpretações sobre o posicionamento de Freud para a questão da normatização. Vieira (2009) assinala que o autor apresenta atitudes contraditórias ao teorizar sobre esse tema. Embora Freud não tenha considerado a homossexualidade como tributária da sexualidade normal, ele igualmente não considerava a heterossexualidade como axiomática. “Na concepção da psicanálise, portanto, também o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é um problema que requer explicação, não é algo evidente em si, baseado numa atração fundamentalmente química.” (FREUD, 1905, p.35).

Ademais, é possível sentir algumas agudezas na escrita freudiana, no momento, por exemplo, que ele teoriza sobre a escolha objetual dos homossexuais por pessoas do mesmo sexo.

A teoria popular do instinto sexual tem uma bela correspondência na fábula poética da divisão do ser humano em duas metades- homem e mulher-, que buscam unir-se novamente no amor. Resulta em grande surpresa, então saber que existem homens para os quais o objeto sexual não é a mulher, mas o homem, e mulheres para as quais esse objeto não é o homem, mas a mulher. (FREUD, 1905, p.21).

Freud refere-se à atividade homossexual como inversão e a atrela à categoria dos desvios quanto ao objeto. Os “invertidos” podem ser caracterizados, portanto, como aqueles que transgridem a fábula poética da complementaridade entre o homem e mulher. Já na outra modalidade de desvio em relação ao objetivo/finalidade, encontram-se classificadas às perversões.

Em relação às críticas que Freud faz aos postulados da psiquiatria sobre o caráter inato e degenerativo dos homossexuais, o autor defende como hipótese contrária ao inatismo, a existência de diferentes variações e particularidades circunstanciais das ‘inversões’, que impedem de se chegar a uma conclusão universal sobre o fenômeno. O autor refere-se a três tipos essenciais de ‘inversões’. Aqueles que são absolutamente invertidos, ou seja, o objeto sexual dessas pessoas é unicamente do mesmo sexo, sentindo até aversão ao outro sexo. Os anfígenos, no qual não há exclusividade na escolha do objeto, podendo se relacionar com ambos os sexos e os ocasionais, que englobam os ‘invertidos’ que somente se relacionam circunstancialmente com pessoas do mesmo sexo, na impossibilidade de estarem com pessoas do sexo oposto (ex: em presídios).

Já a argumentação contrária à degenerescência se dá pelo fato dessas pessoas não possuírem simultaneamente outros desvios sérios da norma e por se tratarem de pessoas com alto desenvolvimento intelectual e ético. Além dessa razão, ele faz uma retrospectiva histórica do fenômeno da homossexualidade e sinaliza que na antiguidade era quase algo instituído, apresentando alta frequência e funções importantes na cultura dos povos em apogeu.

Outra observação arguta de Freud e que serviu de pilar para contrapor também o discurso da degenerescência foi sua teorização sobre o instinto (pulsão) sexual não possuir objeto fixo, ser contigente e, inclusive, independer do objeto para alcançar satisfação. Para embasar essa leitura sobre a independência do objeto ele aponta para as experiências detectadas de satisfação sexual autoerótica, experimentadas principalmente no início da vida humana.

Chama a nossa atenção o fato de havermos concebido a ligação entre o instinto sexual e o objeto sexual como mais estreita do que é na realidade. O conhecimento obtido em casos considerados anormais nos diz que neles há apenas, entre instinto sexual e objeto sexual, uma soldagem, que arriscamos não enxergar devido à uniformidade da configuração normal, em que o instinto parece já trazer consigo o objeto. Assim, somos levados a afrouxar a ligação entre instinto e objeto que há em nossos pensamentos. É provável que o instinto sexual seja, de início, independente de seu objeto, e talvez não deva sequer sua origem aos atrativos deste. (FREUD, 1905, p. 38)

Sobre a possibilidade da eleição do objeto ser variável, o autor destaca circunstâncias em que se escolhem animais e crianças para a satisfação sexual. Muitas

vezes, discorre ele, essas situações ocorrem “quando um instinto urgente (inadiável) não consegue, no momento, tomar um objeto mais apropriado” (FREUD, 1905, p.39). Na perspectiva do autor, só há o caráter patológico em situações como essas, se há intensidade e exclusividade da escolha desses objetos para alcançar a satisfação sexual.

Um elemento chave que se pode concluir dessas considerações é que em muitas ocasiões e para uma quantidade significativa de indivíduos, o tipo e o valor do objeto se tornam secundários em detrimento da satisfação sexual. Vale lembrar uma interessante nota de rodapé que Freud acrescentou ao ensaio em 1919:

A diferença mais profunda entre a vida amorosa no mundo antigo e no nosso estaria em que os antigos ressaltavam o instinto mesmo, e nós enfatizamos o objeto. Eles celebravam o instinto e se dispunham, em nome dele, a enobrecer inclusive um objeto inferior, enquanto nós menosprezamos a atividade instintual em si, achando que apenas os méritos do objeto a desculpam.(FREUD, 1905,p.40).

Já a tese que Freud tece em relação aos desvios da finalidade sexual, chamada de perversão é de que tais desvios englobam algumas práticas que são adotadas de forma corrente durante o sexo. Essa concepção é inovadora no sentido de atrelar as perversões à vida sexual ‘normal’. Elas são classificadas em dois tipos essenciais: às extensões anatômicas e permanecimentos. A primeira caracteriza-se pelo envolvimento de outras partes do corpo no gozo sexual, para além da satisfação genital. São dados como exemplos a boca e o ânus, ainda que, muitas vezes, o nojo associado aos restos alimentares e aos resíduos fecais possa limitar que se utilizem tais partes para chegar à finalidade sexual. É o nojo, segundo Freud, que vincula essa meta sexual à perversão. Mas, aponta ele, a libido pode fazer com que se supere o nojo e a meta sexual seja alcançada. É nessa categoria que se encontram as fetichizações, quando há uma substituição do objeto sexual por uma parte do corpo inapropriada para a finalidade sexual normal, ou por um objeto inanimado que porta algum tipo de relação com a pessoa-objeto sexual. Sobre o fetichismo, Freud aponta que somente há caráter patológico nas situações exacerbadas, em que o fetiche se torna exclusivo e substitui o alvo sexual normal e quando passa a ser o único objeto sexual.

Em relação à outra classificação para as perversões, também caracterizadas como fixações nas relações intermediárias com o objeto sexual, são exemplificados os pares exibicionismo-voyerismo e sadismo-masochismo. Estão presentes enquanto mecanismos preliminares ao ato normal e usualmente recorrem-se a eles de forma rápida para alcançar

a meta sexual final. Porém, configuram-se enquanto perversões quando superam a resistência imposta pela vergonha e passam a ser não somente uma via para a cópula, mas se tornam a finalidade exclusiva da satisfação sexual.

Além dos Três Ensaio sobre a sexualidade, outro notório texto é Sobre o narcisismo: uma introdução, escrito em 1914. Nele, Freud estabelece a relação o narcisismo e a homossexualidade ao tratar dos destinos da libido e as escolhas dos objetos sexuais, influenciados pelas primeiras experiências infantis de satisfação. Por narcisismo, ele empresta o termo da descrição clínica feita por P.Näcke, em 1899, que analisou o comportamento do sujeito de substituir o objeto sexual pelo próprio corpo, ao utilizar a si mesmo com carícias e toques para obter o prazer sexual. Quando ganha uma proporção de absorver toda a vida sexual de uma pessoa, associa-se esse quadro com a perversão. Entretanto, Freud constatou que esse tipo de investimento libidinal está presente em muitos indivíduos, levando-o a concluir que faz parte do percurso do desenvolvimento sexual regular do ser humano. Ele falou que reconheceu notadamente o narcisismo nos homossexuais, bem como nos neuróticos, o que o levou a conjecturar que “o narcisismo não seria uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autoconservação, do que justificadamente atribuímos uma porção a cada ser vivo” (FREUD, 1914,p.10).

Em relação às escolhas de objeto, ele postula a existência de dois tipos básicos: a do tipo de apoio ou anaclítico e a narcísica. A do tipo anaclítico alude aos primeiros objetos sexuais da criança, direcionados para a figura de referência dos primeiros cuidados com a alimentação e proteção, normalmente à mãe ou substituto. Já em relação à escolha do tipo narcísica, ele acredita decorrer de alguma perturbação no desenvolvimento libidinal constatados, segundo sua análise, nos homossexuais e pervertidos. A maneira que ela se expressa é na forma de uma pessoa amar: “o que ela mesma é (a si mesma), o que ela mesma foi, o que ela mesma gostaria de ser, a pessoa que foi parte dela mesma.” (1914, p.24).

(...) descobrimos que não escolhem seu posterior objeto de amor segundo o modelo da mãe, mas conforme o de sua própria pessoa. Claramente buscam a si mesmas como objeto amoroso (...) mas não concluímos que as pessoas se dividem em dois grupos bem diferenciados, conforme sua escolha de objeto obedeça ao tipo narcísico ou ao “de apoio”. Preferimos supor, isto sim, que para cada pessoa ficam abertos ambos os caminhos da escolha de objeto, sendo que um ou outro pode ter a preferência. Dizemos que o ser humano tem originalmente dois objetos sexuais: ele próprio e a mulher que o cria, e nisso

pressupomos o narcisismo primário de todo indivíduo, que eventualmente pode se expressar de maneira dominante em sua escolha de objeto. (FREUD, 1914.p 22).

A ideia formulada de que o ser humano tem originalmente dois objetos sexuais, ele próprio e a mãe (ou a pessoa que presta o apoio/cuidados iniciais), fez Freud pressupor a existência de um narcisismo primário, em que a libido da criança está inteiramente voltada para si mesma. Ele constatou que os instintos sexuais apoiam-se, a princípio, na satisfação dos instintos de preservação do eu e posteriormente manifestam-se separadamente deles, direcionando-se para um objeto externo.

2.5 A família contemporânea

O panorama histórico traçado das transformações familiares e a inscrição da homossexualidade enquanto categoria de identidade ajudaram a compor o cenário para contextualizar as novas configurações familiares, atravessadas pelas marcas da contemporaneidade.

As novas configurações familiares se estabeleceram a partir de deslocamentos importantes no eixo que compunha a família moderna. A partir da década de 1950, intensas transformações acometeram a sociedade, desencadeadas principalmente pelas lutas travadas pelas mulheres que reivindicavam o estabelecimento de um novo lugar simbólico e outra posição social. Contextualizado já no primeiro capítulo, o movimento feminista revolucionou as estruturas familiares com as mudanças suscitadas pela conquista de direitos e a inserção gradual das mulheres no mercado de trabalho. Um dos fenômenos que impulsionou a luta feminina foi a invenção dos métodos anticoncepcionais. O aprimoramento técnico desses métodos e a possibilidade de controle da reprodução humana garantiram às mulheres a conquista de maior liberdade. Apesar do controle da natalidade ser realizado desde o século XIX, através dos mecanismos biopolíticos que visavam a regulação da vida e o estabelecimento de uma população bem qualificada, tais procedimentos eram arcaicos e colocavam a mulher refém dos ciclos hormonais. Esse aparato tecnológico foi, portanto, revolucionário, tanto por agir em larga escala na sociedade na diminuição da prole, como também no registro subjetivo do desejo e dos costumes.

Segundo Birman (2007), até esse momento:

(...) as gestações eram imprevisíveis e no limite incontroláveis, de maneira que as mulheres ficavam à mercê de suas proles, que ocupavam quase todo o seu tempo e nada mais lhes restava para que pudessem investir em qualquer outra atividade. Portanto, o registro do *desejo* ficava regulado pelo registro da *reprodução biológica*, em nome sempre da *reprodução social*. Contudo, com a invenção de meios anticoncepcionais seguros e múltiplos, as mulheres puderam separar finalmente os registros do desejo e da reprodução biológica, podendo então definir *quando* ter filhos e *quantos* filhos queriam ter. (p.55)

Esse processo, portanto, foi de suma importância para o empoderamento feminino, pois a partir do momento que elas detinham a possibilidade de escolha, o plano de ter filhos passou a ser adiado, ou mesmo rejeitado, em função do desejo que passaram a ter por capacitar intelectualmente, conquistar uma carreira profissional e se dedicar a outras atividades. A maternidade passou a não fazer mais parte do imaginário de todas as mulheres na sociedade contemporânea e estas passaram a se individualizar cada vez mais em busca de projetos singulares de vida.

Além do movimento de individualização das mulheres, o controle tecnológico da reprodução, a expansão do mercado de trabalho, Matos (2000) ajuda a situar outros fatores macrossociais responsáveis por estimular abalos nas experiências da modernidade, influenciar a transição para a contemporaneidade e para as mudanças na conjuntura familiar. Ela cita um movimento que teve sua origem na França e Inglaterra, impulsionado nos EUA e que também alcançou o Brasil, de lutas travadas pelos ‘direitos civis’ e pelas minorias (no sentido de maior liberdade, segurança, propriedade, direitos à vida, independente da raça, sexo, religião...). A autora aponta também para a maior visibilidade para os movimentos gays, de lésbicas, de trans ou bissexuais. Além desses, adiciona à lista outras três condições que julga de relevância:

Primeiro, a transição de uma visão de ciência objetivista e neutra para outra reflexiva (que inclusive incorpora dimensões do relativismo e contradição, entre eles, as conexões emocionais, motivacionais e inconscientes); segundo, a crise ecológica (na medida em que evidencia para todo mundo o auto-risco ecológico-industrial), e por último, a forte transformação no campo das profissões e atividades ocupacionais, empreendida também fortemente pelas orientações feministas. (MATOS, 2000,p.20).

Referente às particularidades dos laços conjugais na contemporaneidade, Roudinesco (2003) afirma que o que permeia a união entre dois indivíduos é a busca de

relações íntimas ou realização sexual e que o tempo de duração passa a ser algo relativo. Como dizia o poeta Vinícius de Moraes “*que seja eterno enquanto dure*”. Assim, o que se observa é a primazia do desejo na constituição e manutenção da conjugalidade. Mas, uma condição desejante que não é somente atravessada pelo prazer erótico entre os parceiros, mas também pela possibilidade de construir projetos de vida em comum, num exercício ético de devires.

É nesse cenário de transformações que foram abertos espaços para a emergência das novas configurações familiares. Com diferentes modelos de organização, elas são atravessadas por desafios de combinados de abertura de relação, casamentos não formais, moradias separadas, o pai assumindo cuidado integral das crianças, a mulher como provedora da casa e outros pactos/rituais idiossincráticos a depender da criatividade e possibilidade de cada conjugalidade. (MATOS, 2000).

Matos (2000) acredita num cenário atual de fragmentação de referências familiares e multiplicação das experiências, que somados com a veloz espantosa que atravessam os processos podem resultar em dificuldades do casal estabelecer os projetos de vida em comum e planejar o futuro. Por outro lado, ela acredita na abertura “para a experiência de ‘novas’ formas de sociabilidade e interação, pautadas mais pela tolerância, pela solidariedade e pela inclusão das diferenças” (p. 20).

No capítulo a seguir será feito um mergulho nessas ‘novas’ possibilidades de partilhas e o universo das experiências das parcerias homoafetivas femininas, a partir do olhar da psicanálise dos vínculos, para compreender as idiossincrasias dessas relações, atravessado pelo enredo contemporâneo que Bauman nos ajudou a contextualizar. Sigamos nessa jornada.

CAPÍTULO 3: Entre-nós: O sujeito do inconsciente e suas alianças.

A análise do material coletado se baseou nas reflexões metapsicológicas apresentadas por René Kaës sobre a constituição psíquica do sujeito do inconsciente. Pensar o sujeito nessa proposta é pensar o sujeito do vínculo, sujeito no vínculo, que está “inserido numa cadeia intersubjetiva e intergeracional, no qual é ao mesmo tempo elo, servidor, herdeiro e beneficiário de conteúdos transmitidos psiquicamente.” (KAËS *apud* GAILLARD, 2014, pg. 19).

No livro *Um Singular Plural – a Psicanálise à Prova do Grupo*, Rene Kaës (2010) defende que o psiquismo humano repousa sobre os pilares da sexualidade infantil, da fala e dos vínculos intersubjetivos. Na tentativa de compreender como se (trans)forma a psique do sujeito singular, o autor aponta para a importância das diversas modalidades de vínculos intersubjetivos que antecedem o sujeito, que ele estabelece e que o constituem como sujeito do inconsciente. Por intersubjetividade, Kaës entende como uma “estrutura dinâmica do espaço psíquico entre dois ou vários sujeitos. Esse espaço compreende processos, formações e experiências específicos, cujos efeitos influem o advento dos sujeitos do inconsciente e de seu futuro Eu no seio de um Nós.” (KAËS, 2011, p. 24)

Desta forma, a novidade apresentada consiste em pensar que a existência do sujeito está imbricada na existência do outro. O sujeito só existe, portanto, enquanto sujeito constituído na relação. Esta nova perspectiva teórica amplia o entendimento sobre a realidade psíquica, ao redefinir as fronteiras e entrecruzamentos dos espaços intrapsíquico e interpssíquico.

As pesquisas mais recentes como as realizadas por Kaës, no âmbito da Psicanálise, propõem a construção de uma nova metapsicologia intersubjetiva cujo objetivo seria a articulação das relações entre o duplo limite constitutivo do espaço psíquico, descrito por Green: o limite intrapsíquico entre o inconsciente e o pré-consciente/consciente e o limite interpssíquico entre o Self e o não Self. Essas questões tornam-se complexas à medida que esses dois limites se cruzam dentro e fora de cada sujeito e que a textura psíquica da intersubjetividade é a condição do sujeito do inconsciente. (FERNANDES, 2012, p.78).

As inquietações de Kaës sobre as ressonâncias dos psiquismos em situações plurissubjetivas como nos grupos, famílias e casais levaram-no ao desenvolvimento de pesquisas com a finalidade de compreender de que forma a grupalidade se constitui

enquanto espaço privilegiado para compreender os fenômenos da psique do grupo e da psique do sujeito singular. Ele buscou entender, portanto, de que modo o tornar-se Eu só é possível pela inserção do sujeito num grupo.

Para investigar o processo entre os psiquismos e a realidade psíquica dos vínculos intersubjetivos, Kães se apoiou nos fenômenos da transmissão e da transformação. Em seus estudos, o autor concebe um espaço psíquico comum e partilhado entre os sujeitos no grupo que forma um *aparelho psíquico grupal* com uma organização e funcionamento próprio, independente dos psiquismos que os constituem. Regido, então, por uma lógica singular, essa aparelhagem realiza a tarefa de ligar, reunir, colocar em acordo os processos e formações da psique que são mobilizadas em cada membro para construir o grupo. Desta forma, a realidade psíquica formada se apoia na psique dos seus membros. Ela “consiste nos efeitos dos desejos inconscientes dos membros do grupo” propõe Fernandes (2012 p.81). Entretanto, é uma estrutura autônoma que capta, integra as heterogeneidades e tem seu próprio processo de formação e transformação. Os grupos, instituições e famílias podem ser pensados enquanto aparelho de transformação da matéria psíquica e lugar de transmissão.

Kaës (2011) propõe que na constituição do aparelho psíquico grupal duas séries de organizadores são mobilizadas e estão na base dos vínculos: os psíquicos e os socioculturais. Os *organizadores psíquicos* do grupo remetem às “formações inconscientes relativamente complexas que tornam possíveis, sustentam e organizam o desenvolvimento integrado dos vínculos de agrupamento” (p.121). Eles se organizam a partir dos referenciais normativos fornecidos pelos *organizadores socioculturais*, que correspondem àqueles esquemas de “figurabilidade e de significação construídos socialmente por intermédio do trabalho da cultura”. Os *organizadores socioculturais* servem de alicerce para “a função narrativa e legitimadora que todo grupo utiliza para se autorrepresentar, para se autoidentificar, para se construir uma origem e se diferenciar dos demais grupos” (p.121). Ambos organizadores servem de suporte para o estabelecimento da identidade do grupo e das identificações entre seus membros.

Uma grande diferença do trabalho de Kães em relação ao de outros nomes da psicanálise que se debruçaram em pesquisas sobre o grupo foi a de não somente teorizar sobre processos que envolvem a constituição do sujeito singular no grupo, como também de problematizar de que forma a realidade psíquica do conjunto atravessa o sujeito,

apontando para realizações inconscientes que só podem ser mobilizadas em formações grupais.

A noção de *aparelhagem* e a discussão sobre as vicissitudes dos vínculos humanos trazem contribuições valiosas para se pensar sobre o objeto que esta pesquisa propõe. Esse repertório teórico ajuda a compreender os mecanismos acionados, tais como as alianças inconscientes constituídas entre os sujeitos do vínculo que:

(...) inscrevem-se de maneira fundamental na formação psíquica do vínculo intersubjetivo: o conceito de intersubjetividade pode encontrar aí sua matéria, e a realidade psíquica do vínculo sua consistência. As alianças inconscientes produzem seus efeitos além dos sujeitos, das circunstâncias e do momento que as tornaram necessárias e as moldaram: elas constituem o agente e a matéria de transmissão da vida psíquica entre gerações e entre contemporâneos. (KAËS, 2011. p.199)

3.1. As alianças inconscientes

Antes de apresentar a discussão sobre as alianças inconscientes e a complexidade da sua atuação no psiquismo, é interessante abordar as alianças numa perspectiva mais ampla. Segundo Kães, as alianças estão no coração da vida em sociedade. São elas que a fundamentam bem como fundam as instâncias políticas, religiosa e jurídica, principalmente sob a forma de contratos. Elas se expressam, portanto, enquanto uma construção “antropológica universal”, manifestando-se de diferentes maneiras, por diferentes palavras e diferentes funções. Por estarem submetidas à transmissão social e cultural, elas passam por transformações no decorrer da história, a exemplo da aliança matrimonial, e assim, os seus símbolos, contratos, pactos, acordos e outras mais formas que elas assumem passam a se expressar com outras características. Mas, segundo o autor, “todas têm em comum – estejam elas no cerne do religioso, político ou social, de um casal, de um grupo ou de uma família – a capacidade de produzir zonas do desconhecido, da incerteza, da obscuridade para além das formulações manifestas”. (2014, p.21).

Ainda sobre uma perspectiva antropológica das alianças, Kaës discute que no ato de duas ou mais pessoas se vincularem, a partir de um interesse em comum e um envolvimento mútuo, através de parceiros que se unem em busca de realizar um objetivo preciso, há um reconhecimento. Há um reconhecimento que imprime sua marca, seja através de um ato, algo distintivo, uma assinatura, ou sinal. Mas que tem um inestimável

valor sintomático ou simbólico, por exemplo, uma joia (aliança) que sela a união. O autor propõe, portanto, que essas alianças só têm eficácia se forem reconhecidas e garantidas por instituições sociais, religiosas, políticas e jurídicas.

Em relação às alianças inconscientes, Kaës afirma que nos relacionamentos humanos, desde os primórdios da vida psíquica, na convivência com a família, na associação em grupos e na constituição do casal, há o processo de identificação dos sujeitos entre si e com um objeto em comum. Mas, acrescenta ele, para que seja possível que a relação se constitua e se mantenha e, principalmente, para que sejam conservados os conteúdos de cada um e os da relação, alianças inconscientes são criadas entre os sujeitos.

No capítulo *Breves Notas sobre a Construção do Vínculo: Transmissão e Negatividade*, Maria Inês A. Fernandes (2012) assinala que as alianças inconscientes podem ser pensadas:

(...) como uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos sujeitos de um vínculo para reforçar, em cada um deles, certos processos, certas funções, ou certas estruturas das quais eles tiram um benefício tal que a ligação que os mantém junto, toma para sua vida psíquica um valor decisivo. 'O conjunto assim ligado não tem sua realidade psíquica a não ser pelas alianças, contratos e pactos que os sujeitos estabelecem e que seu lugar no conjunto os obriga a manter.' Elas estão a serviço de uma função *recalcadora* e, além disso, de um *sobrerrecalque*, como se fosse um redobramento do recalque, à medida que elas se manifestam não somente sobre os conteúdos inconscientes, mas sobre a própria aliança. (pg. 79).

Kaës assinala que as alianças produzem o sujeito do inconsciente. Elas fazem parte da formação do inconsciente de cada sujeito e parte delas permanece totalmente inconsciente, enquanto que outras não. De toda maneira, ela age no domínio do inconsciente com funções estruturantes e defensivas a serviço de atender às necessidades dos sujeitos e da relação. Ele acrescenta que as alianças são ao mesmo tempo um processo e um meio de realização de objetivos inconscientes. Presentes em todos os conjuntos de pessoas sejam em todos os casais, famílias, grupos e em todas as instituições, elas são a matéria e a própria organização psíquica que especificam a relação entre dois ou mais sujeitos.

Sobre a forma como elas agem, as alianças possibilitam uma união e a constituição de um acordo entre os sujeitos envolvidos. Essa união só é possível a partir da exclusão compartilhada, que mantém fora do espaço interno o que poderia ser conflituoso.

(...) para se estabelecer alianças, algumas representações, alguns pensamentos, devem ser recalcados, outros negados e outros ainda, rejeitados ou escondidos, ou enquistados nas profundezas do ser, ou ainda – e nesse caso mais radicalmente – colocados num depósito ou exportados num espaço psíquico fora do próprio eu. (KÄES, 2014, p.13).

Nesse sentido, as alianças conservam a relação, ao evitar, por exemplo, confrontos provocados pelas diferenças. Elas trabalham também no sentido da repressão de alguns afetos e satisfações pulsionais, assim como no consentimento das renúncias e sacrifícios. Mas, para que a relação se constitua e se mantenha é importante, segundo Kaës, que o sujeito não tenha consciência de tudo isso que está implicado.

Uma dimensão importante das alianças que possibilita que a relação de confiança seja estabelecida entre os parceiros é a intervenção de um terceiro “ao qual a divindade – ou qualquer outra instância equivalente – confere um valor sagrado” (KAËS, 2014, P.33). Segundo o autor, todas as alianças precisam de avalistas, uma garantia que assegura as condições de estabelecimento e manutenção dessas alianças, que dão base para firmar os objetivos, os seus termos, bem como as sanções. Essa garantia aporta um crédito, um voto de confiança. Os avalistas metassociais são as garantias e legitimam as relações sociais e suas organizações. Já a correspondência dessas garantias na vida psíquica são os avalistas metapsíquicos.

São os enquadres sobre os quais se funda a vida psíquica de cada sujeito e, num primeiro plano desses enquadres, as alianças inconscientes. Essas têm uma parte de suas funções conservadoras e autoconservadoras com qualidades típicas desses avalistas. Elas asseguram a estabilidade das alianças seja evitando as desorganizações e os conflitos, seja naquilo em que eles se constituem numa saída (KÄES, 2014, p.37).

Kaës sinaliza que a ocorrência de situações sociais e políticas perturbadoras desafiam ou mesmo promovem o aniquilamento dos avalistas metassociais e psíquicos provocando a formação ou renovação de novas alianças inconscientes.

Resumidamente, as alianças inconscientes podem ser consideradas como o ‘cimento’ da matéria psíquica que nos unem uns aos outros. E as funções que elas exercem, conforme já citado, algumas são estruturantes para a vida psíquica, outras defensivas, com derivações alienantes e patológicas e algumas ofensivas. Entre as alianças estruturantes, o contrato narcísico baseado nas proposições de Piera Aulagnier ajuda a entender de que forma o sujeito vem ao mundo e se insere na cadeira geracional

com uma missão específica. Para que seja possível a realização de seu próprio fim, ou seja, para que haja condições para que o ‘eu possa advir’, o sujeito recebe o investimento narcísico do seu grupo de pertencimento e em troca é encarregado da missão de dar continuidade à geração e ao conjunto social. Apoiando-se nos postulados de P.Aulagnier, Kaës ampliou esse conceito em três modalidades: o *contrato narcísico originário*, baseado nos investimentos de autoconservação da espécie e do sujeito, de um contrato narcísico de afiliação à espécie humana; o *contrato narcísico primário* pactuado no grupo primário familiar, de investimentos narcísicos dos pais na transmissão dos enunciados das palavras, dos mitos, das orientações identitárias e que atendem concomitantemente ao indivíduo e ao contexto; o *contrato narcísico secundário*, no qual o indivíduo é investido narcisicamente na afiliação com grupos secundários (extrafamiliares) e que tem uma função importante de redistribuição dos investimentos, através de relações de continuidade, complementaridade e inclusive de oposição aos investimentos narcísicos originários e primários.

Já o pacto narcísico, propõe Fernandes (2012) “diferentemente do contrato, como o entende Kaës, é o resultado de uma paz imposta” (p.80). O pacto não dá espaço para mutabilidades e implica que haja uma perfeita coincidência narcísica, constituindo-se enquanto patogênico e incluído nas alianças alienantes.

Outra aliança de natureza metadefensiva que vale o destaque pela sua função essencial para a organização do vínculo e para manutenção da complementaridade dos interesses de cada um e do vínculo estabelecido é o pacto denegativo. Situado enquanto “contraface e o complemento do contrato narcísico” (FERNANDES, 2012, p.80) o pacto denegativo pode ser resumido como o “pacto sobre o negativo”. Para que o vínculo seja estabelecido é preciso que os sujeitos envolvidos ‘paguem’ um preço, “devido à dupla economia cruzada das forças que regem as relações entre os sujeitos singulares e também da cadeia a qual são membros”. (KAËS, 2011, p.204) Nessa complexidade interacional há a emergência de questões que são mobilizados nos sujeitos envolvidos, representado pelas figuras do negativo. O pacto seria, então, o resultado da produção do inconsciente, que atua através de diversas operações defensivas como o recalque, a negação, a rejeição ou a clivagem de representações perigosas para o vínculo, caracterizando uma espécie de acordo inconsciente sobre o próprio inconsciente. O pacto é essencial enquanto modalidade de resolução de conflitos intrapsíquicos e conflitos que atravessam as

diversas modalidades de vínculos, ao manter fora da consciência o que poderia ser uma fonte de desorganização do vínculo. Entretanto, ele cria zonas de silêncio, produz o não significável do vínculo, fazendo do sujeito um estranho à sua própria história e a do outro.

Sobre as figuras do negativo, Kaës aponta que se trata de um componente constante das alianças inconscientes, que ele pôde constatar nas suas pesquisas e experiências clínicas. O negativo se expressa também, é aquele “resto”, que carrega marcas do impensável, da destruição, da morte, diz respeito também às renúncias, tal como a renúncia à satisfação imediata das pulsões interditas, e precisam ficar de fora e serem negados ou denegados para que a relação se constitua. Como bem define Fernandes (2012, p. 80) ao fazer alusão às reflexões de Kâes:

De fato, cada conjunto particular organiza-se *positivamente* sobre investimentos mútuos, sobre identificações comuns, sobre uma comunidade de ideias e crenças, sobre um contrato narcísico, sobre modalidades toleráveis de realizações de desejos...; cada conjunto organiza-se também *negativamente* sobre uma comunidade de renúncias e de sacrifícios, sobre extinções, rejeições e recalques, sobre um “deixar de lado” e sobre restos.

Diferentes modalidades do negativo estão na origem da psique humana e na origem das relações entre os sujeitos e na sua manutenção. Kaës identificou três formas essenciais que se apresentam: a *negatividade de obrigação*, que corresponde ao negativo necessário para a psique efetuar seu trabalho de ligação, em prol de um interesse maior. Por exemplo: a necessidade do trabalho efetuado pelo aparelho psíquico para que os sujeitos de uma relação possam renunciar à satisfação imediata dos objetivos pulsionais ameaçadores para o vínculo. Já a modalidade da *negatividade relativa* está voltada para aquilo que não é realidade psíquica, que não encontrou seu lugar de existência, constituindo-se enquanto sofrimento na formação dos continentes e nos conteúdos psíquicos. Entretanto, aquilo que não encontrou meios de existir ainda tem possibilidade para encontrar outros meios de satisfação. A negatividade, portanto, é relativa na medida em que existe abertura para satisfação efetiva ou que ao menos há um projeto de ação, fonte de esperança de transformação da realidade. Já a *negatividade radical*, mais difícil de ser conceituada, segundo Kaës (2014) pode ser qualificada como:

Ela poderia caracterizar aquilo que Lacan chama de real (...) ‘aquilo que não existe’. Ela se atualiza na experiência da falta, pela prova ou experiência da ausência, pelo encontro com o desconhecido ou pelo não encontro de um sujeito ou de um objeto. Ela poderia ser descrita de um modo paradoxal como o real não percebido, não contido. (p.108)

A problemática das alianças inconscientes e das figuras do negativo passou a ocupar um papel decisivo e ampliou as discussões psicanalíticas no que diz respeito às transmissões psíquicas que ligam as gerações e as que vinculam os contemporâneos entre si. As alianças estão na base dos processos e das modalidades de transmissão já que regem as relações de passagem e organização entre os espaços psíquicos. Algumas das alianças nos precedem, já que a forma que nos inscrevemos no mundo da vida psíquica se dá na trama das alianças familiares, que foram estabelecidas antes de nós e das quais nos inserimos com um lugar demarcado de antemão. Elas estão no princípio da transmissão daquilo que mantém as *amarras intersubjetivas*, de conservação dos aspectos positivos e necessários para a vida, mas comporta também a transmissão do negativo, daquilo que há de violento, daquilo que não se retém, do que não foi simbolizado.

Em relação à transmissão psíquica geracional, no livro *Uma Clínica Específica com casais: contribuições teóricas e técnicas*, a autora Isabel Gomes recorre às ideias de Kaës para explicar como esse processo se faz presente na formação do psiquismo e são determinantes na escolha do par conjugal e na manutenção dos seus vínculos (GOMES, 2007). O que se transmite, segundo Kaës, como nos mostra Gomes é “aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação e complexidade das formas e da vida: ideais, mecanismos de defesa, identificações, certezas, dúvidas” (KAËS 2001 *apud* GOMES, 2007, pg. 9).

Ainda que a transmissão psíquica geracional exerça um importante papel de dar, por um lado, continuidade aos valores familiares, por outro, conflitos entre as gerações podem ser perpetuados, influenciando as gerações seguintes. O que se transmite, diz Kaës é “preferencialmente o que não contém, aquilo que não se retém, aquilo de que não se lembra, como a vergonha, a falta e a doença, o recalçamento os objetos perdidos e ainda enlutados” (2001 *apud* GOMES, 2007, pg. 56).

Destarte, o que se vive na geração presente, na relação com a mãe e/ou o pai, por exemplo, reaparece, reatualiza-se de um modo ou de outro na relação com os filhos. Trata-se de uma repetição com o passado não só determinando o presente, mas como o presente permite que o passado exista. Conflitos nas gerações passadas podem implicar questões mal resolvidas, que ficam encapsuladas, negadas, emergindo nas gerações seguintes. Dependendo de como o indivíduo recebe a história familiar, “pode-se tornar

um prisioneiro dessa herança ou pode-se tornar um herdeiro dela" (GOMES, 2007, pg. 57).

Correa (2000) propõe que a transmissão das vivências psíquicas que nos precederam pode ser realizada de duas formas distintas, mas interligadas: a transmissão psíquica intergeracional, que estaria implicada na transmissão de um material psíquico que pôde ser elaborado, trabalhado na fantasia, passando por um processo de transformação, da ordem do consciente e que promove a continuidade da vida psíquica. E a transmissão psíquica transgeracional que atravessa as gerações de forma inconsciente, que por não ser acolhida pela(s) geração(ões) precedente(s) por conter verdades escondidas, como episódios de violência, vergonha e humilhação, não puderam ser transformadas. Configuram-se em “não ditos”, que precisam ser esquecidos, mas que, ainda assim, são transmitidos para a geração posterior.

3.2 A transmissão do negativo e a possibilidade da remalhagem pelo vínculo conjugal

A partir das contribuições do psicanalista Pierre Benghozi, podemos pensar a importância do estabelecimento dos vínculos afiliativos, principalmente o conjugal, objeto dessa pesquisa, para ajudar no processo de elaboração dos conteúdos transmitidos psiquicamente contendo marcas de violência.

Benghozi compreende o vínculo como o suporte da transmissão psíquica. Ele propõe a existência de dois tipos de vínculo: os vínculos psíquicos de filiação e os de afiliação. Os vínculos de filiação correspondem ao nível vertical e diacrônico e religam os ascendentes - tais como pais, avós e que se estende para os ancestrais primitivos - aos descendentes, filhos, netos e até mesmo os ainda não nascidos da filiação. Já os vínculos de afiliação dizem respeito ao plano horizontal e sincrônico, relacionado aos vínculos grupais de pertencimento a uma instituição ou comunidade, bem como os vínculos conjugais, anteriormente citado. O vínculo de filiação é uma construção psíquica que tem como base de apoio a realidade biológica. Em contrapartida, o vínculo de afiliação está apoiado na realidade sociológica de inserção no grupo social. (Benghozi, 2010).

O autor trabalha com uma perspectiva de pensar que há um conjunto que liga os vínculos de filiação e afiliação formando uma malha e introduz o conceito de *malhagem de continência psíquica*.

A malhagem é o trabalho psíquico de construção-desconstrução e de organização dos vínculos (...) a malhagem genealógica permite a integridade e a manutenção dos continentes genealógicos grupais, familiares e comunitários. (Benghozi, 2010, p.03-04).

Utilizando a imagem metafórica de uma rede, o autor explica que a malha é a unidade de continência psíquica, ou seja, garante a organização dos vínculos, a constituição identitária e a figuração do corpo, ajuda na demarcação de um dentro e fora e promove condições para a constituição do sujeito. Nesse conjunto, os vínculos de filiação e afiliação são ligados e atuam através das metagarantias, por exemplo, pela posição ética da responsabilidade em relação ao vínculo de afiliação por pais, avós, ou também pelo estado que também tem (deveria ter) uma função de metagarantia, de responsabilidade pelos cidadãos, (deveria ser) assegurada por diversas instâncias.

Entretanto, aponta Benghozi, diante das falhas das metagarantias e de enfraquecimento do continente psíquico como em situações de violência, tal como numa rede, pode haver um buraco nessa malha, um rasgo, ou como uma meia que vai desfiando, podendo acarretar o que ele chamou de uma desmalhagem catastrófica. O continente psíquico enfraquecido não envolve somente o vínculo, “mas também aquilo que se articula com ele e do qual ele é suporte e vetor, e, portanto, a transmissão.” (BENGHOZI, 2010, p.05).

A respeito das marcas que a violência pode deixar e os efeitos devastadores na subjetividade, o autor aponta que “o paradigma da violência é a humilhação destruidora do que funda o sujeito enquanto humano. A violência humilhante é simbolicida. Sua arma é a desmetaforização dessubjetivante” (BENGHOZI, 2005, p.105-106).

Diante desses cenários, podemos pensar a desmalhagem a partir do ataque aos laços e perda da capacidade de continência e simbolização de conteúdos excessivos ao psiquismo. Esse processo de desmalhagem pode incorrer na emergência de sintomas, considerados por Benghozi como expressão da tentativa de cerzir o dilaceramento, num investimento de remalhagem dos continentes enfraquecidos. Além dos sintomas (tentativa de remalhagem), o autor propõe que as rupturas do vínculo filiativo, por exemplo, possam sempre ser remalhadas pelo vínculo afiliativo. A aliança conjugal pode se constituir enquanto uma forma de remalhagem recíproca dos continentes familiares

das famílias de origem de cada cônjuge. A construção desse laço afiliativo pode gerar uma abertura do continente genealógico secundário e, especificamente no caso da população LGBT, pode ajudar nas situações de violência e traumas que sofrem e que, muitas vezes, são acompanhados de rupturas (reais ou simbólicas) de laços sociais e familiares.

Pensando nesse sentido, a constituição de alianças nos casais homoafetivos femininos pode representar o acesso a novas representações, através de uma co-construção de um *neocontinente narrativo* para mobilizar o continente psíquico em falta e assim possibilitar a emergência de outras singularidades subjetivas. A relação do casal, portanto, além de proporcionar benefícios pessoais que não poderiam ser realizados individualmente, como um investimento narcísico recíproco, uma proteção contra perigos reais ou fantasiados ou mesmo um gozo compartilhado possibilitado por um acordo inconsciente feito pelos (as) parceiros (as), pode fortalecer os sujeitos do vínculo e ajudar na restituição da função continente vulnerável ou mesmo rompida pelos ataques que sofrem.

CAPÍTULO 4: Análise das entrevistas

A investigação da conjugalidade homoafetiva feminina na contemporaneidade foi realizada a partir de três entrevistas concedidas por casais de mulheres que aceitaram o desafio de abrir as portas de sua intimidade para ajudar na compreensão de particularidades que permeiam a experiência das parcerias femininas.

Os relatos pungentes e ricos fornecidos pelas protagonistas apontaram para profundas marcas da invisibilidade e de luta por reconhecimento da relação, em função do campo de representação social ainda ser estruturado predominantemente por preceitos heteronormativos.

Nos relatos de nossas protagonistas, foram identificadas diversas formas de violência na qual foram vítimas, em especial a simbólica, impingidas através de atos sutis ou de estigmatização dessubjetivante, sugerindo uma recusa da existência legítima e da visibilidade da homoconjugalidade pelo entorno social. Negativamente marcadas, elas narraram episódios de homofobia, de associação da mulher homoafetiva com a marginalidade e apontaram para a existência de um imaginário do relacionamento homoafetivo feminino envolto no sofrimento e morte, construído pelo cinema, literatura e afins. Esse cenário social de hostilidade parece desafiar os avalistas metassociais e psíquicos do vínculo intersubjetivo e impactar nas alianças de base, fundamentais para a função narrativa e legitimadora da relação.

4.1 Primeira Entrevista

As primeiras entrevistadas foram Marília e Juli, 34 e 28 anos, respectivamente, juntas há sete anos. Elas abriram as portas de sua casa para a pesquisadora conhecer o *espaço objetivo e subjetivo do lar* que habitam com a cachorra, considerada a filha do casal. A entrevista possibilitou conhecer os caminhos trilhados pelas protagonistas no que elas chamaram de *projeto-relação*, visto sob a perspectiva de um trabalho ativo, marcado pela intensidade de construir um cotidiano, em que o namoro já começa com um morar juntas num curto espaço de tempo e ganha contornos de um casamento.

O primeiro aspecto que foi trazido à tona pelas entrevistadas foi o tempo da relação e uma referência latente à ocorrência de diversas situações ao longo desses sete anos de relacionamento.

(...)

Pesquisadora: É isso, como foi essa construção da relação... dessa vida a duas...

MARÍLIA: Legal! Faz 7 (Sete) anos, tá? (seguido de risos).

Pesquisadora: Muita história!

MARÍLIA: Quase uma década!

JULI: Faz sete anos já,(pequena pausa).. pois é!

MARÍLIA (dirigindo-se à parceira): Arrasa meu amor, quer começar, com questões que você acha importantes?

JULI: (pequena pausa) humm, a gente vai ter que pensar né!

MARÍLIA: É!

JULI: Eu não sei como começar. Será que a gente começa do começo?

MARÍLIA: (risos). Cara, eu acho que tem um dado importante que é...

(nesse momento Juli interrompe e pede para Marília não mexer na comida que ela estava preparando. Marília comenta que está fervendo e Juli responde que sabe e fala novamente para Marília não mexer, seguido de risos).

Nas falas iniciais das entrevistadas, vemos um interessante movimento de aludir aos sete anos da relação e uma resistência protagonizada por Juli diante da delicadeza de expor a intimidade do casal e de pronunciar pontos que não devem ser mexidos. Nesse movimento, é possível ver nas questões transferenciais a dificuldade de abordar a intimidade, principalmente diante de contexto de entrevista em que não há uma demanda explícita do casal para realizar a conversa e diante das possíveis fantasmáticas que podem ser mobilizadas pela ameaça de um terceiro em potencial representado pela figura da pesquisadora.

A questão do tempo do relacionamento e das experiências vividas durante o ciclo de sete anos emergiu também em outros momentos. Elas sinalizaram estar numa fase crucial de reflexão sobre a continuidade da relação.

JULI: Acho que tem um dado importante é que, 7 anos (ênfase) são anos suficientes para a gente passar por diversas fases, eu acho que o que fica para mim que é importante, é que... (pequena pausa) bem ou mal, é.. a gente passou.. o que mantém nosso relacionamento, é muito a vontade de passar por todas essas fases..

MARÍLIA: fases..(falou ao mesmo tempo)

JULI: Fases, que vão acontecendo, conforme elas vão acontecendo. Então, acho que uma das coisas mais fortes para mim é o trabalho ativo que a gente tem, de continuar essa relação, porque a gente quer continuar essa relação, então, cada questão nova que vem, a gente senta e conversa (ênfase), e isso que é um negócio muito louco, assim, né..

(...)

MARÍLIA: (...) eu quero viver plena e feliz e se isso te envolver (ênfase), meu, maravilhoso! Porque a gente tá, a gente tá afim!

JULI: É!

MARÍLIA: Nesse momento, eu posso dizer que a gente está a fim! (risos) porque a gente TEM conversado sobre isso!

JULI e MARÍLIA: (muitos risos)

MARÍLIA: Então, eu nem preciso te perguntar...

Conforme já foi dito anteriormente, um dos organizadores que são mobilizados nos processos de aparelhagem grupal são os organizadores socioculturais. Segundo Kaës (2011), esquemas de figurabilidade e de significações construídas socialmente por intermédio da cultura ajudam a compor e organizar o processo de agrupamento e, portanto, atravessam, ainda que de forma inconsciente, a organização/manutenção do vínculo. Os mitos são representantes expressivos desses organizadores.

No caso das nossas entrevistadas, a referência ao tempo de 7 anos de relação parece portar uma simbologia importante, tendo em vista algumas mudanças que ocorreram na relação ao longo do tempo e do momento que elas comentaram estar. Sabe-se que o sete é um número místico e está relacionado à teoria do setênio, formulada a partir de postulados gregos e chineses sobre possíveis mudanças biológicas e espirituais que ocorrem de sete em sete anos na vida das pessoas. O número sete carrega também uma importância simbólica para o mundo cristão e outras mitologias, ao representar a totalidade, a perfeição, além de simbolizar conclusão cíclica e renovação.

Na continuação da entrevista, outro aspecto importante que elas trazem é a referência ao morar juntas desde sempre.

MARÍLIA: Eu acho que tem um dado importante que é, a gente SEMPRE (ênfase) morou juntas.

PESQUISADORA: Sempre?

MARÍLIA: Sempre. Eu acho isso um dado super importante. Um ritual...

JULI: É... quatro meses, cinco meses de relação... não! Foram seis meses de relação antes da gente morar juntas, tipo..

MARÍLIA: Dado né, o tempo... é nada!

JULI: É!

MARÍLIA: A gente ficou, a gente se conhecia muito pouco ou nada, a gente ficou e a gente ficou ficando, ficou ficando e a gente resolveu morar juntas (risos). Por uma questão prática, não sei...

JULI: (*Interrompe*) É!

MARÍLIA: (não sei) se é uma desculpa nossa, né?

JULI: É, no início foi uma questão prática, eu tinha um aluguel que ia vencer em março e ela tinha uma colega de quarto que ia sair em março. A gente falou, por que não, não é mesmo? Ah, só por enquanto, só por enquanto..mas acho que na verdade já era...era uma desculpinha né?

MARÍLIA: É!

JULI: Ah, mais ou menos. Não importa!

MARÍLIA: É, ah, cada uma fala de si.

JULI: (muitos risos).

MARÍLIA: Eu queria que você morasse aqui. Eu queria que você ficasse. (risos).

JULI: (risos). Eu achava que ia embora, mas não fui.

Podemos pensar sobre o significado desse momento comentado por elas e a escolha por morar juntas. Segundo Käs, o processo de desenvolvimento inicial do casal exige um trabalho dos aparelhos psíquicos para produzir a aparelhagem e criar um espaço psíquico comum e partilhado. Nesse sentido, o encontro com o outro diferente, com a alteridade pode ser bastante conflituoso podendo gerar turbulências e incertezas até que se estabeleça uma sinergia. O autor formula:

A necessidade de se proteger das coexcitações pulsionais construindo paraexcitações eficazes e moderadas é sempre uma medida prioritária. Com efeito, a esse momento inicial de construção do grupo, os dispositivos paraexcitadores internos são insuficientes ou excessivos. Eles o serão, aliás, cada vez que a estrutura do grupo desorganizar para se transformar. Existe uma conjunção constante entre os momentos de desorganização ou de mudança de organizadores-atratores e as pulverizações ou enrijecimento dos dispositivos paraexcitadores. (2011, p.123).

Nesse sentido, ele comenta que uma das medidas que assegura uma função paraexcitadora até estabilizar as bases do grupo é o mecanismo de identificação de urgência. Trata-se de uma medida transitoriamente eficaz porque traz a certeza da presença de um objeto no interior dos sujeitos do vínculo. Mas, sua importância não se dá somente pelo fato de um objeto estar novamente disponível em cada um, mas principalmente porque “esse objeto é idêntico, comum e pode ser partilhado, e estabelece vínculo entre eles”. (2011, p.123). Para Kaës, além de ser uma medida paraexcitadora, a identificação de urgência permite o encadeamento do processo de aparelhagem de tal maneira que “pela primeira vez, o espaço interno e o espaço do grupo coincidem momentaneamente, e os sujeitos se tornam membros de um grupo nessa primeira solicitação de seus grupos internos”. (p.123).

Na situação das entrevistadas, a referência que Marília faz sobre o morarem juntas, enquanto *ritual*, é carregada de simbolismo. Podemos pensar como uma tentativa de garantir que a relação dê certo, em que elas recorrem à identificação de urgência como uma medida protetora para reduzir as incertezas e tensões geradas e atingir um equilíbrio econômico.

Sobre essa questão do morar juntas, vale a pena apontar a escolha por Marília do advérbio *sempre*. Sinalizando possivelmente um recurso defensivo frente a um fantasma de perda/separação, a ideia do *sempre* remete a uma noção absoluta do tempo, como se portasse o passado, presente e futuro. Essa frase é seguida pela alusão que Marília fez que gostaria que Juli morasse com ela, mas que havia uma possibilidade de Juli ir embora.

Na continuidade da entrevista e a partir de outros elementos que aparecem no decorrer é possível verificar como esse organizador fantasmático fornece consistência à realidade psíquica comum e partilhada da conjugalidade de Marília e Juli, ou seja, as alianças inconscientes do conjunto intersubjetivo, como o pacto denegativo.

MARÍLIA: Eu, Marília, para você lembrar de quem é depois (risos). É, e aí não foi... e eu acho isso um dado mega importante, porque tem uma coisa da convivência da vida prática, né, que é uma coisa para além do desejo de estar junto, para além do tesão, para além da transa, para além do amor, que é tipo dividir contas, se acostumar com a bagunça, é uma coisa que rolaria, inclusive, se não fosse uma relação amorosa, né. Tipo, ah, conflitos que se dão de morar juntas, resoluções, vida prática, né?

JULI: É!

MARÍLIA: Vida cotidiana! Como a gente usa o dinheiro...

JULI: É!

MARÍLIA: ah queremos comprar isso e tal...

JULI: E toda a intensidade de construir um cotidiano, né?

MARÍLIA: Sim!

JULI: Que vem com morar junto, né, com ser casado (pequena pausa) e não...

MARÍLIA: Sim!

JULI: E não só namorar né, que é outra, é outra relação.

MARÍLIA: É! É outra relação... Então tem vários dados que hoje eu penso que são super importantes para gente, que se deram logo no começo, do tipo assim, é... tá, você começou um namoro e você tá morando com a pessoa, então tem dados, inclusive, que tocam de uma forma muito cara à monogamia né, tipo, você COMEÇA (ênfase) um namoro e tipo, ‘você não vai dormir em casa hoje? Onde você está? São quatro da manhã, está tudo bem, você vai voltar?’ Acho que existe um dado importante..

JULI: É!

MARÍLIA: que diz relação à cultura monogâmica, né..

JULI: É, isso é um outro dado também, que a gente é um casal não monogâmico assim, a gente não é obrigatoriamente monogâmica..

MARÍLIA: É!

JULI: A gente mantém a afetividade monogâmica (ênfase), mas não necessariamente a sexualidade monogâmica, então...

MARÍLIA: Hoje, né?

JULI: Hoje, é...

MARÍLIA: Senão pode parecer para ela que a gente está há 7 anos nesse...

JULI: Não!

MARÍLIA: mesmo esquema..

JULI: Alguns anos já, a gente não é mais monogâmica...

MARÍLIA: É!

JULI: per ser, né, mas no início, era monogâmico.

MARÍLIA: É, a gente começou dessa forma. Acho que não sei, né, posso dizer por mim, acho que EU (ênfase) tinha mais essa cultura da monogamia e a gente começou de forma monogâmica e aí, morar junto tem tudo a ver com isso né, porque você (pequena pausa), de certa forma, você dá satisfação para a pessoa, né.. Morar junto é, querendo ou não.. não tô falando que é uma coisa que pautava nossa relação..

JULI: Sim, sim...

MARÍLIA: Mas tipo, a vida prática começa a pautar uma monogamia, né... você vai voltar para casa, você tá dando satisfação. Acho que esse dado é super importante, né, (pequena pausa) da vida prática assim.

JULI: É!

(pequena pausa)

MARÍLIA: E sei lá, tem uma coisa que a gente conversa muito que é, eu ADORO (ênfase) morar com a Juli, Adoro! Eu acho que a gente se dá muito bem e tipo, eu não tenho (ênfase) desejo de morar com outra pessoa ou sozinha assim, eu ADORO morar com a Juli...

JULI: Eu também gosto muuuito..

MARÍLIA: Eu me divirto, eu gosto muito, acho que a gente se dá bem...

JULI: É!

A partir desse diálogo é possível constatar o trabalho psíquico que demanda o encontro de uma com a outra. Fica subentendido o dispêndio de energia envolvido para que as psiques ou parte delas se associem e das tensões mencionadas que ocorrem no processo de experimentar e integrar as diferenças até elas se regularem. Além do retrato da intensidade do cotidiano vivido, a maneira que elas descrevem esse morar juntas sinaliza reciprocidade e investimento narcísicos e objetivos e acordos inconscientes que selam alianças e asseguram os investimentos vitais pela manutenção da relação.

Temos como indício de uma aliança estruturante presente nesse diálogo e, ao longo da entrevista, *o contrato narcísico*, que introduz uma inflexão notável na questão do estabelecimento e reconhecimento delas da relação, inscrita com o significante do casamento. Entretanto, não podemos deixar de evidenciar que a alusão feita por Juli da

representação do morar juntas como um casamento foi seguido de uma pausa, ainda que breve. Sabe-se que, na psicanálise, a interrupção do fluxo do discurso, o silêncio que acompanha as pausas é carregado de significação.

Uma hipótese aventada é de que criação desse espaço psíquico comum e partilhado envolvido no processo de se vincular implica não somente benefícios para os envolvidos, como encargos também, advindos, por exemplo, da renúncia à satisfação de objetivos pulsionais, importante para manutenção das relações. É a referência que Kaës faz de que as alianças se inscrevem no processo de intercâmbio e que “elas implicam em si um dom, a dívida e a contrapartida do dom, ou pelo menos algo nesse sentido, algum benefício pelo menos” (2014, p.34). É possível apreender sinais de sacrifícios realizados por ambas para que fosse possível estabelecer as alianças da relação e assim obter outros benefícios. Podemos pensar na menção que elas fizeram sobre o morar juntas. (...) *e aí, morar junto tem tudo a ver com isso né, porque você (pequena pausa), de certa, forma, você dá satisfação para a pessoa, né* e também no processo implicado na vivência da não monogamia. Vale destacar o fato de não ter sido uma escolha desde o início da relação. *Alguns anos já, a gente não é mais monogâmica (...) per ser, né, mas no início, era monogâmico*, sinalizando que houve uma realidade passada e uma transição para o que elas vivem atualmente. Ao longo da entrevista, outras questões foram apontadas pelas protagonistas e serão discutidas em ocasião oportuna.

Em relação ao pacto denegativo, anteriormente citado, ele se situa enquanto “contraface e o complemento do contrato narcísico” podendo ser resumido como o “pacto sobre o negativo”, sobre o quê precisa ficar afastado da consciência para manter a complementaridade dos interesses de cada um do vínculo. Há, portanto, um reforço mútuo do desconhecimento em que cada indivíduo do vínculo visa os interesses do outro servindo seus próprios interesses.

Vemos no diálogo e na repetição do tema que a escolha da *não monogamia* envolve um compromisso firmado entre elas para assegurar a permanência do relacionamento e recalcar os fantasmas de uma possível separação. Nesse sentido, diante dessa situação que comporta conflitos dispendiosos, operações psíquicas implicadas numa negatividade de obrigação se organizam num arranjo feito entre elas para manter a paz.

JULI: (...) cada questão nova que vem, a gente senta e conversa (ênfase), e isso que é um negócio muito louco, assim, né..

MARÍLIA: É!

JULI: Conversa das coisas que não é nem um pouco confortável de conversar, sabe... aquela coisinha que vc falar ‘errrrrrrrff’..

MARÍLIA: Sim..

JULI: Preferia fingir que não existe, botar debaixo do travesseiro, mas a gente troca bastante, bastante (ênfase) ideia..

MARÍLIA: Sim! Sim, né? É, que é uma coisa.. eu faço análise, né, há muitos anos (ênfase), que é uma coisa que o meu processo de análise acabou definindo como uma honestidade afetiva, também, assim, né... É muito importante, eu acho que isso é muito importante para a gente..

JULI: Nossa!

MARÍLIA: É uma pauta MUITO importante...

JULI: Nossa! Acho que é MAIS importante..(risos)

MARÍLIA: É!!! Honestidade afetiva.. Então, nem que a coisas doam um pouco, a gente precisa de uma honestidade afetiva, até para saber, e aí,... Você tá confortável com isso? você quer trabalhar em cima dessa realidade? que é minha realidade no momento. Então, eu vejo muiitoo, tipo, por exemplo, essa nossa prática, de uma vivência, de uma sexualidade não monogâmica, né, eu não acho que a gente procure muitas pessoas para ficar, mas eu acho que a gente não se priva de algumas coisas que acontecem. E eu vejo outros casais homossexuais, heterossexuais, polissexuais, eu vejo eles praticando o que a gente pratica, sem a honestidade afetiva. Eu vejo muitos casais praticando isso e eu acho que de alguma forma as questões doem demais e as pessoas não querem tocar nelas e eu não julgo, eu acho que funciona para eles, esconder esses fatos...

PESQUISADORA: E não trazer para a relação...

MARÍLIA: Especificamente..

JULI: É!

MARÍLIA: especificamente não trazer, eu acho que funciona para eles e eu entendo isso..

JULI: É!

MARÍLIA: Funciona, eu não quero mexer nisso, a gente se ama e tá tudo bem, é o não dito na relação, assim..as pessoas sabendo ou não que isso é praticado, mas eu vejo muito isso, assim,alguns casais que tipo..

(...)

JULI: É!

MARÍLIA: Mas a gente tem muita (ênfase) honestidade afetiva do que a gente ta sentindo..

JULI: É!

MARÍLIA: e do que está rolando.. eu não tento esconder o que está rolando.

JULI: É! É muito maluco, porque é um espaço, essa coisa da gente se contar, da gente se acessar nas nossas crises, ou desejos.. é.. por um lado é muito.. (pequena pausa) é muito aberto uma para outra, é uma coisa meio de abertura uma para outra, mas ao mesmo é uma coisa de controle, né, porque eu quero saber, ela quer saber, a gente quer (ênfase) saber..e só querer(ênfase) saber..

MARÍLIA: Sim!

JULI: Já é..

MARÍLIA: Já é um instrumento de controle...

JULI: (Falando ao mesmo tempo) um instrumento de controle. Então é engraçado, porque é um controlar, sem controlar. É um controlar que você fala ‘não, não, mas eu sou super desconstruidona, imagina... (muitos risos, seguido de uma fala em tom baixo ‘ai que absurdo’).

MARÍLIA: É! E é uma montanha russa, tem semanas que você tá super tranquila com isso e a gente é muito amiga, muito amiga, então a gente conversa sobre coisas e tem semanas que para mim passa numa boa e tem semanas que é tipo ‘ai caralho, que doído’. (risos)

JULI: (risos).

MARÍLIA: Não é uma coisa, ‘ah desconstruidona, como a gente é descolada’. Não!

JULI: É!

MARÍLIA: É um trampo diário...

JULI: É!

MARÍLIA: E tem semanas que isso passa melhor e tem semanas que me dá um puta (ênfase) ciúmes...

JULI: É!

MARÍLIA: Tipo, só de ouvir a Juli falar, só de verbalizar, de vocalizar, ‘nós vivemos uma relação não monogâmica’, eu penso ‘Meu Deus’...

JULI: (risos).

MARÍLIA: ‘Nós vivemos uma relação não monogâmica’!!!

JULI: (muitos risos)

MARÍLIA: (muitos risos) Meu Deus!

JULI: É muito louco, né!

MARÍLIA: É louco! Mas é isso né, não é que a gente é ‘desconstruidona, e tá tudo bem sempre’! Não!!(ênfase)

JULI: Não é tudo bem sempre...

MARÍLIA: Não é tudo bem sempre..

JULI: mas volta para aquilo que a gente estava falando antes, da gente fazer escolhas ativas e..

MARÍLIA: Escolhas ativas, sim..

JULI: E agir sobre elas..construir as coisas passo a passo mesmo. É muito ativo! (ênfase) Eu acho que a gente me cansa até, às vezes (Risos)

MARÍLIA: (Risos). A gente dá um gás!

JULI: Às vezes, eu só queria virar e falar, ‘tá bom, vai.. *deixa acontecer naturalmente* (cantarolando a música).

MARÍLIA: A gente fala que a gente..que o nosso..a gente já chegou a essa conclusão, que nosso relacionamento é um projeto..

JULI: (risos).

MARÍLIA: Que a gente trampa (ênfase) nesse projeto. A gente gasta uma energia, a gente dá um trabalho nele..a gente pensa e a gente desconstrói, a gente sofre, a gente é feliz..e montanha russa vai uma energia né?

JULI: É!

Sobre as questões trazidas nessa parte da entrevista é possível identificar a existência de uma complementaridade de ambos os lados que corresponde aos custos para se manter os interesses e receber os benefícios da relação. Para isso, diversas operações defensivas são solicitadas do aparelho psíquico, como a (de)negação, repressão e recalque como recursos para se proteger da ameaça da *não monogamia* e da (não) representação da separação. Esse alto custo psíquico é evidenciado no jogo de brincadeiras e perplexidades manifestadas pelas protagonistas. *Nossa!(...)É muito louco, né!* Outro indício de que a economia psíquica investida é dispendiosa é o retrato interessante que

elas fazem do *trabalho ativo* exigido para elas ficarem juntas. *É um trampo diário* situa elas. É uma *montanha russa* controlada por uma *honestidade afetiva*, de inestimável valor para elas, mas de tal maneira cansativa que às vezes, *eu só queria virar e falar, 'tá bom, vai.. deixa acontecer naturalmente* (*Fala cantarolada de Juli*). Por trás desse desejo de deixar acontecer naturalmente é possível pensar na dificuldade/angústia que acompanha esse *projeto-relação*. É curiosa a escolha do significante *projeto*, que remete a ideia de um esboço, uma tentativa a ser construída para ver se dá certo. Nesse sentido, é possível pensar que há um querer e um grande investimento para o sucesso desse projeto, mas ele é trabalhoso e demanda uma vigilância constante expressado pela honestidade afetiva. Essa forma encontrada de compartilhar com a parceira os desejos e vivências, pode ser pensada enquanto uma medida para racionalizar a sexualidade e um mecanismo defensivo no qual elas exportam para a outra os seus próprios conteúdos intrapsíquicos conflituosos. Poderíamos pensar que a partir do momento que se aloca na outra algo que é seu, ela tem o controle e a garantia de estar internalizada na parceira.

Em relação à possibilidade de vivenciar uma sexualidade não monogâmica há um aspecto interessante se considerá-la sob um viés de que há uma retirada do investimento da relação justamente por haver um temor muito grande da perda. Podemos pensar o investimento extra conjugal, portanto, como portando o paradoxo de atestar a própria existência do casal/relação.

Outro aspecto que chamou atenção é a referência que elas fazem da maneira que outros casais lidam com a questão da sexualidade não monogâmica e a honestidade: *é o não dito na relação* aponta elas, projetando nos outros casais a negação dos seus próprios conteúdos não ditos da relação. É importante ressaltar o valor psíquico dessas transações inconscientes para assegurar a relação, já que segundo elas:

MARÍLIA: E eu acho que de fato a gente dá um gás no nosso projeto, assim..(risos) a gente dá uma trabalhadeira e a gente tá a fim de ter esse..

JULI: Porque vale a pena para a gente!

MARÍLIA: Esse trabalho! Porque vale a pena...

JULI: Porque a gente tá construindo, o que a gente quer construir (...)

Uma particularidade interessante dessa entrevista é a presença muito forte de ambas protagonistas na construção da narrativa das questões da relação, na maneira de se

posicionar e no envolvimento com todo o processo. Ao longo da entrevista, percebe-se uma jornada de associações e elaborações simbólicas das questões da relação, inclusive quando elas curiosamente comparam a entrevista com um processo terapêutico e identificam a importância do tema da não monogamia atravessando a conjugalidade. Os diálogos a seguir foram extraídos em dois momentos diferentes, mas num contexto em que elas abordam o assunto da não monogamia e reconhecem se tratar de um tema bastante mobilizador.

MARÍLIA: É! e é engraçado, ela lança (se referindo à pesquisadora) uma questão assim, ‘fala um pouco da vida de vocês’..

JULI: E aí de repente (risos).

MARÍLIA: Cai nessa questão...

JULI: Cai nessa questão!! (bate palmas) por que será, não é mesmo?

MARÍLIA: A gente não fala de dividir as contas, ou de como a gente pensa, a logística da casa, de dinheiro.. ou quem paga a Rita na quinta feira, não!!é uma questão que pauta a vida né e que talvez esteja latente para a gente também..

JULI: É!

MARÍLIA: de uma forma importante nesse momento.

JULI: humrum

MARÍLIA: É tipo essa coisa da terapia (risos)...ela lança o que a gente vai tocar..

JULI: (risos) o que a gente vai botar na mesa..

MARÍLIA: (muitos risos) já é um puta dado!

(...)

MARÍLIA: (pequena pausa). É! Eu sinto assim (risos) que a gente tá dando uma puta ênfase para esse lado, mas se você (referindo-se à pesquisadora) quiser puxar outros assuntos, você fala, tá bom? Do que for, enfim, interessante (risos).

JULI:É!!

MARÍLIA: É que aí, é tipo, só isso já é um dado, é o que eu falei né..

JULI: É!

MARÍLIA: A gente tá trazendo isso porque de fato deve ser importante para gente.

Pesquisadora: Então, mas aqui o objetivo é falar o que é importante para vocês, mesmo!

JULI: É!

MARÍLIA:É!

JULI: Isso é importante!

MARÍLIA: É, é uma pauta importante da nossa vida!

Na continuação da entrevista, elas falam que além dos emergentes do tempo da relação e do relacionamento não monogâmico, a questão do morar juntas foi bastante mobilizadora para a relação, principalmente pelo casamento ter acontecido quando Juli ainda era bastante nova.

JULI: Deixa eu ver, o que mais! Além dos 7 anos, além da coisa ativa, além do relacionamento (bate uma leve palma) não monogâmico..

MARÍLIA: Como a gente construiu nossa relação, né, é a questão..como a gente foi construindo essa relação.

JULI: É, de começo foi,acho que como boa parte começa, assim, testando, tentando entender quais são os desejos do outro, pisando de levinho, e aí de repente, num pisar de leve, a gente se apaixonou, casou! Bum! De repente, eu me vi com 21 anos casada!

MARÍLIA: Sim, ela tinha 21 anos.

JULI: É! E aí, quando eu vim, porque a Marília tinha esse apartamento e aí eu vim morar nesse apartamento e na época tudo (ênfase) era Marília, nada era Juli, então a gente teve uma conversa sobre ‘olha, eu preciso, já que essa é a nossa casa, eu preciso que essa seja a minha casa também’. Então, teve um momento da gente, para Marília foi muito difícil também, no começo, é.. abrir esse espaço, na casa né, abrir esse ninho (risos). Para mim foi difícil também acessar, mas a gente parou e conversou e falou ‘ah, beleza, então já que a gente quer estar juntas, queremos estar juntas, então vamos construir esse estar juntas e isso teve muito a ver como a gente construiu e arquitetou a casa..então, cada uma é.. eu fui trazendo minhas coisas, fui colocando do meu jeitinho, fui começando..a gente tem umas pequenas tradições, tipo eu cozinho, ela lava,entendeu..ela é mais das contas,eu sou mais da gestão, sei lá, dos produtos de limpeza. A Rita, que é a moça que ajuda a gente aqui em casa, nossa faxineira, sou eu que converso mais com ela..a gente foi..foram se dividindo

tarefas dentro do nosso ninho, do nosso território, e aí eu fui me apossando mais, e hoje em dia a casa é nossa 100%, do começo ao fim, não tem nada que não seja nosso, em absoluto assim..

MARÍLIA: Enfim.. a nossa zuerinha.. e o nosso aconchego..

JULI: A nossa bagunça (risos).

MARÍLIA: Sim!

(pequena pausa).

Que mais? A construção da relação?

JULI: A construção da relação.. (pequena pausa) deixa eu ver..

MARÍLIA: Ah, eu acho que sempre cai mais nas questões psicológicas, do que nas questões práticas e tudo bem isso.

Pesquisadora: É?

MARÍLIA: Ah, eu acho.

JULI: eu acho também.

Pesquisadora: Em que sentido?

MARÍLIA: Ah, eu acho muito... sinto mais vontade de falar como a gente foi construindo psicologicamente a relação, do que do sofá novo que a gente conseguiu comprar.. sabe.. construir a relação passa mais por esses.. por esses.. percalços, assim.. psicológicos, sei lá.. eu sinto do meu lado que a gente tinha uma relação que era mais hierarquizada no começo..

JULI: Siim!!

MARÍLIA: E que a gente começou a trabalhar uma relação mais horizontal.

JULI: Sim.

MARÍLIA: Então, tipo, quando a Juli vem, 7 anos atrás, ela tem 21 anos, ela era aluna da escola que eu dava aula, ela estudava na escola XX (nome da escola), eu dava aula lá, mas não dava aula para ela, mas ela estudava lá. Naquele ano, eu estava fechando o maior projeto que eu já tinha vendido na minha vida. Então, eu tava num momento da carreira, que era um momento diferente, não igual, não era melhor, nem pior, mas diferente do momento da carreira da Juli. Então acho que cria-se uma relação de uma hierarquia no começo, que a gente foi desestabilizando e que a Juli também foi batendo pé e me ensinando a desconstruir muito (ênfase), tô falando a minha interpretação e que a gente vai batalhando para ser uma relação menos hierárquica, ano depois de ano, assim. Mas uma relação que começa pautada, em pequenas

ações, pequenos poderes e uma hierarquia que a gente consegue desconstruir, mais ou menos ao longo dos anos. O que você acha disso, meu bem?

JULI: Ah, eu acho que no começo era bem desequilibrado mesmo. Não por..não que fosse passivamente desequilibrado.

MARÍLIA: (risos) Não!Certeza não!

JULI: foiiii (com voz distorcida) treta (risos), no começo. Que eu não estava confortável nessa posição hierárquica, mas ela existia de fato, pela diferença de idade, pela diferença do momento profissional e pelo fato de sermos duas pessoas, que trabalham com a mesma coisa, que estudaram nos mesmos lugares.

MARÍLIA: A gente fez a mesma faculdade,no mesmo lugar..

JULI: Exatamente! Então teve um momento que era bem mais hierarquizado mesmo, eu me sentia como se eu tivesse em um espaço..é isso, a casa também não era a minha casa. Eu tinha vindo de XX (nome da cidade), então eu não tinha tanto círculos de amigos, então, existiam relações de poder que se colocavam, que não dependiam necessariamente da nossa escolha de..enfim, das nossas escolhas. Eles só estavam ali pairando em volta por todo um outro contexto, que envolvia quem a gente era. E isso foi uma coisa que me incomodou, durante muito tempo e a gente resolveu, de novo, ativamente agir sobre isso, entendeu? Então ‘olha, é isso que incomoda?’ (bate duas vezes palmas) Acabou!! Vamos tentar melhor isso daí (risos)’. E aí nesses 7 anos, a gente foi tentando esmiuçar e quebrar essa relação de poder, essa relação hierárquica, esse desequilíbrio. Então, se Juli (fala dela mesmo) precisa se sentir mais dona da casa, para conseguir se sentir mais em pé de igualdade, vamos dividir essa casa direito. Se Marília precisa se sentir mais segura, é.. sexualmente, para conseguir lidar com uma coisa que é minha né, essa coisa da não monogamia, sempre foi algo que eu trouxe para a relação, ‘vamos construir isso’. Então, a gente foi tentando se equilibrar e hoje em dia, eu acho que a gente está bem (pequena pausa) suave, acho que não tem mais essa....essa coisa hierárquica. (Pequena pausa)

MARÍLIA: (risos)Sim! É, eu precisava ouvir de você né, como eu era (a hierarquiqueira??) você que diga (risos). Eu tô confortável!

JULI: (risos)

Pesquisadora: Esse gesto foi porque foi um processo bem difícil mesmo? (dirigindo-se à Juli, após um gesto marcante de jogar as mãos para cima)

MARÍLIA: Ah, foi um processo de crescimento, com dores de crescimento, assim..

JULI: Foi difícil sim (ênfase seguido de risos).

MARÍLIA: Foi difícil, foi difícil para mim também, tipo aceitar, aceitar o papel de opressora, entender qual era o caminho e desconstruir isso, assim..

JULI: E sair do mimo, né, porque você no começo era um reizinho..

MARÍLIA: humrum..

JULI: E aí, como é que, como é que a gente tira, destrona o rei..

MARÍLIA: humrum..

JULI: né, sem o reizinho ficar bravo!

MARÍLIA: Sim!

JULI: Como é que a gente destrona o rei e ele segue feliz?

MARÍLIA: Sim!(?)

JULI: Então foi uma descoberta muito legal, assim, a gente entender qual era o nosso... o nosso espaço uma para outra saudável, assim, né? Foi bem, um processo curioso.

MARÍLIA: É!

JULI: difícil, mas foi legal.

MARÍLIA: Sim! De novo vem com um processo terapêutico meu, que eu acho super importante, assim.

JULI: É!

MARÍLIA: Não era uma coisa que eu conseguiria fazer com os ensinamentos, tipo ensinamentos.. Para mim, tem esse nome mesmo, que a Juli trouxe para a relação. Não era uma coisa que eu conseguiria fazer só com os ensinamentos e as pontuações dela, tipo ‘olha, isso acontece, isso não precisa acontecer, a relação pode ser ainda mais legal se, a hierarquia acabar’. É uma coisa que eu precisei, de um processo de análise, profundo, para que isso também se desdobrassem em outros lados da minha vida, assim.. eu tenho um analista fudido, que tem comigo um processo fudido, que também, na minha opinião, levou a essa desconstrução desse reizinho.

JULI: Com certeza!

MARÍLIA: Assim, ‘não tudo para mim, sou mimada, quero, é meu’!

JULI: (risos)

MARÍLIA: ‘Eu posso ficar com pessoas fora da relação e você não’

JULI: ‘Você não’!Ah é, tem isso! É verdade! A gente esqueceu desse momento!

MARÍLIA: (risos).

JULI: Porque no começo..deixa eu contar, eu adoro contar essa história! (ênfase)

MARÍLIA: Conta essa história, meu amor!

JULI: (risos) No começo do nosso relacionamento, quando eu cheguei, eu não estava em busca de nenhuma relação, eu não tava..não tava!Não tava! A Marília já estava em outro momento!

MARÍLIA: (muda o tom de voz, para mais fina e meiga) eu já queria casar com ela!

JULI: (risos).

MARÍLIA (com voz meiga): eu linda, muito especial, eu queria.

JULI: (risos) eu não tava em busca de relação, nem nada e mesmo nas outras relações que eu tinha tido anteriormente, eu nunca acreditei, 100%, cegamente, numa monogamia que fosse obrigatória. Eu acredito na monogamia que é genuína, entende, que vem do desejo de estar ali, apenas ali, com aquela pessoa. Eu acho que existe, eu acho que isso é forte, mas eu não acreditava na monogamia obrigatória. Eu lembro as primeiras vezes que eu falei isso para a Marília, nossa! Ela queria morrer (risos). Ela queria morrer (ênfase), era assim, coisa inimaginável!

MARÍLIA: Era mesmo!

JULI: Imagina, o reizinho! Não ia.. (risos)

Se, por um lado, observa-se o atravessamento da não monogamia mobilizando fantasmas inconscientes na relação, especialmente por ter sido apresentado no início de forma unilateral há também uma contrapartida dispendiosa de energia psíquica na questão do morar juntas. Elas mesmas identificam que se trata de assuntos que representaram momentos difíceis na relação, sinalizando uma instabilidade no processo de aparelhagem, marcado por conflitos entre os interesses de cada uma e o interesse da relação. Novamente, o processo terapêutico de Marília emergiu no momento que elas se debruçam sobre os aspectos difíceis da relação. Essa escuta qualificada de um *analista fudido* parece ter ajudado Marília no reconhecimento e elaboração de questões inconscientes, proporcionando um processo de simbolização e transformação em elementos psíquicos

pensáveis para a protagonista. Ela mesma indicou que não teria sido possível sem esse processo terapêutico. *Não era uma coisa que eu conseguiria fazer com os ensinamentos, tipo ensinamentos..Para mim, tem esse nome mesmo, que a Juli trouxe para a relação. Não era uma coisa que eu conseguiria fazer só com os ensinamentos e as pontuações dela, tipo 'olha, isso acontece, isso não precisa acontecer, a relação pode ser ainda mais legal se, a hierarquia acabar'.É uma coisa que eu precisei, de um processo de análise, profundo, para que isso também se desdobrassem em outros lados da minha vida.*

Na análise do percurso trilhado na entrevista foi possível identificar como se deu o estabelecimento do vínculo intersubjetivo das nossas protagonistas e elementos dos organizadores psíquicos inconscientes que sustentam a vinculação. Foram discutidas as alianças inconscientes atadas e seladas entre elas, como o contrato narcísico e o pacto denegativo, e os benefícios e obrigações oriundos dessas formações intermediárias. Para atender aos objetivos que essa pesquisa se propõe, iremos apresentar a continuação da entrevista no qual elas dão destaque para questões sobre a heteronormatividade e o machismo e outras questões que remetem aos organizadores socioculturais e que vão permitir analisar de que forma esses ataques externos de violência dessubjetivante do entorno social promovem feridas narcísicas importantes e atravessam a relação.

MARÍLIA: Eu sou uma pessoa absolutamente tradicional.

JULI: Exatamente!

MARÍLIA: Formação tradicional, sou tradicional família brasileira..

JULI: (muitos risos)

Pesquisadora: O que você chama por tradicional? Eu posso entender mais?

MARÍLIA: Ahh, eu sou uma mulher que nasceu em 1983, aqui em XX, onde eu moro até hoje, dentro de uma família católica-apostólica-romana. É, eu sou uma mulher lésbica que fez crisma na igreja, porque eu acreditava com 16 anos que eu queria casar dentro da minha igreja, que é essa igreja aqui da esquina, então, portanto, eu precisava fazer todos os sacramentos.

MARÍLIA: Eu acho isso um dado mega importante!

JULI: É!

MARÍLIA: né? (risos) o dado católica-apostólica-romana, eu acho mega importante, é um negócio que fudeu a minha cabeça em muitos aspectos e que eu sigo desconstruindo, assim.. é, então eu sou super tradicional, dessa família

tradicional aqui do bairro e eu acho que a cartilha da família tradicional tem seus pilares, assim, eu acho que a monogamia é um desses grandes pilares.

JULI: Com certeza!

MARÍLIA: É um desses grandes pilares, então é suuuper apegado para mim, foi de fato muiiito difícil desconstruir assim, tipo até um mês atrás eu tava tendo um papo com uma amiga do tipo, ‘meu, será que tem problema eu não sentir ciúmes da Juli, nessa questão específica?’ e a minha amiga falou ‘Não! (risos) as pessoas, às vezes, seguram as relações por anos através do ciúmes, do tipo ‘aii, to interessada naquela pessoa’, só para o outro se interessar mais e isso não é saudável, não tem problema nenhum você não ter ciúmes, isso não é um defeito da sua relação’, tipo ‘aii, será que eu não devia’...

JULI: (complementa a frase) se eu não tenho ciúmes, então eu não amo..(risos)

MARÍLIA: É é, eu devia estar sentindo um pouquinho de ciúmes, meu,essa reflexão foi com uma amiga minha tipo há um mês atrás. Mas ela falou ‘não, não tem problema nenhum você não sentir ciúmes. Então são coisas super arraigadas..

JULI: É!

MARÍLIA: Assim, do que eu chamo de uma consciência tradicional, de uma família tradicional, e que vem em mim com muita força, que é super difícil de desconstruir mesmo, então, eu acho que a gente tem que juntar dinheiro para comprar uma casa e a Juli fala, ‘meu, será?né? A gente talvez não precise juntar dinheiro para comprar uma casa’.

JULI: É!

MARÍLIA: Essas pequenas.. os pilares..

JULI: Vontade de engravidar..

MARÍLIA: Vontade de engravidar ...

JULI: De ter os filhos..então aquele imaginário..

MARÍLIA: os pilares..

JULI: Você vem de um imaginário,muito daquele imaginário construído da família heteronormativa também, sabe?

MARÍLIA: Claro!

JULI: Tipo, não que eu não venha, porque eu também venho,obviamente.. eu sempre fui criada em escola católica

MARÍLIA: Todas viemos!

JULI: É..Nossas referências quando a gente cresce, fala sobre amor, o que é o amor? É o amor que tem a ver com posse, é o amor que tem a ver com tradição, família e propriedade (risos) É o amor que tem a ver com, enfim, né.. com o homem e a mulher, família, o núcleo familiar (falou com destaque essa construção, principalmente quando mencionou homem) né..

MARÍLIA: É, e o que é conjugal né. A própria palavra da pesquisa já me traz um pouco essa cartilha, assim né, conjugabilidade, assim, o que é a vida do casal né..

JULI: É!

MARÍLIA: Já me dá a impressão que a gente tem que falar tipo assim, já me dá a impressão que vem a pesquisa e é fora de cogitação que tipo, chegue uma terceira pessoa. ‘olha, nossa namorada chegou, sabe?’

JULI: Sei!

MARÍLIA: Tipo, a Rafa, ou sei lá, X, uma pessoa X. Já uma pesquisa que, para mim quando vem, eu já faço uma ideia na minha cabeça..

JULI: Você já pensa duas pessoas..

MARÍLIA: Duas pessoas!

JULI: Tá!

MARÍLIA: São duas pessoas, numa casa, com essas buscas, assim..

JULI: Sei!

MARÍLIA: Comprar nossa casinha, ter o filhinho, progredir no trabalho, ser promovida no trabalho.

JULI: (risos).

MARÍLIA: Ganhar mais em quanto tempo. A própria palavra conjugabilidade já vem..

JULI: É!

MARÍLIA: Com esse modelo para mim..

JULI: E é muito engraçado porque a gente vem de panos de fundo parecidos, não iguais, mas parecidos, porque eu também sempre estudei em escola católica, particular. Mas, enfim, são duas coisas que eu quero falar. Uma é continuar a história do começo do namoro..

MARÍLIA: Conte!

JULI: mas antes disso eu quero fazer essa reflexão, pegando um gancho do que você deixou..

MARÍLIA: Ahn..

Nesse diálogo, vemos ser problematizada a matriz heterossexual como sendo imperiosa na constituição simbólica do amor, casamento e família. Segundo as protagonistas, as referências do modelo da família heteronormativa, do que deve ser buscado, como o desejo de comprar uma casa, ter filhos, envolve a construção de um imaginário de felicidade que imprime uma forte marca no sujeito. Essa presença marcante sinalizada por elas pode ser constatada na alusão que fizeram aos organizadores socioculturais através do significante do sacramento: *eu sou uma mulher lésbica que fez crisma na igreja, porque eu acreditava com 16 anos que eu queria casar dentro da minha igreja, que é essa igreja aqui da esquina, então, portanto, eu precisava fazer todos os sacramentos*. Os significados encontrados no dicionário para essa palavra ajudam a ilustrar o peso desse signo. De acordo com o dicionário online de português (Dicio) sacramento corresponde a “cada um dos ritos sagrados que, segundo o cristianismo, confirmam ou aumentam a graça divina”. A crisma e o matrimônio são exemplos desses rituais. Deparamo-nos, também, com essa palavra sendo utilizada com o sentido de juramento.

A partir dessa simbologia sagrada utilizada por Marília e pela forma com que ela descreve o impacto da religião na sua vida vemos a violência do atravessamento desses referenciais socioculturais na construção da origem e *autoidentificação* da nossa protagonista: *o dado católica-apostólica-romana, eu acho mega importante, é um negócio que fudeu a minha cabeça em muitos aspectos e que eu sigo desconstruindo*.

Marília sinalizou que o processo de desconstrução desses valores foi árduo por estarem arraigados e exemplifica com a questão da monogamia: *é um desses grandes pilares, então é suuuper apegado para mim, foi de fato muiiito difícil desconstruir assim*. Novamente, o tema da monogamia emerge como uma questão forte, que atravessa a dinâmica relacional, considerada como um dos pilares que sustenta a cartilha da família tradicional. Foi apontado, anteriormente, que a escolha da não monogamia na relação representa um ganho frente ao fantasma da separação. Entretanto, é possível observar que ele também introduz um destronamento narcísico familiar importante pela destituição de um dos pilares das tradições de nossa protagonista.

Sobre a questão do narcisismo familiar, podemos pensar no peso da herança de pertencer a uma *família tradicional brasileira* e o atravessamento da experiência homoafetiva nos aportes do contrato narcísico pactuado no grupo familiar. Retomando os

postulados de Kes, o contrato narcsico serve simultaneamente ao contexto social/grupo de pertencimento e ao prprio sujeito e tem o componente de uma violncia estruturante, ao inserir o sujeito numa cadeia e impor a ele a identificao e a adeso a ideais e valores que foram construdos anteriormente sua existncia. O autor alude ao modelo freudiano para explicar a conflitualidade existente entre a libido narcsica das pulses de autoconservao (ou pulses do Ego) “e a libido igualmente narcsica que vincula-se aos investimentos antinarcsicos do contexto e de seus representantes” (2014, p.69). Kes afirma que no contrato narcsico h a represso da parte que remete aos conflitos entre os representantes dessas pulses. Mas, de acordo com ele, quando h mudanas das relaes entre o sujeito e o contexto, por exemplo, quando este adere a um novo grupo, os aportes do contrato narcsico estabelecido no seio familiar podem ser tensionados. Nesse sentido, ele aponta que, em alguns casos, os investimentos narcsicos nos grupos secundrios ensejam at processos elaborativos dos aportes do contrato narcsico de base. Essas situaes de questionamento e mesmo de digresso ao contrato narcsico familiar ocorrem, segundo o autor:

(...) quando ele no garante criana, a contrapartida de seu investimento no grupo, ‘o direito de ocupar um lugar independentemente do veredito parental somente’. Ele vem acompanhado de um retorno do recalcado e enseja a presena de conflitos entre as exigncias narcsicas e as do contexto social (KS, 2014, p.69).

Na continuao da entrevista, as protagonistas mencionaram uma diferena importante percebida entre elas.

JULI: ..eu venho tmbm dessa coisa da famlia catlica n, enfim..dessa escola catlica lalalal,s que eu acho que tem uma diferena que geracional quase.

MARLIA: ! A gente tem uma diferena..

Pesquisadora: mesmo?

MARLIA: Geracional clara! Eu vejo tmbm!

JULI: Eu acho!

MARLIA: Claramente!

JULI: Porque assim, quando eu sa do armrio,n, eu tinha quatorze anos. Na minha escola tinham mais 6 meninas que tmbm saram do armrio no

mesmo momento. Então, a gente vivenciou a nossa sexualidade e a gente buscava referências de mulheres lésbicas, referências de ah, cadê The L World? Cadê filme de sapatão que todo mundo morre em todos, mas...

(Todas caem no riso)

MARÍLIA: Mataram todas as lésbicas! (risos)

JULI: Mataram todas as lésbicas..era horrível (risos). Eu achava que amar outra mulher era um sofrimento né, porque..

(Todas caem no riso)

JULI:É, mata, mata as lésbicas!(risos) Mas eu consigo perceber que para mim, mesmo dentro da escola católica, eu só consegui me manifestar enquanto lésbica porque a época me favoreceu também. Bem ou mal, eu tive acesso às mesmas referências, enquanto eu tava assistindo The L World com 13 anos, a Marília estava na faculdade.

MARÍLIA: Eu estava no segundo ano da faculdade..

JULI: Assistindo The L World, entende? Então o meu acesso a referências um pouquinho mais positivas ao que é ser uma mulher lésbica, ao relacionamento lésbico, veio muito mais cedo.

MARÍLIA: É, o que podemos chamar nas pesquisas acadêmicas do advento da internet.

JULI: É (risos). Exatamente!

MARÍLIA: Né, quanto, quanto do período de formação essencial da Juli, ela passou em contato com a internet. E tipo..

JULI: É!

MARÍLIA: Eu, sabe, eu fui acessar esse universo, é verdade, faz uma..

JULI: Mas é! Faz muita diferença!

MARÍLIA: Faz uma puta diferença cognitiva assim, na formação das pessoas né, acesso à informação mesmo. Acesso à realidades que são distintas...

JULI: É!

MARÍLIA: Diferentes das suas..tem tudo isso! É geracional mesmo..

JULI: Então, eu acho que consegui montar referências de relacionamentos, que eram relacionamentos entre mulheres que eram um pouquinho, não totalmente, mas um pouquinho mais independente deste, sabe, dessa lógica do que é o casal, núcleo familiar, homem, mulher, lalalalá, então quando, depois de anos a gente se encontra, eu chego já falando ‘meu, eu não sei se eu acho

que esse negócio aí coisa da monogamia uma parada..eu não sei se tem que ser assim'. Ela, ela na época, era inviável para você..

MARÍLIA: Não,é, eu ainda tinha tipo.. demorou muito tempo para eu beijar Juli na rua sem sair e fazer assim oh (simula olhar para os lados)..tipo..

JULI: É!

MARÍLIA: E a Juli fazia, tipo, 'gata, tá tudo bem'.

JULI: Já eu, para mim era impossível pensar em ser armário!

MARÍLIA: É!!

PESQUISADORA: Pensar em ser armário?

MARÍLIA: É, tipo, não, não é uma possibilidade!

JULI: Não é uma possibilidade. Já vivi isso e não quero. (risos).

MARÍLIA: Não é que eu era armário, mas tipo, eu sinto que tinha outros medos..

JULI: Você tinha outros....

MARÍLIA: Eu namorei mais gente armário, é geracional mesmo. As mulheres exatamente da minha idade que eu namorei, namorei algumas pessoas que eram armário. É bemm (ênfase) geracional, apesar de ser pouca diferença, são 6 anos,mas eu acho que são 6, são 6 ..

JULI: É que são 6 anos da virada da internet, são 6 anos...

MARÍLIA: E o momento que a gente se conheceu também..

JULI: É!!

MARÍLIA: Se a gente se conhecesse hoje ..

JULI: É!! já não era..

MARÍLIA: Eu já teria dado (risos) um catch up (?) (risos), mas foi um momento muito..

JULI: É!!

MARÍLIA: Muito específico da vida nossa também!

JULI: É!

MARÍLIA: Então tem, tem uma coisa geracional com certeza!

JULI: Mas aí enfim né, a gente começou a se relacionar, eu vim com essa coisa da não monogamia, da monogamia não obrigatória, ela tinha uma dificuldade, uma resistência e depois de um tempo, ela virou e falou assim: 'tá bom então, mas só pode eu, né.' (risos) 'só pode você né Marília, só ela pode!'

MARÍLIA: É,não é que eu virava e falava 'só pode eu tá bom', mas era tipo..

JULI: Mas era tipo..

MARÍLIA: Eu vou fazer e se você fizer eu vou ficar brava!

JULI: (risos) exatamente! ‘Vou te punir’.(risos)

MARÍLIA: É!!

JULI: E aí a gente foi também, outra coisa que a gente começou a equalizar depois de um tempo, tipo ‘gata, desculpa, é igual para todo mundo, não tem hierarquia, não tem o reizinho, não tem, se você faz eu faço, se você não faz, eu não faço. Vamos entender! Óbvio que cada caso é um caso, mas..

MARÍLIA: Sim!

JULI: Mas isso hoje em dia a gente equalizou também, né?

MARÍLIA: (pequena pausa). É! Eu sinto assim (risos) que a gente tá dando uma puta ênfase para esse lado, mas se você (referindo-se à pesquisadora) quiser puxar outros assuntos, você fala, tá bom? Do que for, enfim, interessante (risos).

JULI:É!!

MARÍLIA: É que aí, é tipo, só isso já é um dado, é o que eu falei né..

JULI: É!

MARÍLIA: A gente tá trazendo isso, porque de fato deve ser importante para gente.

Pesquisadora: Então, mas aqui o objetivo é de falar o que é importante para vocês, mesmo!

JULI: É!

MARÍLIA:É!

JULI: Isso é importante!

MARÍLIA: É, é uma pauta importante da nossa vida!

JULI: É!

A referência aos organizadores socioculturais e a influência que essas representações exercem podem ser identificadas novamente sob o marcador geracional. As entrevistadas fizeram menção às diferenças geracionais e os impactos nas experiências de cada uma e no conjugal. As possibilidades que as gerações mais novas tiveram com os recursos tecnológicos, como a internet, foram assinaladas como facilitadoras ao acesso a referenciais do relacionamento homoafetivo e que possibilitaram o contato mais cedo das meninas com as questões de sexualidade. *Faz uma puta diferença cognitiva assim, na formação das pessoas né, acesso à informação mesmo. Acesso a realidades que são distintas. O*

apontamento realizado pelas protagonistas sobre os recursos tecnológicos e midiáticos servirem de referencial na construção de imaginários de casais de mulheres, com destaque para série *The L Word*, vai ao encontro do que a historiadora Karla Bessa menciona no artigo *Como cheguei a ser o que sou? Uma estética da torção em filmes das décadas de 60 e 70*.

No artigo em questão, a autora faz uma análise das “potencialidades políticas e teóricas da linguagem/atividade cinematográfica enquanto mecanismo de produção/divulgação de imagens e imaginários”. (BESSA, 2017, p.291) Ela considera o filme, mas podemos estender para as séries televisivas, por exemplo, como fazendo parte de um grande dispositivo midiático, que contribui para dar (in)visibilidade a modos de vida existentes e/ou idealizados. “Uma de suas potencialidades políticas é justamente a de trazer para a grande tela do pensamento, a visualidade do que parecia íntimo e restrito aos interiores (das casas, corpos e instituições)” diz a historiadora.

No artigo *The L Word – Discussões em torno da parentalidade lésbica*, das autoras Carine dos Santos e Isabel Gomes, compartilha-se o entendimento do potencial mobilizador desta série por ser um veículo de representações de casais homoafetivos. Nesse sentido, podemos associar com o que as protagonistas falaram sobre a série ter ajudado a *montar referências de relacionamentos, que eram relacionamentos entre mulheres que eram um pouquinho, não totalmente, mas um pouquinho mais independente deste, sabe, dessa lógica do que é o casal, núcleo familiar, homem, mulher, lalalalá*. Entretanto, elas apontaram para o imaginário pesaroso construído pelo cinema, literatura e afins do relacionamento lésbico envolto no sofrimento e morte. *Cadê filme de sapato que todo mundo em todos (...) mataram todas as lésbicas...era horrível (risos). Eu achava que amar outra mulher era um sofrimento né? (...)*

Outro aspecto mencionado por elas é o quanto essas diferenças geracionais parecem estar implicadas nas formas de se lidar com as questões da invisibilidade e possibilidades de *sair do armário*. Elas identificam uma mudança no regime de revelação e visibilidade dos homossexuais e atribuem à internet uma forte influência.

Juli sinalizou que as alianças constituídas na sua adolescência contribuíram enquanto referências identificatórias de pertencimento e compartilhamento sobre as questões ligadas à sexualidade. A protagonista acredita ter vivido um cenário mais favorável na época da escola, o que impulsionou um movimento coletivo de assumir a orientação sexual.

Sobre essa temática, vale fazer um destaque para a escolha do significante *armário* feita enquanto um dispositivo opressor da (in)visibilidade e regulação da vida dos homossexuais. Segundo Sedgwick (2007), o armário foi a estrutura definidora da opressão gay no século XX. Mas, aponta a autora, ainda que a epistemologia do armário tenha dado consistência abrangente à cultura e à identidade gays, ao longo do século XX, houve mudanças importantes para esse público em relação às “possibilidades cruciais em torno e fora do armário” (p.22). Essa ideia vai ao encontro da percepção das nossas protagonistas sobre mudanças que estão ocorrendo no regime de visibilidade e enunciação e que é perceptível mesmo numa diferença pequena entre os seis anos que há entre ela.

Enquanto Juli comentou que para ela *era impossível pensar em ser armário*, Marília mencionou seus receios na demonstração pública de afeto e desenhou uma imagem mais penosa do processo que passou de (des)construção e das ‘pessoas armários’ que namorou. Esse peso que acompanha o relato de Marília diz muito sobre a interessante imagem trazida por Sed do armário “não como o vácuo ou vazio que ele finge ser, mas como um espaço epistemológico pesado, ocupado e consequente” (2007, p.35).

Na continuação da cadeia de associações da entrevista, vemos que após emergir a temática da diferença geracional entre as nossas protagonistas, a questão da monogamia e as negociações implicadas para *equalizar* a relação apareceram novamente. No *projeto-relação* mencionado por elas, a figura de um terceiro emerge com uma função importante para o relacionamento.

MARÍLIA: É uma coisa que dentro do nosso projeto-relação..

JULI: É!

MARÍLIA: Que a gente fica elucubrando...

JULI: Um dia..

MARÍLIA: Dando uma energia..

JULI: Um dia, eu gostaria de nem querer saber, de nada, tipo, só querer saber do que você me diz, entende? Só querer saber se você diz que você quer ta comigo, você quer ta comigo, é isso.

MARÍLIA: É isso!

JULI: É isso, entende? (pergunta dirigindo-se à pesquisadora). É conseguir construir uma relação de..de ..de auto-confiança..

MARÍLIA: É!

JULI: porque isso não tem a ver com ela, né, tem a ver comigo, tem a ver como eu lido com as minhas expectativas sobre você Marília, com as minhas expectativas sobre Marília e..sobre Juma(risos).

MARÍLIA: Juma! Que é o nosso nome junto..

JULI: (muitos risos).

PESQUISADORA: Juma?

JULI: Juma!!

MARÍLIA: É, a entidade Juma!

JULI: É a entidade Juma! Tipo, eu gostaria de um dia não precisar desse..dessa, dessa forma de controle, né, que é saber que ela fica com outra pessoa, ou que ela desejou, sabe? Eu gostaria, esse é meu, meu, assim..

MARÍLIA: Nirvana!

JULI: Minha meta de (relação??)

MARÍLIA: É, eu acho que tem uma coisa mega importante também, que a gente tem uma busca e que é uma coisa também da..aí entra uma geração que nos contempla as duas, que a gente tem uma busca de uma satisfação pessoal.

JULI: É!

MARÍLIA: E se a gente entender..

JULI: Com certeza!

MARÍLIA: Que a nossa satisfação pessoal não está em estarmos juntas mais, a gente vai bancar essa decisão..

JULI:É!!

MARÍLIA: Não juntas, separadas, a gente vai bancar, eu sinto que as duas vão bancar pessoalmente a decisão de que eu não quero viver infeliz.

JULI: Exato!

MARÍLIA: Queremos, nós duas temos isso assim, eu vejo né, que a gente quer viver plena. Eu não quero viver do jeito que minha mãe viveu.

JULI: Nem eu!

MARÍLIA:Eu não viver, do jeito que eu vejo outros exemplos de relações vivendo..

JULI: É!

MARÍLIA: Homossexuais e heterossexuais, eu quero viver plena e feliz e se isso te envolver (ênfase), meu, maravilhoso! Porque a gente tá, a gente tá afim! (...) Então, eu nem preciso te perguntar. Mas se um dia a gente não tiver, a gente vai bancar essa decisão. A gente não quer estar juntas, infeliz!

JULI: À toa!

MARÍLIA: Não!

JULI:É!

MARÍLIA: É!

JULI:É para estar juntas se impulsionado, né, sendo feliz..

MARÍLIA: É!

JULI:É! Vivendo..

MARÍLIA: É!Pessoalmente plena né!

JULI: É!

MARÍLIA: Não tem a ver com a relação!

JULI: Não tem a ver com a relação!

MARÍLIA: Tem a ver com a gente, né? Pessoalmente..então eu fiquei pensando, ‘ah, a gente quer, sei lá, a gente quer talvez morar em outro lugar, a gente quer ter trampos cada vez melhores..

JULI:É!

MARÍLIA: A gente tem aspirações e aí dentro das aspirações pessoais, a gente quer ficar juntas, nesse momento e se algum dia isso não for verdade, a gente quer bancar, por mais dolorosa que seja essa transição, se algum dia não for verdade, a gente vai bancar, eu acho, (pequena pausa), né ‘chaxi’?

JULI: Sim!(pequena pausa) Sim, com certeza! Até porque eu acho que tem a ver sim,eu acho que essa nossa vontade de..de poder ser plenamente feliz, óbvio que felicidade não é um estado perene, mas, né, no geral, ser feliz!

MARÍLIA: Ser satisfeita!

JULI: Ser satisfeita! Isso tem a ver, para mim ,desculpa assim, putz, já não é fácil, entendeu, ser um casal lésbico. Não é fácil! (ênfase),sabe?

PESQUISADORA: Em que sentido, por que você fala isso?

JULI: Eu falo isso porque, a gente sempre vai ter que lidar com situações de violência na rua..Porque a gente sempre vai ter que lidar com ‘putz,será que eu falo para minha avó que a Marília é minha amiga?’

MARÍLIA: É, que saco!

JULI: Porque meu pai me disse que a vizinha da minha avó falou que minha avó não ia conseguir lidar..você entende? (dirigindo-se à pesquisadora).

MARÍLIA: As avós são uma questão muito grande!

JULI: Sempre tem uma questãozinha ou então porque você vai levar sua companheira para viajar e se você tiver no seu registro que você é casada com outra mulher, você não pode entrar em tal país x,y,z.

MARÍLIA: A gente foi para Ásia né, e aí vou narrar um pouco dessa experiência para você..

JULI: É!Tipo, existem questões em ser um casal lésbico e já que existem essas questões e a gente resolve, decide que ‘olha, para sermos felizes, vamos amar quem amamos, entendeu? Já que eu já tô segurando a bronca de todas as tranqueiras que o mundo quer jogar para cima de mim, entendeu? Eu que não vou colocar em mim mesma mais peso. Eu exijo (risos)

MARÍLIA: O direito de ser feliz!

JULI: O direito de ser feliz!

MARÍLIA: É!

JULI: Entendeu?

MARÍLIA: É!Eu fiquei pensando..

JULI: Eu me resguardo esse direito!

MARÍLIA: Claro! Eu fiquei pensado muito né, que você (dirigindo-se à pesquisadora) vinha, que a gente ia conversar sobre isso assim, eu acho, eu fiquei pensando que é super importante pautar a nossa situação de privilégio absoluto.

JULI: Sim!

MARÍLIA: né?

JULI: Com certeza!

MARÍLIA: Porque a gente vive uma situação de privilégio, da população brasileira, nem 5% da população brasileira vive o privilégio como a gente vive, em muitos sentidos. Privilégios...

JULI: Financeiro..

MARÍLIA: Financeiro..

JULI: branquitude, estudo, teto..

MARÍLIA: É!

JULI: Enfim..

MARÍLIA: Então, a nossa relação lésbica, ela está colocada dentro de uma experiência dita republicana, específica. Então, nós temos acesso pleno à legislação, até quando a legislação não nos contempla, a gente tem condição de talvez fazer com que ela nos contemple!

PESQUISADORA: Como assim?

MARÍLIA: A situação de privilégio nossa é tão grande, que até, se nasce hoje um filho meu que a gente concebeu num laboratório, nasce um filho biológico da Marília, eu tenho condição de pagar uma advogada para conseguir uma certidão que coloque a Juli como mãe biológica dos meus filhos.

JULI: É!

MARÍLIA: Até quando a legislação não nos contempla, eu tenho condição de furar essa não contemplação dado meu privilégio, então a gente vive uma experiência muiito (ênfase) específica!

JULI: É!

MARÍLIA: Então a nossa história é muiito permeada pelo privilégio também!

JULI: Com certeza!

MARÍLIA: Quando a gente sofre uma violência na rua, que já aconteceu..

JULI: Já aconteceu!

MARÍLIA: A gente tem acesso à delegacia e a gente vai ser muiiito (ênfase) bem tratada porque a gente está na delegacia do XX (nome do bairro)

JULI: É! Porque são duas brancas burguesas, entendeu, no fim das contas..

MARÍLIA: Porque são duas brancas burguesas.. e os agressores vão (ênfase) ser colocados na frente de um juiz, que foi isso que aconteceu!

JULI: É!

MARÍLIA: A gente tem uma experiência ímpar,ímpar! Eu não, não acredito que um casal de lésbicas na periferia de XX (ênfase), que é uma capital gigante, cheia de privilégios, vai ter essa experiência republicana que a gente tem! Não tem um acesso a isso, não tem! Então, a nossa experiência também é muito permeada por isso, né..

JULI: É, com certeza!

MARÍLIA: Eu acho que isso é um dado super importante!

JULI: Eu também acho! Eu também acho! Commm (ênfase) certeza! Mas é isso assim, acho que tem essa, essa, eu fiquei, eu tô, eu tô, eu tô apegada nessa coisa da felicidade aqui (risos) porque é muito (pequena pausa), é muito maluco assim, quando eu paro e eu penso em como meu imaginário foi construído com pessoas héteros felizes e com casais lésbicos se suicidando, né (risos), como o imaginário do cinema, do texto, da literatura, sabe? Eu, eu, eu me sinto na obrigação, entendeu?, de ser uma sapatão feliz. (risos)

MARÍLIA: É, é uma ação política, né?

JULI: É uma ação política, tipo "não, gente".

MARÍLIA: Não! Eu vou ser feliz!

JULI: Eu vou ser feliz!

MARÍLIA: Fodam-se.

JULI: E vai, vai todo mundo ter que lidar com a minha felicidade.

MARÍLIA: Vai!

JULI: E com meu relacionamento que funciona...

MARÍLIA: Sim!

JULI: E com a minha plenitude, sabe?

MARÍLIA: Sim! Eu descobri isso mesmo.

JULI: Louco, né?

(pequena pausa)

Através desse diálogo, vemos a aparição da *entidade Juma*. Podemos associar esse estado fusional mencionado por elas com o que Eiguer (1995) postulou sobre a existência, em toda relação, de um narcisismo que “tende ao sincretismo, à “união”, anulando os limites entre os indivíduos, extravasando o espaço individual: é o resíduo do narcisismo primário sempre ativo, em busca do semelhante.” (p.97) Vale lembrar que no narcisismo primário, tal como formulado por Freud, há uma unidade mãe/bebê formando uma relação simbiótica. Postula-se que, nesse estágio do desenvolvimento humano, há uma indiferenciação das energias psíquicas, marcada originalmente por um investimento libidinal do ego. Essa fase, em que o ego encontra-se em processo de formação, os princípios da homeostase e do nirvana prevalecem e asseguram, respectivamente, o equilíbrio interno do corpo biológico e do psiquismo. “A tendência dominante da vida mental e, talvez, da vida nervosa em geral, é o esforço para reduzir, para manter constante ou para remover a tensão interna devida aos estímulos”, explica-nos Freud sobre princípio do nirvana (1920, p.54).

Curiosamente a *entidade Juma* é retratada quando elas falam sobre as questões que provocam tensões, de controle, (in)segurança, ideais da relação. *Um dia, eu gostaria de nem querer saber, de nada, tipo, só querer saber do que você me diz, entende?(...) É conseguir construir uma relação de...de ..de auto-confiança. (...) porque isso não tem a ver com ela, né, tem a ver comigo, tem a ver como eu lido com as minhas expectativas sobre...Juma(risos) É a entidade Juma! Tipo, eu gostaria de um dia não precisar desse..dessa, dessa forma de controle (...) Eu gostaria, esse é meu, meu, assim..Nirvana!*

Podemos pensar o narcisismo primário enquanto elemento constitutivo do amor-próprio, da *auto-confiança*, destinado à autopreservação do sujeito. Dunker (2016) postula que em momentos de angústia é para esse lugar que recorremos, por se tratar de uma fase do desenvolvimento psíquico humano de formação da instância imaginária de um ego ideal, em que achamos que a nossa divisão, a nossa castração, nossa angústia poderá cessar. É sobre esse desejo que nossas protagonistas expressam ao falarem sobre a *plenitude* e sobre a *vontade de ser plenamente feliz*.

Freud formulou a ideia de que é, no narcisismo secundário, que o investimento libidinal originalmente destinado ao ego é cedido aos objetos externos, deslocado em direção a um ideal imposto de fora, o ideal de ego. Esse ideal, afirma Dunker (2016), é uma instância simbólica que se apresenta para nós como formador dos nossos ideais reguladores, “é como eu devo ser para poder desejar, para poder desejar aquilo com quem me identifico”¹⁰. Amar alguém representa, no fundo, colocar a tentativa de incluir essa pessoa no espectro do nosso ideal de ego. Complementa que o ser humano, na sua tendência neurótica, principalmente em momentos de crises, tenta fazer com que o ideal de ego se satisfaça com ego ideal, que se acasale com ele. Trata-se, também, afirma ele, das montagens narcísicas no funcionamento de apaixonamento.

Sob outra perspectiva, a do funcionamento psíquico grupal em Kães, podemos pensar o *Juma* representando o avalista simbólico. Aquele que legitima a relação e garante sua continuidade e que exerceria a função simbólica de um terceiro. Conforme já foi apresentado na parte teórica, “a confiança na aliança estabelecida entre dois parceiros não pode ser assegurada senão pela intervenção de um terceiro ao qual a divindade – ou qualquer outra instância equivalente – confere um valor sagrado”. Kães acrescenta que “é ‘em nome deste’ terceiro que a aliança é estabelecida: um terceiro que faz a relação de identificação entre os parceiros da aliança que, de separados que eles eram, se reconhecem vinculados entre si” (2014, p.33).

A imagem evocada por *Juma* parece portar o ideal de uma entidade que protege não somente contra a separação, mas protege contra os diversos tipos de ataque sofrido pelas protagonistas. Um ataque homofóbico sofrido na rua, uma modalidade de violência mais sutil de ser impedida de entrar num país ao constar no registro a união homoafetiva,

¹⁰ Citação feita no vídeo Qual é a diferença entre "Eu Ideal" e "Ideal do Eu"? do canal do youtube **Falando nisso** 49. Agost 2016.

ou ainda a violência psicológica da ameaça da ferida que a relação pode significar ao narcisismo familiar. *Porque a gente sempre vai ter que lidar com 'putz, será que eu falo para minha avó que a Marília é minha amiga? meu pai me disse que a vizinha da minha avó falou que minha avó não ia conseguir lidar...você entende? (...) As avós são uma questão muito grande!*

Frente ao cenário de hostilidade que as protagonistas enfrentam, inclusive pela presença forte de um confronto com a morte, por episódios reais de violência homofóbica ou pelo imaginário dos *casais lésbicos se suicidando*, observa-se a formação de alianças defensivas. Nessa organização, as protagonistas se unem numa espécie de soldagem em torno de uma visão da relação que transcende a dor, a infelicidade, o vazio e com um caráter ideológico de ação política, de digressão ao Ideal de Ego imposto de fora. É um movimento reivindicatório de legitimação da relação e de uma aliança defensiva de amor frente à violência, ao ódio, frente aos ataques. *É!Tipo, existem questões em ser um casal lésbico e já que existem essas questões e a gente resolve, decide que 'olha, para sermos felizes, vamos amar quem amamos, entendeu? Já que eu já tô segurando a bronca de todas as tranqueiras que o mundo quer jogar para cima de mim, entendeu? Eu vou ser feliz! Fodam-se.*

Ainda sobre esse trecho da entrevista, cabe assinalar um aspecto interessante problematizado pelas protagonistas referente ao lugar social privilegiado que elas ocupam. O recorte de classe social é identificado como um elemento que impacta na constituição da conjugalidade, na construção cotidiana da relação, por facilitar o acesso a meios para defender a legitimidade da relação e reivindicar os seus direitos.

JULI: Outra coisa que eu acho legal de falar também é justamente essa coisa da relação com os pais, ne?

MARÍLIA: (pequena pausa) É, né? (pequena pausa) Será que isso é importante? (risos)

JULI: Eu acho isso muito importante. Eu tava, eu tava pensando esses dias assim. Sobre o quanto que a sua mãe pra mim é tipo uma das coisas que me faz gostar de estar com você. (ambas riem)

MARÍLIA: Não! (risos e, em tom cênico) Você só ama a minha mãe.

JULI: É sério, ela é a minha segunda mãe.

MARÍLIA: Ela é mesmo.

(risos)

JULI: Ela, meu, (pequena pausa) ela é minha mãe. Mas, eu sei que parece bizarro.

MARÍLIA: Você precisa falar isso pra ela.

JULI: Eu sei que parece bizarro, desculpa... (risos)

MARÍLIA: Você pode continuar vendo a minha mãe se um dia a gente terminar. Fica com a minha mãe!

JULI: Eu vou, gata, se um dia a gente termina, você pode ficar, ó, você vai ter que dividir a mãe.

MARÍLIA: (risos) Eu vou proibir!

(...)

MARÍLIA: Sim, essa relação é super importante.

JULI: Mas é, tipo, as nossas famílias se gostam e todo mundo se gosta, o que é um negócio que, quando eu era mais nova, eu achava que não ia acontecer.

MARÍLIA: É.

Pesquisadora: Você achava que não ia acontecer?

JULI: É, eu tinha medo...

MARÍLIA: (interrompendo) É, porque é uma experiência, porque às vezes não acontece mesmo.

JULI: Exato.

MARÍLIA: A gente sabe das representações, de imaginários, e a gente sabe das realidades.

JULI: Não, e porque a minha família em específico também, tipo, a família da Marília é toda carola, inteira católica, carola, super. E a minha família, meu pai já me falou umas coisas bizarras também, homofóbicas, dentro da família tradicional (ênfase) também. Enfim, eu achava, eu tinha medo. Eu tinha medo que se um dia eu resolvesse estar com alguém, (pequena pausa) eu tinha medo de como ia ser. Se eu ia ter que fazer uma coisa meio Romeu e Julieta, fugir, me esconder, porque muitos dos, das minhas amigas passaram por situações horrorosas (ênfase). Porque eu já tive mãe de ex-namorada ligando na minha casa e falando pra eu andar com gente da minha laia, falando que eu tinha, é..., corrompido (ênfase) a filha dela, coisa assim do tipo. Então sempre foi uma, sempre pra mim foi uma questão assim. A família, sabe? Como é que, é, tudo bem, eu consigo... aqui é a nossa casa, nosso oásis, nosso espaço que a gente tá bem, não sei quê.

MARÍLIA: (interrompendo) Nossa bolha, né? Nossa bolha.

JULI: É, nossa bolha social. Mas como é que isso se amplia pro restante da família, e se a gente tem um filho, como é que isso vai ser, sabe? E no caso mais uma camada de privilégio. (risos)

MARÍLIA: É, as famílias são ótimas.

JULI: São ótimas e isso é super importante, pra mim pelo menos é super importante.

MARÍLIA: É super importante mesmo. (pequena pausa) Eu nunca tive esse medo assim de não ser aceita pela (hesitação) família da (hesitação) companheira, acho que pode ser um excesso de auto-estima assim (risos). Tipo “eles vão me adorar!”

JULI: (risos) É que nunca ninguém ligou na sua casa, né? Pra te fazer...

MARÍLIA: (interrompendo) É, eu nunca tive essas experiências.

JULI: se sentir mal.

MARÍLIA: Apesar da gente ter tido essa vivência geracional, de você ter mais informação, ter saído do armário bem mais cedo, ter referência nas amigas num grupo muito (ênfase) mais cedo que eu, você viveu. (insight) Ah, pode ser que tenha relação, porque você viveu muito mais experiências de violência (breve pausa) do que eu. Até porque você estava para fora, né?, eu estava pra dentro o tempo inteiro, então. Fica naquela passabilidade hétero, (ambas riem) talvez não me identificavam e eu não me identificava. Mas você viveu experiências bem piores que eu, de violências homofóbicas, assim, que foram construindo esses medos, né? E eu não vivi, eu sempre fui muito bem aceita pelas famílias.

JULI: Imagina!

MARÍLIA: Já teve uma situação, inclusive, eu namorava uma mulher que morou em Pirituba a vida inteira, tal, e aí eu cheguei, eu tava na XX (nome da universidade) na época, eu cheguei com meu carrinho, com essa cara de judia que eu tenho, é, estudante da XX (nome da universidade) e, naquela época, a mãe dela preferia que ela me namorasse (ênfase) do que namorasse, por exemplo, um amigo negro nosso, que era da galera e que também curtia. Então eu já vivi essa situação tipo ‘ai não, antes essa menina do que esse cara’.

JULI: Caramba!

MARÍLIA: Eu já vivi, por exemplo, essa situação.

JULI: É... são muitas coisas, gente..

MARÍLIA: São!

JULI: É difícil ser uma jovem sapatãzinha no mundo, os pais são cruéis...
(risos)

MARÍLIA: É, os pais são muito cruéis mesmo.
(pausa)

MARÍLIA: E os meus pais são super... (pequena pausa). Apesar deles serem muito católicos, é muito louco isso na minha família, porque é uma família muito católica, mas a Juli vai nos natais, todo mundo ama.

JULI: (interrompendo) Déspota esclarecido.

MARÍLIA: todo mundo ama (ênfase) Juli. A minha madrinha, por exemplo, a minha tia, irmã da minha mãe e minha madrinha de batismo, ela é, ela é catequista na igreja, ela catequiza (ênfase) as crianças, ela é desse (ênfase) nível, ela é ministra da eucaristia, aquela pessoa que fica dando a hóstia. Ela é muito carola e ela (ênfase) ama Juli de paixão, AMA. Foi trabalhando qualquer bloqueio que ela tivesse, isso nunca (ênfase) chegou em mim. Foi trabalhando, trabalhando ao ponto de, meu “cadê Juli?”, “Por que Juli não vem?”.

JULI: Exato.

MARÍLIA: Chega natal da família que a gente é cobrada, “quando é que vocês vão casar?”, “quando é que vai ter?”. É bem bizarro assim. Apesar deles serem super católicos, eles têm essa... (ambas riem)

JULI: Não faz sentido.

MARÍLIA: ... disfunção positiva. (risos) é, não faz sentido, mas faz sentido.

JULI: (interrompendo) Mas é ótimo, tá ótimo. (ambas riem) Continue assim, família! (em tom cênico).

(pausa)

MARÍLIA: Eu tava pensando, outro dia, quando, eu era assim pré-adolescente, eu tava com a minha mãe no cinema, lá no Belas Artes, e tinha uma sapatã com a namorada, uma mina bem bofe assim, a namorada bem sandalinha. Eu tava descendo a escada do cinema, minha mãe virou pra mim e falou assim (cochichando) “olha, elas estão juntas!”. (pequena pausa) E tipo, uma memória que eu tenho que, tipo, eu não (ênfase) deixo ir (ênfase), sabe?, era, tipo assim, “tá, por que que ela tá falando isso”, entende? Tem algo errado. “Por que que isso está sendo trazido à pauta, né? Você não tá olhando pra todos os casais e falando, tipo..

JULI: “olha, eles estão juntos”.

MARÍLIA (completando) “Olha, aquele cara tá com a mina!” (ambas riem)
(pequena pausa)

MARÍLIA: É pequeno, mas é muito gigante, né?, nessa constituição. Eu tava pensando nessa memória esses dias, assim, de como...

JULI: É.

MARÍLIA: ... é difícil você se livrar dessas informações, assim, pra se constituir firmemente como lésbica, né?

JULI: É.

(pequena pausa)

No que tange ao relacionamento com os familiares e ao processo de dar visibilidade à relação percebe-se que é uma questão mobilizadora para o casal. Observa-se que a introdução desse assunto é difícil e esbarra, inicialmente, na resistência expressa, como porta-voz da relação, por Marília que tenta se evadir de abordar o tópico.

As entrevistadas relataram situações difíceis vividas no contexto familiar, de episódios homofóbicos protagonizados por seus próprios pais ou pelos pais do (ex)cônjuge. Eventos como esses relatados têm uma carga de forte violência, pelos insultos e associação da homossexualidade com marginalidade e representam verdadeiros ataques ao narcisismo, dificultando a constituição identitária e inscrição da relação homoafetiva nas narrativas sociais e familiares. *É difícil ser uma jovem sapatãzinha no mundo, os pais são cruéis...* relatou uma das protagonistas, enquanto a outra rememorava um episódio de homofobia da mãe e os impactos disso nos seus processos identificatórios. *Eu tava pensando nessa memória esses dias, assim, de como (...) é difícil você se livrar dessas informações, pra se constituir firmemente como lésbica, né?*

Curiosamente, na referência à mãe de uma das protagonistas vemos que há uma mistura entre elas nos papéis de irmãs, ao mencionarem a importância e o compartilhamento da mesma mãe. *Eu tava, eu tava pensando esses dias assim. Sobre o quanto que a sua mãe pra mim é tipo uma das coisas que me faz gostar de estar com você. (ambas riem) (...) Ela, meu, (pequena pausa) ela é minha mãe. Mas, eu sei que parece bizarro.*

É possível identificar o estabelecimento de um movimento de *intercâmbio imaginário* entre elas, possivelmente no sentido de uma remalhagem para cumprir possíveis dificuldades dos continentes psíquicos das famílias de origem de cada uma. Esse intercâmbio vai ao encontro da proposta de Benghozi sobre a constituição de

alianças de casais como um neocontinente narrativo que ajuda a restituir a função do continente psíquico vulnerável ou mesmo rompido.

Sobre a questão da aceitação do relacionamento por parte da família, embora as protagonistas tenham vivido experiências difíceis com os familiares, elas reconhecem e sinalizam a aceitação do relacionamento por parte deles. Esse movimento parece remeter aos aportes do contrato narcísico, com vistas a manter a continuidade do investimento de autoconservação para cada sujeito e para o seu grupo de pertencimento. Entretanto, é curiosa a referência feita de um cenário de aceitação e inclusão do relacionamento pelos familiares como sendo uma *disfunção positiva (risos)*, que *não faz sentido, mas faz* e do retrato do *déspota esclarecido*. Provavelmente, as marcas da violência e as inúmeras evidências de uma realidade social de não aceitação por parte das famílias, de forma geral, parecem estar internalizadas nas protagonistas de forma com que elas defensivamente tenham traçado um cenário infausto.

MARÍLIA: Eu tava, minha mãe tem, é, é louco falar isso dos pais também, minha mãe tem essa coisa das nomenclaturas, né. Ela demorou cinquenta anos pra conseguir falar “negro”, “esse cara é negro”, “essa mulher é negra”. Ela tem uma coisa das nomenclaturas que é muito pontual pra ela, né. (pequena pausa) E essa coisa da gente se declarar lésbica, né?

JULI: Ahan (afirmativamente).

MARÍLIA: Eu tava tendo essa conversa com a Eugênia e a Eugênia me falou assim “eu não consigo me declarar lésbica, eu acho o nome feio.

JULI: Nossa!!

MARÍLIA: Eu falei pra ela “é por isso que a gente precisa usar esse nome. A gente precisa mudar (ênfase)...

JULI: Ahan (afirmativamente).

MARÍLIA: ... o que essa palavra significa. “Ah, eu prefiro falar que eu sou gay, eu acho muito feio lésbica”. Eu falei “é, é por isso que a gente precisa se declarar lésbica” (pequena pausa), “por isso que a gente precisa usar mais, a gente precisa ressignificar esse termo, assim.”

JULI: E é louco, né, porque tem a ver muito com a coisa de, tipo, todo mundo fala “pau”, mas ninguém fala “vagina”.

MARÍLIA: Uhun (afirmativamente).

JULI: Todo mundo fala “pênis”, bu..., sabe?, mas “buceta” não pode.

MARÍLIA: Uhun (afirmativamente).

JULI: Sabe? É muito maluco, né, tem muito a ver com o machismo.

(pequena pausa)

MARÍLIA: Claro.

JULI: (Enfática) Que é outro ponto importante em, em viver uma relação lésbica.

MARÍLIA: To-tal.

PESQUISADORA: É? Vocês acham que atravessa?

MARÍLIA: É.

JULI: Eu acho que atravessa.

PESQUISADORA: Em que sentido, assim?

JULI: Eu acho que atravessa ao ponto que, por exemplo (pequena pausa), é, muitas vezes a gente (pequena pausa) é porque assim, na verdade, na verdade verdadeira, no fim das contas eu e a Marília, a gente não vai deixar ninguém botar a nossa relação em... em... qualquer tipo de perspectiva que diminua a seriedade do compromisso que a gente tem uma com a outra. Mas, que, que acontece em vários momentos onde alguém vira e fala “ah, mas... ah, mas, vai, ah... mas não são sapatão, você com essa cara, com esse vestido?” (pequena pausa) “vai, não sei que”. Ou então que diminuem o relacionamento, por ser um relacionamento de mul, entre mulheres. É... diminuem como se fosse, como se fosse menor mesmo, de um relacionamento hétero ou do que, até mesmo de um relacionamento gay (pequena pausa) entre homens, assim.

MARÍLIA: É, os caras que se sentem no direito de te xavecar na frente da sua namorada só porque você não tá com um cara.

JULI: Exatamente.

MARÍLIA: Aí, às vezes, tem aquele que amigão que se sente no direito de te xavecar. (pequena pausa) Tipo, por que você tá se sentindo nesse direito? É um negócio que permeia subjetivamente a vida e praticamente (ênfase). Tipo assim, é uma casa com duas mulheres? O zelador vai te tratar diferente (pequena pausa) do que se tivesse um macho na tua casa.

JULI: Exatamente.

MARÍLIA: Pra lidar com as coisas. É sempre uma casa onde não há um macho. E eu sei muito (ênfase) bem sobre isso porque a minha mãe sempre foi uma mãe solo. Então eu cresci numa casa que não tinha macho. E as pessoas te tratam diferente.

JULI: É.

MARÍLIA: Porque não tem nenhum macho pra bater de frente. Na escola eu era tratada diferente, as freiras se sentiam no direito de me fazer pequenas torturas, (pequena pausa) de ficar me questionando fechada numa sala, “por que só eu tô vivendo isso?”, porque no dia seguinte não vai vir o macho da casa confrontar essa freira, não vai vir. É claro que minha mãe vinha fazer um puta escarcéu, se colocava e me ensinou a me colocar. “Na nossa casa não tem macho”, ela falava sem falar, mas ela falava “você nunca vai depender de ninguém, (pequena pausa), você precisa saber se virar, financeiramente, você nunca vai depender de ninguém e você vai se bancar, então eu fui aprendendo que “tá, casa sem macho”, eu...

JULI: Han.

MARÍLIA: não sabia que era isso na época, mas é, é sobre isso na prática: uma casa sem um macho. E a nossa casa não tem macho.

JULI: Exato.

MARÍLIA: Então a prática da vida vai trazendo certas situações que são (pequena pausa) chatas, que você tem que ficar batendo de frente.

JULI: É, tiran...

MARÍLIA: Mas subjetivamente também, você tá na rua e você vai ser abordada.

JULI: É. (pausa) Tirando aquelas coisas que eu acho que toda mulher lésbica já passou, de ser objetificada, né, assim, né, de, de olharem, “ai, duas”...

MARÍLIA: Elas são fetichizadas. É.

JULI: Exatamente, fetiche puro, assim né, em cima da gente, às vezes. A gente sente, né, você sente que, quando tem um homem olhando pra você como se você fosse, enfim, “nossa, dois buracos, olha que legal”. Sabe? É horrível. E... A gente sente, não permeia o nosso, a nossa bolhinha, obviamente, porque a gente chuta (ênfase) todas as pessoas pra fora da bolha, soca, assim, socos e pontapés. Mas... não quer dizer que não exista e que não aconteça.

MARÍLIA: É, na rua já é (inaudível)

JULI: Imagina ainda quando, é, as pessoas que estão fora do nosso relacionamento, né? (risos) É... (pequena pausa) entendem que somos lésbicas não-monogâmicas. (pausa) Isso se, isso se (pequena pausa), isso se eleva à enésima potência, esse machismo. Porque aí é o que? “Ah, não, aí sim, agora, ah, tá vendo? Ó, não é sério! Não é um casamento porque não, ah, já, é, já não

era um casamento porque é de duas mulheres”, entendeu?, “ainda não é monogâmico? Ah, então realmente essa relação aí é qualquer coisa”...

PESQUISADORA: De desqualificar.

MARÍLIA: Desqualificar.

JULI: Exatamente, desqualificar a relação.

MARÍLIA: É, a gente sempre tem essa reflexão, a gente foi ganhando essa reflexão de que o mais difícil de se propor uma relação não-monogâmica são os outros.

JULI: É.

MARÍLIA: É incomparável o ciúmes, a parte prática, o que a gente tem que lidar é muito (ênfase) menos trabalho do que explicar, você chegar em um bar com uma outra pessoa e explicar pra um amigo que está lá o que você tá fazendo no bar com outra pessoa. (pequena pausa) Essa é a parte mais difícil. É o julgamento do amigo que vai te ver no bar.

JULI: É. Porque eu acho injusto, às vez (interrompe). O que eu acho difícil disso é justamente isso: desqualificar o meu relacionamento. Entende? Isso é injusto, isso é.

MARÍLIA: A gente tá pondo essa energia...

JULI: É!

MARÍLIA: E recebendo esse julgamento.

JULI: Exato. (pequena pausa) Mas eu acho que, eu acho que é muito difícil, sendo mulher já é muito difícil não sentir a mão do machismo te (pequena pausa) tentando te segurar o tempo todo. Sendo mulher lésbica, então, eu acho que isso se eleva, sabe? (pequena pausa) Acho que isso se potencializa mais ainda, assim, eu sinto a mão do machismo o tempo todo tentando diminuir minha relação, diminuir meu amor, diminuir quem eu sou, meu caráter não-sei-que, qualquer coisa assim do tipo desqualificar. Eu sinto essa energia bizarra (risos) em volta.

(pausa)

MARÍLIA: Eu to tentando ir mais pro fundo, assim, nas questões, né? Porque eu tava falando isso sobre o trabalho que eu to fazendo dos meninos, né?

JULI: Hum.

MARÍLIA: A gente luta, né? A JuLi treina kung-fu e eu treino muhai-tai e eu tava fotografando campeonato e pensando na violência, na cultura de violência que (pequena pausa), que os meninos são expostos, né. Essa coisa,

quando você vai pras lutas é super violento mesmo, como os meninos são treinados pra dar porrada. (pequena pausa) Literalmente. E eu tava pensando, “mas é uma questão óbvia do machismo, os meninos criados na cultura da violência”. Aí eu fiquei pensando, a gente precisa falar das questões óbvias, e eu acho que a gente tá falando de questões óbvias super importantes, assim...

JULI: Ahan (afirmativamente).

MARÍLIA: A monogamia, a fetichi..., a fetichização do relacionamento lésbico, são questões muito óbvias, tipo, é claro que qualquer uma que tenha uma mínima vivência lésbica já passou por essas reflexões, né? (pequena pausa) Mas aí tem uma coisa que eu acho que é um pouquinho mais complexa, que é aquela relação da sociedade com a lésbica que, sim, tem o lado da fetichização, mas aí de um outro lado, a gente sempre passa por umas situações de, tipo assim, “essa mina é muito legal!” porque ela é mais próxima do masculino.

JULI: Ah, sim, é!

MARÍLIA: Então, aí os caras se apaixonam por você loucamente porque não só você é tipo uma mina, gatinha, tal, mas você é o brother, você é mais perto de ser o brother deles, né? Então, tipo assim, “pô, você é muito legal, você nem parece uma mina”.

JULI: (cenicamente, mimetizando voz masculina) “Pô, vou falar com você de mulher, então, meu...”

MARÍLIA: É, tem isso...

JULI: (continuando) “olha aquela mulher, que gostosa!”

MARÍLIA: ... de você, dentro da hierarquia social do privilégio, você sobe um micro (ênfase) degrau porque você, muitas vezes não é a lady, então você sabe dirigir, sabe ler um mapa, as coisas que são típicas do universo masculino, você sabe dirigir, você sabe ler um mapa, você sabe comer outra mina com, com muita propriedade (ambas riem). Você, às vezes, curte um futebol, você às vezes luta, são coisas próprias do universo masculino, aí você sobe um mini degrau, aí tipo “mano, você nem parece uma mina, você é muito legal”. “Então, gato, eu sou uma mina, as minas são muitas coisas...”

JULI: São muitas coisas.

MARÍLIA: Às vezes são chatas, às vezes são legais, que nem homem, às vezes é chato, às vezes é legal. Eu sou uma mina na minha plenitude, assim. Então, o universo lésbico ao mesmo tempo que te tira pequenas hierarquias, te

oferece outras. Às vezes você entra, eu já me senti tipo na rodinha dos caras, na faculdade. Fala, a sua reflexão sobre isso. (dirigindo-se à Juli)

JULI: Não, pode terminar.

MARÍLIA: E não, não é real, eu acho que são mini privilégios, é... oníricos, assim. Não é que você vai ser melhor tratada ou ter mais direito, tal. Mas, às vezes, elementos da masculinidade são te colocados e você é lida em dois universos diferentes, assim. Um pouco, não acho que a gente ganha mais privilégio por causa disso, mas acho que às vezes elementos de masculinidade nos são colocados e a gente passeia (ênfase) por universos onde minas – que às vezes a mina até é lésbica mas é um pouco menos masculinizada, assim. E, tipo, a gente nem é masculinizada, mas você entende, né? O mínimo (ênfase), tipo, treinar luta, já nos deixa em um outro patamar, sabe? Fala, que você acha disso? (dirigindo-se à Juli)

JULI: Eu acho que, (suspiro) o que eu percebo, assim, é que existe uma dificuldade muito grande do, da sociedade, né? Principalmente dos homens, mas da sociedade que é machista no geral, é, de lidar com mulheres, sendo mulheres, tendo uma relação e sendo seres humanos, sendo indivíduos. Eu, eu sempre sinto que existe uma necessidade de categorizar, então de te categorizar como masculino, sabe? E como feminino. Colocar quem é “quem é a passiva, quem é a ativa? Quem que é o homem? Quem que é a mulher? (voz cênica). isso já não se fala mais desse jeito, mas ainda assim se busca nesse jeito que a Marília traz, é, o cara vai querer, 'então você é sapatão, ah então, vamos falar daquela mina ali, que gostosa é aquela mina ali ' (voz cênica), entende? e te trata como se você fosse a representação que ele conhece de alguém que se interessa por mulheres, que é o que? um homem, machista, hipermasculinidade, é... dominação, dominante, lalala..te trata nesse universo mesmo, mas é como se fosse um teste, entende? é para testar, quão viril uma lesbica pode ser? 'Será que uma lésbica pode ser tão viril quanto eu?' sabe? será..não sei, é quase como se fosse um teste assim sabe,de, de 'ah, então quer dizer que se é, se é sapatão é mais homem, então se é homem, tem que falar de..não sei o que é que os caras ficam tentando testar,assim né, tentando sentir. Ou vão tentar te comer, ou vão tentar ver se vc... quando é que a sua masculinidade quebra, ou alguma coisa assim do tipo. Porque para mim todo mundo tem masculinidade, feminilidade, tem..Isso são, são, são características

que estão nos seres humanos e não são específicas de nenhum gênero, (pequena pausa) necessariamente.

MARÍLIA: As características relacionadas ao masculino, né?

JULI: É!

MARÍLIA: Não dá nem para a gente chamar de masculinidade...

JULI: (interrompendo) É!

MARÍLIA: Feminilidade..

JULI: É! Exatamente!

(As duas falando ao mesmo tempo) MARÍLIA: As características relacionadas a essas construções de gênero estão presentes nas pessoas / JULI: As características associadas ao masculino..

JULI: É! Mas tem essa coisa de querer, de querer testar sim. Então eu não acho que a gente ganhe um privilégio, eu acho que é de novo(ênfase) um demérito, porque é.. basicamente, aí por exemplo, eu no, no, usando a luta, por exemplo, como (pequena pausa)

MARÍLIA: (complementando a frase) como exemplo (voz cênica)..(risos)

JULI: (risos) É! Quando eu to no tatame, de vez tem, um par de protetor que é o par de protetor vermelho e tem vários outros pretos, as vezes a brincadeira é comigo 'ahhh, vou te dar o vermelho hein..' é uma brincadeira que me diz..

MARÍLIA: Que é o mais fraco?

JULI: Não!

MARÍLIA: Que é o mais forte?

JULI: É que é o vermelho, é a cor da mulher..

MARÍLIA: Humm...

JULI: É o mais feminino, entende? E aí a brincadeira é, 'vou te dar o feminino', ah mas, será que vc quer o feminino?

MARÍLIA: Não, e como quem tenta te agredir, né.

JULI: É!

MARÍLIA: Para você, o feminino, o de menina..

JULI: O de menina, mas é, mas não é só me colocando no lugar de menina, é desafiando, é me desafiando a me colocar, ou como masculina, falando 'não pô, me da o preto memo' (voz cênica) ou como feminina, entende? É tentando me categorizar, tentando colocar nas caixinhas que eles conhecem.

MARÍLIA: E te zuando em qualquer escolha que você fizer..

JULI: Em qualquer escolha que eu fizer...entendeu? Então são sempre...

MARÍLIA (interrompendo) te diminuindo..

JULI: Essas ciladas que, que na verdade servem pra, pro, para a galera tentar enfiar a gente nas categorias que eles já conhecem, entendeu? Que é (pequena pausa) mulher (ênfase), é... cabelo comprido, gosta de rosa (fala batendo a mão na mesa). Menino brinca de carrinho (fala batendo a mão na mesa), sabe? Ficam tentando testar quais são os nossos limites, pra enfiar a gente em alguma dessas duas categorias binárias (ênfase), mesmo (ênfase), assim, sabe? Então eu não acho que é privi..o que que é um, uma escalinha de privilégio a mais, eu acho que são testes (ênfase) e que são testes chatos e imbecis, entendeu? (risos)

MARÍLIA: Eu acho que nem são testes, são anúncios da constatação de que você não se encaixa nenhuma das gavetas.

JULI: É!

MARÍLIA: Em todas as suas escolhas, ele tá falando 'tá vendo, você não pode ser menina! Tá vendo você não pode ser um menino'.

JULI: É!

MARÍLIA: É a constatação anunciada de que você não está em nenhuma das gavetas e a sociedade precisa (ênfase) apontar um dedo para isso, precisa! 'Você não tá em nenhuma gaveta, você não tá em nenhuma gaveta! (voz cênica de imitação)

JULI: E é louco né, eu posso estar na gaveta que eu quiser... Tipo, sei lá (risos), eu não deixei, eu não deixei de ter, eu que sou uma mulher cis, eu não deixei de ser uma mulher cis porque eu sou lésbica, entende? (risos) eu já estou nessa gaveta, sabe? Tipo eu me identifico com mulher, me identificam, me leem como mulher, sou mulher, minha, minha orientação sexual não tem nada a ver como isso né, tipo, com, com ser mascu.. nossa, é muito maluco.

MARÍLIA: É!

JULI: Esses testes são muito malucos, assim! Tipo é, é quase como, alguém, alguém cutuca outra pessoa com uma vara e fala 'que bicho é esse', assim, sabe?

(pequena pausa)

MARÍLIA: E aí na vida prática, isso vai aparecer sempre, né..então..

(Juli interrompe para falar que vai esquentar a comida).

MARÍLIA: Se você viaja com um grupo de amigos que tem héteros e homos, nunca (ênfase) oferecem para a gente o quarto do casal (pequena pausa), tipo assim..

JULI: É, tem um quarto de casal na casa inteira..

MARÍLIA: Tem um quarto de casal, ninguém vai falar..

(as duas falando ao mesmo tempo) JULI: cinco casais, quatro heteros ' /

MARÍLIA: '(ninguém vai falar) vamos tirar par ou ímpar?

MARÍLIA: Pressupõe-se que o casal hétero vai ocupar esse quarto. São essas situações de apontamento de dedo, que sempre, praticamente na vida vão vir.

JULI: É!

MARÍLIA: Aí, tipo assim, a vizinhança sempre elege quem é o homem do casal pra tratar das questões práticas. Então, vai, às vezes eu vejo isso em vários casais. O zelador sempre vai abordar a mina x, aí o guardinha da rua vai pedir o dinheiro para a mina x, tipo ela é o cara que administra a casa, sabe? Sempre tem esses apontamentos na vida prática assim.

(pausa média)

JULI: Nossa, que tolice, né?

MARÍLIA: É, e eu acho importante falar disso e constatar isso, porque, é isso, quando a gente começa a pesquisar esse tema, e as pessoas acessam essas pesquisas para pensar, como elas atendem no escritório jurídico, como que a diretora da escola vai tratar essa família homoafetiva. É importante que as pessoas saquem isso, assim. Tipo, não tem o homem da casa e mesmo se tivesse um homem cis e uma mulher cis naquela casa, quem disse que não é a mulher cis que ta comandando, inclusive...

JULI (interrompendo): Exatamente!Exatamente!

MARÍLIA: a grana, para onde vai a grana..Porque você ta abordando o papai, para falar da grana do passeio.

JULI (interrompendo): As vezes eu fico me perguntando que século as pessoas vivem, sabe? Assim, que século mental a gente tá vivendo (risos), onde as mulheres são submissas e frágeis e inativas e, sabe? não sei,mas essa, essa cultura de que o espaço de ação é o espaço masculino e o espaço de passividade é o espaço feminino perdura demais, ta perdurando para além do limite, sabe, dessa lógica assim. Esses testes constantes tem a ver com isso, com querem dizer, 'mas não, vocês não podem escolher com quem vocês querem ficar, mulheres, vcs é que são escolhidas, que esperam as coisas

acontecer, vcs não são quem faz (ênfase), vcs não são quem constrói uma casa, vcs não são quem se casa'.

MARÍLIA: Ou quem pilota um avião!

JULI: Ou quem pilota um avião! Ou quem, ou quem constitui uma família com outra mulher. 'Como duas passivas estão juntas? Quem é que faz alguma coisa?' (voz de imitação) Sabe? É muito maluco assim, como se mulheres não pudessem ter, ter ações, atitude. Aliás, ter atitude é uma coisa que é considerada mais masculinizado. Se você é uma mulher que vai lá e (bate com as mãos) tem atitude. 'ahh, a machona chegou!' (voz de imitação). Mulher lésbica que tem atitude é 'machona ou macho, chegou!'. Não cara! Eu sou fêmea, mas daquelas bem "feminha memo".

MARÍLIA: Grelo duro!

JULI: Sou fêmea de grelo, grelo duro!(risos) (pequena pausa) e tenho atitude!

MARÍLIA: É! E que eu acho que, eu acho que sim, a gente vive, a mulher...

JULI: (interrompendo) a mulher cis..

MARÍLIA: Sim, a gente vive a mulher do século XVIII.. Pouco ou nada se modificou, é..e eu acho que isso tem a ver com aquele, tsc, eu fiz um curso, eu preciso pegar o nome todo da, da pesquisadora, mas da Rosane sobre, constituição, é...constituição do feminino, que constrói a imagem do feminino, né. E ela falava muito dos discursos e de como os discursos da sociedade se propagam e eles são tipo novelos que tem um núcleo duro. Então, a gente consegue mover os fios que estão ao redor (ênfase) desse núcleo duro do discurso. Mas aí quando a gente tenta acessar o núcleo duro do discurso, a sociedade começa a ficar meio chateada. 'Não, mas aí você já tá mexendo no que é o núcleo duro, né, a gente vai ter que rever tudo, a gente vai ter que rever o que significa a palavra homem e a palavra mulher' (voz de imitação). Aí começa, começa uns apontamentos que na verdade são sinal de nervosismo, assim, 'não, mas aí, com quem que eu vou conversar de dinheiro na sua família?' Com as duas, a gente vai decidir junto. Eu acho que esses apontamentos, essas piadas, esses pequenos desafios são também resultado da tentativa de mexer no núcleo duro de discurso, que é esse discurso que vem lá (voz mais fina) de muito tempo atrás, de muitos séculos e que foi modificado no seu arredor..Mas que continua igualzinho no seu núcleo, assim. E aí, aí começa ser um desafio, sabe?

PESQUISADORA (interrompendo): Tipo uma resistência, assim, pra..

MARÍLIA: Pra quem tá a nossa volta..

JULI: É!

MARÍLIA: Sim!

JULI: E eu acho que a gente chegou aqui num, numa coisa que é muito importante na nossa relação, a gente discute muito sobre o que é ser mulher. A gente discute muuuito (ênfase), a gente sempre (ênfase) conversa sobre, quais são os espaços que a gente encontra, as dificuldades que a gente encontra..

MARÍLIA: Sim!

JULI: As coisas que a gente tá vivendo, como a gente vê (pequena pausa) discutir o que é ser, ser mulherrrr, como é ser mu,mulher, vivenciar a feminilidade, etca,etca.. o que diabos é feminilidade, isso é uma coisa que a gente faz cotidianamente (ênfase).

MARÍLIA: É!

(as duas falando ao mesmo tempo) JULI: O tempo todo/ MARÍLIA: Não é só porque você está aqui (risos) / JULI: Não é só porque você está aqui/ MARÍLIA: A gente fala disso todo dia.

JULI: A gente janta falando de ser mulher. Entendeu? (risos) A gente vai chamar um, um jantar só de mulheres amigas nossas..

MARÍLIA: E vai cair nesse papo...

JULI: E vai cair nesse papo..

MARÍLIA: Que não seja sobre isso..

JULI: É um negócio que permeia..

PESQUISADORA (interrompendo): Que atravessa a relação de vocês..

MARÍLIA: Nossa vida, a vida..

JULI: Bastante, bastante.

MARÍLIA: Às vezes a Juli fala, meu, 'eu queria passar uma semana sem pensar em nada (ênfase) disso e a gente é incapaz. Porque a vida também nos, nos pauta o tempo todo.

JULI: É!

MARÍLIA: Porque você vai fotografar a competição de muay thai e não tem como você não ver como a cultura do violência é um dos pilares do que é ser masculino...

JULI: É!

MARÍLIA: (ser masculino) Aqui!

JULI: Masculinidade tem a ver com violência..

MARÍLIA: É! E vc fica pautada por isso o tempo todo. Não é porque a gente é a nóia da reflexão, é porque a gente talvez perceba mais e traga mais aqui para a mesa, o quanto todo dia (ênfase) a gente é confrontada com essas questões..

JULI: É! E é louco, porque a gente traz em dose dupla né, porque a gente sempre quer falar sobre o que atinge a nós mesmos e a gente sempre quer conversar sobre o que atinge quem a gente ama... E no caso, eu sou uma mulher, então quando eu penso sobre o que atinge a mim mesma, eu to pensando sobre o que atinge uma mulher e quando eu to pensando sobre o que atinge a pessoa que eu amo, que também (ênfase) é uma mulher, eu to pensando sobre o que atinge uma mulher, novamente. Então, é um negócio que não dá para fugir, entendeu?

MARÍLIA: É mesmo! (pequena pausa, aparentemente por causa da comida) Talvez uma relação heterossexual, essa mulher esteja pautada por outras questões do seu companheiro, questões existenciais que ele traz. 'ah, puta eu to com essa competição dentro da empresa que é um saco' (voz imitação). Que são o que? Iguais as questões que a gente traz e, algumas diferentes. Que são própria do universo dito masculino, né?

JULI: É!

MARÍLIA: Mas você tem razão, às vezes a gente é pautada duplamente e essa mulher que ta numa relação heterossexual recebe outras questões existenciais do seu par..

JULI: É!

(pequena pausa)

MARÍLIA: Eu nunca tinha pensado nisso!

(pequena pausa)

MARÍLIA: É isso então! É só a gente virar hétero que vai ser uma demanda menor! (muitos risos)

JULI: Ah, credo! Pelo amor..

MARÍLIA: Eu não tenho nem roupa para isso!

(ambas riem)

JULI: Não tenho nem roupa para isso!

(pequena pausa com muitos risos).

(MARÍLIA fala para pesquisadora pegar mais comida, pesquisadora agradece e elogia a comida)

(Segue uma pausa longa)

Outro aspecto suscitado na entrevista é o atravessamento do machismo e da fetichização na construção do imaginário do que é ser uma *lésbica*. Esse imaginário envolve a atribuição de características do que seria considerado do universo masculino, numa tentativa de categorizar a mulher e a *relação lésbica* no enquadramento binário de gênero. Podemos pensar essa questão sob a ótica de Butler (2010), nas pretensas verdades e coerências que se buscam construir através das categorias fundacionais de identidade - identidade binária de sexo, gênero e corpo – e que são, segundo ela, efeitos de práticas e poderes discursivos, centrados nas instituições do falocentrismo e na heterossexualidade compulsória.

O primeiro ponto que as protagonistas chamaram atenção é para a importância do termo *lésbica* enquanto significante para inscrever simbolicamente a mulher homossexual e dar ancoragem psíquica e social. *Eu tava tendo essa conversa com a Eugênia e a Eugênia me falou assim “eu não consigo me declarar lésbica, eu acho o nome feio. Eu falei pra ela “é por isso que a gente precisa usar esse nome. A gente precisa mudar (ênfase) o que essa palavra significa.*

Na continuação da entrevista, elas relataram episódios que denunciam os efeitos opressores da cultura fálica na *deslegitimação* da mulher e do relacionamento entre elas. *“Ah, mas... ah, mas, vai, ah... mas não são sapatão, você com essa cara, com esse vestido?” (pequena pausa) “vai, não sei que” (...) É, os caras que se sentem no direito de te xavecar na frente da sua namorada só porque você não tá com um cara (...) Aí, às vezes, tem aquele que amigão que se sente no direito de te xavecar. (pequena pausa) Tipo, por que você tá se sentindo nesse direito? O efeito dessa violência impingida tem um caráter dessubjetivante. A gente sente, né, você sente que, quando tem um homem olhando pra você como se você fosse, enfim, “nossa, dois buracos, olha que legal”. Sabe? É horrível.* Elas retratam que o atravessamento do machismo é muito presente e pelo fato de ser um casal de mulheres sentem como se isso tivesse peso duplo em suas vidas, por envolver a si enquanto sujeito e a realidade do objeto de amor escolhido.

Sobre a interessante incursão que as protagonistas fizeram na temática de gênero, podemos recorrer às autoras feministas apresentadas no primeiro capítulo para ajudar a embasar a discussão. Um aspecto trazido na entrevista retoma a concepção de gênero de Scott (1995) sobre as representações simbólicas evocadas a partir da gama de símbolos presentes na cultura. É nesse sentido que as entrevistadas identificaram a evocação binária de gênero feita pela sociedade a partir das representações: *mulher (ênfase), é... cabelo comprido, gosta de rosa (fala batendo a mão na mesa). Menino brinca de carrinho (fala batendo a mão na mesa), sabe? Ficam tentando testar quais são os nossos limites, pra enfiar a gente em alguma dessas duas categorias binárias (ênfase), mesmo (ênfase), assim, sabe?*

Segundo elas relataram, a partir dos testes que sentem e do movimento de tentar encaixá-las de acordo com as categorias binárias já conhecidas, não há espaço legítimo para a existência de subjetividades sexuadas que não estejam integradas com a matriz heterossexual. Essa ideia vai ao encontro do que Butler (2010) defende sobre a resistência sofrida pelos seres abjetos para experimentar além da sujeição. *Esses testes são muito malucos, assim! Tipo é, é quase como, alguém, alguém cutuca outra pessoa com uma vara e fala 'que bicho é esse', assim, sabe?*

Com essa imagem trazida por elas, vemos o quanto as subjetividades desviantes ficam como espectros ameaçadores para o status do sujeito e do grupo social. É como se essa existência produzisse uma insegurança identificatória para aqueles ao seu entorno, o que é interessante se pensarmos no que Butler diz sobre o abjeto.

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas 'inóspitas' e 'inabitáveis' da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do 'inabitável' é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual - e em virtude do qual - o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. (BUTLER, 2010, p.156).

Na aproximação do final da entrevista, após todo percurso reflexivo traçado pelas protagonistas, elas chegaram a um importante questionamento sobre a condição feminina, ou como diz Butler, sobre as inúmeras possibilidades de fazer-se mulher. *E eu acho que a gente chegou aqui num, numa coisa que é muito importante na nossa relação, a gente discute muito sobre o que é ser mulher (...) como é ser mu, mulher, vivenciar a feminilidade, etca, etca.. o que diabos é feminilidade...*

As minas são muitas coisas comentaram as nossas protagonistas, na defesa da mulher enquanto um sujeito em devir. As protagonistas teceram uma dura crítica à lógica que ainda prevalece da mulher enquanto ser frágil e submissa e do espaço da ação pertencer ao masculino. *É muito maluco assim, como se as mulheres não pudessem ter, ter ações, atitude. Aliás, ter atitude é uma coisa que é considerada mais masculinizado.(...) lésbica que tem atitude é 'machona ou macho, chegou!'. Não cara! Eu sou fêmea, mas daquelas bem "feminha memo" (...) Sou fêmea de grelo, grelo duro!(risos) (pequena pausa) e tenho atitude!*

É interessante o apontamento que as protagonistas fizeram de uma construção social que ainda prevalece da mulher enquanto ser passivo, sinalizando para o imaginário que atribui a força feminina à masculinidade e relacionarmos com a utilização que elas fizeram do significante *diabo*.

Se retomarmos o que Roudinesco fala sobre a representação da mulher na emergência da família moderna, vemos que naquele contexto marcado pelo declínio da figura paterna instalou-se um verdadeiro terror “da possível feminilização do corpo social”. (ROUDINESCO, 2003, p.43). O imaginário era de uma possível irrupção da força feminina, de uma sexualidade relacionada à ordem do selvagem, da natureza, distante da racionalidade atribuída aos homens. Para conter essa força disruptiva, que produzia um temor fantasmático do retorno do matriarcado, a mulher precisou ser associada à figura de mãe. A valorização da maternidade e a representação da mulher colada à figura materna foram, portanto, as formas encontradas para garantir que a organização do corpo social resistisse ao impulso feminino, julgado capaz de eliminar a diferença dos sexos. Curiosamente, entre as várias definições que o substantivo *diabo* tem no dicionário, há particularmente uma encontrada no dicionário Michaelis que destaca “Pessoa que atrai ou encanta, que desperta sentimentos de desejo, interesse, amor, etc” e que é seguida do exemplo: *Essa atriz é o diabo, não existe homem a quem não fascine*.

É interessante pensarmos no que Käs fala sobre os organizadores socioculturais que servem de alicerce para “a função narrativa e legitimadora que todo grupo utiliza para se autorrepresentar, para se autoidentificar (p.121) e constatar que ainda circulam esquemas de “figurabilidade e de significação”

construídos sobre as bases de uma cultura machista e temerária da força feminina e que está *perdurando para além do limite*.

MARÍLIA: Muitas coisas né!

JULI: É louco né.

MARÍLIA: Sim!

JULI: A gente ta falando muito? (pergunta dirigindo-se à pesquisadora).

(risos)

Pesquisadora: Não! Por quê?

JULI: (risos)

(Pequena pausa).

MARÍLIA: Não é uma sessão só de 50 minutos.

(risos geral)

Pesquisadora: Não! Aqui pode, pode falar!

(...)

Pesquisadora: Vocês acham que encerrou, vocês querem de repente...

MARÍLIA: (risos) eu fiquei pensando numa questão da idade (pequena pausa)

JULI: Conta!

MARÍLIA: Fiquei pensando nessa falta de referência de casais homoafetivos idosos, assim.

JULI: Nossa!

MARÍLIA: Que é uma coisa que veio vindo, veio vindo, cada vez mais e... nos últimos anos eu tenho pensado bastante, assim.. como a gente não tem referência de imaginário assim, de casais homoafetivos. E aí hoje eu vejo, tipo, lésbicas bem mais velhas, tipo lésbicas de 50, de 60 anos e eu fico 'noossa, que legal! a vida continua!'

JULI e pesquisadora: (risos).

MARÍLIA: Tipo, eu achava que elas sumiam num grande buraco profundo, assim..

JULI: (risos) você sabe onde existir (??parte inaudível do áudio)

MARÍLIA: Tipo, onde estão é? as sapos véias, sabe?

(Todas caem no riso)

MARÍLIA: E eu fico muito, muito animada assim, quando eu ganho referências, tipo, as vizinhas da frente, da goiaba, que são tipo a gente velhas..

JULI: (risos)

MARÍLIA: uma casa linda, vivendo e passeando com a cachorra (pequena pausa) me falta muito essa referência assim..

JULI: É!

MARÍLIA: Eu gostaria de ter e é perspectiva de uma visão de futuro que nunca me foi oferecida e me faz falta, faz falta para construir, para decidir, me faz falta assim, ter essa referência..

Pesquisadora: Você acha que é difícil ter um imaginário, que é distante, assim..?

MARÍLIA: Não! A gente não tem, não aparece. Não aparece na sociedade, você não vê na rua. Hoje você vê às vezes, mas cadê? Cadê as lésbicas com mais de 60 anos..

JULI: É verdade!

MARÍLIA: Cade essa galera? (pequena pausa) no mercado, na rua, no parque. Um dia a gente chega lá, a gente vai ser!

JULI: (risos)

MARÍLIA: É isso!

Diante desse cenário, não é de se espantar com o questionamento que as nossas protagonistas fizeram ao fim da entrevista sobre a referência de casais homoafetivos de mulheres mais velhas: *nos últimos anos eu tenho pensado bastante, assim.. como a gente não tem referência de imaginário assim, de casais homoafetivos. E aí hoje eu vejo, tipo, lésbicas bem mais velhas, tipo lésbicas de 50, de 60 anos e eu fico 'noossa, que legal! a vida continua!' (...) eu achava que elas sumiam num grande buraco profundo, assim...*

Novamente, vemos a emergência da imagem do buraco profundo permeada de uma angústia pela falta de perspectiva que elas apontam (...) *de uma visão de futuro que nunca me foi oferecida e me faz falta, faz falta para construir, para decidir, me faz falta assim, ter essa referência...*

JULI: É! Será que a gente esqueceu alguma coisa? (risos)

MARÍLIA: Ah, com certeza (risos) vão vir várias outras coisas (risos)

JULI: É!

(...)

MARÍLIA: (risos) A pauta que eu pensei da semana já tá aí..

Pesquisadora: A pauta da semana (risos).. muíttissimo obrigada meninas, vou dar um pause aqui (no gravador)!

MARÍLIA: De nada!

JULI: Imagina!

Ao longo da entrevista, vimos um notável movimento das nossas protagonistas de costurar os entre-nós. No início da entrevista apareceu o emergente do tempo – *sempre* – e ao término, novamente a questão temporal foi um mobilizador. É curiosa a analogia que elas fizeram da entrevista com uma sessão de análise. É como se esta oportunidade oferecida pela pesquisa tivesse se configurado como um espaço potencial intermediário para elaborar questões, colocar em jogo fantasmas e defesas. Através dessa mediação, elas estabeleceram processos de simbolização, puderam pensar na incerteza do futuro e ensejaram sua inscrição enquanto *sapas véias* numa temporalidade duradora.

4.2 Segunda Entrevista

Partimos agora para a análise da segunda entrevista. Esta análise consiste em identificar pontos em comum que atravessam a conjugalidade de ambos os casais, bem como outras questões singulares experienciadas no vínculo entre Martha e Joice, as protagonistas desta segunda narrativa.

Martha, 30 anos e Joice, 32, escolheram conceder a entrevista para a pesquisadora num parque na cidade onde moram. Após serem solicitadas a compartilhar como foi a construção da relação e que pontos elas julgavam importante relatar de sua história, elas decidiram contar como se reconheceram, o (des)encontro inicial e as diferentes etapas da relação.

MARTHA- Quer começar?

(risos tímido de Joice)

JOICE- Ah, pode falar. Na verdade a pergunta é muito ampla, né?

PESQUISADORA- É muito ampla, né? Isso deixa um pouco difícil? (risos)

MARTHA- Não, pra mim não, mas vamos começar do início, então...Já está gravando?

PESQUISADORA- Tá gravando.

MARTHA- Então tá. Bom, nós..., é... nós nos conhecemos numa balada. Eu tinha ido acompanhar um ex-namorado porque eu fui conhecer o atual namorado dele na época, e aí nós fomos pra essa balada e aí, a amiga desse atual namorado do meu ex tava ficando com a amiga dela. Aí, todo mundo lá ficando (riso tímido) se beijando e eu não, tava lá de boa, foi para o canto, ela tava lá, daí eu fui puxar assunto, ela foi bem monossilábica (Joice ri), eu deixei quieto, deixei pra lá, (riso tímido) Acho que eu falei um oi,também. Só . Aí, parou por aí. Aí, no dia seguinte, eu pedi que esse namorado do meu ex conseguisse o telefone dela, aí ele conseguiu. Pelos mesmos caminhos, né, que a gente tinha em comum lá na balada...

PESQUISADORA- Os amigos....

MARTHA- É. Aí eu liguei pra ela e a gente SAIU umas 3 vezes lá. 3/4 vezes mais ou menos, por aí.

JOICE- Acho que umas duas.

MARTHA- É, umas duas ou três vezes. Aí, na última, no que acabou sendo a última vez, eu conversei com ela, eu disse que eu não tava com pressa, mas que eu não acostumava só ficar e mas que geralmente eu tinha o objetivo de namorar a pessoa. Então deixei isso claro porque se ela não estivesse a fim de namorar, ela ficava livre. Aí, (riso tímido) ela ficou bem livre mesmo (Joice ri) porque ela foi aparecer de novo 4 anos depois.

PESQUISADORA- 4 anos depois?

JOICE- É!

MARTHA- É! Desapareceu, do nada. Aí depois, aí ela tava voltando do estágio da faculdade e aí ela também tava voltando da faculdade lá no terminal central e aí ela me abordou e aí a gente trocou telefone de novo. Como eu tava com pressa e o meu ônibus tinha chegado eu achei que tinha anotado certo o telefone dela, aí mandei mensagem, nada de responder, aí pensei, falei: "Ah, acho que desistiu como da outra vez ".E deixei quieto. Mas aí ela conseguiu o me..ou fui eu que consegui?

JOICE- Fui eu.

MARTHA- Aí ela conseguiu o meu número, acho que pelos mesmos caminhos de novo. Pelas mesmas pessoas ela conseguiu o meu número e aí a gente... a gente voltou a ficar e ficamos por uns 2 meses até que ela me pediu em namoro. Daí a gente namorou por uns 3 anos aí a gente... ficamos *noivos*, compramos essa casa e só moramos juntas por um ano e aí (pausa) é, tava pra dar um ano que a gente tava só morando junto, nesse meio tempo a gente tinha feito a união estável, mas depois de uns 10 meses, mesmo com a união estável, a gente a gente pegou e formalizou com o casamento.

PESQUISADORA- Então vocês foram morar juntas com quanto tempo?

MARTHA- Ah, já tinha uns 4 anos...

JOICE- É! 4 anos já.

MARTHA- Uns 4 anos. É, foi em 2015, a gente tava junto há 2 anos...1,2,3... É, uns 4 anos. Uns 4 anos que a gente já tava junto quando a gente foi morar.

JOICE- Aí, com 5 anos a gente casou e.... é isso, já faz 2 anos.

MARTHA- É, fez 2 anos agora de casamento.

PESQUISADORA- Casar é fazer a união estável?

JOICE- Não, não...

MARTHA- A gente fizemos a união estável e depois oficializamos com o casamento no civil, mesmo.

PESQUISADORA- No civil?

JOICE- É!

MARTHA- Aí teve uma cerimônia simbólica, é, né, que fosse talvez um pouco equivalente à religiosa, mas foi num espaço sem vínculo com nenhuma religião, e aí fizemos lá a festa e a cerimônia simbólica mesmo. A noite, né? na mesma manhã a gente fez o casamento formal, mesmo. (Pausa) E... coisas que a gente enfrentou?

JOICE- (risos tímido) né..

MARTHA- Ha! Várias, né?

(Risos de Joice)

Através do relato inicial das nossas protagonistas, identificamos a importância do relacionamento ter percorrido todas as etapas previstas numa relação normativa: namoro, noivado, compra em conjunta de uma casa e o casamento. Segundo Kães (2014), essas marcas distintivas representam um sinal de reconhecimento que selam o envolvimento mútuo entre os parceiros, adquirindo, portanto, um grande valor sintomático ou simbólico para os envolvidos. O autor aponta que o reconhecimento e as garantias por parte das instituições sociais, religiosas políticas e jurídicas são elementos importantes para a eficácia das alianças.

Neste sentido, podemos entender o movimento das nossas protagonistas de manifestar o desejo de adotar a ordem familiar. Este movimento tem sido maciçamente partilhado entre os homossexuais nos últimos anos, ainda que, paradoxalmente, o sistema familiar tenha contribuído para o infortúnio desse grupo por tê-los repelido durante anos da instituição do casamento e da filiação, conforme aponta Roudinesco (2003).

Ao longo da entrevista, diversas situações envolvendo a questão do aceitação/reconhecimento e legitimidade da relação foram relatadas, constituindo-se enquanto organizador fantasmático que circula no vínculo de Martha e Joice e dão bases para formar as alianças inconscientes do conjunto intersubjetivo. As circunstâncias relatadas que remetem à revelação da relação para os familiares, bem como a participação das famílias no casamento são exemplos ilustrativos e que ajudam a compreender as alianças e os mecanismos inconscientes envolvidos.

MARTHA- Bom,eu não cheguei desde de início, e falei nada pra minha família.Nada de nada mesmo. Nem se eu tava namorando, se não tava, não falei nada. Mas eles foram percebendo, né? Aí depois que ela foi (risos) em casa a primeira vez, ela tinha acabado de cortar o cabelo dela curtinho, minha mãe olhou achou estranho, mas também ficou tudo ... Até então não chegava pra mim que ninguém tava suspeitando de nada. E, eu nunca tinha namorado nenhuma menina. As poucas que eu fiquei eles também não sabiam. Nem sabem até hoje. E... aí, (pausa) ela passou a frequentar cada vez mais os eventos da minha família. Aí ela comprou um carro, ia me buscar, ia me levar, aí foi ficando mais nítido. Mas mesmo assim eu não falei... Mas a minha família ela nunca... pelo menos até então não pareceu que ela ia ser resistente a nada. Que ela ia ser contra. Mas mesmo assim eu só achei melhor não falar. Hammm, os amigos da faculdade depois souberam, uma amiga mais próxima também, duas, né, mais próximas souberam antes de todo mundo, que a gente tava namorando e... eu contei pra minha mãe no meio de uma briga.

PESQUISADORA- É?

MARTHA- É. Numa briga que não tinha nada a ver com isso, mas como ela tava presente e ela tentou intervir, eu quis deixar claro pra minha mãe que eu só não ia continuar a briga, porque a minha namorada estava intervindo. Aí a minha mãe ficou um pouco chocada e falou: "Ah, eu sabia." Falei: "Então, então tá". Nisso eu já tava dentro do carro. Falei: "Então beleza já que você sabia..." Aí ela arrancou com o carro, foi embora. Então foi assim que a minha mãe ficou sabendo e o resto da família confirmou pelo visto, porque eu não sei o que aconteceu no restante da noite.

(Pausa)

MARTHA- É!Fala da sua família um pouco.

JOICE- A minha família é mais complicada, assim, na verdade. Porque nos meus pais... Minha mãe eu já tinha conversado com ela antes, assim, antes de namorar a Martha, eu já... a minha mãe já sabia da minha orientação sexual. Mas ela não aceitou nada bem.

PESQUISADORA- Ela não...

JOICE- Ela não!

PESQUISADORA- O que você quer dizer com isso??

JOICE- Ah... que assim... Ela ficou sabendo quando eu tava meio que terminando com a minha ex.

PESQUISADORA- Hum,hum...

JOICE- Aí ela viu que eu estava triste, tal, acabei falando com ela. Na hora ela não falou nada. Aí, depois, mais pra frente aí ela começou a falar, ah que não concordava, comparou a questão de uso de droga. Como se eu tivesse dito pra ela que eu tava usando droga. É...Falou que....(pausa) falou que...ah, não apoiou em nada, assim. Ela falou várias coisas assim. Que não me agradou muito, assim, só que eu não...eu tentei falar um pouco, mas ela não tava pra aceitar nada que eu falava, então não ia adiantar falar nada com ela. Ela tava bastante nervosa depois, assim, né. Aí ela encerrou o assunto, não conversou mais sobre isso, eu percebi nela que ela ficou muito triste, também, assim, com isso e aí, parou por aí, assim. Aí, com meu pai eu cheguei a não falar nada. Que inclusive ela dramatizou tudo, né, pro meu pai, ele ia ter câncer se ele soubesse...(risos) Falou um monte de coisa assim, sabe? Que meu pai não ia aguentar isso, não sei o que lá... Bom, enfim... Aí ela... Aí eu tenho um irmão que ele é bem de boa assim aí ele sabia e... aí ele que meio que revelou, assim a verdade pros nossos pais, que na verdade ele revelou que a gente ia casar, mas não tinha nem falado que eu tava namorando. (risos)

PESQUISADORA- Ah, então foi ele que... Seus pais ficaram sabendo por ele?

JOICE- É porque na verdade ele...como posso falar? Ele teve um probleminha e ele surtou...(risos)

PESQUISADORA- É?

JOICE- É!

MARTHA- É!

JOICE- Então ele teve um problema psicológico.. é... foi um dia muito na crise dele, assim, ele surtou e aí ele falou que eu ia casar e aí tipo eu só tinha falado pra ele. Eu não tinha falado pra ninguém. E... mesmo com a Martha e com os nossos pais, eu não tinha nem falado com a Martha. Eu sei que eles desconfiavam pela proximidade, entendeu? Mas eu não tinha falado nada. Até então.

MARTHA- É que nessa altura, a gente já tava junto há 3 anos e a minha, eu...

JOICE- Não tinha como não saber, né?

MARTHA- É, quando a gente começou a namorar, eu morava na casa dos meus avós com todos os meus tios, com todas as minhas tias e minha mãe. Então, como a casa não era da minha mãe, entendeu, basicamente todo mundo

morava de favor, eu não me sentia na obrigação de chegar e esclarecer tudo pra todo mundo. Porque tipo assim, ninguém ia poder falar assim: “Ah, você vai embora porque eu não te aceito.” Caso essa fosse a postura...a casa nem deles era. Então, passado um tempo, aliás quem podia falar eram meus avós, o meu avô sabia que eu não ia falar, minha avó já tinha falecido quando a gente começou a ficar mais próxima. Eu acho talvez, TALVEZ se alguém fosse falar fosse ela. Mas o meu avô eu sabia que não. Então eu me sentia confortável de não precisar falar tanto disso, embora eu já soubesse que a maioria ia, eu imaginei que a maioria, mesmo que na hora ficasse chocada, eles iam aceitar porque assim, eu já tive problemas na escola, desde dos meus 11/12 anos, eu sofria muito, muito, muito que eu soube né, há pouco tempo que tinha o nome de bullying, e a minha família inteira se envolveu. Todos os meus tios tiveram que ir na escola, minha mãe, por causa de perseguição de meninas justamente porque eu tinha me apaixonado por uma. Eu tinha acabado falando pra ela e ela não aceitou e também teve fofquinha dela e umas outras amigas. E aí, a minha amizade com ela acabou, e aí passou a ser perseguição da parte dela, então a minha família já sabia que as outras pessoas também viam isso em mim. né, quer dizer, diferente, tal. Eu nunca fui a mais feminina... eu tive uma fase, mas acho que mais por, por falação das outras pessoas do que por fazer questão disso, né, e também...

PESQUISADORA- Você diz essa fase feminina?

MARTHA- É, assim, na verdade até hoje se eu precisar, de repente, se eu for convidada pra uma festa e for exigência um traje de gala, se eu quiser ir de longo eu vou, mas se eu não quiser, se eu quiser ir de terno eu vou. Então eu não me importo mais tanto com isso. Já me importei bem mais. Às vezes com ela mesmo eu falava: "Não essa roupa que você tá querendo não é feminina. Você tá escolhendo na sessão errada". Mas eu já ando repensando bastante sobre isso. Então, eu trazendo esse histórico desde a escola e eu via como a minha família me defendeu, como eles tentaram fazer de tudo pra que essa perseguição parasse, eu tinha pra mim que eles não iam ter muito problema, se eles soubessem de fato que eu era a tal da sapatão que desde a escola falavam.

PESQUISADORA- Que era esse o bullying, o tema do bullying?

MARTHA- É, é, ficavam literalmente atrás de mim o intervalo inteiro e na sala, que eu estudava com uma delas, cada hora eles arranjavam um jeito pra me perturbar.

PESQUISADORA- E seus pais nunca chegaram a perguntar da tal história, se procedia?...

MARTHA- Então, eu, na adolescência, logo, logo depois. Isso foi com 11/12 anos. Com 13, eu fui pra igreja. Então aí eu fiquei muito envolvida com as coisas da igreja e aí também foi uma fase de muito conflito, porque o que se pregava naquela igreja tradicional batista não tinha a ver e aí, eu... assim, foi boa, foi uma fase muito boa, mas quando eu comecei a perceber que eu não ia mudar, que eu ia ficar assim, eu acabei saindo. Então eles ainda tinham que... eu namorei também esse ex-namorado que eu conheci, que através dele que acabei conhecendo ela. Eu namorei ele mais de um ano, tinha tido um ou dois namorados antes também, então parece que eu estava, tipo assim: “Ah, foi só uma fase que passou lá na escola”. E aí, depois desses 3 anos, foi quando a fase que os pais dela mais perceberam que a gente tava realmente junto é que a minha mãe acabou sendo sorteada naquele Minha casa Minha vida e passou pra casa dela. Então, antes, não tinha como ela ficar indo na minha casa sempre, muito menos dormindo lá. Porque nós éramos em 13, numa casa de 3 quartos. Na casa da minha mãe, já foi possível. Então os pais dela perceberam, todo final de semana a gente passava, ela ia na sexta e voltava na segunda. Aí ficou mais claro e logo depois o meu cunhado pegou e acabou revelando isso no surto. Mas a gente tava começando a ver as coisas do casamento ainda, né?

JOICE- É! A gente...

MARTHA- Ia começar ver. Isso foi em outubro, eu pedi ela em casamento...

JOICE- É! Tinha acabado de ficar noiva....

MARTHA- É, isso foi em outubro, eu pedi ela em casamento em maio. Então foi pouco tempo. Tava começando a ver ainda. E a casa a gente já tava começando a comprar a casa né? Ou não?

JOICE- Acho que não!

MARTHA- É! Mas enfim, o noivado era muito recente...

JOICE- Não! Acho que sim, sim.

MARTHA- Acho que sim, foi por isso que eu te pedi em casamento, porque sabia que a gente ia comprar uma casa, tal. Então a casa também demorou um

pouco pra todo trâmite burocrático, então não tava nada tão certo pra gente chegar na família dela e falar ou na minha também. Falar claramente, né? Mas aí, os meus sogros ficaram sabendo através desse surto do Juninho e aí a gente passou a conviver um pouco mais próximo (...)

JOICE- Na verdade depois do surto do meu irmão, quando acalmou tudo, aí depois quando a gente ia casar, na verdade quando marcou o casamento, eu falei pros meus pais que a gente ia casar. Tinha até se mudado, mas aí já sabiam de tudo, né?

PESQUISADORA- Meio que confirmou, então, a história, assim...

JOICE-É, eles já sabiam que a gente estava...

PESQUISADORA- Juntas...

JOICE- Então eu não precisava falar, né, porque o meu irmão na hora do surto já tinha falado, mas aí, quando a gente marcou o casamento, eu falei pra minha mãe. E aí, foi também, ela não gostou nada disso. Ela achou ruim também, tal...É... naquela primeira visão dela, do, há mui...do tipo aquela primeira vez que eu falei, ela meio que tipo via a questão de ser lésbica, gay assim, com a questão do tipo assim, ela achava que a questão de você tá sendo é..., vagabundo, entendeu? Vagabundo, essas coisas assim , entendeu? Eu senti muito ? dela..que ela... nesse sentido assim, entendeu? Esse tipo, que não está certo porque...Entendeu?

PESQUISADORA- Entendi. Você falou que até comparou com o uso de droga...

JOICE- É!Entendeu?

PESQUISADORA- Uma conotação bem pejorativa...

JOICE- É!

MARTHA- É aquela coisa da promiscuidade, né?

(Falam juntas)

PESQUISADORA- É isso? Associou a...

JOICE- Exatamente! Associou a isso.

PESQUISADORA- Ser lésbica com promiscuidade, como se você fosse vagabunda...

JOICE- É...

PESQUISADORA-...com uso de droga...

JOICE-É!

É curioso perceber no diálogo que, após iniciarem a entrevista relatando como se conheceram, elas introduziram o assunto sobre o que enfrentaram, mencionando, na sequência, a questão da revelação para as famílias. *E... coisas que a gente enfrentou?(...) Ha! Várias, né? Bom, eu não cheguei desde de início, e falei nada pra minha família. Nada de nada mesmo. Nem se eu tava namorando, se não tava, não falei nada.* A quantidade de vezes que a temática envolvendo as famílias emergiu, ao longo da entrevista, revela um alto custo energético que o assunto exige do aparelho psíquico em contrapartida para se manter os interesses e receber os benefícios da relação.

Em ambos os processos de revelar sobre o relacionamento para a família identifica-se a semelhança de não ter sido uma situação previamente planejada, mas sim em contextos conflituosos, em que a revelação foi feita reativamente.

Em relação à família de Martha, o cenário inicial imaginado por ela era de que sua família lidaria bem com a situação. *Mas a minha família ela nunca... pelo menos até então não pareceu que ela ia ser resistente a nada. Que ela ia ser contra.* Apesar disso, Martha diz não ter abordado o assunto com eles, até anunciar para a mãe durante uma briga. *É, quando a gente começou a namorar, eu morava na casa dos meus avós com todos os meus tios, com todas as minhas tias e minha mãe. Então, como a casa não era da minha mãe, entendeu, basicamente todo mundo morava de favor, eu não me sentia na obrigação de chegar e esclarecer tudo pra todo mundo. Porque tipo assim, ninguém ia poder falar assim: "Ah, você vai embora porque eu não te aceito." Caso essa fosse a postura...a casa nem deles era.* A revelação da homossexualidade de Martha e do seu relacionamento para a família e a perspectiva deles não aceitarem parece compor um cenário fantasmático. Desta forma, diante da possibilidade iminente dos familiares descobrirem/confirmarem sobre a sua sexualidade, na situação relatada do bullying sofrido na escola, a protagonista buscou atalhos pelos caminhos prescritos pela heteronormatividade, buscando o alicerce da religião. (...) *Foi uma fase de muito conflito, porque o que se pregava naquela igreja tradicional batista não tinha a ver e aí, eu... assim, foi boa, foi uma fase muito boa, mas quando eu comecei a perceber que eu não ia mudar, que eu ia ficar assim, eu acabei saindo.*

É interessante o apontamento que ela faz de que somente com o noivado e a compra da casa elas falaram abertamente com a família. É como se elas se amparassem no reconhecimento jurídico e social do casamento para reforçar a legitimidade da relação e, assim, introduzir o tema na família. É a referência que Käs (2011) faz dos avalistas metassociais, das garantias necessárias para o amparo das alianças. (...) *O noivado era muito*

recente (...) a casa também demorou um pouco pra todo trâmite burocrático, então não tava nada tão certo pra gente chegar na família dela e falar ou na minha também. Falar claramente, né?

Já em relação à família da Joice, o processo de revelação ocorreu por intermédio do irmão em um aparente episódio de um surto psicótico. Podemos pensar a função intermediária do irmão de porta-palavra, aquele que, segundo Kães (2011), “fala em nome de outro, no lugar de outro: é seu delegado, representante, depositário e elo de transmissão”. (p.169). A função do porta-palavra está inserida entre as funções fóricas, que são chamadas assim pois “incluem e superam a ligação entre duas margens separadas, a fronteira entre dois espaços descontínuos” (Kães, 2011, p.158). São os ocupantes deste lugar que realizam a “semiotização da fala não advinda ou impedida”, participando assim do processo de simbolização (p.170). Sobre o processo de delegação mencionado, Kães (2011) complementa:

É um processo complexo no qual se conjugam projeção, identificação projetiva ou depósito num aparelho psíquico externo, predisposto a receber partes da psique (afetos, emoções, cargas pulsionais e representações) que um outro (ou mais de um outro) não pode ou não quer reter em si, que ele evacua ou que ele situa em salvaguarda nesse outro a fim de subtraí-lo ao destino que seria o seu se ele os conservasse em seu próprio espaço psíquico. (p.169).

Joice relatou que anteriormente havia sido ela a contar para a mãe sobre sua orientação sexual num contexto de término com antiga namorada. Porém, a dimensão dos aportes do contrato narcísico primário, no que tange às projeções parentais sobre a sexualidade de Joice, parece ter incidido fortemente no vínculo. Isso pode ser identificado através do relato da reação da mãe, das associações marginalizantes que ela fez em relação à homossexualidade de Joice, bem como a interdição que ela fez à palavra: *eu tentei falar um pouco, mas ela não tava pra aceitar nada que eu falava, então não ia adiantar falar nada com ela. Ela tava bastante nervosa depois, assim, né. Aí ela encerrou o assunto, não conversou mais sobre isso...* Joice comentou também que a mãe dramatizou a situação em relação ao pai e falou que este não aguentaria e teria um câncer, o que pode ser um mecanismo defensivo de exportar para aparelho psíquico de outra pessoa aquilo que é de uma percepção inaceitável. Porém, essa hipótese precisaria de mais elementos para ser confirmada. Nesse sentido, a revelação da relação pelo intermédio da figura de um terceiro, representado pelo irmão parece ter sido importante para portar e fazer circular a palavra impedida.

Outro aspecto que chamou a atenção nesse diálogo apresentado por elas e que aparece também na outra entrevista é uma tensão nos processos identificatórios de gênero. Martha comentou sobre a percepção que as pessoas do seu entorno tinham sobre ela ser *diferente* e associou essa diferença com a (falta) feminidade. Essa problemática trazida pela protagonista, da inscrição da diferença no corpo, vai ao encontro do que Butler fala sobre os “corpos abjetos”, quando a existência não se encaixa nas possibilidades de identificação reguladas pelas práticas discursivas que ditam supostas verdades sobre o ser mulher. Nesse sentido, a transgressão da política representacional da mulher enquanto ser feminino tem a marca de uma violência dessubjetivante pelo desgaste imposto pelo enfrentamento social, a ponto de Martha relatar uma tentativa de adequação à norma esperada. *Eu nunca fui a mais feminina... eu tive uma fase, mas acho que mais por, por falação das outras pessoas do que por fazer questão disso, né (...)*

Na continuação da entrevista essa questão emergiu novamente e pode-se identificar aquilo que Butler (2010) afirmou sobre os sujeitos seres ocultamente regulados por aspectos negativos de limitação, proibição, controle, regulamentação, condicionados a atender as exigências de uma estrutura política.

MARTHA- Mas é foda. Foi..Sempre tem alguma coisa que eles vêm encher o saco pra... e aí a gente tem que ficar, às vezes, no embate. A minha família mesmo, por exemplo, quando eu cortei o meu cabelo curto, pareceu que eu tava me assumindo naquele momento. Porque as minhas tias têm um... a MESMA tia lá católica, AINDA reclama que eu deixei o meu cabelo curto. E a gente já tinha casado, tal mas assim, a gente casou com toda vestimenta feminina tal. Mas pra mim foi, era o que eu queria, entendeu? Mas se eu quisesse outra coisa, talvez tivesse sido de outra maneira. Mas era o que eu queria, entendeu? Aí, não sei se elas fecharam essa minha imagem de, né, pô, até então eu tinha o cabelo super comprido, tal e agora é diferente, aí sempre tem alguém enchendo o saco, sabe. Acho que é difícil. Eles acham que é sempre tudo pra ficar daquela mesma maneira. Eles não conseguem absorver muita mudança. Não sei. Entender a mudança, sei lá. Coisa assim.

JOICE (...) Aí, não sei até que ponto você se chateou ou não, ou a questão de novo, ter que ficar se justificando, ter que ficar lutando com isso. Tem que ficar falando: “Ah, e daí que eu cortei o cabelo? E daí?” Entendeu?

(Pausa)

JOICE- Não sei...

MARTHA- É...é mais ou menos isso...ela chega a questionar: “Ah, mais vocês não são um casal lésbico? Então porque você ta parecendo um homem.” Entendeu? É mais ou menos isso que eu quis dizer. Entendeu?

(Martha fala algo inaudível, algo próximo “ah, mas você acha que vou me chatear por causa disso?”)

MARTHA- É mas pelo jeito sempre vai ter...essas perturbações,né? (falou baixo)

(Pausa)

MARTHA- (...)E aí, oh, mesmo uma colega lésbica ...A Melissa, né? É... no começo ela: "Nossa, mas você não vai deixar esse cabelo crescer MESMO?. Não, mas sério que você não vai deixar esse...pelo jeito você não vai deixar esse cabelo crescer mais, né?" Nossa, uma questão no meu cabelo! Nossa, uma questão no meu cabelo! E eu também. Eu fiquei assim namorando ter um cabelo curto, como eu queria, uns 3 anos e conversando com ela: "O que que você acha? Você vai gostar, não vai gostar?" Não foi uma coisa... “ah, beleza, quero cortar o cabelo e vou... No dia que eu decidi foi pá pum, mas assim... Demorou uns 3 anos pra eu decidir isso.

PESQUISADORA- Era importante pra você ter a aprovação da...?

MARTHA (timidamente)- É, eu achava bom (falou baixou) eu ia gostar, enfim...sei lá.

PESQUISADORA- Você tinha algum receio de repente ...

MARTHA- Ah, é... eu falei uma vez para ela se eu virasse homem se ela ia continuar comigo (risos). Ela falou que não!

(JOICE dá risada)

JOICE- Ah, mas eu falei brincando.

(Pausa)

MARTHA- Mentirosa!

JOICE- Mas eu falei que continuaria com você de qualquer jeito.

(Pausa)

MARTHA- Então, é assim. Mas que não é para tirar os seios.

JOICE- Não! Os seios não...

(As duas dão risada)

É possível identificar, através desse diálogo, o que Butler problematizou sobre o gênero enquanto “a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser”. (BUTLER, 2003, p.69). Na fala das protagonistas, fica evidenciada a carga maciça que incide nelas, situando-as dentro de categorias discursivas que penetram e controlam os seus corpos, naquilo que Foucault chamou de Biopolítica. Elas identificam essa rigidez que produz essa ‘aparente maneira natural de ser’ e que se constitui enquanto obstáculo para elas poderem expressar-se de forma diferente. *Eles acham que é sempre tudo pra ficar daquela mesma maneira. Eles não conseguem absorver muita mudança. Não sei. Entender a mudança, sei lá. Coisa assim.* Chama atenção o fato de mesmo uma colega lésbica ...A Melissa, né? reproduzir de forma opressiva esse discurso regulador.

As protagonistas sinalizam aquilo que Butler fala sobre a luta para poder existir enquanto sujeitos que querem experimentar para além da sujeição da matriz heterossexual. *É cansativo isso, entendeu? Tipo o trabalho, entendeu, de ter que passar por isso (...)*A gente não vai fazer de conta que tá errado, entendeu?

Cabe fazer um destaque para a recorrência do mesmo significante *trabalho* utilizado também pelas protagonistas da primeira entrevista, para evidenciar o alto custo energético exigido pelo aparelho psíquico para realizar esse enfrentamento social. A referência a esse *trabalho* ou *luta*, outro significante utilizado por elas, aparece em diversas situações narradas ao longo da entrevista. São numerosas as ocorrências relatadas por elas, com alto teor de violência, que desafiam os avalistas metassociais e psíquicos e precipitam a formação ou renovação das alianças inconscientes estabelecidas no vínculo conjugal das nossas protagonistas. As principais situações envolvem a família. Mas, além dos acontecimentos envolvendo o ambiente escolar e amizade já relatados aqui, elas expuseram situações reais de violência homofóbica sofrida e outras circunstâncias envolvendo o ambiente de trabalho, pessoas aleatórias do cotidiano e o Estado, na falta de políticas públicas para auxiliar no processo das nossas protagonistas de terem um filho.

Em relação às famílias, além da questão sobre a revelação do relacionamento, a participação no casamento, principalmente da família da Joice, apareceu na entrevista como um assunto mobilizador.

JOICE- Na verdade depois do surto do meu irmão, quando acalmou tudo, aí depois quando a gente ia casar, na verdade quando marcou o casamento, eu falei pros meus pais que a gente ia casar. Tinha até se mudado, mas aí já sabiam de tudo, né?

PESQUISADORA- Meio que confirmou, então, a história, assim...

JOICE-É, eles já sabiam que a gente estava...

PESQUISADORA- Juntas...

JOICE- Então eu não precisava falar, né, porque o meu irmão na hora do surto já tinha falado, mas aí, quando a gente marcou o casamento, eu falei pra minha mãe. E aí, foi também, ela não gostou nada disso. Ela achou ruim também, tal...É... naquela primeira visão dela, do, há mui...do tipo aquela primeira vez que eu falei, ela meio que tipo via a questão de ser lésbica, gay assim, com a questão do tipo assim, ela achava que a questão de você tá sendo é..., vagabundo, entendeu? Vagabundo, essas coisas assim, entendeu? Eu senti muito ? dela..que ela... nesse sentido assim, entendeu? Esse tipo, que não está certo porque...Entendeu?

PESQUISADORA- Entendi. Você falou que até comparou com o uso de droga...

JOICE- É!Entendeu?

PESQUISADORA- Uma conotação bem pejorativa...

JOICE- É!

MARTHA- É aquela coisa da promiscuidade, né?

(Falam juntas)

PESQUISADORA- É isso? Associou a...

JOICE- Exatamente! Associou a isso.

PESQUISADORA- Ser lésbica com promiscuidade, como se você fosse vagabunda...

JOICE- É...

PESQUISADORA-...com uso de droga...

JOICE-É!

MARTHA- Na minha família, como eu já imaginava, até então, né, não teve tanto problema. É... eu sempre fui muito próxima de uma tia que era como uma segunda mãe e quando ela teve os filhos dela, nessa época ela só tinha tido um, porque é assim, como eu falei nos duas se encontramos, saímos por umas duas ou três vezes, depois de 4 anos ela reapareceu. Nesse meio tempo,

eu tive um priminho dessa tia muito próxima. E aí assim, pouco tempo de namoro que eles perceberam uma aproximação, eles a convidaram pra festa de aniversário do meu priminho, então a minha família tinha muito disso, queriam integrar ela e às vezes quando ela não ia, questionava porque ela não estava no dia, né? Em contrapartida, a família dela era ao contrário (risos), me repelia totalmente. E... mas assim foi muito difícil isso. Foi muito difícil pra mim porque eu cobrava muito ela de não...

JOICE- De falar...

MARTHA- De ser mais clara com eles. Porque eu falei: "Meu, a gente já tá com mais de 3 anos aí, estamos cheias de planos e como é que vai ser, sabe, porque das... ainda assim, mesmo com essa pouca aceitação desde o primeiro momento com a mãe dela, a gente chegou a participar de alguns eventos familiares dela. Mas assim: eu era a amiga. Isso me incomodava demais. E eu a cobrava porque eu não, eu queria, nem que tinha que falar porque tem que, mas se fosse para me apresentar que fosse com o motivo verdadeiro. Entendeu? Mas (risos) houveram dias em que eu sequer fui apresentada, né? Então isso foi muito foda pra mim, foi horrível... E eu, como tinha a minha família como aceitação, eu não conseguia entender o porquê que a dela não, não era assim. E eu muitas vezes atribuía a falta de postura e de se impor dela. E eu falava isso literalmente. Cobrava muito. Falava: "Meu, se você não se impor, não vai adiantar." Porque na minha família, teve uma maior aceitação, mas teve uma tia que ela foi extremamente...ahn... preconceituosa, só que eu nunca deixei ...

(Interrompida pelo garçom - Pedido é feito)

MARTHA- Então,e...

PESQUISADORA- Você falou de uma tia...

MARTHA- É, essa tia, extre... Ela fazia a linha católica fervorosa só que na verdade ela mal ia na igreja. Então era uma argumentação (risos) que eu tinha bem forte quando ela vinha encher o meu saco, achar...que é assim, embora tinha essa facilidade deles não poderem, me mandar embora porque a casa nem deles era, em contrapartida, como todos participaram muito da minha criação, porque a minha ma... eu morei desde que eu me entendo por gente lá com todos eles, eles achavam que cada um podia dar um palpite na minha...eu não tenho pai, então acho que eles quiseram...é... participar da minha vida dessas maneiras aí, embora fosse mais no quesito se meter mesmo do que

ajudar (risos), mas então, essa tia, toda vez que ela vinha eu contra argumentava, eu me impunha, porque eu não admitia. Eu já era adulta, já trabalhava, eu não tinha por que ficar engolindo os... as encheções de saco dela...

PESQUISADORA- Você não dava abertura, é isso?

MARTHA-É... Não, não. E uma vez, quando ela fez um comentário com uma outra irmã, foi assim: É... nós fomos numa festa também que ela participou de uns primos em Paulínia e na hora de ir embora, tinha espaço no carro dela e como todos meus tios moravam comigo, basicamente os que iam voltar, iam voltar pro mesmo lugar, então não tinha por que ela não ir com a gente. Só que ela, elas já deduziram, ou sei lá pretendendo de alguma forma voltar com a gente mesmo a contra gosto, ela pegou e comentou com a minha outra tia. Ela falou : “Ah, eu vou ter que voltar com aquela menina? E essa minha tia não gostou. Que era a tia mais próxima, e tal e virou me chamou de canto e falou: "Oh, se você for levar essa outra tia, se prepara que ela já tá com graça." E aí eu levei. Só que hora que eu cheguei em casa a gente discutiu porque eu falei que eu não admitia. Ela ia ta fazendo um favor, a senhora tava fazendo um favor pra ela, não tinha obrigação nenhuma e ela ainda com essa postura ainda assim, mesmo precisando... Poderia ter ficado, demorado o triplo pra chegar em casa. E aí foi uma das discussões mais é... fervorosas que eu tive com a minha família, com alguém da minha família por causa desse preconceito. E aí eu discuti, discuti, discuti e acabei deixando ela falando sozinha depois, fui pro meu quarto e eu ouvi o jeito que ela falava com a minha mãe. Ela cobrou a minha mãe assim, infernizou a minha mãe ao extremo, pra minha mãe tomar alguma atitude, como se não fosse algo certo, e a minha mãe tentando contra argumentar e ao mesmo tempo não querendo brigar, engolindo tudo sozinha. Mas foi um dos poucos conflitos, mesmo, assim. Do mais, é... da parte da minha família, a gente já tinha até casado, né quando a gente soube aquele negócio da Cíntia? Lá do aniversário dos meninos? Que a Beth falou da Cíntia?

JOICE- (falando baixo) Não sei..

MARTHA- A Beth. Sabe a Beth amiga da minha família?

JOICE- Hã...

MARTHA- Que aí foi falar que a Cintia também tava com uma namorada, aí a tia Lu começou a contar...

JOICE- Ham, ham...

MARTHA- A gente já tinha até casado e a minha família inteira foi, só não foram mesmo os parentes que eu não convidei, mas assim, os mais próximos 95% foram. E aí eu pensei: "Bom, casamento ta tudo mais claro que isso não existe, todo mundo foi então mostram que aceitaram..." É, fiquei super feliz (riso tímido) e muitos trabalhando em Ramos que ia ser difícil ter uma folga no sábado à noite, mas conseguiram se virar, então eu percebi o esforço de alguns deles e todos foram. Só que (risos), passado um tempo do nosso casamento, aí que eu fui descobrir, porque uma amiga da família chegou numa festa desse mesmo priminho, que estava fazendo acho que já uns... enfim, tava fazendo uns 7 anos, isso a Joice conheceu ele, ele tava fazendo 4, então já tinha passado uns 3 anos da gente junto. Essa amiga foi falar: "Ah, sabe a minha filha que vocês também viram crescer e participam da vida dela? Minha filha veio dizer pra mim que ta namorando uma menina. Aí essa minha tia mais próxima começou a falar pra ela de como foi quando ela soube de mim. E aí eu percebi que a minha família, ela aceitou, mas ela não aceitou TÃO tranquilamente quanto eles deixavam... , eles queriam fazer parecer. Eu percebi que eles ficaram um pouco resistentes, alguns falaram assim: "Ah, fazer o que, né? Não tem o que fazer" E alvejaram a minha mãe o tempo inteiro com questionamentos, com cobrança de postura, como se isso fosse mudar (pausa) a mim, entendeu? E minha mãe aguentou firme e não me falou nada. Nem aquele dia ela não falou nada. E eu achando que tava tudo tranquilo. Que eu me impondo eles ficavam quietos e se contentavam. Mas não. Principalmente essa tia que eu tinha tido uma discussão feia, ficava no pé dela eternamente. E o meu vô, um senhor com mais de 70 anos na época, ele simplesmente falou: "E daí, né?" Mas minha tia não se conformava, não se conformava e gostava de perturbar e cutucar até o ultimo. Mas no dia do casamento, ela teve uma postura de quem já tinha aceitado bem mais e daí pra frente não tive problema nenhum com a minha família, em relação á nossa, à nossa, ao nosso casamento, à minha vida com ela.

JOICE-É que a relação que ela tem com a família dela, com a mãe dela, é bem diferente da minha na verdade, porque ela conta a história falando de todos os tios, tias e a mãe envolvida. O meu era só meu pai e minha mãe, né? Não tava nem aí...Não tinha que dar satisfação pros meus tios porque eu não me dava muito com eles na verdade e, a questão da relação que ela tem com a mãe dela

é bem diferente da relação que eu tenho com meus pais, né? Então e isso faz com que, pra ela fosse..é...me cobrasse a questão de falar com meus pais, e....como é que eu posso dizer (pausa)... e...ela não precisava falar com a mãe dela porque já tinha deixado claro, ou não se importava, né? E aí a gente às vezes brigava por causa disso, né?

MARTHA- É...

JOICE- Porque tem a questão dela querer falar, pra, me cobrar de falar com meus pais, tal, porque eu não falava e... às vezes acontecia algumas discussões desse tipo né? Mas (pausa)... quando a gente..., quando eu falei pela segunda vez pra minha mãe que eu ia CASAR (ênfase) de fato, aí ela... ela também não ficou feliz, ficou triste na verdade, e aí ela falou. Aí ela não falou a questão de ser... não era discurso mais de promiscuidade. Aí ela falou meio que tipo assim: que eu ia meio que me arrepender, entendeu? Como se fosse uma fase, assim, sabe? Ela não queria enxergar...

PESQUISADORA- Como se fosse uma escolha errada...

JOICE- É, não queria enxergar, entendeu? Aí, dei um tempo mais ou menos assim e o meu irmão ele pensava que tava tudo bem, entendeu? Meus pais tinham me aceitado e eles iam no meu casamento. Mas na verdade, eu tinha falado no casamento e eles não tinham falado nada que iam no casamento, entendeu? Simplesmente eles não aceitaram. Meu pai, quando eu falei pra ele que eu ia casar, ele meio que falou que não aceitava também isso e que pra ele isso é uma coisa que aconteceu na minha infância, que eu tava.... é....que eu não sabi.. Que alguma coisa, que algum trauma da infância que me fez virar *isso*. A mentalidade dele era essa. E aí eu...

PESQUISADORA- Como se ele tivesse que resolver o trauma pra...

JOICE- Exatamente. Pra virar hetero assim (dá risada)

PESQUISADORA- Pra virar hetero.

JOICE- Exatamente. Aí era esse o discurso dele, assim. Só que aí, quando meu irmão ficou sabendo que, que eles não iam no casamento, ele ficou bem bravo assim. Porque o meu irmão, ele tipo, ele, ele tem esse problema dele, aí ele começa a ficar com raiva, ela fica com raiva porque ele tava falando que meus pais estavam sendo homofóbicos, e meus pais tinham falado que não, simplesmente que não queria ir e que não aceitava, tal, e aí ficou com raiva, tal, acho que tava...não sei seacho que era outras coisas também que tinha

e aí ele queria, ele saiu de casa assim e aí ele ficou um tempo com a gente, até, na nossa casa.

MARTHA- É, ele tava quase uma nova crise, né?

JOICE- Ele tava quase surtando de novo né? Aí tipo a gente conversou com ele e tal, aí ficou melhorzinho, voltou,voltou pra casa e aí depois de uma semana mais ou menos meus pais conversou comigo e eles falaram que iam no casamento sim e tal, que já tavam conversando sobre isso, que aí, tipo, foi mais ou menos o tempo de uns dois meses isso, né, de eu falar e eles...é, meu irmão ficar sabendo... dele...disso e depois ele mudarem de ideia. E eles falaram que eles conversaram bastante sobre isso, é, conversaram bastante sobre com outras pessoas, entendeu?

MARTHA- Do centro, né ?

JOICE- Do centro espírita, né, falaram que tavam conversando com o pessoal do centro espírita, que é onde eles frequentam e aí eles... eles começaram a aceitar melhor, entendeu? Estão aceitando melhor. Aí eles foram no casamento, tudo... aí tá cada vez melhorando mais, assim, as vezes dá, que nem por exemplo, num encontro de família, minha mãe falou que era amiga, depois falou que era companheira, aí ela não gostou, aí já teve ...

MARTHA- É, eu não gosto desse termo.

JOICE- É, ela não gostou nem de amiga, nem de companheira, mas a minha mãe apresentou como amiga outras vezes como companheira, logo em seguida, mas ela não gostou. Aí,conversei com minha mãe também, minha mãe também ficou meio assim, do tipo... mas é..., aí, tipo foi melhorando assim, foi bem melhor.

PESQUISADORA-O termo usado é uma coisa que incomoda, é isso?

MARTHA- Ah, pra mim incomoda porque companheira é uma coisa que pode... você pode se referir a qualquer pessoa como companheira, pode ser um amigo, o cachorro é um companheiro do homem, um irmão um companheiro... E esposa, é só aquela pessoa, né... Até onde a gente se sabe ainda no nosso país, né, monogamia tem que existir e tal...então,ou mesmo que fossem duas esposas, enfim, quem é esposa é esposa, quem é marido é marido, não é...

PESQUISADORA- É uma legitimidade, assim...

MARTHA- É, também É companheira...mas...

JOICE (atravessa a fala)- Parece que tá fazendo meio que um eufemismo, assim sabe? Do tipo..

MARTHA- É, exatamente...

JOICE- Não é...não é uma esposa, é um companheiro...

(Falam juntas)

MARTHA- Companheiro...

JOICE- Entendeu? se eu tivesse casado com um homem, minha mãe ia apresentar: "Esta aqui é a esposa, é o marido dela". Não ia falar companheiro.

PESQUISADORA- É como se não tivesse um lugar, ali, uma possibilidade de apresentar como ...

MARTHA- É, é... pra mim era como...

PESQUISADORA- Uma esposa...

MARTHA- É, pra mim era uma prova que ela estava sendo resistente, ainda...

PESQUISADORA- A resistência...

JOICE- Na verdade é uma questão de... não sei, é receio, é medo, é meio que de aceitação, né, de será que a família vai aceitar, como é que vai reagir, querendo falar devagarzinho, sabe?

PESQUISADORA- Hum, hum...

JOICE- Eu senti isso nela. Mas...

MARTHA- Assim, em relação à minha relação com a minha mãe, realmente eu vi isso no dia que meus sogros disseram que iam no nosso casamento, eu até pedi perdão pra ela porque realmente vi que... que (pausa) não foi só uma questão dela não querer se impor, mas é que a relação dela é totalmente diferente. Igual, minha mãe até hoje ela depende de mim financeiramente e de vida mesmo, de cotidiano. Vira e mexe precisa...ela é,... ela é separada, não sou filha do ex marido, não conheci o ex marido, mas ela faz acompanhamento no XX (nome do hospital psiquiátrico)... Eu sou enfermeira então, querendo ou não eles vão recorrer pra mim. Sempre eu sou a primeira opção, né? Então, é meio que... eu que cuidei da minha mãe e man..digamos, mandei ou, né, na verdade houve um pouco de inversão aí, então eu.... pra mim era muito fácil, né? Igual eu te falei: a casa não era deles, então eles não tinham o que falar, então não tinha porque engolir, não é? E a casa também não era da minha mãe...

JOICE (fala quase imperceptível)- É totalmente diferente, né?

MARTHA- É. E... por exemplo: eu colaborava na casa dos meus avós financeiramente também, dependiam também, do meu...então ficava meio que quase todo mundo no mesmo patamar. Embora mesmo assim, né...

JOICE (atravessa a fala)- Eu não...

MARTHA- ... os meus tios até hoje acham que podem mandar em mim

JOICE- Eu era uma filha sempre obediente... é... comportadinha da mamãe (risos) filhinha da mamãe..e tal.. Então, é difícil brigar com a minha mãe, assim, confrontar ela na verdade assim tipo, é... (pausa) brigar com ela. Entendeu? É difícil. Então é, até hoje, né, tipo, eu falar com ela assim...

MARTHA (atravessa a fala)- A mãe dela é dominadora pra caramba (fala difícil de compreender)

JOICE- Sabe eu não enfrento muito assim, tipo, que é mãe assim pra mim, eu não brigo muito, diferente dela. Ela briga direto com a mãe dela. Falo assim: "Como você fala isso pra sua mãe?" assim tipo...

MARTHA- Ah brigava. Faz tempo que eu não brigo.

JOICE- Não! mas é que nem é brigar, mas o jeito que fala. Você fala com sua mãe, é diferente do jeito que eu falo com a minha mãe.

MARTHA-É! Isso é!

JOICE- É totalmente diferente!

Neste longo excerto da entrevista são retratadas algumas dificuldades vivenciadas pelas protagonistas envolvendo a questão do (não) reconhecimento de sua conjugalidade no interior de ambas as famílias. Pelos relatos, é possível ver que a dimensão de uma transgressão às normas heteronormativas representa uma ferida ao narcisismo familiar. Nesse sentido, o grupo familiar é convocado a lidar com o imprevisível, a passar por um processo de elaboração das diferenças e redimensionar os processos identificatórios.

Pelo o que nossas protagonistas relataram, o processo de elaboração envolvendo a família de Joice foi aparentemente mais custoso e cheio de obstáculos para a inscrição simbólica e reconhecimento da relação. Isso fica evidenciado pelos apontamentos de Martha em relação à dificuldade de ser integrada aos eventos familiares de Joice e de ser apresentada como esposa, como ela gosta de ser nomeada. (...) *então a minha família tinha muito disso, queriam integrar ela e às vezes quando ela não ia, questionava porque ela não estava no dia, né? Em contrapartida, a família dela era ao contrário (risos), me repelia totalmente. E... mas assim foi muito difícil isso. Foi muito difícil pra mim porque eu cobrava muito ela de não...*

(...) a gente chegou a participar de alguns eventos familiares dela. Mas assim: eu era a amiga. Isso me incomodava demais. E eu a cobrava porque eu não, eu queria, nem que tinha que falar porque tem que, mas se fosse para me apresentar que fosse com o motivo verdadeiro. Entendeu? Mas (risos) houveram dias em que eu sequer fui apresentada, né? Então isso foi muito foda pra mim, foi horrível...

Nessa fala de Martha, vemos, de forma evidente, a problemática do reconhecimento e os efeitos narcísicos assoladores na protagonista. Em outro momento da entrevista, elas apontaram que as situações envolvendo a apresentação e nomeação para família foram, durante muito tempo, o principal motivo de briga do casal. O fato do assunto ter emergido repetidas vezes, ao longo da entrevista, é um forte indicativo de que se trata de objeto das alianças inconscientes estabelecidas entre o casal, por demandar do aparelho psíquico operações defensivas para modular essas percepções ameaçadoras para a constância e integridade do aparelho psíquico do sujeito e da relação, suscitadas na modalidade da *negatividade da obrigação*.

MARTHA (...) Acho que na verdade, acho que a maior parte das nossas brigas, quando a gente brigava muito era mais fora do que coisas nossas mesmo.

PESQUISADORA- É mesmo? Mas...

MARTHA- Ah, era... Tinha uma coisa ou outra nossa, mas acho que a maioria era em torno disso, mesmo de... "Joice, você sabe que eu não gosto que me chame de companheira... se eu não falo, você num fala.", né? "Você sabe que isso me deixa chateada"...(...) eu acho que até um tempo atrás era mais isso. Agora, casada já há um tempo, com a maior aceitação de coisas que na verdade não temos mais tantos os mesmos problemas agora são outras questões... em torno... agora acho que é mais nosso mesmo, da nossa convivência, do nosso casamento, do que dessas coisinhas de fora. Mas antes era bem mais... de fora.

Em relação à família de Martha há várias afirmações de que houve uma maior aceitação por parte dos seus familiares. A protagonista narrou alguns episódios, envolvendo, principalmente, uma tia que *fazia a linha católica fervorosa*, que convocaram Martha a enfrentar e a se impor afirmativamente, defendendo-se do fantasma da rejeição. Apesar de Martha admitir resistência por parte da família, chama atenção a surpresa que

a protagonista parece ter tido ao descobrir a reação de sua família quando teve conhecimento da sua sexualidade, principalmente da tia considerada muito próxima, como uma segunda mãe. *Aí essa minha tia mais próxima começou a falar pra ela de como foi quando ela soube de mim. E aí eu percebi que a minha família, ela aceitou, mas ela não aceitou TÃO tranquilamente quanto eles deixavam..., eles queriam fazer parecer. Eu percebi que eles ficaram um pouco resistentes, alguns falaram assim: "Ah, fazer o que, né? Não tem o que fazer" E alvejaram a minha mãe o tempo inteiro com questionamentos, com cobrança de postura, como se isso fosse mudar (pausa) a mim, entendeu? E minha mãe aguentou firme e não me falou nada. Nem aquele dia ela não falou nada. E eu achando que tava tudo tranquilo. Que eu me impondo eles ficavam quietos e se contentavam. Mas não. Principalmente essa tia que eu tinha tido uma discussão feia, ficava no pé dela eternamente.*

A dificuldade de inscrever a conjugalidade homoafetiva no registro simbólico do laço familiar parece suscitar, nas protagonistas, intercâmbios imaginários, principalmente por parte de Martha, na rejeição da representação da não aceitação e exportação do conteúdo para fora do aparelho psíquico. É possível identificar que o relacionamento das nossas protagonistas esbarra em dificuldades de acolhimento em ambas as redes de apoio, mas há elementos de uma maciça projeção da não aceitação na família de Joice. Por parte de Martha, há um movimento reivindicatório da legitimidade do relacionamento bastante afirmativo e de luta contra a invisibilidade da relação via significante da nomeação.

Na sequência da entrevista, Martha diz ter se lembrado de um assunto que considera *super importante* e começa a narrar o processo de mudança para a casa nova.

MARTHA- Nossa falando nisso esquecemos de contar, esqueci de contar uma coisa super importante. É.... a nossa casa era pra ter saído em... tava no contrato que ela ia sair em janeiro de 2015. Não, era abril, abril, né? Tava no contrato pra sair em abril de 2015. Só que em 2014 a incorporadora: "Não gente, tá tudo certo", falou "nossa, em dezembro sai", né? E aí chegou dezembro nada. "Não, janeiro sai, não sei o que" Em janeiro nada. Nesse meio tempo, no fim ela foi sair só em setembro. A casa foi sair só em setembro. Nesse meio tempo a minha mãe teve uma crise porque ela não gostou justamente do jeito que eu falei com ela porque eu me ...eu tava querendo... Ela tava com problema cardíaco e eu queria que ela fosse ao médico. Só que ela não... Ela não queria ir, não queria ir, não queria ir e eu já trabalhava, né, no hospital que eu trabalho, então eu tive que pedir favores pros médicos pra

conseguir o encaminhamento e a vaga e ela não queria ir eu fiquei muito brava porque não foi fácil conseguir e ela precisava ir e ela não queria ir. E aí, dentro no meio desse conflito, ela já não estava muito bem, pegou me socou de tudo quanto é maneira. Eu usava aparelho, acabou com a minha boca, tal e me expulsou de casa. Aí, eu não voltei mais. Na primeira noite eu passei na casa do meu tio. “Nossa é aniversário do meu tio e eu não dei parabéns para ele” (pesquisadora ri). Aí eu passei a primeira noite na casa do meu tio, na noite seguinte, depois em seguida, umas duas ou três noites eu passei na casa de uma amiga e aí... isso foi só até o tempo de eu folgar no trabalho pra gente poder ir procurar uma casa. E aí eu fiquei... eu fiquei...

JOICE- Uns 15 dias.

MARTHA- É. Eu fiquei uns 15 dias numa pensão. Por quê? Eu poderia ter ficado menos ou não ter ido pra uma pensão. Poderia ter continuado na casa da minha amiga. Essa é uma amiga que eu conheci no trabalho. E ela sempre deixou claro que ela era evangélica. E ela abriu as portas de bom grado pra mim, tal, só que ela deixou claro que ela não queria a Joice lá. Tipo dormindo lá.

PESQUISADORA- Entendi...

MARTHA- embora ela já soubesse da nossa relação desde o início. Até então, assim, ela sempre foi claro: "Olha, a minha religião diz que isso é errado, mas eu respeito." E isso realmente ela sempre respeitou. Mas aí quando ela...

PESQUISADORA- Recebeu você...

MARTHA- É, me recebeu e a Joice que foi um dia só, a Joice passou o dia e depois ela já pegou deixou claro que ela não se sentia à vontade, que ela não queria que a Joice passasse a ficar lá, mesmo que nem que a gente quisesse ia dar pra ser sempre porque todo mundo trabalhava, tal, aí eu falei: “Eu acho que quanto antes eu sair daqui, melhor”. Porque isso vai ter um conflito com uma amizade de longa data, a casa é dela, então... não dá pra só falar muito que ao contrário, lá na casa dos meus avós que eu... que ninguém podia falar nada... E eu também fiquei muito chateada porque eu não esperava que mesmo num momento desse, ainda prevalecesse isso dela. Até mesmo porque, como ninguém é, ela também não era perfeita e ela me cobrava uma postura bíblica que ela também não tinha em relação a uma série de outras coisas. Então, antes da gente começa entrar nesse debate.... Eu conversei com a Joice e a gente foi...e fomos procurar uma casa e eu fiquei na pensão....

PESQUISADORA- Pelo o que eu entendi, a Joice que ia até você, né?

MARTHA- É porque eu não dirijo, ela tem carro...

JOICE- É, e outra..ela não frequentava...

PESQUISADORA- Realmente você...(inaudível) de receber na casa,né, você falava que recebia na casa...

JOICE- É...ela não frequentava por causa dos meus pais

MARTHA- É! Por causa da postura dos pais dela..

PESQUISADORA- Você falou que foi difícil porque esperava que possível continuar recebendo...até..

MARTHA- É..é.. Porque a partir do momento que a minha amiga abriu as portas pra mim tá muito claro que ela ia abrir pra Joice também, mas... Eu pretendia sentar e conversar com ela e ver os detalhes porque foi tudo muito rápido. Mas assim, é, acabou que ela falou logo que ela não queria, numa primeira ida da Joice, lá ...

PESQUISADORA- Pra você seria natural também receber você e receber a sua esposa junto, porque...

MARTHA- É... na verdade a gente não era casada, ainda, mas...

PESQUISADORA- Mas...

MARTHA- Só que, assim, eu também não pretendia que ela dormisse noites e noites lá. Na verdade... foi isso que me deixou mais chateada porque realmente eu não pensei da Joice passar uns dias lá, comigo. Mas, ter a liberdade de repente vir ficar comigo. Eu não lembro se eu estava de férias, ou eu tava com algumas folgas que assim, eu tava numa fase péssima, essa minha amiga ta trabalhando e eu ia ficar o dia inteiro sozinha na casa dela. Eu falei..."ah, acho que não tem problema nenhum a Joice vir", do mesmo jeito que a Joice já tinha frequentado a casa dela outras vezes. Só que assim, como a minha namorada, então eu fui visitar a minha amiga, e nós duas íamos e fomos N vezes nas casas que ela morou, conhecemos todos os ex-maridos dela e tal, então, já tinha uma convivência. Não era só naquele momento que a Joice ia estar comigo e possivelmente com ela. Então aí, eu... Eu falei: Ah, então...

PESQUISADORA- Você achou que seria uma coisa até natural.

MARTHA- É, exatamente. Eu falei: Ah, então...

PESQUISADORA- Aí teve essa...essa...

MARTHA- Essa barreira aí...

PESQUISADORA- Essa barreira.

MARTHA- Aí a gente (?inaudível) mesmo conversamos

JOICE- Ali é mais a questão da religião, mesmo.

MARTHA- É...É, exatamente. Aí eu falei: Ah,vamos... Eu já não pretendia ficar muito lá, também porque é uma localidade meio difícil pra eu ir trabalhar... mas eu também não pensei ficar tão pouco. Eu tinha pensado... e nisso os trâmites da liberação do nosso apartamento estavam acontecendo e a gente estava tendo a devolutiva da construtora... Tava assim meio que... meio que... já era pra ter saído, parecia que tava na cara do gol. Então, eu fiquei pensando: Acho que eu vou ficar na casa dessa minha amiga até sair e pronto. Acabou. Lógico que eu sempre pensei em colaborar com as despesas, eu falei: Então... Eu deixei isso claro pra ela.. eu pensei: Tá tudo certo.Só ficar e esperar a casa sair. Só que ela já veio com uns dois ou três dias falando isso, eu peguei e falei: Ah... já que ia ajudar aqui como sempre gastei nas casas em que eu morei, então fomos atrás e eu consegui um quarto numa pensão. Ai eu fiquei, deu uns...

JOICE- Quinze dias...

MARTHA- É... deu uns 10 dias que eu estava na pensão, nossa casa saiu. Aí, nós levamos parte da mudança... No dia em que nós levamos parte da mudança, só porque tava ocupando muito espaço na casa da minha sogra, ela tinha até aceitado eu deixar algumas coisas, mas depois começou a ficar brava que era muita coisa, tal... Eu também fiquei p da vida porque na casa tem, espaço suficiente pra tudo aquilo, aí eu percebi que ela... era o jeitinho dela não querer nada lá mesmo, que ela ia ter muita proximidade com.. com o fato que a gente ia casar. Porque espaço físico tinha, né? Aí, eu peguei e falei “Ah, vamos tentar pelo menos deixar, já que tá pra sair, já tá assinado o contrato, já tá tudo certo, vamo pelo menos deixar a parte da nossa mudança lá, até ser liberado”... Então, nesse dia que a gente foi levar algumas coisas nós soubemos que 2 dias depois a chave ia ser entregue. E aí... nós fomos pra cerimônia de entrega das chaves, eu tava morando na pensão e fiquei mais por uns 5/6 dias na pensão porque tinha que ligar na companhia de luz, na companhia de água, só pra liberar essas coisas básicas. Assim que liberou a luz e a água a gente foi mudar do jeito que tava, com o que tinha.

PESQUISADORA- E foi, na pensão foi tudo tranquilo?

MARTHA- Foi, foi tranquilo...

JOICE- Ela conheceu (? Inaudível)

MARTHA- É muito ruim morar na pensão. Não é muito bom. Assim, inicialmente eu curti um pouco porque eu nunca tinha tido a experiência de morar sozinha. Mas aí a infraestrutura era bem ruim, mas era o que dava pra pagar e... e aí, passou um pouco a fase de gostar de morar sozinha. Pra mim que vim aí de 13 pessoas morando juntas... Então, aí saiu a nossa casa...

PESQUISADORA- E..desculpa te interromper...

MARTHA-Não, pode falar!

PESQUISADORA- em relação com a sua amiga? Ficou.... Porque eu fiquei pensando, pelo o que você falou, você já supunha uma naturalidade que ela fosse aceitar...

MARTHA- É, sim...

PESQUISADORA- É, e aí foi...tão desconfortável que vocês acabaram preferiram ter um espaço de vocês mesmo, ainda que fosse numa pensão que não era..., que não tinha tanto conforto, mas pelo menos era um espaço de vocês... E como é que foi ali com...

MARTHA- Então, passado um tempo, quando nós viemos... estávamos prestes a...tava chegando..Aí a gente tava com os preparativos pra festa, já tava tudo certo, aqueles últimos arremates, e tal, eu chamei essa minha amiga pra ser madrinha junto com o atual marido dela. E eu esperava que ela aceitasse. Eu fui madrinha do casamento dela. Mas quando eu fui madrinha do casamento dela eu nem, nem...eu tava solteira, eu não imaginei que ia encontrar a Joice de novo, tal. E eu aceitei. Eu fui madrinha assim, eu fiquei em stand by. Ela falou: “Olha, amiga, eu quero que você vá no meu casamento só que eu tô achando que uma madrinha vai dar pra trás. Se ela der pra trás você assume?” Eu falei: “Eu assumo”. Eu fiquei sabendo assim na noite anterior do casamento dela, que eu ia ser madrinha, todo o meu vestimento que foi ela que disponibilizou porque realmente eu tava sem, sem, despreparada um pouco, tava só ali né, querendo participar. .. E eu pensei: Diante de todo esse quadro de quando eu fui madrinha dela, tudo bem chamar ela pro meu, mesmo com aquela questão dela não querer na casa dela. Eu até de certa forma entendia porque eu também cresci na igreja Batista, eu sei que, eu sei de tudo o que ela ouviu. Eu ouvi também. Eu sei que é um conflito muito grande. Então eu achei que ela ia ser minha madrinha (risos), mas ela não aceitou. Passado um tempo, eu conversei com ela, eu falei desse...(pausa)

A gente nunca brigou, nunca discuti. Mas a gente já teve umas conversas sérias e numa delas, foi quando era perto do meu casamento, ela falou: “Olha, eu não vou ser a sua madrinha. Você sabe como são as minhas convicções religiosas e tal mas eu vou no seu casamento”. Porque eu até então eu achei que ela nem ia mais também. Tava bem chateada com isso. Aí, nessa oportunidade aí a gente colo... aparou algumas arestas: Eu falei que eu fiquei chateada, que ela também, ela tava (suspiro) ...ela tinha os problemas, digamos os *pecados* dela, então eu não achei certo ela vim querer cobrar de mim... sendo que ela também tinha os erros dela, os quais eu nunca peguei, deixei de trata-la bem ou tratei de alguma maneira diferente. Por causa desses problemas que ela já teve, que a religião não ia concordar... Daí ela, sabe, tipo, a gente tava conversando, ficou tudo bem, eu não me lembro se ela chegou a pedir perdão, mas ela entendeu muito bem o recado e... e assim, no mais ela sempre foi uma boa amiga, mesmo.

PESQUISADORA- Ah, até a Joice falou que acha que foi uma questão de religião. Acha que a religião é uma questão de que atravessa até a relação, das amizades, de aceitar, né....

MARTHA- É! da minha tia foi o catolicismo, dos pais dela...

JOICE- Do meus pais na verdade não tinha uma religião por trás...

PESQUISADORA- Vocês falaram do espiritismo, você falou do espiritismo...

JOICE- É, ela, na verdade minha mãe ela é católica (inaudível) mas aí depois ela fez bastante, usou o espiritismo. Então, hoje ela frequenta o centro espírita, tal, mas antes era mais pro católico. Mas eu não senti muito da questão do catolicismo, de falar : "Ah, você vai pro inferno". Ah, nada disso. Mas a questão mais assim de achar que eu to indo pra uma vida mais vagabundo, assim essas coisas. E aí ela... mas não a questão da religião. O da amiga dela é bem mais clara que é essa questão da religião.

MARTHA- Ah, totalmente!

JOICE- Mas dos meus pais, não. Era mais não aceitar por... Acho que eram outras questões assim, de preconceito mesmo. De não saber como que é...o que...o que que é assim, de como achar que, tipo que é putaria, essas coisas.

PESQUISADORA- Então vocês acham que a questão da religião acaba até interferindo, muitas vezes, na aceitação das pessoas...

MARTHA- Ah, nossa, com certeza. A minha família....

PESQUISADORA- E na de vocês também.. na, na, questão de como..., da religião para vocês? Você falou que você frequentava a igreja Batista, num determinado momento você falou que num, que num, parecia que não dava mais pra conciliar...

MARTHA- É, na verdade foi assim. Eu tinha uns 18 anos, eu tava na igreja desde os 13, eu tinha um cargo lá, tudo. Tinha um comprometimento ali com a parte da música todo domingo. Todas as atividades eu sempre fui muito envolvida. Só que aí, eu fui crescendo, eu mudei de escola, fui pra uma escola onde tinha muitoos gays, muitas (inaudível) eu fiquei me sentindo super à vontade e concomitante com isso, uma amiga, ela começou a namorar uma colega de escola e a mãe dela que também era da mesma igreja, chegou pro pastor e falou, tal, e aí ela foi colocada, essa minha amiga foi colocada contra a parede, no sentido de que o pastor chegou pra ela e falou assim: "Você tem uma semana pra decidir o que você quer da sua vida." Aí eu estava numa... praticamente numa escola gay (risos), com a minha melhor amiga sendo, sendo colocada contra a parede dessa maneira, eu falei: Eu não vou esperar isso acontecer comigo, realmente não está batendo uma coisa com a outra... Porque, assim, quando eu comecei ir pra igreja, apesar de eu ser uma criança, a minha mãe não tem... não tem relação nenhuma com nenhuma religião, o que também foi fácil, né, fora aquela outra tia católica a maioria deles não tem nenhuma religião assim, não frequentam nada.

PESQUISADORA- Você acha que isso facilita...

MARTHA- Facilitou muito. Foi muito diferente. Só uma tia que é...passou a ser evangélica depois até de mim, que é extremamente rígida, mas também é uma tia que eu não tenho mais tanto contato então acaba não interferindo muito na minha vida. Mas lá atrás na aceitação, com certeza o fato deles não serem muito ligados à religião isso ajudou muito. A única que se dizia um pouco mais, foi a única que pegou no pé. E aí quando essa minha amiga teve esse ultimato, eu peguei e saí da igreja. Eu peguei e saí porque eu falei: Não vai adiantar. Se com ela está assim, comigo daqui a pouco vai faltar pouco. Então eu peguei e saí.

PESQUISADORA- E com a Joice, teve alguma...

JOICE- ah, a verdade é porque assim: eu nunca fui muito de religião, né? Na verdade teve uma época da minha vida que eu frequentei espiritismo, eu era bastante frequente, participava das coisas, mas depois me afastei e tipo nunca

foi alguma coisa que impediu porque na verdade lá não falava muito disso, dessa questão assim...(pausa) nunca ouvi falando mal disso assim, no espiritismo. E... que é errado, essas coisas. Nunca ouvi falando que, tipo tem que ser, entendeu? Mas nunca...tipo durante a minha adolescência assim, frequentei o espiritismo nunca foi falado, assim, mal, entendeu, diferente das outras religiões. Mas aí...aí...eu... aí...tipo me afastei também e isso daí não tive problema nenhum. Quando ela...ela..eu comecei, a gente começou a namorar, a gente tava namorando há um tempo, né? Eu cheguei até ficar preocupada porque ela foi... da Batista, né e às vezes ela vira e mexe ela ficava falando que queria voltar e que ia voltar, né? Aí teve até um dia que ela... porque eu não sei como é que funciona assim, tipo, ela falava de ter um sinal e tal e tal...aí até achava que poderia tipo (pausa) terminar ou perder, perder ela por questão de religião, porque ela quer voltar, Entendeu? Porque se ela fosse voltar não ia voltar comigo. Já que se ela fosse voltar ela ia voltar do jeito tipo correto, assim pra eles. Entendeu?

MARTHA- É, então... foi... por isso..eu acho que acabei não concluindo. Ahn, quando eu comecei a ir pra igreja, apesar da minha família, nessa época não ter mesmo tanta ligação, só tinha, essa, realmente só tinha essa tia, nem a outra que era evangélica, foi ser muito tempo depois. Mas a minha mãe falou assim, a seguinte frase: "Se você for é pra levar a sério, porque isso não é brincadeira." Então, o tempo que eu fiquei lá, eu levei o mais a sério possível, tentei seguir tudo mais à risca possível das regras que a gente tinha sido ensinado, e tal. Então, quando eu vi que tava ficando ruim pra minha amiga e que eu tava indo contra, falei: Bom, já que eu não vou seguir certo, eu não também vou deixar brecha pra vim querer encher o meu saco. E também já sabia, né, que apesar... acho que todo mundo sabe mas...há muitos evangélicos procuram sempre parecer muito certos, muito sem erros, de pecados, que eles chamam e eu sabia também que, na verdade ninguém ia ter moral pra falar. Ai se eles viessem encher o meu saco eles iam ouvir, e... mas que isso também não tinha muito a ver, sei lá, com na minha relação com Deus e eu não estava seguindo aquilo que eu tinha me proposto seguir, porque não tinha mais tudo a ver e peguei e falei:Ah! Juntou tudo e eu fui embora. Mas eu era membro oficial, era super ativa, lá, e... mas foi... até hoje eu tenho vontade um pouco de ir. Eu sei que tem igrejas que são inclusivas, outras que são só de público gay... Eu acho ainda um pouco complicado isso, porque,

assim, eu acredito(risos) que o que tá na Bíblia, até onde eu sei, tá escrito que tá errado. Não sinto que eu concorde, mas que tá escrito que tá errado, tá. Aí, uma igreja que só tem gays, eu acho ... eu ainda tô trabalhando isso. Então eu não me sinto à vontade de ir. Fui uma vez, não gostei. E se for pra eu ir uma vez ou outra, eu não iria nessas inclusivas. Porque eu acho que na verdade, não tinha que ter essa inclusiva. Tinha que ter todo mundo em todas.

PESQUISADORA- Entendi.

MARTHA- Entendeu? E Ponto. Não precisava ter essas, porque... ou separar cada um por um *pecado*... Igreja só de mentiroso, igreja só de adúltero, mas não uma só de gay..

(Joice e pesquisadora dão risada)

PESQUISADORA- Separar? (risos)

MARTHA- É, uai já que é ficar separando por causa de, né, erros, então que faça de todos porque aí vai ficar bem diferente, né? Vai ficar bem ... claro aí que eles não são os santos que eles gostam de demonstrar que são.

JOICE- É essa visão aí é que a (?) sempre fala, que tipo que ela acha que na bíblia tá escrito que é errado. Entendeu? Aí, pra mim é uma questão que tipo, pra mim a bíblia é um livro e na visão acho até sua ou de quem é da religião, tipo foi escrita, ham, sei lá, por Deus... não de Deus.. mas por quem escreveu tava... Pra mim não, pra mim foi bem distorcida, tal. Então ela, a relação que ela tem hoje com o que tem, pra mim na verdade foi pessoas que fizeram aquilo e muitas pessoas viram aquilo como verdade e foram aceitando assim. Mas eu não enxergo ela assim, diferente da sua, de você, entendeu? Então, num, é não chegava assim a Bíblia como algo, ah, que tá escrito errado, tá errado, eu nunca via como errado. Então.. é...tipo pra religião é errado, entendeu? Mas tipo não interessa o que nenhuma religião fala assim pra mim não é errado, entendeu? Só que aí pra Bíblia tá errado, então a Bíblia tá errado, entendeu? (risos) Tem... mas é estranho, pra mim, entendeu? Acreditar que a bíblia tá certa assim, entendeu? Pra mim, tá estranho aceitar, assim. Porque quem que é religioso aceita, né?

PESQUISADORA- Aquilo como verdade.

JOICE- Como verdade. É.

MARTHA-É!

JOICE- Aí, sei lá...

Neste trecho da entrevista, Martha relatou episódio de ter sido expulsa de casa e as dificuldades enfrentadas com a amiga que a acolheu. Essas situações narradas parecem ter deixado fortes marcas na subjetividade da nossa protagonista, na composição do cenário fantasmático envolvendo o (não) reconhecimento e aceitação.

Em relação à amiga que a acolheu, Martha comentou que *ela sempre deixou claro que ela era evangélica*, mas que havia uma relação de respeito entre elas e que esta *abriu as portas de bom grado* para Martha. Segundo relata a nossa protagonista, a amiga já havia dado seu posicionamento ao dizer claramente à Martha *olha, a minha religião diz que isso é errado, mas eu respeito*. Defensivamente Martha supôs que a partir do momento que a amiga abriu as portas para ela, *tava muito claro que ela ia abrir pra Joice também, mas...* comentou de sua chateação quando a amiga manifestou-se contrária à presença de Joice pela casa. *Eu não esperava que mesmo num momento desse, ainda prevalecesse isso dela*.

Tal como apareceu na primeira entrevista, vemos, a partir dessa situação ilustrada, o atravessamento da religião na conjugalidade das protagonistas, com seus tabus e preconceitos morais envolvidos. Apesar das protagonistas terem comentado sobre suas famílias não serem religiosas, exceto pela tia evangélica de Martha, e que isso foi um facilitador para o processo de aceitação da relação, há a interferência da dimensão religiosa na circulação de um imaginário que associa o relacionamento homoafetivo com *o pecado*, com *o erro*.

No caso das nossas protagonistas, a religião parece ter sido uma questão mobilizadora na situação envolvendo a amiga de Martha. Mesmo diante da dificuldade manifestada pela amiga de acolher o casal em sua casa, Martha convidou-a para ser sua madrinha de casamento, mas o convite foi recusado sob o pretexto religioso.

Outro aspecto a ser apontado é que a inscrição do relacionamento para Martha parece esbarrar nos seus próprios valores religiosos. *Eu acho ainda um pouco complicado isso, porque, assim, eu acredito(risos) que o que tá na Bíblia, até onde eu sei, tá escrito que tá errado. Não sinto que eu concorde, mas que tá escrito que tá errado, tá*.

No início da entrevista, a protagonista contou sobre a época em que participava ativamente das atividades da igreja e retratou esse momento como uma fase *de muito conflito*. Ao mesmo tempo, disse ter sido uma *fase muito boa*. A dificuldade de integrar essas duas dimensões na sua vida parece representar um fantasma para a sua relação.

Joice comentou sobre Martha ensaiar um possível retorno à religião, o que parece gerar angústia para a protagonista e um fantasma de separação. *Quando ela...ela..eu comecei, a gente começou a namorar, a gente tava namorando há um tempo, né? Eu cheguei até ficar preocupada porque ela foi... da Batista, né e às vezes ela vira e mexe ela ficava falando que queria voltar e que ia voltar, né? Aí teve até um dia que ela... porque eu não sei como é que funciona assim, tipo, ela falava de ter um sinal e tal e tal...aí até achava que poderia tipo (pausa) terminar ou perder, perder ela por questão de religião, porque ela quer voltar, Entendeu? Porque se ela fosse voltar não ia voltar comigo. Já que se ela fosse voltar ela ia voltar do jeito tipo correto, assim pra eles. Entendeu?*

Tal como foi identificado na conjugalidade das protagonistas da primeira entrevista, vemos circular o fantasma da perda/separação no relacionamento de Martha e Joice também. Em relação à Joice, foi possível identificar o fantasma da perda de Martha para religião, conforme foi apontado. Já em relação à Martha, podemos identificar esse fantasma circulando, por exemplo, na situação em que elas conversaram sobre a possibilidade de Martha virar homem e o receio de como seria para Joice. *Ah, é... eu falei uma vez para ela se eu virasse homem se ela ia continuar comigo (risos). Ela falou que não! Podemos identificar em outra situação, em que Martha falou sobre a ida dos pais de Joice ao casamento e comentou: não tem lógica você ficar tranquila porque são seus pais. É o seu casamento. Não vai acontecer de novo... né?(pausa) vamos tentar fazer pra que não aconteça de novo.*

Na continuação da entrevista é possível identificar que a aceitação de Martha e a inscrição do relacionamento na família foram auxiliadas via porta-sintoma do irmão de Joice e pelos cuidados destinados a ele por parte de Martha. Martha é enfermeira e, ao que indica, a dimensão do cuidar representa um aporte narcísico importante para sua inscrição na relação genealógica e na sincronia com seus contemporâneos.

MARTHA – (...) Aí, meu cunhado surtou e eu saí do meu trabalho e fui direto ham... apoiar ela, ver o que estava acontecendo, se eu podia ajudar. Eles já sabiam que eu era enfermeira e nisso eu fiquei dormindo na casa deles por uns 3 dias. Nós íamos viajar nesse dia. Eu tava com tempo, a gente ia pra ...a gente ia pra Ubatuba?

JOICE- É.

MARTHA- A gente ia pra casa de praia da família dela... Então eu falei: Ah, então vamos, vamos resolver isso aí primeiro e deixamos de viajar. Então eu

acho que isso foi..., eu fiquei na casa dos pais dela. Dormi uns 2 ou 3 dias, uma coisa que eu não tinha feito ainda. Não desse jeito, pra poder amparar todo mundo. E aí, expliquei as coisas que eu sabia e tudo mais e acho que isso ajudou e mais pra frente quando o irmão dela quase teve a outra crise também. Ele não queria ir pra casa dos pais, os pais não queriam que ele ficasse na casa de um amigo que era num local bem distante e aí ele tinha falado de ficar na nossa e... eu adoro o meu cunhado então, pra mim, não tinha problema nenhum, mas a mãe dela ainda falou: "Ah, vê com a Martha o que ela acha... Eu falei: "Não, sem problemas". E aí eu acho que isso ajudou eles a aceitarem um pouco melhor. E ele foi, ficou o tempo que ele quis, acabou (risos) sendo só um dia, né? mas, foi, foi isso. Eu fiquei muito feliz quando eles disseram que iam no casamento. Na verdade eu chorei lá na hora (risos).

PESQUISADORA- Foi importante pra vocês?

MARTHA- Pra mim... pra ela parecia que estava mais conformada, mais tranquila, mas eu não.... Aí de novo, minha postura em relação aos pais. Eu não... pra mim.... como assim? Não tem lógica eles não irem. E não tem lógica você ficar tranquila porque são seus pais. É o seu casamento. Não vai acontecer de novo... né?(pausa) vamos tentar fazer pra que não aconteça de novo. Como que eles não vão nesse momento importante, seu, e... aí eu não conseguia entender. Aí, quando eles disseram, eu fiquei bem feliz, aliviada e eu achei que ia ser só o meu sogro e a minha sogra a mais, porque meu cunhado já tava incluso na lista, aí... (risos)

PESQUISADORA- Você acha que foi isso mesmo que ela falou? (pergunta para Joice) Você acha que tava conformada...

JOICE- Ah, eu tava conformada que eles não iam assim, porque... ah, o tempo todo desde quando ela soube, ela não nunca tinha falado nada contrário, né, então, mudou assim muito rápido, né, então, eu já tava conformada de que não iam.

PESQUISADORA- Você já esperava pelo pior?

JOICE- É, eu já tava esperando que ela não ia mesmo. Assim, que os nossos pais não ia, que a minha família não ia... daí depois que eles ficaram ... que eles falaram que ia, aí depois a gente foi chamar a família inteira porque não tinha chamado ninguém, né, da minha família.

PESQUISADORA- Ah, tá...

JOICE- Eu não chamei ninguém da minha família.

MARTHA- É! isso foi foda, realmente ela...

JOICE- Aí... meus tios, minhas tias, meu vô, ninguém, ninguém, ninguém. Aí, só depois, que... (pausa) que eu falei com meus pais, aí os meus pais... aí a gente chamou o resto da família. Aí foi pra família, parecia que eles já sabiam, sabe?

(Martha e Joice dão risada)

MARTHA- Pareceu...

Nas duas últimas partes apresentadas da entrevista é possível ver novamente a função intermediadora do irmão de Joice. Conforme já mencionado, ele exerceu a função fórica de porta-palavra para anunciar o relacionamento e ajudar no processo de elaboração da família. Foi, também, através de outro episódio protagonizado por ele que a participação dos pais de Joice no casamento foi possível de ser elaborada. *Só que aí, quando meu irmão ficou sabendo que, que eles não iam no casamento, ele ficou bem bravo assim. Porque o meu irmão, ele tipo, ele, ele tem esse problema dele, aí ele começa a ficar com raiva, ela fica com raiva porque ele tava falando que meus pais estavam sendo homofóbicos, e meus pais tinham falado que não, simplesmente que não queria ir e que não aceitava, tal, e aí ficou com raiva, tal, acho que tava...não sei seacho que era outras coisas também que tinha e aí ele queria, ele saiu de casa assim e aí ele ficou um tempo com a gente, até, na nossa casa. Ele tava quase surtando de novo né? Aí tipo a gente conversou com ele e tal, aí ficou melhorzinho, voltou, voltou pra casa e aí depois de uma semana mais ou menos meus pais conversou comigo e eles falaram que iam no casamento sim e tal.*

O casamento e a participação das famílias e amigos de ambas as partes parece se configurar como marco simbólico importante para as protagonistas, que atravessaram diversos momentos de conflito nas suas relações e enquadres sociais, morais e religiosos. O casamento visto sob a perspectiva de uma metagarantia sócio-jurídica parece ter ajudado na construção de um neocontinente narrativo, de inscrição da conjugalidade homoafetiva na malhagem vincular. *Eu fiquei muito feliz quando eles disseram que iam no casamento. Na verdade eu chorei lá na hora (risos),* comentou Martha quando soube da notícia da participação dos pais de Joice.

Mencionamos, anteriormente, que um dos caminhos encontrados para ajudar no processo de inscrição e legitimidade do relacionamento passou por uma relação de cuidado de Martha com a família de Joice. Essa ideia foi retomada novamente em outro momento da entrevista, quando Martha contou dos momentos que ajudou a cuidar da avó

de Joice e comentou: *mas já não foi tanto pra... pra meio que mostrar que eu era uma pessoa bacana, que eles ti... mostrar que era bom...mostrar..ah mas sei lá... não era tanto pra mostrar alguma coisa mas foi por poder ajudar mesmo.*

Nesse momento da entrevista, Martha encontrou uma amiga e se ausentou da conversa por alguns minutos. Após momentos de longo silêncio Joice começou a falar das mudanças que percebeu nos seus pais.

(Martha encontra uma amiga e sai por alguns minutos da entrevista)

(PAUSA)

PESQUISADORA- Você quer esperar...

JOICE (atravessa a fala)- Eu quero!!

PESQUISADORA- Você quer esperar a Martha voltar?

JOICE- Pode ser...

PESQUISADORA- Você fica mais confortável?

JOICE- É eu acho que ela estava (pausa) falando,né?

PESQUISADORA- É. Acho que ela... encontrou...

(Pausa)

JOICE- Mas é... é isso assim..ah.. aí meus pais eles estão bem melhor, assim, agora com relação à gente, assim. Tá cada vez melhor.

PESQUISADORA- Que que é estar melhor, assim?

JOICE- Tipo de conversar, de falar...de falar sobre a nossa relação, de dar parabéns quando a gente faz aniversário de casamento, essas coisas...

(Martha retorna)

JOICE – Estou falando que meus pais estão cada vez melhor (dirigindo-se à Martha)

MARTHA- Ah, sim! Estão mesmo...

PESQUISADORA- Falou que eles dão parabéns quando vocês fazem aniversário...

JOICE- É..até...

MARTHA – Hum rum..eles sempre lembram.

PESQUISADORA- Esse parabéns é como se...é um reconhecimento de uma relação. É isso?

MARTHA- Sim, sim.

PESQUISADORA- Isso parece que é bem importante...

MARTHA- Ah é... Na verdade agora acho que essa parte de conflito já não tem mais não. Minto, uma vez, já tinha tido o casamento, aí a vó dela faleceu...

PESQUISADORA- Hum, hum...

MARTHA- ...e eu fiquei com a avó dela em mais de uma internação. (Pausa). Foi assim, mas já não foi tanto pra... pra meio que mostrar que eu era uma pessoa bacana, que eles ti... mostrar que era bom...mostrar..ah mas sei lá... não era tanto pra mostrar alguma coisa mas foi por poder ajudar mesmo fica com a,...a... a mãe da minha sogra porque eu tinha, né Joice, eu tinha disponibilidade. Eu tinha o conhecimento, podia ficar. E quando a avó dela morreu, nós já tínhamos casado, teoricamente tava tudo... lindo, perfeito, todo mundo aceitando, tal e aí, no enterro, a mãe dela pediu pra gente, pra eu não..., pra gente não se revelar como casal e que ela não ia me apresentar como, como , como esposa da filha dela. Porque os tios da minha sogra são MUITO idosos, de 80 pra cima. E ela falou assim: "Ah, eles não vão entender. Eles têm uma cabeça muito antiga, eles não vão entender." Eu fiquei MUITO (ênfase) chateada nesse dia, porque eu falei: "Gente, mas depois de tudo, ainda uma postura dessa"... E outra, pode até ser... só que aí foi mais ou menos quando o meu cunhado foi falar de homofobia, eu tentei ter jogo de cintura. Porque eu falei: Também não adianta agora com a mãe dela tendo morrido, ter esse embate agora e... talvez eles não entendam mesmo, não acho que é a ocasião mais propícia... mas eu fiquei cha...eu falei: "gente que eu acho que não tem necessidade." Talvez eles até não entendam e resistam, mas talvez eles aceitem! O meu vô tem a mesma idade e foi tão receptivo.... Então assim. E... Passado um tempo, eles já sabem quem eu sou, que logo depois houveram alguns encontros familiares, aí com esse pessoal um pouco mais distante... E eles sabem quem eu sou.... Eles sabem, né, certinho? Eu nem lembro se chegou a ter alguma apresentação oficial, mas eles sabem. A gente tem aliança, tal. E eles dão (?inaudível) super bem... aliás, teve sim, teve uma, num desses... no primeiro encontro que eu participei, foi quando a minha sogra foi falar...

(Falam juntas) Foi a coisa do primo...

MARTHA – ... Eu que eu era companheira e o pessoal foi super receptivo, inclusive nesse encontro de família descobrimos que uma prima dela também tava noiva de uma menina, sabe? Eu falei: "Gente! tá vendo, na hora do enterro, não tinha necessidade". Não! porque já tá tudo, tudo tranquilo com

todo mundo. E mais uma vez a minha sogra ficou com esse receio. Mas aí não me recordo de ter acontecido mais.

JOICE (atravessa a fala)- É porque é a parte da família que não é tão próxima. Por exemplo assim...que foi pro casamento, que foi mais a família do meu pai e a irmã da minha... minha tia, minha prima, tal. Aí essas pessoas aí da família, tipo primo da minha mãe, tio da minha mãe, é...

MARTHA(atravessa a fala) – É, foi mais o pessoal de primeiro grau, né? De segundo pra frente...

JOICE- É, aí foi essa parte que eles foram conhecendo e que nem eu conhecia, entendeu? O tio da minha mãe tinha que me apresentar, para depois apresentar ela (riso tímido)

Vemos, novamente, ser mencionada a importância para elas do reconhecimento do vínculo pelas famílias, principalmente de Joice, e das marcas simbólicas da legitimação da relação via casamento. Podemos pensar a família com uma função de enquadre que ajuda na estabilidade das alianças do casal, no sentido de assegurar as (des)organizações e os conflitos

Na continuação da entrevista, identifica-se a emergência de outra questão relacionada à (in)visibilidade da relação e ao emprego das protagonistas.

JOICE- Às vezes, por exemplo, a gente ia sair, no shopping, aí, a gente evitava de dar a mão, alguma coisa porque eu tinha medo que meus pais vissem, ou coisa do tipo, assim. Mas isso, né?

MARTHA- É. Eu detestava isso. Detestava. Achava... Eu achava isso o cúmulo do absurdo. Inclusive já melhorou um pouco, mas até...é... mesmo depois da gente casada, mesmo depois da família, de todo mundo tá sabendo, tudo, quando a gente sai pra um shopping que é próximo ao local de trabalho dela, ela ainda resiste, por exemplo, a andar de mão dada. Não que tem que... eu gosto de andar de mão dada porque eu gosto de andar de mão dada, porque sou um casal e gosto de andar de mão dada. Tem casal que não gosta. Mas eu gosto. Eu sempre deixei isso claro pra ela. Antes, eu... às vezes, contrariada, eu aceitava de não andar de mão dada porque as famílias não sabiam, ta,ta,ta... Mas depois que pra mim quem importava, que eram os familiares aceitaram, tipo, dane-se o resto. Mas ainda assim nesse shopping, que é perto de onde ela

trabalha, ela vira e mexe fica receosa de algum aluno vê, algum pai de aluno vê e aí vir perturbar... E aí eu falo: “Meu, você é funcionária pública, já passou do probatório... tem leis que te protegem contra isso. Então não tem por que você ainda ficar receosa”. Mas vez ou outra ela ainda fica receosa. Aí, eu acho que já fiquei mais brava, hoje em dia nem tanto. Mas eu acho muito sem sentido. E.... pode falar...

PESQUISADORA- Não... é que você tava falando e eu pensei nessa questão do aparecer em público, né, como uma coisa da visibilidade, né. Como que é isso, assim? Essa coisa do aparecer, não aparecer, talvez se manter mais invisível, é mais confortável, talvez pra uma, talvez pra outra. A questão de repente aparecer mesmo... Como que... o que vocês acham?

MARTHA- Ah, na verdade é que pra mim não é...esconder não é bacana não, é porque é sempre...Não tem por que assim. É normal, entendeu? Então...não tô fazendo nada de errado. Então, por que se esconder? Não preciso andar com nada escrito na minha testa, mas também num... Se ela está do meu lado, não vou apresentar ela como amiga, nunca apresentei. A não ser que a gente já tivesse de acordo, uma vez ou outra, talvez, entendeu? Ou de repente... igual no meu primeiro emprego, no primeiro setor do meu atual emprego, eu percebi uma resistência muito grande da equipe. E embora estivesse no começo do nosso relacionamento. Só um ou outro sabia. Mas a maioria suspeitava, então, pela suspeita já havia uma resistência muito grande. Então, às vezes se eu ver alguém no trabalho, que não era muito próximo, tipo assim, eu não ... cruzando num shopping por exemplo. Eu não parava pra falar oi. Né? Então. Eu nem apresentava nem deixava de apresentar. Simplesmente, como já não tinha aquela proximidade, todo mundo passava batido. Mas se era alguém que eu já sabia que já suspeitava, sabia, e tal, que era bacana, eu fazia questão, apresentar, né, e mostrar. Não a questão de mostrar, mas de educadamente. Falar: "Oi, essa aqui é a minha esposa, tal..." tranquilo. Normal. Aí, quando eu mudei de setor, eu percebi que (risos) lá era completamente diferente. Tanto é que uma das minhas colegas de trabalho foi nossa madrinha de casamento. Então, aí, todo mundo já sabia, tal. O meu supervisor, o master ali de autoridade que eu tinha de imediato, sabia e sempre foi muito receptivo, então assim. Então, eu, eu só acho que não tem deixar de fazer, não acho legal porque não é errado. Entendeu? Mas...

JOICE- Lá onde eu trabalho eles não sabiam. Aí depois do casamento eles ficaram sabendo.

MARTHA- É, postaram no facebook, né?

JOICE- Por causa da postagem do facebook, aí tinha colega, aí na verdade eu não sei como, ficaram vendo. Na verdade porque... eu acho tão... foi por foto mesmo, né, de face. Acho que eles viram...

MARTHA- Deve ser né, acho que alguém marcou, né?

JOICE - É, deve ter visto, é... pelo face mesmo...

PESQUISADORA- Você trabalha com que mesmo? Desculpa...

JOICE- Eu sou professora de educação física...

PESQUISADORA- Você falou dos alunos...

JOICE- É. Eu sou professora de educação física e... pra pequenininho, do primeiro ao quinto ano. Aí assim, os meus ... eu nunca falei nada pros meus colegas de trabalho, assim, porque não via por que na verdade. Não sou muito de conversar, assim, ficar contando... Só que aí depois que eu casei, aí ELES (ênfase) tiveram ... começaram a falar, entendeu? “Ah, parabéns, casou, não sei o que lá e tudo...” Aí eu vi que, tipo... eles ficaram sabendo aí, às vezes eu comentava. Entendeu? Mas aí, de vez em quando um ou outro eles acabam ficando sabendo ainda, assim. Porque (risos tímido), ainda não se tocou ou às vezes é novo na escola e ficou sabendo... Mas é... a questão nem é tanto a questão do trabalho, (pausa breve) nem é a questão dos alunos, assim, em si mas é porque é uma escola muito chata assim na questão de pais, entendeu? Assim, que enche o saco, toda hora vem encher o saco, vem perturbar. Aí você quer evitar um pouco, isso, entendeu? Mas eu sei que não é certo eu fazer isso, eu tento evitar, mas às vezes, eu fico tipo, é.. meio receosa mesmo porque é...(fala inaudível) que a gente vai enfrentar isso, que a gente não vai, tipo desviar, vou fazer de conta que é... que...que não fui eu, sabe, fazer....Aí a gente vai enfrentar e falar: "Assim é, porque é, tal...e você quiser você explica pro seu filho. Qual que é o problema, tal." Mas a questão que tipo que os pais ir, terem que reclamar mas, eu, com o passar do tempo eu venho percebendo que isso num... tipo isso não vai acontecer mesmo. Entendeu? Porque antes a minha preocupação era realmente isso. De, tipo, de vim e ficar é, enchendo o saco por conta disso, sabe?

PESQUISADORA- Você falou do desviar. Como assim? “sabe que a gente vai ter que enfrentar isso, não tem jeito”...

(Falam juntas)

JOICE- É! Vai ter que enfrentar, não é ficar desviando assim, tipo...

PESQUISADORA- Não tem como. É como se não tivesse como passar ileso por isso?

JOICE- É...

PESQUISADORA- É isso, que você quis dizer?

JOICE- É. A gente não vai fazer de conta que tá errado, entendeu? Que é... que a gente tá errada em ficar se mostrando em público, diante dos alunos, entendeu? Que é talvez que é o que os pais dos alunos falassem, fossem falar isso, entendeu? Tipo essa questão, mas é...É tipo a gente vai enfrentar a situação, entendeu? Não vai ficar se esquivando, entendeu? Mas a questão é que... É...É...É cansativo isso, entendeu? Tipo o trabalho, entendeu, de ter que passar por isso. Então às vezes é... a questão de evitar era isso, mas eu já, já, tô bem melhor, assim. É que às vezes é porque ela gosta de dar muito a mão (Martha dá risada) e às vezes eu nem percebo, mesmo. Ela acha que não, mas eu realmente nem to, nem percebo aí, ela que é mais grudenta, assim.

(...)

MARTHA- (...) Mas assim, eu acho que não falar...E ainda mais, essa questão do trabalho dela, é que é assim... é... essa coisa é igual... Nós estávamos no shopping, fora do horário de trabalho dela, tipo num final de semana que não teria nem a possibilidade dela ter que ir trabalhar, não tinha NADA a ver com o trabalho dela, ainda fica com esse receio. Mas pra mim é muito claro, se o pai vier encher o saco a resposta era essa: "Não tem nada a ver com trabalho, é totalmente fora..." (...) não tem por que eles acharem que podem vir falar. Entendeu? Então pra mim por isso tava muito nada a ver. Mas eu entendo. Porque eu sei que por menos os pais vem perturbar, né? Eu trabalhei numa pediatria então por menos os pais acompanhantes vem querer cobrar e tal... mas... eu confesso que eu era um pouco mais tolerante quando a família não sabia. Mas depois que eu pensei: Bom, ela tem o apoio da família. Então... por que, né, não...ficar se importando com pai de aluno, né? Mas ela realmente melhorou bastante. Ainda acontece, mas já melhorou bastante.

PESQUISADORA- É que você falou que é muito cansativo, né?

MARTHA E JOICE- É!!!

PESQUISADORA-Eu fiquei pensando nesse sentido de que é uma coisa que fica muito em evidência, que as pessoas falam...

JOICE- É, as pessoas vão falar e se elas vão encher o saco aí é, é.. cansativo porque você vai ter que ... no seu trabalho, entendeu? lutar contra isso, assim e acaba sendo uma coisa cansativa assim. Aí você tenta meio que evitar meio que isso aconteça assim. É... mas....às vezes é inevitável, né? O shopping fica tipo a um quilometro da escola, assim.

PESQUISADORA- Entendi.... Se pudesse não falar sobre isso seria melhor, é isso?

JOICE- É!!!É isso!! Mas é...

PESQUISADORA- Mas também não pra esconder no sentido, de não querer esconder a relação. Entendi. Mas cansa.

JOICE- Mas nunca,nunca aconteceu nada, assim, sabe? De os pais encherem o saco por conta disso. É... (pausa) já aconteceu até de verem que eu tô junto com ela vê, mas nunca chegaram a encher o saco por conta disso não. Mas... eu não sei assim, talvez um dia aconteça, entendeu? e a gente vai ter que enfrentar isso, mas isso é uma coisa que eu... é...cansa..é...eu sei que tipo....essa é uma coisa desgastante. Calar, dar a minha aula, entendeu,e tipo, é... tipo não quero ter que discutir isso. Entendeu? É... ter que fazer essa luta dentro da escola, entendeu? Mas eu não sei até que ponto que os pais vão fazer isso porque hoje em dia está bem diferente a situação, né?

Vemos que a invisibilidade é uma questão mobilizadora e ambivalente para o casal. Se por um lado, elas reconhecem-se enquanto sujeitos desejantes que não estão *fazendo nada de errado* e, portanto, não teriam motivo para se esconder, por outro lado, a dimensão do enfrentamento social e moral envolvendo a enunciação de si e da relação representa uma luta cansativa para elas. Esse alto custo energético fica evidente principalmente na explícita manifestação de Joice de que se pudesse não falar sobre isso seria melhor e que ela não quer *ter que fazer essa luta dentro da escola*. Por ela, ela se calaria e daria sua aula.

Podemos pensar situações como essa e a declaração de Joice sobre o calar-se representando uma das formas mais insidiosas de violência simbólica que sofrem as parcerias homoafetivas e as nossas protagonistas. Trata-se de uma modalidade de violência silenciosa, que implica numa subjugação-submissão e faz com que as vítimas

naturalizem situações de uma dominação oculta. Bourdieu (2012) ajuda-nos a entender melhor essa problemática:

A forma particular de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, marcados por um estigma que, à diferença da cor da pele ou da feminilidade, pode ser ocultado (ou exibido), impõe-se através de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso a forma de uma negação da sua existência pública, visível. A opressão como forma de “invisibilização” traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida (...) Falar de dominação, ou de violência simbólica, é dizer que, salvo uma revolta subversiva que conduza à inversão das categorias de percepção e de avaliação, o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através principalmente, do *efeito de destino* que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo e a aceitar, constrangido e forçado, as categorias de percepção *direitas* (*straight*, em oposição a *crooked*, tortas) e a viver envergonhadamente a experiência sexual que, do ponto de vista das categorias dominantes, o define, equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado, e o desejo de reconhecido pelos demais homossexuais (BOURDIEU, 2012, p.143 e 144).

Rumo ao final da entrevista, as protagonistas tocam num assunto de suma relevância para elas: o projeto da maternidade e os desafios implicados.

MARTHA- Nós pretendemos (pausa). Nós pretendemos ter filhos. E quando esse assunto veio mais à tona e a gente conversou e essa foi uma coisa que eu sempre falei que queria e tal. E eu quero passar pela experiência de gestação, né, então, eu tenho na minha área um pouco mais de proximidade com essa de atendimento a gestante, tal e... nós começamos a ver.. “Ah, então vamos ver com calma, não é? Como é que faz, como que não faz, vamos, vamos estudar todas as possibilidades... vamos tranquilo. Fomos pra uma clínica de fertilização muito bem conceituada, que inclusive uma ex colega de faculdade trabalhava lá, e... nós percebemos... aí, nisso, hã... nós fomos só interessadas pela fertilização in vitro, entendeu? O nosso objetivo era transferir o óvulo dela pro meu útero, assim eu ia poder gerar e de uma certa forma ter uma relação com as duas, né... é, ela explicou como é que funcionava, valores e tal. Aí o valor é absurdo, é assim, é... nossa, é extremamente absurdo e é um valor que não te garante nada. Talvez se te garantisse, se garantisse pra alguém, fosse mais fácil de dar um jeito de pagar... Mas ainda não é um valor que garante o sucesso de você ter um filho. Diante disso, a médica mesmo, na hora falou de uma proposta que eles fazem muito pra casais lésbicos que é a óvulo doação, né? É uma delas doar a metade dos óvulos, e aí tanto faz, seja quem

fosse doar a metade dos óvulos pra um casal infértil e esse casal infértil custeava quase que 99% do tratamento. E aí, nós falamos: “Tá bom”. Eu não queria muito inicialmente. Eu tenho umas loucuras assim que eu fico pensando: “Não, você vai doar...aí ela ia ser... foi uma coisa muito ruim porque nós falamos então pode ser eu, já que eu vou..., que eu não vou digamos usar nenhum óvulo porque vai ser o óvulo dela transferido em mim, pode ser eu então. Né, a gente estava dentro dos critérios de idade que ele colocaram, tal e aí a médica disse que era melhor não eu porque as minhas características físicas não eram muito procuradas, né, os meus traços... ela não falou claramente, mas os meus traços negro eram coisas que ela ATÉ poderia.... eu até poderia me candidatar, mas assim como eu outras mulheres com as mesmas características estão há muito tempo na fila e aí então a questão do tempo é muito grande, porque você tem até 35 anos e a gente já tinha uns 30, quase 30 quando a gente começou a ver isso. Então aí fica aquela correria contra o tempo e aí ela falou: “Eu acho que não seria muito interessante pra vocês. Já a dela, pelas características dela são mais interessantes...” E assim, pra quem foi só ter informação (risos)... de repente a gente já estava seguindo todo processo pra ela ser óvulo doadora.

JOICE- Mas aí no caso a questão do desconforto foi mais é... a questão é... de preconceito, sei lá, racial...

MARTHA- É então, mas eu ia falar que é o seguinte..

(Falam juntas)

JOICE- Não foi o desconforto da sexualidade.

MARTHA – Foi aquilo que a gente já conversou, que a gente é tratado como, como, como inférteis, né? na verdade a gente não é infértil...

PESQUISADORA- Como assim vocês foram tratadas como infértil?

MARTHA- Porque é assim, então, aí a gente viu que não ia dar pra doar, no fim ela fez todos os exames ta, ta, ta e acabou não sendo apta pra doar, então nos fomos pra outras alternativas. E aí o que tinha de alternativa que mais se encaixava era tentar o encaminhamento pro ambulatório de infertilidade.

PESQUISADORA- Hummmm

MARTHA- Porque outros casais de heteros inférteis, o SUS cobre o tratamento e a gente não...

PESQUISADORA- Entendi...

JOICE- É, né? Essa é uma questão que é bem difícil pra quem quer fazer... constituir uma família, assim, né, porque é... não tem um apoio assim do governo, do SUS, assim. Tem pra quem é infértil, mas não tem pra quem é...é...homoafetivo, entendeu? Então é uma questão bem difícil assim, a gente ter que pagar e vira meio que uma mercadoria, né, tipo... um mercado assim pra quem quer constituir uma família homoafetivo assim, tipo você tem que pagar pra ter o teu filho, né?

PESQUISADORA- Ou paga muito caro ou adéquam vocês numa categoria ali pra ver se é possível custear, mas numa categoria que num faz sentido...

(Pesquisadora e Joice falam juntas)

JOICE- Mesmo assim tem custo. É mais barato, mas mesmo assim tem custo.

MARTHA- É...Então, igual eu por trabalhar num hospital, eu tenho um pouco mais de proximidade com a classe médica e eu pedi pra um colega descobrir o trâmite, eu falei: “ah,então você me ajuda, tal” Daí ele, “tá, eu te dou um encaminhamento, porque esse é o pontapé inicial, mas... o que eu vou colocar nesse encaminhamento? Nesse encaminhamento coloca-se, né, que é de referência quando é... A referência é algum problema de saúde porque, se você não tem nenhum problema de saúde, não tem como eu te encaminhar.” Aí eu tenho um ovário policístico e foi a única coisa. Entendeu? Mas isso não me torna infértil. É uma POSSIBILIDADE com o ovário policístico ATRAPALHE, mas assim, a gente ainda teve que ficar procurando uma doença pra conseguir entrar, pleitear alguma coisa, entendeu? E isso é muito foda porque todas as possibilidades são muito difíceis. Muito difíceis mesmo.

PESQUISADORA- É tipo o não reconhecimento?

(Martha e Joice)- É!!

PESQUISADORA- Eles num....num..... eles não reconhecem a família homo e aí tem que,parece que tem que se adequar...

MARTHA- Sim, tem. É muito difícil, muito difícil mesmo.

Pelo relato das nossas protagonistas é possível identificar outras camadas de violência manifestando-se: a violência do Estado, na falta de políticas públicas que abarquem a gravidez homoafetiva. Essa falha nas metagarantias sociais representa mais uma violência dessubjetivante de (não) inscrição da conjugalidade homoafetiva, no qual o desamparo do SUS na constituição de famílias homoafetivas transforma a dimensão do direito na dimensão do consumo ou da patologia. *Foi aquilo que a gente já conversou, que a*

gente é tratado como, como, como inférteis, né? na verdade a gente não é infértil(...) Então é uma questão bem difícil assim, a gente ter que pagar e vira meio que uma mercadoria, né...

De acordo com Bourdieu, “o Estado é a posse do monopólio da violência física e simbólica” é ele “[...] que funda a integração lógica e a integração moral do mundo social e, por aí, o consenso fundamental sobre o sentido do mundo que é a condição mesma dos conflitos a propósito do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 15 *apud* SANTOS, 2015). Estando na base das classificações sociais, ele aponta que o Estado incute a ideia de “que há um ponto de vista que é a medida de todos os pontos de vista, dominante e legítimo” (*idem*: 116). A partir dessa ideia de um referencial dominante que está por trás de categorias sociais construídas, podemos pensar na segunda camada de violência que incide nas protagonistas, relacionada à questão racial como impeditivo para a realização do procedimento de doação de óvulo. Na continuação da entrevista é possível ver de que forma essa violência corrobora com um cenário fantasmático relacionado à aceitação da criança por parte das famílias.

MARTHA- (...) Como a gente viu que a fertilização ser inviável, que a ovulação não deu, a gente tava tentando ver outras alternativas, hã do tipo é... E uma coisa também que independente e tal. Na fertilização in vitro a gente não ia conhecer o doador. Mas aí, em outras opções, talvez essa possibilidade e aí ficou: ela não quer...saber quem foi o doador e eu acho extremamente importante saber quem é o doador. Eu acho assim crucial. Aí ficamos nesse embate, conflito, porque ela fica com medo de repente dele querer pleitear a guarda, por querer participar da vida e da educação da criança... Eu já acho que é importante. Provavelmente porque eu não tive a participação do meu pai e eu acho que era importante, de repente, se o nosso filho questionar, eu saber quem que é, pelo menos pra falar: Não, oh, sei lá, é alto, é magro... “ e sabe, porque eu sei como é difícil ficar imaginando como é que é esse cara. E aí a gente teve um conflito em relação a isso também. Hoje a gente está bem melhor, né?

(Pausa)

(...)

MARTHA- É, pelo menos porque eu acho que é um direito do nosso filho se ele perguntar, eu conseguir ter essa resposta. Eu acho que é muito inj... seria muito injusto com ele falar: "Não sei. Porque eu tinha medo que o cara

participasse, tal, tal, tal". Eu acho que ele ia acabar sofrendo consequência por causa de uma decisão que foi nossa, que foi basicamente até o que a minha mãe fez, né? Ela não quis falar porque ela acabou dizendo até, né, um tempo atrás, que ela sempre quis ter os filhos, ponto. Né? Então...foi assim praticamente uma, uma... duas gestações, é, como é que fala? Que são...Independentes.

PESQUISADORA- Independentes.

(Martha suspira)

MARTHA- Aí eu falei: "Não achei legal". Assim...depois eu acabei conhecendo ele porque eu fui atrás, porque peguei muito no pé dela. Meu irmão não conhece porque não QUIS. Mas eu acho que podia não ter tido esse desgaste só pra eu saber quem que é, entendeu? Eu não acho que ia ser legal o meu filho passar por isso.

(...)

JOICE- Na verdade, eu prefiro não...não conhecer, né? Não... A pessoa... não conhecer. Se for certinho na inseminação normal, ou no laboratório e tudo, né? Mas como eu vi que não ia dá certo, essa outra é uma opção né? que eu... que eu a princípio fiquei ... eu ainda estou refletindo sobre assim, na verdade. Mas é... pra mim é bem complicado porque ela tra... diferente, assim como eu. Eu tenho pai, tenho mãe e pra mim, a criança ela vai ter mãe e mãe. Ela não vai ter pai. Ela já vê a necessidade da criança saber quem seria o doador. Né? Mas não seria o pai. Se a criança quisesse ver como pai, ela ia ver como pai, né? Sei lá..porque ela ia saber quem é, né? Se fosse num laboratório, que fosse doador sem saber, não ia ter essa discussão, entendeu? É como se for a inseminação caseira, a gente sabe quem é...não poderia então poderia mentir pra criança, tipo ah, não sei quem foi, entendeu?

MARTHA- É, não seria legal, né? Até poderia mentir, mas não seria legal.

JOICE- Não, não seria legal. Aí a criança ia ter, querendo ou não, um pai que na verdade é um doador... não é um pai, é um doador, mas ele poderia considerar um pai, né?

MARTHA- É, mais um conflito de diferença de criação, eu acho. Porque pra mim, não vou dizer que nunca passou pela minha cabeça se ele quisesse se aproximar que eu não ia ficar enciumada, porque eu sou super desencanada, "ah legal, vamos até agilizar para vocês se conhecerem" Mas assim como eu satisfiz a minha curiosidade de saber quem que era fisicamente, tal e depois

no fim nunca mais vi, não quero...sabe, se aparecer aqui agora, talvez eu até converse, mas não é tipo que eu vou atrás de novo. Entendeu? Então eu acho que assim não é tão certo saber quem é, é igual a abrir brecha pra uma convivência, entendeu? Porque não aconteceu comigo e o que eu tenho de base sou eu. Entendeu? (pausa)

(...)

MARTHA- É. (Pausa) É. Ainda mais que se tratando de uma outra pessoa que a gente não sabe como é que vai reagir no futuro, né? Pode ser que ele sabendo ele fala: "Ah, legal!" Ta aí o cara não vê como pai, vê como doador só, né? Essa coisa de pai ia depender da criança e do cara, mas pode ser que ele queira se aproximar ou não. Então é difícil prever, daí isso é muito complicado decidir baseado numa coisa que a gente não tem certeza como vai ser. É porque pra mim, assim, pra mim ia ser muito pior que ele ficasse, de repente, ele ou ela, enfim, ficasse revoltado em saber que não vai ter essa informação porque a GENTE decidiu antes da existência dele, que ele não ia poder, não, que ele não ia ter como. Eu acho que isso é muito sério. Muito sério. (pausa) (...) Então, a gente tá vendo ainda sobre (...)Há a possibilidade de um cara em São Paulo. Ele é SUPER adepto, ele doa pro mundo. É o maior doador na verdade do país, mas aí é também que tem a questão do físico porque ele não tem nada a ver. A gente queria pessoas com características semelhantes ao dela. E como vai ser o meu óvulo, já vai ter característica minha. Então assim, ele é o cara que a gente sabe que fala "oh, você doa?". Ele doa. Ele nem cobra nada. Só que ele não tem nada a ver com as características dela. Então assim, encaixar tudo isso é muito difícil. É muito difícil mesmo (...)

PESQUISADORA- Então seria importante ter as características ali das duas, se pudesse? O mais próximo então...

MARTHA- É, eu na verdade... eu num me importo muito não. Agora, quando a gente pensou em transferir o óvulo dela fertilizado pra mim, então ele não ia ter nenhuma característica minha. Ia ser só meio que a incubadora.

JOICE- Mas a gente pensou num doador..

MARTHA- É, a gente pensou num doador ... Ah, aí a gente até pensou num doador que tivesse característica parecida com a minha, mas não é uma exigência minha. Entendeu? Se der, beleza. Mas, eu até falei: "Ah, vamos

escolher um doador negro?” Eu não sou negra. Tenho traços, mas eu não sou negra. Mas eu sei que pra minha família, por exemplo, isso também é só uma questão. Isso eu tenho certeza porque cada tio meu é de uma cor, apesar de ser da mesma mãe e do mesmo pai. Mas aí a gente pensa também características dela, porque aí eu acho que pra família dela ia ser uma questão. JOICE- Eu não sei.

MARTHA- Eu acho. É a gente tem essa incógnita também em relação à família dela. Eu acho. Não sei se é porque meio que fiquei escaldada com toda a resistência de antes, mas eu não acho que eles são racistas, por exemplo, porque se viesse uma criança negra, eles iam... Mas eu acho que, por exemplo, na hora de apresentar: "este aqui é meu neto". Se fosse mais parecido, eu acho que eles iam... ia ser mais fácil pra eles.

PESQUISADORA- Você acha que seria mais fácil se tivesse características ali mais...

JOICE- Não sei, não.

PESQUISADORA- Seria mais fácil conquistar um lugar. É isso dentro da família ali se tivesse...

JOICE- Eu acho que não, eu acho que meus pais eu acho que eles não iam fazer diferença, não. Se fosse adotado, se fosse minha característica assim, não. Acho que não. Na verdade acho que...

MARTHA- É, ela conhece mais, né, eles.

JOICE- Acho que não (falou em tom baixo).

MARTHA- Mas eu ainda realmente mantenho essa pira. Eu acho que, eu não acho que eles iam deixar de considerar a criança como seu neto, mas acho que ia trazer uma proximidade maior, de repente um entusiasmo maior se eles percebessem alguma semelhança nele.

(Pausa)

É isso...

No diálogo estabelecido entre as protagonistas, no que concerne ao conhecimento de quem seria o doador no projeto de terem um filho, vemos um intercâmbio imaginário ser estabelecido, em que Martha projeta diversos fantasmas com relação à inscrição e aceitação da criança nos vínculos familiares. Identifica-se o racismo compondo esse cenário fantasmático. *Ah, aí a gente até pensou num doador que tivesse característica parecida com a minha, mas não é uma exigência minha. Entendeu? Se der, beleza. Mas, eu até falei: “Ah,*

vamos escolher um doador negro?” Eu não sou negra. Tenho traços, mas eu não sou negra. Mas eu sei que pra minha família, por exemplo, isso também é só uma questão. Isso eu tenho certeza porque cada tio meu é de uma cor, apesar de ser da mesma mãe e do mesmo pai. Mas aí a gente pensa também características dela, porque aí eu acho que pra família dela ia ser uma questão.

Nesse intercâmbio imaginário estabelecido entre elas é possível identificar também que o fantasma do vínculo filiativo paterno de Martha projeta-se no desejo de formar sua família homoafetiva. *Provavelmente porque eu não tive a participação do meu pai e eu acho que era importante, de repente, se o nosso filho questionar, eu saber quem que é, pelo menos pra falar: Não, oh, sei lá, é alto, é magro... “ e sabe, porque eu sei como é difícil ficar imaginando como é que é esse cara.*

Podemos pensar que por trás da defesa de saber quem é o doador há operações psíquicas que implicam uma negatividade relativa sustentando o investimento narcísico e objetual da futura criança. Kaës (2014) ajuda-nos a entender que nessa modalidade o negativo,

(...) está direcionado para aquilo que não é realizado na realidade psíquica, o que ficou na forma de sofrimento na formação dos continentes e nos conteúdos psíquicos, aquilo que não pôde existir ou que não encontrou um lugar ou meios de existir. Essa negatividade é relativa na medida em que ela permanece aberta ante a possibilidade de uma satisfação, que essa potencialidade se efetive ou que ela permaneça em projeto. Em todos os casos, a potencialidade manifesta-se como perspectiva organizadora de um projeto ou de uma origem. Poder-se-ia dizer: alguma coisa que tendo sido, não o foi suficientemente, seja por excesso ou seja por falta, e poderia ter sido de modo diverso. O objeto e a experiência se constituíram, mas seu desaparecimento, sua insuficiência, seu fracasso deixa em aberto uma espera, um desejo. (p.107-108).

Diante de todo o cenário descrito em mais de duas horas de conversa foi possível identificar diversas modalidades de violência sofrida pelas protagonistas com componentes de uma desmetaforização dessubjetivante. Nesse sentido, vemos a importância do vínculo de casal para elas representando uma forma de remalhagem recíproca dos continentes psíquicos enfraquecidos e possibilitando o acesso a novas representações e a construção de um espaço potencial marcado por um campo do possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício do traslado a uma vivência psíquica que nos é alheia é um verdadeiro desafio na pesquisa. No campo da psicanálise, a pesquisa tem a complexidade de considerar a incursão do pesquisador no campo contratransferencial.

Nas entrevistas, cada encontro é singular e mobiliza diferentes aspectos nos participantes envolvidos. Enquanto construções narrativas, as entrevistas têm um caráter criativo e potente de transformar a realidade, pela possibilidade de construir sentidos para aquilo que foi vivido. Octávio Paz, de forma poética, faz uma boa ilustração da

potencialidade das construções narrativas: “tecemos histórias para ser o que somos ou para ser aquilo que não somos. Num e noutro caso, buscamos-nos a nós mesmos”.¹¹

A narrativa é *uma forma artesanal de comunicação*, já dizia Walter Benjamin. Ainda que viver transcenda qualquer palavra, esse intercâmbio de experiências nas entrevistas ajuda a (re)significar, (re)elaborar histórias pessoais e dinâmicas familiares. Ajuda a servir de ancoragem para dar sentido ao vazio irrepresentável, permitindo uma realização simbólica.

É nessa direção que se deu a experiência de partilha nas entrevistas da pesquisa. Mesmo que o envolvimento no processo não tenha se instalado numa relação durável entre a pesquisadora e as entrevistadas, foram mobilizados fantasmas e identificações inconscientes em cada uma das pessoas que constituíram o encontro. Isso sinaliza para alianças inconscientes pactuadas nessa relação efêmera e para a existência de uma realidade psíquica comum e compartilhada.

Nessa pesquisa, um fio invisível que liga as diferentes narrativas foi sendo costurado pelas mãos iniciantes da pesquisadora pelas linhas da psicanálise para compor os laços da conjugalidade de casais de mulheres. Instigada pelas lentes da psicanálise dos processos grupais de René Kaës, a pesquisa trilhou um caminho que ajudou a compreender as relações entre os processos psíquicos dessas parceiras, a dinâmica social e as mudanças históricas.

A ideia de apresentar o percurso dos movimentos feministas e a construção da mulher como categoria analítica; compreender o dispositivo da sexualidade e a constituição de saberes e verdades sobre as práticas sociais e experiências do sujeito moderno e investigar as origens do imaginário de complementaridade atribuído às relações de homem/mulher e a estruturação simbólica dos mapas sexuais com base nos preceitos heteronormativos mostraram-se profícuos para entender o atravessamento no vínculo de questões relacionadas ao machismo, ao binarismo de gênero, à condição da mulher e a identidade feminina; além do cenário de desigualdades e violência contra as mulheres e a população LGBT, as novas configurações familiares e as marcas da contemporaneidade, que foram possíveis identificar nos relatos das parcerias.

¹¹ Citação extraída de MOREIRA, P. **Mudança narrativa em psicoterapia**. Tese de doutoramento em Psicologia, sob orientação de Óscar F. Gonçalves. Portugal, Universidade do Minho, 2005.

Respeitando as singularidades nos diálogos entre as alteridades, buscou-se nas entrevistas identificar esses pontos de proximidade nas narrativas compartilhadas pelos casais, sem perder de vista o reconhecimento das particularidades de cada vínculo.

Em relação às análises que foram apresentadas na pesquisa, Mia Couto tem uma frase que nos ajuda a pensar sobre os fundamentos da interpretação, da contratransferência e dos cuidados éticos em relação ao material das narrativas coletadas. No livro *O último voo do flamingo*, o autor escreve que “o mundo não é o que existe, mas o que acontece”. Nesse sentido, podemos pensar que não se pretendeu com as interpretações instituir uma verdade e ratificar uma realidade sobre a conjugalidade dessas parcerias, mas apresentar um campo de experimentação, em que a interpretação está correlacionada à atribuição de sentido para o que foi vivenciado e observado nas experiências das entrevistas e na polissemia das palavras. Não se pode perder de vista, também, aquilo que Benjamin (1985) falou sobre a narração, que “em seu aspecto sensível, não é de modo algum produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos (...) que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito”. (p.220-221). Portanto, as pausas, os silêncios, os gestos foram interpretados também. Como na primeira entrevista, em que a protagonista fez um movimento marcante de jogar as mãos para cima sugerindo que a situação que ela estava narrando envolvia um alto custo energético para o psiquismo.

Sobre algumas questões que se cruzam e aproximam as entrevistas pôde-se observar um movimento de resistência que marcou os inícios de todas as entrevistas. Provavelmente, acentuado pela delicadeza de abordar o assunto da intimidade e pelo fato da conversa não ter partido de uma demanda explícita do casal. Foi aventada como hipótese, também, que a presença da pesquisadora formando uma triangulação para o contexto pode ter composto um cenário fantasmático de ameaça.

A resistência das protagonistas refletia, em muitos momentos, a própria resistência da pesquisadora, que se fez notável em algumas circunstâncias nas entrevistas. Em algumas situações, pela presença silenciosa e omissa que pactuava na (de)negação de questões mobilizadoras. Outras vezes, nos movimentos defensivos de não deixar o silêncio se expressar.

Em relação a outros pontos de convergência, foram identificadas, nas narrativas, diversas formas de violência na qual as protagonistas foram vítimas. A violência nos seus

múltiplos matizes apareceu nos relatos de bullying que algumas delas relataram ter sofrido na escola e que tinha relação com questões de sexualidade. Foram narradas situações envolvendo o contexto de trabalho: na resistência sentida por parte dos colegas, na presença do *famoso velado*, em que todo mundo sabia, mas ninguém tocava no assunto da sexualidade ou na escolha de “ficar no armário”, pelo fantasma das consequências que a revelação da sexualidade poderia acarretar. A violência se fez presente, também, na recusa de familiares e entorno social de reconhecer legitimamente o relacionamento. Foi possível identificar como expressão dessa recusa, pedidos explícitos para elas evitarem qualquer manifestação pública de afeto, ou através do significante escolhido para a nomeação da relação, como apresentá-las como amigas.

A vertente paradoxal da violência foi possível de ser vista tanto nas situações de visibilidade, quanto nas de invisibilidade relatadas pelos casais. Na visibilidade, quando a escolha do casal foi aparecer em público para reivindicar o direito de serem livres e iguais, elas relataram episódios de homofobia em ambientes como banco e padaria, que envolveram, inclusive, boletim de ocorrência. E na opressão expressa na invisibilidade, uma forma de violência simbólica, em que a ideia de não aparecer em público e de não existir legitimamente, é acatada. Outra modalidade de violência sofrida por elas também foi a do Estado, no desamparo do SUS em ajudar no desejo de constituírem família e que transforma a dimensão do direito em consumo ou patologia.

A estigmatização foi uma questão emergente nas entrevistas. As protagonistas narraram episódios, principalmente envolvendo o momento de assumir-se para a família, em que foram negativamente marcadas por um imaginário de associações marginalizantes. Foram mencionadas associações da homoafetividade com a promiscuidade, vagabundagem, uso de drogas e prostituição. Além das manifestações verbais e da interdição à palavra, na terceira entrevista a protagonista relatou ter apanhado da mãe quando esta descobriu.

No mesmo sentido da estigmatização, outra dimensão de sofrimento narrado por elas apareceu no formato de ameaças de que a sexualidade das protagonistas seria responsável por provocar adoecimento dos familiares, de que poderia provocar um câncer no pai, ou que a avó não suportaria a informação da sexualidade. Na terceira entrevista, a mãe de uma das protagonistas sabendo da vaidade da filha, chantageou-a emocionalmente quando soube que a filha estava se relacionando com uma mulher

falando que não compraria mais roupa para ela, já que ‘sapatão não usa roupa bonita’ e que ela poderia usar camiseta de doação, daquelas de vereador. Outras formas de ameaça/controle velados apareceram envolvendo a regulação dos corpos, a censura do comportamento e da vestimenta.

A partir da violência relatada, é possível identificar a humilhação sofrida, os fantasmas que circulam no vínculo e a intensidade do ataque narcísico, de difícil elaboração. Conforme mencionado na parte conceitual, o contrato narcísico está implicado nos investimentos que o sujeito recebe e que garantem as condições para que ele possa advir. Esse contrato faz parte das alianças estruturantes e oferece as bases do enraizamento narcísico do sujeito. Assim como o contrato da renúncia à satisfação imediata dos objetivos pulsionais, ele está envolvido nos princípios organizadores e estruturantes do psiquismo e faz parte das formações metapsíquicas que constituem o espaço psíquico comum e compartilhado pelos membros de um casal. É a qualidade do contrato narcísico que determina a instalação da continuidade e a segurança do Ego.

As situações de violência e humilhação dessubjetivante colocam os sujeitos em estado de vulnerabilidade psíquica, por comportar um caráter destrutivo e aniquilador dos aportes narcísicos e de outras formações metapsíquicas. A violência pode eclodir *como um gozo sem mediação*¹² e ficar enquanto uma carga excessiva ao psiquismo podendo resultar na produção de mal estar e sintomas. Elas podem afetar, também, os enquadres das organizações psíquicas do conjunto intersubjetivo:

(...) os interditos e os enunciados fundamentais implicados na formação das identificações e dos processos de simbolização, de acesso à palavra, ao pensamento, à transmissão dos saberes e dos ideais, a constituição da alteridade interna e externa. (KAËS, 2014, p. 182)

Nas nossas protagonistas, é possível identificar essas marcas dos conteúdos excessivos que escapam ao sentido, que ficam enquanto restos não metabolizados, pela repetição dos assuntos, naquilo que não é simbolizado e que se faz presença constante. Por exemplo, a repetição dos conteúdos como a recorrência à questão da não-monogamia na primeira entrevista, ou a questão da aceitação/reconhecimento da relação pela família na segunda entrevista. Outro indício dos conteúdos não representáveis se expressou na

¹² Citação extraída do artigo SILVA, J; BESSET, V. Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer?. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 325 Maio/Ago. 2010

forma de sintoma da violência entre o casal e no ato falho cometido por uma das protagonistas, na terceira entrevista, que ao falar das brigas do casal comentou que *era uma relação excessiva* e corrigiu na sequência para *uma reação excessiva*.

O ataque às funções dos avalistas metapsíquicos pela violência afeta a construção /consolidação das alianças inconscientes. É possível pensar a dimensão desses impactos, a partir do reflexo nos processos identificatórios das protagonistas, na questão do seu pertencimento e inscrição da relação homoafetiva nas narrativas sociais e familiares.

Por um lado, podemos pensar que essas questões impactam na ativação e transmissão dos contratos narcísicos refletindo em perturbações nos processos identificatórios e causando sofrimento nos sujeitos. Por outro lado, essas questões estão correlacionadas às mutações do cenário contemporâneo que confrontam os processos identificatórios com a diversidade cultural e podem ajudar na constituição de novos referenciais simbólicos nos mapas cognitivos e afetivos-sexuais. Nesse sentido, podem ser vistas sob o ângulo de transformações potentes, de abertura para subjetividades plurais ou para diferentes estilos e estéticas da existência conjugal.

A questão do pertencimento e a importância para as protagonistas da dimensão do reconhecimento da relação se fez presente, principalmente na segunda entrevista. Ficou marcante a busca pelas garantias e instâncias legitimadoras como a do casamento, que elas vão se apoiando como defesa para ajudar na co-construção de um neocontinente narrativo, de inscrição da relação homoafetiva na malhagem vincular. Apesar de toda a violência que elas enfrentaram, a união das protagonistas adquire um sentido de afirmação da vida, de agregação. Nas três entrevistas, elas conseguiram conquistar um lugar na família de acolhimento para a relação.

Outro aspecto emergente identificado nas entrevistas foi o fantasma do abandono/separação. Enquanto nas duas primeiras entrevistas essa fantasmática apareceu de forma latente, na terceira entrevista ela se manifestou na fala de uma das protagonistas, que nas situações de viagem a trabalho da companheira comentou: *eu sentia um sentimento de abandono rejeição. Eu ficava com tanto ódio...Me gerava raiva. Quando ela voltava, em vez de eu estar legal, eu tava brigando... porque eu me sentia deixada pra trás...*Sobre essa questão, Kaës (2014) afirma que no processo de constituição da grupalidade, de um espaço psíquico comum e compartilhado, enquanto o envelopamento que reveste e dá função continente e às formações que cuidam das articulações entre o grupo e sujeito singular

não estiverem devidamente constituídas, as angústias de dissolução podem ser vivenciadas de forma intensa. Nesse sentido, Kaës remete às formações e processos intermediários que realizam funções específicas de ligação, de mediação e de transformação.

No grupo, os processos intermediários podem ser encarnados por uma pessoa que engendra movimentos de ligação entre margens separadas, articulando a passagem entre os espaços psíquicos de cada sujeito e os espaços psíquicos comuns e partilhados do vínculo. Para aprofundar a compreensão sobre as *funções fóricas* que os sujeitos num grupo podem assumir, Kaës se debruçou sobre os estudos de Freud, principalmente no texto *Psicologia das massas e análise do ego*. Nesse texto, Freud faz referência a Moisés, que é retratado enquanto uma figura mediadora que funciona “como uma espécie de tela filtrante, como um paraexcitações entre a fonte divina do Todo-poderio e aqueles que estão expostos a esse poder” (KAËS, 2011, p.156). Nesse conjunto selado por uma aliança, Moisés é colocado na posição de um terceiro da relação, que vai reunir esses dois elementos separados. Kaës acrescenta que a posição de terceiro de Moisés pode também ser analisada pela perspectiva do processo de simbolização que é engendrada.

Uma questão detectada nas 3 entrevistas é a presença de figuras do terceiro nas parcerias homoafetivas, sentidas em alguns momentos como se tivessem função de paraexcitação diante dos excessos do psiquismo causados pelo enfrentamento social. Vimos que, na primeira entrevista, há uma repetição que envolve a questão da não-monogamia e um outro elemento. Nesse pacto de abertura da relação, o terceiro parece carregar o paradoxo de uma presença ausente, ou remeter a uma situação intermediária entre a presença e a perda. (Green, 1985)

Já na segunda entrevista, essa figura foi encarnada pelo irmão de uma das protagonistas, como porta-palavra e que teve um papel mediador, inicialmente ao contar aos pais sobre o relacionamento das protagonistas e depois na participação que teve na decisão dos pais de irem ao casamento.

Na terceira entrevista, podemos pensar o terceiro na dimensão do *entre*, que atua na separação e (re)ligação. Essa situação remete à primeira função desse elemento, na condição inaugural de abrir em dois o que psiquicamente funcionou como uma unidade indiferenciada. As protagonistas se referem ao encontro inicial delas como o encontro certo com *o amor da sua vida*. Elas mencionaram terem sentido *uma coisa*

inexplicável...uma sensação de reencontro. Unidas numa relação simbiótica (como elas mesmas retrataram a relação) e com a presença de pulsões agressivas em momentos de diferenciação, algumas figuras de terceiro puderam ser identificadas ao longo da entrevista com a função de *entre*, de ajudar na angústia separação. Figuras como a da psicóloga, ou mesmo a presença física da irmã de uma das protagonistas durante toda a entrevista.

As perguntas e inquietações sobre o papel das figuras do terceiro nas parcerias homoafetivas aguçaram o meu interesse para aprofundar essa temática. A jornada do mestrado aqui termina e um novo caminho de investigação se abre sobre a importância desse elemento para a elaboração psíquica e enfrentamento dos nós que surgem na vivência conjugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYOUCHE, T. A diferença entre os sexos na teorização psicanalítica: aporias e desconstruções. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, Sv. 48, p. 58 - 70. abr. 2014.

AZEVEDO, A. V. Da humilhação à sublimação: a via da fantasia na psicanálise e na literatura. In: I. Marson, & Naxara, M. (Orgs.), **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. p. 49-83.

BAUMAN, Z. (2004). **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Trad. de Sérgio Milliet. v.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENGHOZI, P. **Malhagem, Filiação e Afiliação**. São Paulo: Vetor, 2010.

_____. Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 101-109, 2005.

BESSA, K. Posições de Sujeito, Atuações de Gênero... **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 34-45, jan. 1998.

_____. “Como cheguei a ser o que sou”? Uma estética da torção em filmes das décadas de 60 e 70. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, jan./abr. 2017.

BIRMAN, J. Laços e desenlaces na contemporaneidade. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 40, n. 72, p. 47-62, jun. 2007.

_____. A Evolução da família. **Café Filosófico**, Campinas, 17 ago. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0et6BcO8ayY>. Acesso em: 16 Out 2018.

BLEGER, J. **Temas de psicologia - Entrevista e Grupos**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.

BOSI, E. **Simone Weil: A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, Campinas, 2003, n. 21, p. 219-260.

CECCARELLI, P. R. Novas Configurações Familiares: Mitos e Verdades. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 40, n. 72, p. 89-102, jun. 2007.

_____. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. In: RIAL, C.; PEDRO, J.; ARENDE, S. (Ed.). **Diversidades: Dimensões de Gênero e sexualidade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 269-285.

CORREA, O. B. R (Org). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

COUTO, Mia. **O Último Voo do Flamingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CYPEL, L. R, C. Psicanálise dos Vínculos de Família e Casal e a Subjetivação do Indivíduos nos Tempos Atuais. In: GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I.; LEVISKY, R. B (Ed.). **Diálogos Psicanalíticos sobre Família e Casal**. São Paulo: Zagodoni Editora, 2012. p. 57-65.

DUNKER, C. **Qual é a diferença entre "Eu Ideal" e "Ideal do Eu"?** Falando nisso, ep. 49, ago. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vUTCNuAgL6I>. Acesso em: 15 set 2018.

EIGUER, A. **Parentesco fantasmático: transferência e contratransferência em terapia familiar psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

_____. Os Vínculos Intersubjetivos na Família: Função da Identificação. In: GOMES, I.C.; FERNANDES, M.I.; LEVISKY, R.B [Org.] **Diálogos Psicanalíticos sobre Família e Casal**. São Paulo: Zagodoni Editora, 2012. p. 19-32.

_____. Desentendimento de casal e luta pelo reconhecimento. In: GOMES, I.C ; LEVY, L. e cols. **Atendimento Psicanalítico de Casal**. 1 ed. São Paulo, Zagodoni, 2013. p.44-59.

ESTECA, F. M. **Impactos da heteronormatividade sobre a conjugalidade lésbica: uma análise psicanalítica a partir do relato de mulheres separadas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2016. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-16082016-104310/pt-br.php>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ESTECA, F. M ; GOMES, I. C, A Heteronormatividade e seus Reflexos na Vincularidade Lésbica. In: GOMES, I.C e cols. **Homoafetividades: Dinâmicas Conjugal e Parental**. 1.ed. São Paulo: Zagodoni, 2018. p. 39-67.

FERES-CARNEIRO, T. A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.10, n. 2, p. 351-368, 1997.

_____. Apresentação. In: FÉRES-CARNEIRO, T. **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2009, p. 7-9.

FERNANDES, M. I. A. A subjetividade à luz de uma teoria de grupos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 285-296, jan. 1994.

_____. Breves notas sobre a construção do vínculo: transmissão e negatividade. In: GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I.; LEVISKY, R.B (Eds.). **Diálogos Psicanalíticos sobre Família e Casal**. São Paulo: Zagodoni Editora, 2012. p. 87-82.

_____. **Negatividade e Vínculo. Mestiçagem como Ideologia.** 1.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. **O Trabalho Psíquico da Intersubjetividade.** Psicologia USP, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 47-55, 2003.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1976.

_____. Sobre a História da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

FRANCO, R.S ; SEI, M.B. Homoconjugalidade e Psicanálise Vincular: Reflexões a Partir de um Relato de Experiência. In: GOMES, I.C e cols. **Homoafetividades: Dinâmicas Conjugal e Parental.** 1.ed. São Paulo: Zagodoni, 2018. p. 69-95.

FREUD, S. [1914]. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas.** 1. ed. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. XIV, p. 85-119.

_____. [1905]. Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas.** 1. ed. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1972, vol. VII, p. 123-133.

_____. [1920]. A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas.** vol. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1920]. Além do princípio de prazer In: _____. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud,** vol. XVIII Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 12-85.

GAILLARD, G. **Aparelhagem psíquica, destrutividade e Kulturarbeit: elementos para uma clínica da instituição.** Percurso: São Paulo, v. 52, p. 17-26, 2014.

GOMES, I. C. **Uma clínica específica com casais: contribuições teóricas e técnicas.** São Paulo: Escuta / FAPESP, 2007.

_____. Psicanálise de Família e Casal: Novos Constructos Teóricos?
In: GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I.; LEVISKY, R. B [Org.]. **Diálogos Psicanalíticos sobre Família e Casal**. São Paulo: Zagodoni Editora, 2012. p 48-56.

GOMES, I. C.; LEVY, L. Psicanálise de família e casal: principais referenciais teóricos e perspectivas brasileiras. **Aletheia**, Canoas, n. 29, p. 151-160, jun. 2009.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 9, n.2, p. 11-67, 1998.

_____. Prefácio. **In:** COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004. p. 9-47.

GRUPO GAY DA BAHIA, GGB. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: Relatório 2018**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

HATZENBUEHLER, M. L., O'CLEIRIGH, C., GRASSO, C., MAYER, K., SAFREN, S., & BRADFORD, J. Effect of same-sex marriage laws on health care use and expenditures in sexual minority men: A quasi-natural experiment. **American Journal of Public Health**, US, v. 102, n. 2, p. 285-291, feb. 2012.

HENDERSON, A. W., LEHAVOT, K., & SIMONI, J. M. (2009). Ecological models of sexual satisfaction among lesbian/bisexual and heterosexual women. **Archives of Sexual Behavior**, US, v. 38, n. 1, p. 50- 65, feb. 2009.

JUNIOR, N.E.C, Figuras da terceira idade na psicanálise contemporânea: suas origens e seus destinos. **In: Cad.Psicanál. – CPRJ**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 32, p.175-195, jan/jun. 2015.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário. **Cult**, São Paulo, n. 6, p. 42-45, jan. 2016.

KAËS, R. **Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. **As alianças Inconscientes**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2014.

_____. **Transmissão da Vida Psíquica Entre Gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993/2001.

_____. O intermediário na abordagem psicanalítica da cultura. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 15-33, jan. 2003.

KEHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular**. Artigos e ensaios, 2003. Disponível

em: <<http://www.mariaritakehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

KOFES, S. No labirinto, espadas e novelo de linha: Beauvoir e Haraway, alteridades, e alteridade, na teoria social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 865-877, dec. 2008.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.. Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n.3, p. 1051-1067, out. 2016.

LOPREATO, C. S. R. O respeito de si mesmo: Humilhação e insubmissão. In: MARSON, I.; NAXARA, M. (Eds.). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. p. 247-263.

LOURO, G. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2010. p. 8-34.

MACEDO, R. M. S. et al. **Terapia familiar: no Brasil na última década**. São Paulo: Roca, 2008.

MATOS, M. Simone de Beauvoir: uma luz em nosso caminho. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 12, p. 145-156, 1999.

_____. **Reinvenções do Vínculo Amoroso: Cultura e Identidade de Gênero na Modernidade tardia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

MINAYO, M. C. S. A pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOGUILLANSKY, R. Teoria Clínica Vincular. In: GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I.; LEVISKY, R. B. **Diálogos Psicanalíticos sobre Família e Casal**. São Paulo: Zagodoni Editora, 2012, p. 33-47.

MORAES, T. Poder e Performatividade Pública: introdução a Judith Butler e Michel Foucault. **Curso de Extensão FFLCH-USP**, São Paulo, 23 out.2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nU8AsOM8YyY>. Acesso em 13 Fev 2018.

MORICI, A. C. Pós-modernidade: Novos Conflitos e Novos arranjos Familiares. In:

MOSMANN, C. P.; LOMANDO, E.; WAGNER, A. Coesão e adaptabilidade conjugal em homens e mulheres hetero e homossexuais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 33, p. 135-152, dez. 2010.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NASCIMENTO, G. C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F.; FONTAINE, A. M. G.; SANTOS, M. A. Relacionamentos amorosos e homossexualidade: revisão integrativa da literatura. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n.3, p. 547-563, set. 2015.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F; BOGUS, C. M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 3, dec. 2004.

PAIVA, A. C. S. A conjugalidade homossexual no sistema de gêneros e para além: micropolíticas homoeróticas. **Revista de Ciências Sociais**, Ceará, v. 37, n. 1., p. 63-76, 2006.

_____. **Reservados e invisíveis: O ethos íntimo das parcerias homoeróticas**. Campinas: Pontes Editora, 2007.

PASSOS, M. C. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: FÉRES-CARNEIRO, T. **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009. p 11-23.

_____. A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. **Mental**, Barbacena, v. 5, n. 9, nov. 2007.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? **Textos Didáticos**, Campinas, n. 48, p. 7-42, nov. 2002.

RIGGLE, E. D.; ROSTOSKY, S. S.; HORNE, S. G. (2010). Psychological distress, well-being, and legal recognition in same-sex couple relationships. **Journal of Family Psychology**, US, v. 24, n. 1, fev. 2010.

RODRIGUEZ, B. C. **A representação parental de casais homossexuais masculinos. Dissertação**. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica.

ROUDINESCO, E. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

RUBIN, G. **O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a “Economia Política do Sexo”**. Tradução de ONG SOS Corpo, Recife, 1993 [1975].

SANTOS, C. V. M; GOMES, I. C. The L Word – Discussões em torno da parentalidade lésbica. **Psicol. Cienc. Prof**, Brasília, v. 36, n.1,p.101-115, Mar 2016.

SANTOS, J. V. T. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 108, dez 2015.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p.173-186, jan. 2008.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, 2007, n. 28, p. 19-54, jan. / jun. 2007.

SILVA, E. A. As metodologias qualitativas de investigação. **As Ciências Sociais em questão**, Porto, v. 12, p. 77-99, 2003.

SILVA, J. N.; BESSET, V. L. Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer? **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 323-336, aug. 2010.

VAN, E. M. B; MARTELL, C. R.; WILLIAMS, M.; PRESTO N, M. Same-Sex Relationships and Dissolution: The Connection Between Heteronormativity and Homonormativity. **Family Relations**, US, v., 60, p. 562-571, nov. 2011.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. **Revista Mal-estar E Subjetividade**, Fortaleza, v. 9, n.2, p. 487-525, jun. 2009.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

ZANETTI, S, A. P. **A opção por não se vincular amorosamente de maneira compromissada entre as condições de existência contemporâneas e a herança psíquica geracional**. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada para participar como voluntária da pesquisa: “**Configurações familiares na contemporaneidade: paradoxos da conjugalidade de casais homoafetivos femininos**”. O objetivo do presente estudo é o de ampliar a compreensão das influências sociais, psíquicas e culturais na estruturação da conjugalidade desses casais. Informamos que:

- A entrevistada não terá benefício financeiro com a participação, uma vez que se trata de uma pesquisa sem fins lucrativos, que contempla a área da Psicologia Social e do Trabalho e que será utilizada para o mestrado da pesquisadora Marina Roquette Lopreato.
- O benefício resultante da sua participação será o de contribuir para o conhecimento científico sobre a temática estudada.
- A entrevistada está suficientemente esclarecida dos riscos mínimos que a sua participação pode trazer, como desconfortos psicológicos oriundos do estudo e poderá, a qualquer momento, solicitar outros esclarecimentos a esse respeito. Fica sob a responsabilidade da pesquisadora fazer encaminhamento psicológico, caso a pesquisa produza algum desconforto.
- Será realizada uma entrevista e sua duração dependerá do andamento da conversa desenvolvida entre você e a pesquisadora.
- Na entrevista, a pesquisadora solicitará que as participantes compartilhem, de forma livre, como foi a construção da relação do casal e que pontos que elas identificam que são importantes, que atravessam a relação.
- As entrevistas serão realizadas em locais de acordo com a preferência e disponibilidade das participantes, prioritariamente sem a presença de outras pessoas, garantindo a privacidade e conforto das mesmas.
- As entrevistas serão gravadas em arquivo digital (formato 3gpp ou similar). Os registros ficarão em posse da principal pesquisadora por tempo indeterminado. As transcrições das entrevistas, bem como os arquivos em áudio, poderão ser disponibilizadas à entrevistada, mediante solicitação.
- Em qualquer etapa do estudo, a entrevistada terá amplo acesso à profissional responsável pela pesquisa para eventuais esclarecimentos. A principal pesquisadora é Marina Roquette Lopreato, mestranda em Psicologia Social e do Trabalho, sob a orientação de Maria Inês Assumpção Fernandes, da Universidade de São Paulo, localizada no endereço: Avenida Professor Mello de Moraes, 1721 – Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05508-030. As pesquisadoras Marina Roquette Lopreato e Maria Inês Assumpção Fernandes podem ser contatadas através dos telefones (11) 3091-4184 e do email: malopreato@usp.br
- Não há despesas pessoais para a entrevistada e não há compensação financeira relacionada à sua participação. Caso haja despesas ou danos decorrentes da pesquisa, as despesas serão ressarcidas e os prejuízos serão indenizados pela pesquisadora.

- Caso você não queira conceder a entrevista, não haverá nenhum prejuízo.
- A sua participação é voluntária e em qualquer momento da pesquisa, você poderá retirar o consentimento e desistir da participação, independente do motivo, sem qualquer prejuízo.
- A pesquisadora tratará a identidade da participante segundo padrões profissionais de sigilo. Você não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Será solicitada a assinatura de duas vias deste termo de consentimento, sendo que uma será arquivada e outra será fornecida a você.
- A presente pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEPH-IPUSP), situado à Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco G, 2º andar, sala 27 - CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP e que pode ser contatado através do e-mail ceph.ip@usp.br e do telefone: (11) 3091-4182.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____
 recebi as devidas informações a respeito dos objetivos da pesquisa acima, de maneira clara e detalhada. Foram esclarecidas as dúvidas sobre os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos e as garantias de esclarecimentos permanentes. Estou ciente de que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e que poderei retirar o consentimento e desistir da participação na pesquisa, sem nenhuma penalidade. A pesquisadora Marina Roquette Lopreato certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão tratados com confidencialidade. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Expresso minha concordância em participar voluntariamente deste estudo, através da assinatura do presente termo, em duas vias, uma em meu poder e outra em poder da responsável pela pesquisa.

São Paulo,____, de _____ de 2017.

Nome:_____

Assinatura:_____